



Revista Internacional para a
Língua Portuguesa
International Journal for the Portuguese Language

Revista
Internacional
para a Língua
Portuguesa

A China no Espaço Lusófono:
Estratégia, Cooperação e Língua

IV Série Nº 49, 2026

Publicação Semestral da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

ARILP cumpre a totalidade das normas de referência do Catálogo Latindex – sistema de Informação Internacional de Revistas Científicas e está inserido no QUALIS/Capes na área “Interdisciplinar”. A RILP foi aprovada para inclusão no European Reference Index for the Humanities (ERIH PLUS) da European Science Foundation (ESF). A RILP encontra-se em contacto com a Scielo Portugal, no sentido de aferir sobre a próxima reunião do comité consultivo de forma a que possa submeter os últimos números da revista para avaliação.

A Revista Internacional para a Língua Portuguesa, editada desde o ano de 1989, é uma publicação interdisciplinar, da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Criada para aprofundar o conhecimento sobre o português, expressa hoje o conhecimento em português, num espaço de intervenção, que em perfeita igualdade participem os membros da comunidade de utilizadores de português no mundo, nas suas diversas formas de expressão e difusão, das ciências humanas, sociais e da natureza, com destaque para a ligação entre o espaço geográfico dos que utilizam a língua portuguesa.

Fundador: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Presidente: Astrigilda Silveira (Presidente da AULP)

Director: Cristina Montalvão Sarmento (Secretária-Geral da AULP)

Editores científicos: Pedro Anjos (Universidade NOVA de Lisboa, Portugal e AULP) e Thaysa Cunha (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal e CCCM – Centro Científico e Cultural de Macau, I.P/FCT)

Coordenação editorial: Cristina Montalvão Sarmento e Pedro Anjos

Conselho de acompanhamento científico: Astrigilda Silveira (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde); João Nuno Calvão da Silva (Universidade de Coimbra, Portugal); Rui Martins (Universidade de Macau, RAEM-China); Sebastião António (Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola); Sandra Almeida (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Narciso Matos (Universidade Politécnica de Moçambique, Moçambique); Albano Ferreira (Universidade Katyavala Bwila, Angola); Orlando Rodrigues (Instituto Politécnico de Bragança, Portugal); António Meirelles (Universidade Estadual de Campinas, Brasil); João Martins (Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Timor-Leste); António Pereira (Universidade do Porto, Portugal); Agostinho Rita (Instituto Universitário de Contabilidade e Administração e Informática, São Tomé e Príncipe); Bettencourt Capece (Universidade Zambeze, Moçambique); Samba Camará (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau).

Revisão científica: Ana Carolina dos Santos Costa (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil – scostacarolina@gmail.com); Ana Moita (Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa, Portugal – anamoita@tecnico.ulisboa.pt); António Duarte Santos (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa, Portugal – ajsantos@autonoma.pt); Ayolés Andrade Pires dos Santos (Universidade Federal de Pelotas, Brasil – ayolésantos@hotmail.com); Deuinalom Fernando Cambanco (Universidade Federal da Bahia, Brasil – stduiner10@hotmail.com); Diogo Cardoso (ISCSP – Universidade de Lisboa, Portugal – dcardoso@iscsp.ulisboa.pt); Egas Daniel Armando (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique – egas.j.armando@uem.ac.mz); Niklas Werner Weins (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil – weinsniklas@gmail.com); Paulo Duarte (Universidade do Minho, Portugal – pauloduarte@eeg.uminho.pt); Pedro Cabral (NOVA IMS – Information Management School, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal – pcabral@novaims.unl.pt); Shenglan Zhou (Universidade Católica Portuguesa, Portugal – szhou@ucp.pt); Teresa Ruão (CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal – truaoo@ics.uminho.pt); Victor Tavares Barbosa (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil – victortavares.b@gmail.com)..

Montagem e arranjo gráfico: Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

Capa/contracapa: Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

Impressão e acabamentos: Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

Sede do Impressor: Travessa Sá e Melo, 209, 4470-116 Maia

Tiragem: 250 exemplares

Depósito Legal: 28038/89

ISSN: 2182-4452

e-ISSN: 2184-2043

Distribuição gratuita aos membros associados

Número de registo na ERC: 123241

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.rilp2026.49>

Editor: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), NIPC: 501902830

Correspondência e oferta de publicações deve ser dirigida à sede da redação:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Avenida Santos Dumont, n.º 67, 2º, 1050-203 Lisboa

Tel: 217816360 | Email: rilp@aulp.org

Para referência de números anteriores, disponibilizados em formato digital com o ISSN 2184-2043: www.rilp-aulp.org

Todos os artigos desta edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

RILP

Revista Internacional para a Língua Portuguesa

A China no Espaço Lusófono: Estratégia, Cooperação e Língua

Editores científicos

Pedro Anjos

*Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
Associação das Universidades de Língua Portuguesa*

Thaysa Cunha

*ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal
Centro Científico e Cultural de Macau, I.P*

Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP

Índice

APRESENTAÇÃO

Pedro Anjos e Thaysa Cunha 9

A CHINA NO ESPAÇO LUSÓFONO: ESTRATÉGIA, COOPERAÇÃO E LÍNGUA

Chinese partnerships: adaptive models of China-Lusophone cooperation

Yichao Li e Francisco José Leandro 15

A cooperação de defesa entre a República Popular da China e os PALOP: da ideologia política à resiliência operacional

Luis Manuel Brás Bernardino e Nathaly Xavier Schutz 41

Relações sino-lusófonas: comércio, investimentos e cooperação tecnológica na iniciativa cinturão e rota

Bernardo Gonçalves Arnaud 65

A nova rota da seda e o desenvolvimento de Moçambique: conexão regional e industrialização em perspectiva

Thaysa Cunha 83

Muito além de Macau! A China continental e o seu papel na internacionalização da língua portuguesa

Davi Albuquerque 111

Assessing forest cover and CO₂ emissions in portuguese-speaking countries and China: a comparative remote sensing approach	
<i>Isaú Alfredo B. Quissindo</i>	131
Zeitgeist da cooperação sino-moçambicana em saúde	
<i>Edgar Manuel Cambaza</i>	149
Research note: multi-layered chinese engagement and the “patchwork” of autonomy in Timor-Leste	
<i>Takayasu Goto</i>	173
AUTORES – BIOGRAFIAS	193

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Pedro Anjos

Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Thaysa Cunha

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal
Centro Científico e Cultural de Macau, I.P

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.9-12>

Este número da Revista Internacional para a Língua Portuguesa (RILP) é coordenado no âmbito das comemorações dos 40 anos da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e da realização do XXXV Encontro da AULP, que terá lugar de 15 a 17 de junho de 2026, sob o acolhimento conjunto da Universidade de Macau, da Universidade Politécnica de Macau e da Universidade de Turismo de Macau, subordinado ao tema “*Colaboração Universitária Internacional: Fortalecendo Laços Académicos e Culturais entre a Grande Baía (China), Macau-Hengqin e os Países de Língua Portuguesa*”.

O presente volume da RILP, embora enquadrado neste contexto comemorativo, centra-se na análise da crescente projeção da República Popular da China no espaço lusófono, explorando as dimensões política, económica, cultural e estratégica que moldam estas relações no quadro das transformações da ordem internacional contemporânea. Num cenário marcado pela reconfiguração do multilateralismo e pela intensificação das dinâmicas de cooperação Sul-Sul, o espaço de língua portuguesa afirma-se como um terreno privilegiado de diálogo, cooperação e negociação de interesses convergentes e divergentes entre a China e os países lusófonos, com particular destaque para o papel de Macau enquanto plataforma estratégica e multilíngue de articulação e mediação dessas relações.

Importa sublinhar que o presente número da RILP, cuja edição remonta a 1989, é o primeiro a aceitar a submissão e publicação de artigos em língua inglesa, em consonância com os objetivos editoriais definidos pelo Conselho de Acompanhamento Científico. Esta opção insere-se na estratégia de internacionalização da revista, com vista a iniciar o processo de indexação em outras bases e indexantes científicos.

No plano temático, o número *A China no Espaço Lusófono: Estratégia, Cooperação e Língua* reúne contributos que refletem a diversidade analítica e disci-

plinar que hoje caracteriza o estudo das relações sino-lusófonas. Os artigos aqui incluídos abordam, de forma complementar, as dimensões estratégica, económica, institucional e cultural da presença e projeção da China no espaço de língua portuguesa, mobilizando distintos enquadramentos teóricos e metodológicos.

A edição inicia-se com o artigo de Francisco Leandro e Yichao Li, no qual os autores examinam os modelos adaptativos de cooperação desenvolvidos entre a China e os Países Lusófonos, analisando as dinâmicas institucionais, políticas e estratégicas que estruturam estas parcerias no contexto contemporâneo. O estudo oferece uma leitura sistematizada das modalidades de interação sino-lusófona, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da arquitetura relacional em consolidação.

Segue-se o artigo de Luís Manuel Brás Bernardino e Nathaly Xavier Schutz, que aborda a cooperação de defesa entre a República Popular da China e os PALOP, explorando a transição de uma matriz ideológica para uma lógica de resiliência operacional. Os autores analisam os instrumentos, os mecanismos de capacitação e as implicações estratégicas desta cooperação no espaço africano lusófono.

No terceiro contributo, Bernardo Gonçalves Arnaud debruça-se sobre as relações sino-lusófonas no domínio do comércio, investimento e cooperação tecnológica, enquadrando-as na Iniciativa Cinturão e Rota. O artigo evidencia as oportunidades e os constrangimentos estruturais que moldam a integração económica entre a China e os países de língua portuguesa.

Segue-se um dos artigos da autoria de um dos editores da presente edição, intitulado “*A Nova Rota da Seda e o Desenvolvimento de Moçambique: Conexão Regional e Industrialização em Perspectiva*”. O texto analisa o potencial da Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” para o desenvolvimento económico de Moçambique, com enfoque na conectividade regional, nas infraestruturas e na promoção da industrialização, discutindo também os desafios associados à integração destes investimentos na estratégia de desenvolvimento do país.

A edição prossegue com o artigo de Davi Albuquerque, que amplia o foco para além de Macau, examinando o papel da China continental na internacionalização da língua portuguesa e na consolidação de uma dimensão cultural e educativa das relações sino-lusófonas.

Num registo metodologicamente distinto, Isaú Alfredo Quissindo apresenta uma análise comparativa da cobertura florestal e das emissões de CO₂ nos países de língua portuguesa e na China, recorrendo a técnicas de deteção remota. Este contributo acrescenta uma dimensão ambiental ao debate, articulando sustentabilidade e cooperação internacional.

Numa perspetiva centrada na dimensão sanitária da cooperação, Edgar Manuel Cambaza analisa, no artigo “*Zeitgeist da cooperação sino-moçambicana em saúde*”, a evolução e os enquadramentos políticos da parceria entre a China e Moçambique neste setor estratégico. O estudo contribui, assim, para a compreensão sobre o modo como a cooperação em saúde se insere num contexto mais amplo de transformação das dinâmicas sino-africanas, refletindo o espírito do tempo (*zeitgeist*) que marca esta relação.

Por fim, a edição encerra com a *research note* de Takayasu Goto, que examina o envolvimento chinês em Timor-Leste através de uma abordagem multinível, fruto de um trabalho de campo promovido pela Universidade Nacional Timor Lorosa’e (UNTL), discutindo os diferentes graus de autonomia e os padrões diferenciados de presença chinesa no país.

Agradecemos, naturalmente, a todos os autores e revisores científicos que contribuíram para a concretização deste número, cuja preparação decorreu num calendário particularmente exigente, uma vez que a edição deveria estar concluída a tempo do XXXV Encontro da AULP, a realizar-se na Universidade de Macau – ano de especial significado, por coincidir com as comemorações dos 45 anos daquela instituição.

Cumpre-nos, em particular, expressar o nosso reconhecimento ao Prof. Doutor Rui Martins, Vice-Reitor para os Assuntos Globais da Universidade de Macau, pelo constante incentivo e apoio prestado ao longo de todo o processo, bem como à Prof.^a Doutora Carmen Amado Mendes, Presidente do Centro Científico e Cultural de Macau I.P, pela ampla divulgação da chamada de artigos. A elevada qualidade e o significativo número de submissões recebidas tornaram, aliás, necessária a divisão desta edição especial da Revista Internacional para a Língua Portuguesa dedicada às relações sino-lusófonas. Nesse sentido, prevê-se a publicação de um segundo número numa fase posterior.

Endereçamos igualmente o nosso agradecimento ao Instituto Confúcio da Universidade do Minho, pela preciosa facilitação de contactos para revisores científicos, bem como à equipa do Departamento de Estudos Asiáticos da mesma instituição, cuja colaboração foi determinante para assegurar o rigor académico e a qualidade científica desta publicação.

Justifica-se igualmente agradecer a toda a equipa da AULP, com especial destaque para a sua Secretária-Geral, Prof.^a Doutora Cristina Montalvão Sarmiento, pela flexibilidade demonstradas no processo de coordenação editorial, tendo em conta os constrangimentos resultantes da diferença horária, decorrentes do facto de um dos editores se encontrar em exercício de funções na Embaixada de Portugal em Pequim.

Desejamos a todos uma excelente leitura, na expectativa de que este número contribua para o reforço de uma comunidade académica lusófona mais coesa e empenhada no estudo das relações sino-lusófonas, promovendo, em paralelo, a produção de conhecimento científico em prol da língua portuguesa e de quem a fala.

A China no Espaço Lusófono: Estratégia, Cooperação e Língua

Chinese partnerships: adaptive models of China-Lusophone cooperation

Yichao Li

Zhejiang Normal University, People's Republic of China

Francisco José Leandro

University of Macau, MSAR (China)

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.15-40>

Resumo

O Presidente Xi Jinping propôs pela primeira vez o conceito de “um novo tipo de relações internacionais pautado pela cooperação e benefício mútuo” durante sua intervenção no Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscovo, em março de 2013. Desde então, a China tem enriquecido continuamente a concepção deste novo tipo de relações internacionais, diversificando os seus instrumentos e abordagens diplomáticas. Entre essas abordagens, o desenvolvimento de parcerias globais destaca-se como uma das vias fundamentais para a promoção desse novo paradigma de relações internacionais.

Até dezembro de 2024, a China havia estabelecido diferentes tipos de parcerias com 145 países em todo o mundo. No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), todos os nove Estados-membros formalizaram parcerias com a China. No entanto, os tipos dessas parcerias, bem como o grau de aprofundamento, fortalecimento e evolução subsequente, variam significativamente entre os Estados-membros.

Assim, este artigo propõe a seguinte pergunta de pesquisa central: que papel desempenham as parcerias da China com os países de língua portuguesa na configuração das trocas bilaterais? Adotando uma abordagem predominantemente qualitativa, analisa documentos e relatórios oficiais – como declarações conjuntas e comunicados de imprensa governamentais – para argumentar que essas parcerias continuam a constituir quadros diplomáticos essenciais no envolvimento da China com os países lusófonos.

Palavras-chave: Parcerias Chinesas; Países de Língua Portuguesa; Política Externa; Novo Tipo de Relações Internacionais; Parcerias Estratégicas

Abstract

President Xi Jinping first proposed the concept of “a new type of international relations featuring cooperation and mutual benefit” at the Moscow State Institute of International Relations in March 2013. Since then, China has continuously enriched the connotation of a new type of international relations and diversified its approaches. Among these approaches, developing global partnerships is one of the important pathways for promoting the new type of international relations. As of December 2024, China has established various types of partnerships with 145 countries around the world. Nine of the member states of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) have established partnerships with China, but their types of these partnerships, as well as the degree of subsequent upgrading, deepening and strengthening, vary among member states. Accordingly, this paper poses the central research question: **What role do Chinese partnerships with Portuguese-speaking**

countries play in shaping bilateral exchanges? Adopting a predominantly qualitative approach, it analyzes official documents and reports – such as joint statements and government press releases – to argue that these partnerships continue to serve as essential diplomatic frameworks in China’s engagement with Portuguese-speaking countries.

Keywords: Chinese Partnerships; Portuguese-speaking Countries; Foreign Policy; New Type of International Relations; Strategic Partnerships.

Introduction

In March 2013, President Xi Jinping first proposed the concept of “a new type of international relations featuring cooperation and mutual benefit” in a speech delivered at the Moscow State Institute of International Relations (MFA, 2013). Later, the report of the 19th National Congress of the Communist Party of China clearly defined its main diplomatic approach – diplomacy with Chinese characteristics – as aiming to foster a new type of international relations and build a community with a shared future for mankind (Xinhua, 2017, p. 17). Subsequently, the report to the 20th National Congress of the Communist Party of China explicitly stated the need to improve China’s overall diplomatic agenda, work actively to build a global network of partnerships, and foster a new type of international relations (Xinhua, 2022a, p. 11). Unlike the international relations dominated by confrontation and conflict, the new type of international relations emphasizes peace, equality, and inclusivity among countries. It is designed to promote cooperation underpinned by shared interests, avoid conflicts and settle disputes or reach agreement through dialogue (Embassy of China in Philippines, 2016). Therefore, developing global partnerships is a significant innovation in China’s theory of foreign policy, as well as a key pathway for promoting and building this new type of international relations.

“Today’s China is a country closely linked with the world” (Xinhua, 2022b), and China continues to build a global network of partnerships to advance institutional and multilateral cooperation. Since 2013, when not only the concept of building a new type of international relations but also the Belt and Road Initiative were proposed, China has been establishing new partnerships with other countries, and, subsequently, many of these partnerships have been upgraded or deepened multiple times (Li & Vicente, 2020, p. 210). As of December 2024, the number of countries that have established various types of partnerships with China was 145,¹ and these Chinese partnerships are in significant ways distinct from classical, conventional alliances: whereas classical alliances once prevalent in international relations tend to be driven by military and/or hostile intents and necessitate some level of ideological and/or political alignment among the multiple states involved,

1. The authors updated this work based on their earlier publication (Li & Vicente, 2020).

China's approach to foreign relations is heavily influenced by traditional Chinese culture and by the landmark notion of non-alignment, with relationality being a significant guiding principle (Qin, 2009, p. 69). The partnerships that China builds are bilateral, and premised on equality, mutual respect (especially on the importance of political independence), mutual benefits, as well as harmonious development. They are non-antagonistic, characterised by non-alignment (The State Council, 2014), and are consensus-driven. Weber (2010) defines consensus as “something that exists when our expectations regarding the behavior of others are realistic”, and it is through consensus that partnerships turn such expectations into reality. As President Xi pointed out, “those who share the same ideals and follow the same path can be partners; those who seek common ground while shelving differences can also be partners” (Silk Road Fund, 2014).

Chinese partnerships are an ad hoc, dynamic, consensual and non-legally binding political-diplomatic instrument designed to set a flexible, bilateral and pragmatic cooperation framework to advance stable sovereign interests, and to generate a reasonable level of mutual benefits, economic security and peaceful development. Indeed, they are political cooperative frameworks, as well as a model of bespoke cooperation that can translate different forms of consensus into “a wide vision for change” and achieve “common points [...] through understanding and negotiations” (Shehu, 2017, p. 159). They can be as elastic, adaptable and dynamic as the two sides wish them to be, especially in comparison with traditional, conventional alliances. For example, the number of projects within a partnership can increase or decrease; the overall scope, nature and terms of cooperation can be modified; and the implementation process can accelerate or decelerate, in order to better cater to the individual parties' national interests and/or domestic policies and priorities. Such flexibility allows Chinese partnerships to accommodate and facilitate a variety of constituent programmes, providing a versatile basis for the two parties to continue to achieve substantive cooperation. Such flexibility also means that no partnerships exactly replicate others, as each partnership is unique to the specific implementors. Mardell (2024) states that “many countries use the nomenclature of partnerships, but few have such an extensive, complex system of partnerships as China.” For China, Chinese partnerships provide a stable, balanced platform for expanding and coordinating its interests with other countries (China Daily, 2017), shaping “an international environment that is propitious to its rise as a global power” (Michalski & Pan, 2017, p. 14) as well as becoming a significant international actor and advancing its global vision – to build communities with a shared future for humankind.

From a bilateral perspective, the establishment of China's first-ever strategic partnership with Brazil in 1993 not only signalled a deepening of diplomatic

ties but also laid the groundwork for more comprehensive and diverse forms of cooperation. Since then, China has progressively broadened its bilateral commitments, transitioning from sector-specific engagements to more integrated and multidimensional partnerships. Currently, nine of the member states of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) have established partnerships with China, but their types of these partnerships, as well as the degree of subsequent upgrading, deepening and strengthening vary from state to state. Therefore, the main research question in this paper stands as: **what role do Chinese partnerships with Portuguese-speaking countries play in shaping bilateral exchanges?** The authors adopt a predominantly qualitative approach, primarily analysing official documents and reports related to partnerships (e.g., joint statements, official news release), arguing that partnerships remain an essential framework of diplomatic instruments between China and Portuguese-speaking countries.

Literature Review

The academic literature on Chinese partnerships remains relatively limited and has only gained momentum in recent years. Some academic literature focused on distinguishing strategic partnerships from traditional alliances, particularly within the context of its foreign policy strategy. These studies aimed to identify the geopolitical function of China's tailor-made, top-down agreements, which differ markedly from Western alliance models. Over time, Chinese partnerships have become a cornerstone of its approach to diplomacy; this increasing adoption of partnerships reflects a shift from ideological alignment to pragmatic cooperation. Since as early as the early 1990s, China has adopted this strategy of partnership diplomacy, favouring flexible, non-binding arrangements over formal alliances (Strüver, 2017). These partnerships are primarily designed to promote mutual economic interests, mitigate geopolitical uncertainties, and enhance China's global influence (Yuan, 2025). Scholarly analyses suggest that China's partnerships are often forged with countries that possess substantial market potential or strategic geopolitical relevance, irrespective of ideological alignment (Abu-Haltam, 2025). This pragmatic and adaptable approach has enabled China to engage with a diverse array of partners across Africa, Latin America, and Southeast Asia, thereby reinforcing its position as a global actor capable of navigating complex international landscapes.

Scholars have extensively studied China's partnership diplomacy, analysing its evolution, classification, strategic significance, and observing the series of transformations in scope and depth that many of them have undergone (Men & Liu, 2015; Dai, 2015; Tang, 2016; Sun & Ding, 2017; Zhang, 2025). Yue (2018) offers a detailed taxonomy, categorising partnerships into six hierarchical levels:

comprehensive strategic partnership of coordination, comprehensive strategic cooperative partnership, strategic cooperative partnership, comprehensive strategic partnership, strategic partnership, and strategic cooperative relationship. As Yue explains, “The hierarchical differences among these partnerships can be very difficult to identify simply by judging them linguistically. Instead, one must analyse relevant government documents along with observing the reality of the countries concerned and their relations with China” (2018, p. 10). This framework highlights the contextual features – political, economic, and strategic – that shape each bilateral relationship. Complementing this, Abu-Haltam (2025) proposes a functional typology based on empirical analysis of over 100 partnerships, classifying them into regular partnerships (P), strategic partnerships (SP), and comprehensive strategic partnerships (CSP). Each type reflects varying degrees of influence across cultural, economic, and military domains. Together, these models underscore the complexity and adaptability of China’s partnership diplomacy, revealing how these arrangements serve as tailored instruments of foreign policy rather than uniform diplomatic templates.

In addition, some scholarship has shifted towards examining Chinese partnerships as adaptive models of bilateral cooperation, with greater emphasis on their content and functional dynamics. Rather than viewing these arrangements as symbolic gestures, researchers have begun to explore their operational mechanisms and strategic outcomes. LeBeau and Zhang (2022) underscore the role of higher education collaborations in sustaining diplomatic ties and fostering intercultural exchange, highlighting the educational dimension as a key pillar of China’s soft power strategy. Moreover, China’s partnerships increasingly incorporate substantive themes such as sustainable development, digital infrastructure, and regional security, reflecting evolving global priorities (Yuan, 2025). These thematic expansions suggest that China’s partnership diplomacy is not static but is responsive to global challenges and domestic strategic interests. Recent literature further argues that these partnerships yield tangible outcomes, influencing trade flows, cultural engagement, and political alignment (Strüver, 2017; Abu-Haltam, 2025). This growing body of work positions Chinese partnerships as dynamic instruments of global governance and South–South cooperation, rather than mere diplomatic formalities.

However, when examining scholarly work specifically focused on partnerships between China and Portuguese-speaking countries (PSC), a significant gap becomes evident. Despite China’s growing engagement with PSC nations – particularly through platforms such as Forum Macao and the Belt and Road Initiative – academic analysis remains limited. With few exceptions, such as Horta’s (2012) foundational study on the strategic evolution of Sino-Lusophone

relations, which highlights both the complexity and the overlooked nature of these ties, and Leandro and Li's (2023) work on spatial development initiatives in PSC, which emphasises the flexible, consensus-driven nature of China's bilateral cooperation, most literature tends to generalise China's partnership diplomacy without addressing the unique dynamics of PSC engagement. Another notable contribution is the edited volume by Leandro, Santos and Li (2021), which explores China's relations with Portuguese-speaking Small Island Developing States (PSIDS), focusing on Macau's role as a multilateral platform and the opportunities for deeper cooperation.

Chinese Partnerships with Portuguese-speaking Countries

Regarding the relationship between strategic partnerships and alliances, Wilkins (2012, p. 54) argues that “strategic partnerships”, together with “coalitions of the willing” and “security communities”, are new forms of alignment. However, China has consistently adhered to a policy of partnership rather than alliance. Chinese partnerships are based on equality, peace, and accommodation, are not targeted at any third party or any imagined enemy, and transcend traditional military alliances (Yang, 2015, p. 16). **Among all Chinese partnerships, less than 10% are not designated as “strategic”.**² Meanwhile, the presence of other descriptors, such as “comprehensive”, “cooperative”, “all-weather”, “all-round”, “friendly”, indicate the scope of cooperation and/or bilateral relations.

China and the Portuguese-speaking countries have been consistently reinforcing their mutual relations through partnerships. **Table 1** illustrates the dynamics underpinning the establishment and evolution of partnerships between China and the nine Portuguese-speaking countries, categorised by partnership type. It also highlights their integration into regional economic frameworks and their positioning within the broader context of the interregional Belt and Road Initiative. As of September 2025, all nine Portuguese-speaking countries have formally established partnerships with China, and each has attained at least the status of a *strategic partnership*. This broad adoption underlines the significance attributed to these bilateral arrangements within China's foreign policy framework. The designation of “strategic” is not merely symbolic; it reflects a deeper alignment of long-term national interests and a commitment to sustained cooperation. Strategic partnerships are understood as instruments that contribute directly to shared developmental and geopolitical objectives, serving as platforms for dialogue, investment, and policy coordination. Yue (2018) offers a comprehensive interpretation of the term, noting that “by emphasizing the feature

2. The author updated this work based on their earlier publication (Li & Vicente, 2020).

Table 1. Portuguese-speaking Countries, B&RI and Regional Economic Integration

PSC	Partnerships with China		B&RI Agreement (Signed)	AfCFTA ³	Regional Economic Integration	
	Date	Types				
Portugal ⁴	2005	Comprehensive strategic partnership (全面战略伙伴关系)	2018	Not applicable	European Union (EU)	
	2018	Further strengthened				
Brazil	1993	Strategic Partnership (战略伙伴关系)	2024 ⁵	Not applicable	Southern Common Market (Mercosur)	
	2009	Further strengthened				
	2012	Comprehensive strategic partnership (全面战略伙伴关系)				
	2014	Further deepened				
	2019	Strengthened and deepened				
	2023	Deepened				
	2024	A community with a shared future for a more just world and a more sustainable planet.				
	2025	Strengthened				
Timor-Leste	2014	Comprehensive cooperative partnership (全面合作伙伴关系)	2017	Not applicable	Observer to Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)	
	2023	Comprehensive strategic partnership (全面战略合作伙伴关系)				
	2024	Deepened				

3. African Continental Free Trade Area (AfCFTA) is a landmark initiative launched by the African Union (AU) to create a single continental market for goods and services, with free movement of businesspersons and investments. Negotiations for the establishment of the AfCFTA began in June 2015 in Johannesburg, South Africa. In March 2018, 44 of the 55 African Union Member States signed the Agreement of establishing the AfCFTA in Kigali, Rwanda. It officially came into force on May 30, 2019, and trading under the AfCFTA commenced on January 1, 2021.

4. Portugal and China were the first countries to formally establish a Blue Partnership, signing the agreement in 2017, following a memorandum of understanding on maritime cooperation in 2016. This pioneering partnership marked a significant step in bilateral maritime collaboration, making Portugal the first European Union member to enter such an agreement with China. The Blue Partnership aims to promote cooperation in areas such as marine governance, ocean ecology, renewable energy, aquaculture, port infrastructure, and maritime culture, involving governments, research institutions, businesses, and civil society.

5. In November 2024, the Plan of Cooperation between the China and Brazil on Synergizing the Belt and Road Initiative with the Growth Acceleration Program, the New Industry Brazil, the Ecological Transformation Plan, and the Program on South American Integration Routes has been signed.

PSC	Partnerships with China		B&RI Agreement (Signed)	AfCFTA	Regional Economic Integration
	Date	Types			
Angola	2010	Strategic partnership (战略伙伴关系)	2018	Ratified 4/11/2020	Angola is also a member of ECCAS. South African Development Community (SADC).
	2024	Comprehensive strategic cooperative partnership (全面战略合作伙伴关系)			
Mozambique	2016	Comprehensive strategic cooperative partnership (全面战略合作伙伴关系)	2018	Ratified 05/07/2023	
Cabo Verde	2024	Strategic partnership (战略伙伴关系)	2018	Ratified 05/02/2022	Economic Community of West African States (ECOWAS). Guinea-Bissau is also a member of the Community of Sahel–Saharan States (CEN-SAD).
Guinea-Bissau	2024	Strategic partnership (战略伙伴关系)	2021	Ratified 27/09/2022	
Equatorial Guinea	2015	Comprehensive cooperative partnership (全面合作伙伴关系)	2019	Ratified 2/07/2019	Economic Community Central African States (ECCAS)
	2024	Comprehensive strategic cooperative partnership (全面战略合作伙伴关系)			
São Tomé and Príncipe	2017	Comprehensive cooperative partnership (全面合作伙伴关系)	2021	Ratified 27/06/2019	
	2024	Strategic partnership (战略伙伴关系)			

Source: Authors' compilation. Last updated on 16 September 2025, retrieved from (1) <https://www.fmprc.gov.cn/web/>; (2) <https://www.yidaiyilu.gov.cn/country/>; (3) <https://www.tralac.org/resources/infographic/13795-status-of-afcfta-ratification.html>.

reflects a deeper alignment of long-term national interests and a commitment to sustained cooperation. Strategic partnerships are understood as instruments that contribute directly to shared developmental and geopolitical objectives, serving as platforms for dialogue, investment, and policy coordination. Yue (2018) offers a comprehensive interpretation of the term, noting that “by emphasizing the feature of ‘strategic’, China wants to indicate that these partnerships should be long-term

and forward-looking and reflect its strategic concerns. These include, but are not limited to, China’s core national interests; (...) security issues, including national security, regional stability and global peace; economic issues and international affairs in general” (p. 10). This perspective highlights the multidimensional nature of strategic partnerships, which encompasses not only economic cooperation but also political alignment, regional stability, and global governance. In the context of China–PSC relations, the strategic label signals a deliberate and enduring commitment to mutual development and diplomatic engagement.

1. Portugal

The bilateral relation between China and Portugal is unique. It stems from their early historical ties and cultural bonds via Macau, and continues to be reflected through cooperation based on mutual trust since the retrocession of Macau to China in 1999. Earlier political diplomacy between China and Portugal opened the doors for subsequent economic diplomacy, which has been intensified since 2005 when China and Portugal established a comprehensive strategic partnership (Leandro & Li, 2024, p. 127). The joint statement issued by both sides in 2005 emphasized Macau’s special role in China-Portugal relations and proposed strengthening exchanges and cooperation in high-level visits, economic and trade investment, language education, scientific and technological innovation, justice, and health (MFA, 2005).

In December 2018, before the 40th anniversary of the establishment of diplomatic relations between China and Portugal, the heads of the two countries agreed to further strengthen the comprehensive strategic partnership. Both sides reaffirmed their mutual support on issues concerning one another’s core interests and major concerns, and affirmed the role of the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and Portuguese-speaking Countries (Forum Macao) as an important bridge for promoting bilateral relations and cooperation between China and Portuguese-speaking countries, which it had assumed since its establishment in 2003. To further expand the areas of cooperation, the two countries signed a Memorandum of Understanding (MoU) on Belt and Road Cooperation, proposing to strengthen practical cooperation in a wide range of areas, including trade, finance, energy, digital economy, scientific and technological innovation, maritime affairs, education and culture, and judicial security (MFA, 2018).

President Xi (2018) stated that Portugal is an important link between the Overland Silk Road and the Maritime Silk Road, and that Sino-Portuguese cooperation under the Belt and Road framework has its natural advantages. In 2018, Portugal became the first Western European country to sign a Belt and Road MoU with China, demonstrating its proactive and open stance to bilateral

cooperation. Indeed, Portugal has also played a positive role within cooperation frameworks: in 2015, it became a founding member of the Asian Infrastructure Investment Bank; in 2017, it established the first Blue Partnership with China (Costa & Li, 2023, p. 28); and in 2019, it became the first country in the Eurozone to issue RMB-denominated bonds (Panda Bonds) (People’s Daily, 2023). Furthermore, both sides reaffirmed their commitment to multilateralism and open world economy, showed support for the core role of the United Nations and the World Trade Organization in the global governance system, and agreed to strengthen strategic synergy between China and Europe to jointly promote sustainable development.

This series of achievements not only highlights the complementary and multifaceted nature of China-Portugal relations but also reflects the two sides’ shared strategic aspirations and practical approaches to promoting global connectivity, ocean governance, and financial cooperation, which inject new strategic connotations into bilateral cooperation. The year 2025 marks the 20th anniversary of the establishment of a comprehensive strategic partnership between China and Portugal and the 50th anniversary of the establishment of diplomatic relations between China and the EU. As a bridge connecting the EU and the Lusophone world, Portugal plays a key role under the frameworks of Forum Macao and the Belt and Road Initiative. In September 2025, Portuguese Prime Minister Luís Montenegro visited China and expressed his endorsement for the important concepts embodied in the Global Governance Initiative proposed by President Xi. Both sides are willing to jointly uphold multilateralism and continuously improve the global governance system (The State Council, 2025a).

2. Brazil

As mentioned previously, the origins of Sino-Brazilian strategic partnership trace back to May 1993 when then Chinese Vice Premier Zhu Rongji went on a state visit to Brazil. It was during a flight from Foz do Iguaçu to São Paulo that Brazilian Ambassador Rubens Ricupero proposed the term “strategic partnership” to characterize the evolving bilateral relationship. Zhu approved of the expression and began adopting it in his own speeches – first to business leaders at the São Paulo Federation of Industries (FIESP), and later in meetings with Interim Foreign Minister Luiz Fernando Lampreia and President Itamar Franco in Brasília. The proposal was well received by all parties, marking a significant turning point in the diplomatic engagement between the two countries.

Brazil thus became the first country to establish a strategic partnership with China. This occurred at a time when the concept was still unfamiliar in Chinese

foreign policy. Between March and November 1993, several high-level Chinese delegations visited Brazil, reflecting growing interest in elevating bilateral ties to a more structured and forward-looking level (Li & Frogeri, forthcoming). Although China had not yet developed a clear framework for implementing such partnerships, the adoption of the term signaled a commitment to deepening cooperation across multiple sectors. As Biato (2010, pp. 71–72) noted, for China, a strategic partnership implies a comprehensive strengthening of bilateral relations in all fields. This reclassification of the relationship occurred within the broader context of efforts to advance the China–Brazil Earth Resources Satellite (CBERS) program, initially launched in 1988. Under President Itamar Franco’s administration (1992–1994), bilateral cooperation expanded significantly in trade, technology, and development. The CBERS initiative became a cornerstone of this new phase, symbolizing the technological and scientific ambitions of both nations.

In addition to space cooperation, China expressed strong interest in Brazil’s vast iron ore reserves, aiming to support its steel industry through joint ventures and improved logistics for ore extraction and transport (Biato, 2010, p. 69). Brazil, in turn, sought to enhance collaboration in areas such as telecommunications, health, information technology, and banking automation (de Sousa, 2024, p. 25). These developments illustrate how the strategic partnership framework provided a platform for diversified and mutually beneficial engagement, laying the groundwork for the robust and multifaceted relationship that continues to evolve today.

Since then, bilateral relations have continued to strengthen and deepen. In 2004, the two heads of state exchanged visits, the first China-Brazil High-Level Coordination and Cooperation Committee (COSBAN) meeting was held in 2006, and the two sides launched a strategic dialogue in 2007 (MFA, 2009). In 2009, the two countries further strengthened their strategic partnership (MFA, 2009) and decided to formulate the 2010–2014 Joint Action Plan, which was officially signed in 2010 (MFA, 2010a). This plan clearly outlined cooperation in the areas of politics, economy, trade, energy, mining, finance, agriculture, industry, information technology, aerospace, scientific and technological innovation, culture, and education (Embassy of China in Sri Lanka, 2010). The motivation of this plan was to strengthen and organize the integration and cooperation model between Brazil and China, and to provide strategic and comprehensive guidelines for the development of the strategic partnership and cooperation in relevant areas given the interests of both nations (Leite, 2013, p. 75; de Sousa, 2024, p. 32). In 2012, China-Brazil relations were upgraded to a comprehensive strategic partnership (MFA, 2012), making Brazil the first Latin American country to upgrade its

bilateral relationship with China to this level. The two sides further signed the China-Brazil Ten-Year Cooperation Plan, which complemented the 2010–2014 Joint Action Plan and jointly promoted substantial progress in practical cooperation and deepened the strategic connotation of bilateral relations. This was particularly significant for promoting cooperation in scientific and technological innovation (MFA, 2012). China-Brazil comprehensive strategic partnership further deepened in 2014 (MFA, 2014a).

In 2015, the two sides signed the 2015–2021 Joint Action Plan, which updated the strategic goals and tasks of cooperation and dialogue in light of new developments in bilateral and multilateral relations (Defesanet, 2015). This plan complemented the Ten-Year Cooperation Plan and promoted the further expansion of China-Brazil relations in the new era (MFA, 2015a). In 2019 and 2023, both sides reaffirmed and strengthened their comprehensive strategic partnership (MFA, 2019; MFA, 2023). In 2019, the two sides decided to update the 2015–2021 Joint Action Plan and the 2012–2021 Ten-Year Cooperation Plan (MFA, 2019). In 2023, the two countries committed themselves to the full implementation of the Strategic Plan 2022–2031 and the Executive Plan 2022–2026, both adopted at the sixth Plenary Session of COSBAN (MFA, 2023). Through these institutional documents, China and Brazil have continuously refined their cooperation framework, highlighted key areas, and improved implementation mechanisms, providing long-term institutional guarantees for technology transfer and innovation cooperation.

Nowadays, China and Brazil are the largest developing countries in the Eastern and Western Hemispheres respectively, as well as both being emerging powers with global influence. Although the inauguration of the strongly pro-American Jair Bolsonaro as Brazilian president in 2019 brought some fluctuations to the long-term stability of Brazil-China bilateral relations (Trinkunas, 2020; Jesus, 2022), President Lula's successful visit to China on the occasion of his 100th day in office in 2023 marked the restart of the comprehensive, multi-dimensional and friendly partnership between the two countries (MFA, 2024a). In 2024, China and Brazil jointly proposed building the China-Brazil community with a shared future for a more just world and a more sustainable planet, and this concept was strengthened in 2025 (The State Council, 2025b). These developments demonstrate the continuous improvement of the China-Brazil bilateral dialogue mechanism and the growing closeness of the relationship. Moreover, 2025 marks the tenth anniversary of the China–CELAC Forum. China and Brazil continue to deepen collaboration within multilateral frameworks such as China and Latin America Cooperation, the BRICS, and the United Nations, which not only serve as models for South-South cooperation but also significantly enhance the voice of the Global South in regional and international affairs.

3. Timor-Leste

China has supported and recognized Timor-Leste since its initial declaration of independence in November 1975 and continued to advocate for it at the United Nations and provide financial aid even after Indonesia’s annexation (Leandro, Leandro & Branco, 2019, p. 94). After Timor-Leste regained its independence in 2002, not only was China the first country to recognize it as a sovereign state, but it was also one of the first countries to establish an embassy in Timor-Leste (Horta, 2024). In 2014, China and Timor-Leste established a comprehensive cooperative partnership, which aimed to strengthen the cooperation between the two countries in political, economic, trade, energy, agricultural, defense and security areas (Government of Dili, 2014; MFA, 2014b). “One grid, one road, one port” – which refers to the national power grid, the Suai Highway Phase I, and the Tiba Bay Port – is considered China’s most representative infrastructure cooperation project in Timor-Leste (Lye, 2025). Construction of the national power grid, which began in 2009, now provides stable power supply nationwide (CNNC, 2025). The first phase of the Suai Highway, approximately 30 kilometers long, completed in 2018, aims to promote the development of the oil and gas industry in the southern coast of the country (Sim, 2019). The Tiba Bay Port, which opened in 2022, is the first Public-Private Partnership (PPP) project in the country, and significantly enhances Dili’s maritime connectivity, supporting Timor-Leste’s energy exports and regional trade (Government of Dili, 2022).

In 2023, the two sides agreed to upgrade their bilateral relationship to a comprehensive strategic partnership, through which they explicitly committed to further concrete cooperation in four key areas: industrial revitalization (e.g., fishery, coffee), infrastructure development (e.g., roads, bridges, ports, flights), food self-sufficiency (e.g., hybrid rice breeding cooperation, granary and food processing, corn whole mechanism technical cooperation), and livelihood improvement (medical support, digital TV Project, scholarships) (The State Council, 2023). In 2024, the comprehensive strategic partnership was deepened further, with closer alignment of the two countries’ development strategies and further implementation of cooperation plans (MFA, 2024b). While the recent high-level visits have certainly signalled hope for the bilateral relations between China and Timor-Leste, the ultimate goal is to make these agreements into tangible results that benefit the people. For China, in addition to Timor-Leste’s abundant natural resources and geographical advantages, investing in Timor-Leste also opens the door to a larger market – ASEAN, which it formally joined as the 11th Member State on 26 October 2025 (ASEAN, 2025). For Timor-Leste, maintaining good relations with China can also foster stable and balanced relations with Indonesia and Australia (Leandro, Leandro & Branco, 2019, p. 97).

4. Angola

Although China and Angola formally established diplomatic relations in 1983, Angola had been embroiled in civil war since gaining independence in 1975. It was not until April 2002 that a peace agreement, signed between Angola’s army and the leaders of the so-called “UNITA rebel”, heralded a new era for Angolan development and Sino-Angolan relations (Leandro, Li & Costa, 2025, p. 485). Since 2002, bilateral exchanges between China and Angola have increased across various governmental levels, all aiming to accelerate Angola’s national reconstruction, enhance the MPLA’s political legitimacy with China’s support, and expand bilateral trade (Leandro, Li & Costa, 2025, p. 499).

In 2010, China and Angola issued a joint statement announcing the establishment of a strategic partnership. The two countries agreed to deepen cooperation in the fields of politics, trade, infrastructure, energy, education, and health, and to improve cooperation mechanisms to enhance the quality and effectiveness of their collaboration (MFA, 2010b). For the past more than 20 years, Angola has consistently ranked among China’s top ten crude oil suppliers. The proportion of crude oil imports from Angola peaked around 2010 and has since declined annually (Voronoï, 2025). Clearly, the traditional Angolan model, in which the Government of Angola “uses Chinese credit facilities backed by petroleum-based guarantees to finance investments” (Leandro, Li & Costa, 2025, p. 500), is no longer sustainable in the long term, and the two sides need to expand cooperation in other areas.

In 2024, China and Angola upgraded their strategic partnership to a comprehensive strategic cooperative partnership. Both sides pledged to deepen political mutual trust, consolidate friendly cooperation, and jointly promote the building of a community with a shared future for mankind. The two countries prioritized high-quality joint construction of the Belt and Road Initiative and the implementation of the Global Development Initiative, Global Security Initiative, and Global Civilization Initiative, which emphasise the expansion of practical cooperation in areas such as energy, mining, agriculture, green transformation, education, health, and people-to-people exchanges (MFA, 2024c). Since 2025, Angola has assumed the rotating Presidency of the African Union and is willing to strengthen multilateral cooperation with China to enhance the representation and voice of the Global South in the international community.

5. Mozambique

Mozambique gained independence on June 25, 1975, and China established diplomatic relations with the country on the same day. Therefore, 2025 marks the 50th anniversary of Mozambique’s independence and the 50th anniversary of the establishment of diplomatic relations between the two countries. Bilateral relations

between China and Mozambique date back to the 1960s, during Mozambique’s independence war, when China provided support to Mozambique’s struggle for independence (Jackson, 1995, p. 396). The former Mozambican Prime Minister Aires Ali said that “China helped us lay a solid foundation for development, not out of ideology, but out of strategic friendship” (Xinhua, 2025).

In 2016, China and Mozambique established a comprehensive strategic cooperative partnership. Mozambique is one of the first few African countries to establish this level of partnership with China. The two sides emphasised mutual political trust and economic mutual benefit, and decided to deepen cooperation in areas such as infrastructure, energy and mining, agriculture, finance, and people-to-people exchanges (MFA, 2016). In fact, over the past five decades, the two countries have made significant progress in agriculture (e.g., the China-Mozambique Agricultural Technology Demonstration Center), infrastructure (e.g., the Maputo-Katembe Bridge, Africa’s biggest twin-tower suspension bridge), and education (e.g., scholarships) (CGTN, 2025). China has become Mozambique’s second-largest trading partner. In 2024, the volume of bilateral trade between Mozambique and China reached 5.18 billion US dollars (Agência de Informação de Moçambique, 2025).

6. Cabo Verde

In 2025, Cabo Verde, driven by its tourism, agriculture, and other service sectors, have successfully achieved upper-middle income status (World bank, 2025a). Since gaining independence, this small island developing state in West Africa has achieved great progress in development due to political stability, strong institutions, and sustained investment in human capital. Despite the geographical distance between China and Cabo Verde, cooperation in trade, infrastructure, science and technology, and health has continued since the establishment of diplomatic ties between the two countries. In 2024, China and Cabo Verde formally established a strategic partnership and agreed to deepen cooperation in infrastructure, blue economy, green development, digital economy, tourism, and agriculture (MFA, 2024d). As stated by Nuno Furtado, Cabo Verde’s delegate to Forum Macao, this “solid and practical” strategic partnership “demonstrates an intent to expand current levels of cooperation and explore new areas of common interest” (Fei, 2025).

7. Guinea-Bissau

Guinea-Bissau is one of the world’s poorest and most fragile countries (World bank, 2025b), and its post-independence development path stands in stark contrast to Cabo Verde. As Leandro and Gonçalves (2022, p. 354) mentioned, “from

[Guinea-Bissau's] first head of state, Luis Cabral (1974-1980), to 2022, we can see that the country has experienced 16 heads of state, 30 heads of government, and numerous ministers, countless failed national economic development plans, a year-long civil war, two constitutional suspensions, and at least four successful coups (and numerous failed coup attempts).” Such turmoil hardly lays the foundation for long-term stability and development in the country.

Nevertheless, the deep friendship between China and Guinea-Bissau can be reflected by the fact that the national anthem of Guinea-Bissau was written by founding father Amílcar Cabral and composed by Chinese composer Xiao He (晓河) (People's daily, 2024). The two countries formally established a strategic partnership in 2024, and have agreed to further expand practical cooperation in various fields. While deepening cooperation in traditional areas such as agriculture, fisheries, and infrastructure, they have also steadily expanded cooperation in new areas such as mineral development, energy, blue economy, and digital economy (MFA, 2024e). Moreover, the two sides have agreed to accelerate the export of high-quality agricultural products from Guinea-Bissau such as cashews (Guinea-Bissau's economic development relies heavily on exporting cashew, which has accounted for around 95% of annual total export (IMF, 2025, p. 17)) to China, while also exploring local processing (MFA, 2024e).

8. Equatorial Guinea

Since the establishment of diplomatic ties in 1970, relations between China and Equatorial Guinea have steadily developed, with political trust between the two sides deepening. In 2015, on the 45th anniversary of diplomatic ties, the two countries established a comprehensive cooperative partnership, focusing on promoting cooperation in areas such as infrastructure, agriculture, education, and human resources development (MFA, 2015b). In particular, Equatorial Guinea donated a school in Jinping County, Yunnan Province, China. When faced with epidemics, the two countries have shown solidarity and mutual support. At the outset of the 2020 COVID-19 pandemic, Equatorial Guinea donated US\$2 million to China. In 2021, the Chinese government donated COVID-19 vaccines to Equatorial Guinea, which was the first batch of vaccines provided by the Chinese government to Africa (Xinhua, 2024). In the past years, whether through economic and trade cooperation or training of technical talents, China has promoted Equatorial Guinea's development in numerous areas and significantly transforming the country. In 2024, the two heads of state decided to elevate their relationship to a comprehensive strategic cooperative partnership, particularly responding to the Belt and Road Initiative and the three major global initiatives (MFA, 2024f).

9. São Tomé and Príncipe

China and São Tomé and Príncipe established diplomatic relations on July 12, 1975. The two countries severed ties in 1997 because of Taiwan, but diplomatic relations were restored in 2016. Since then, São Tomé and Príncipe has joined the Forum Macao and the Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC), furthering cooperation with China within multilateral frameworks. In 2017, China and São Tomé and Príncipe established a comprehensive cooperative partnership, focusing on cooperation in tourism, fisheries, and agriculture (MFA, 2017). In 2024, both sides agreed to upgrade their bilateral relationship to a strategic partnership, with the goal of expanding cooperation into new areas such as digital economy, green development, and blue economy (MFA, 2024g).

In short, as of 2025, among all Portuguese-speaking countries, except Brazil which established a community with a shared future for a more just world and a more sustainable planet with China in 2024, currently there are three types of partnerships with Portuguese-speaking countries: (1) comprehensive strategic cooperative partnership – Angola, Mozambique, Equatorial Guinea; (2) comprehensive strategic partnership – Portugal, Timor-Leste; (3) strategic partnership – Cabo Verde, Guinea-Bissau, São Tomé and Príncipe. Generally speaking, the higher the level of partnership, the deeper the bilateral political mutual trust, the closer the economic cooperation and connections, and the broader the areas of cooperation, whether bilateral or multilateral, regional or international.

Table 2. Key cooperation sectors in the context of the existing partnerships

	Infras- tructure	Regional Integration	Energy	Tourism Health	Blue Economy	Agriculture Fishing	Mining & Raw Materials	Science Education
Angola	X	X	X	X		X	X	X
Brazil	X	X	X	X	X	X	X	X
Cabo Verde	X	X	X	X	X	X		X
Equatorial Guinea	X	X	X	X				X
Guinea-Bissau	X	X	X	X	X	X	X	X
Mozambique	X	X	X	X	X	X	X	X
Portugal	X	X	X	X	X			X
São Tomé and Príncipe	X	X		X	X	X		X
Timor Leste	X	X	X	X		X		X

Source: Authors

Over the past two years (2023 and 2024), China's partnerships with PSC have undergone significant and substantive development, particularly with Timor-Leste and the African PSC. These strengthened ties have facilitated bilateral cooperation and contributed to regional integration, notably through enhanced access to emerging markets and production hubs. As illustrated in **Table 2**, several cooperation domains – infrastructure development, regional integration, tourism, public health, science, and education – are consistently shared across all PSC, reflecting a convergence of strategic interests and development priorities.

Infrastructure projects, such as transport corridors and energy networks, have played a pivotal role in connecting PSC to regional and global value chains. Regional integration efforts, often supported through multilateral platforms and bilateral agreements, aim to harmonize trade regulations and foster cross-border collaboration. Tourism and health cooperation have expanded through initiatives promoting cultural exchange, medical training, and quality healthcare. Meanwhile, science and education partnerships have included joint research programs, scholarships, and institutional capacity-building, reinforcing knowledge transfer and innovation.

In parallel with the deepening bilateral relations between Portugal, Brazil, Timor-Leste, and China, the 2024 Beijing Summit of the Forum on China–Africa Cooperation (FOCAC) marked a turning point in the evolution of South–South cooperation, which also included African PSC. The summit underscored the strategic value of Chinese partnerships as a political-diplomatic instrument, offering a consensual, pragmatic, and cooperative framework for fostering mutually beneficial, win-win relationships. This approach reflects China's broader diplomatic ethos – prioritizing inclusivity, non-interference, and shared development goals – while positioning PSC as key interlocutors in the Global South's modernization agenda.

Conclusion

Chinese partnerships, as tailor-made cooperation models, operating individually or in conjunction with the Belt and Road Initiative, not only support the national development plans of each of the Portuguese-speaking countries, but also function as mechanisms of economic integration, contributing to strengthening each country's regional role. International relations have never been static, and any bilateral relationships (including partnerships) will evolve. These partnerships remain essential framework diplomatic instruments between China and Portuguese-speaking countries. Therefore, the main research question in this paper stands as: **What role do Chinese partnerships with Portuguese-speaking countries play in shaping bilateral exchanges?**

Structured around the alignment of national core interests, identification of flexible cooperation mechanisms, and prioritization of key sectors, Chinese partnerships with Portuguese-speaking countries serve as strategic roadmaps for bilateral exchanges. These frameworks are programmatic in nature. They establish shared priorities that guide the engagement of both public and private actors. Moreover, they reflect China’s strategic objectives, including securing access to maritime routes, natural resources, markets, and diplomatic support. In turn, PSC benefit from infrastructure investment, technology transfer, access to Chinese markets, and development financing.

As illustrated in Table 2, cooperation across the nine PSC is most intense in sectors such as infrastructure, regional integration support, tourism, health, science, and education. These areas not only correspond to the developmental priorities of PSC but also align with China’s long-term interest in cultivating influence and fostering sustainable partnerships. The sectoral focus underscores the multidimensional nature of these engagements, which go beyond economic transactions to encompass institutional capacity building and knowledge exchange.

China’s approach to PSC is notably adaptive, which enables the development of tailored frameworks for each of the nine PSC, even when sectoral priorities overlap. This adaptability allows for differentiated rhythms of implementation and transformation, accommodating the unique political, economic, and institutional contexts of each partner country. In this study, we observe that some PSC, such as Brazil, frequently revise and update their cooperation frameworks, reflecting dynamic bilateral agendas and evolving strategic interests. In contrast, countries like Angola and Mozambique tend to maintain consistent frameworks over extended periods of time, suggesting a preference for stability and continuity in their engagement with China.

This variation highlights the flexibility of China’s partnership model, which is capable of responding to both rapid changes and long-term development trajectories. It also highlights the importance of institutional capacity and domestic policy orientation in shaping the pace and scope of bilateral cooperation. Ultimately, the adaptive nature of these partnerships reinforces China’s broader strategic objective of fostering a “community of shared destiny,” while allowing PSC to pursue context-specific development goals within a cooperative framework.

Furthermore, these bilateral cooperation roadmaps contribute to broader regional integration, positioning PSC as gateways to regional economic communities such as the EU, SADC, and ASEAN. This aligns with China’s long-term vision of building a “community of shared destiny” with every country and region (Mardell, 2024), a concept increasingly embedded in its diplomatic discourse alongside other high-level frameworks like the four Global Initiatives

(Global Development Initiative, Global Security Initiative, Global Civilization Initiative, and Global Governance Initiative). Chinese partnerships with PSC are not merely economic or technical; they represent a blend of pragmatic cooperation and normative ambition in China's engagement with the Global South.

References

- Abu-Haltam, D. (2025). Where to throw the hook? Chinese strategic partnership selection and its effectiveness in achieving influence. *Chinese Political Science Review*. <https://doi.org/10.1007/s41111-025-00297-z>
- Agência de Informação de Moçambique. (2025). Trade between Mozambique and China reached 5.18 billion dollars in 2024. Retrieved in September 2025, from <https://aimnews.org/2025/09/04/trade-between-mozambique-and-china-reached-5-18-billion-dollars-in-2024/>
- ASEAN. (2025). Forging a New Era: Timor-Leste Admitted into ASEAN. Retrieved in October 2025, from <https://asean.org/forging-a-new-era-timor-leste-admitted-into-asean/>
- Biato, O (2010) A parceria estratégia sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília: FUNAG. Retrieved in September 2025, from https://funag.gov.br/loja/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf
- CGTN. (2025). Celebrating 50 years of diplomatic relations between China and Mozambique. Retrieved in September 2025, from <https://news.cgtn.com/news/2025-07-02/Celebrating-50-years-of-diplomatic-ties-between-China-and-Mozambique-1EFVTn3WFR6/p.html>
- China Daily. (2017). Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era. Retrieved in March 2024, from http://www.chinadaily.com.cn/interface/flip-board/1142846/2017-11-06/cd_34188086.html
- CNNC (China National Nuclear Corporation). (2025). Sixteen years of commitment: CNI22's presence in Timor-Leste. Retrieved in September 2025, from https://en.cnncc.com.cn/2025-05/27/c_1096529.htm
- Costa, C. M. & Li, Y. (2023). China and European Union countries: Do Chinese partnerships boost cooperation results?. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL14N1, TD1–Thematic dossier“European Union-China relations”, September2023.
- Dai, W. (2015). An Analysis of China's Partnership Diplomacy: Characteristics, Reasons and Development Path. *Contemporary International Relations*, No. 10.
- de Sousa, A. T. L. M. (2024). Brazil and China: A Strong Partnership. *Social Horizons*, Vol. IV, Issue. 8, pp. 23-40.
- Defesanet. (2015). BR-CN – Joint Action Plan Brazil and China 2015-2021. Retrieved in September 2025, from <https://www.defesanet.com.br/air/br-cn-joint-action-plan-brazil-and-china-2015-2021/>
- Embassy of China in Philippines. (2016). Build a New Type of International Relations Featuring Win-Win Cooperation--China's Answer to the Question “Where Are the International Relations of the 21st Century Heading”. Retrieved in September 2025, from https://ph.china-embassy.gov.cn/eng/chinew/201607/t20160701_1161399.htm
- Embassy of China in Sri Lanka. (2010). Joint Action Plan Between the Government of the People's Republic of China and the Government of the Federative Republic of Brazil, 2010-

2014. Retrieved in September 2025, from https://lk.china-embassy.gov.cn/eng/zgxw/201004/t20100422_1403174.htm
- Fei, P. L. (2025). China and Cabo Verde Shape a Shared Future. Retrieved in September 2025, from <https://macaomagazine.net/china-and-cabo-verde-shape-a-shared-future/>
- Government of Dili. (2014). Joint Statement between the People’s Republic of China and The Democratic Republic of Timor-Leste on Establishing Comprehensive Partnership of Good-neighbourly Friendship, Mutual Trust and Mutual Benefit. Retrieved in September 2025, from <https://timor-leste.gov.tl/?p=9967&lang=en>
- Government of Dili. (2022). Timor-Leste Inaugurates New Tibar Bay Port. Retrieved in September 2025, from <https://timor-leste.gov.tl/?p=31566&print=1&lang=en>
- Horta, L. (2024). How Chinese investment is shaping Timor-Leste’s future. Retrieved in September 2025, from <https://macaomagazine.net/chinese-investment-timor-leste/>
- Horta, M. L. S. D. (2012). China’s relations with Portuguese-speaking countries: A growing but unnoticed relation (Master’s thesis, Naval Postgraduate School). <https://hdl.handle.net/10945/17351>
- IMF. (2025). Guinea-Bissau. IMF Country Report No. 25/168. Retrieved in September 2025, from <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/002/2025/168/article-A003-en.pdf>
- Jackson, S. (1995). China’s Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961–1993. *The China Quarterly*, 142, pp. 388-422.
- Jesus, D. S. V. de. (2022). The Strategy of Chaos: Brazilian Foreign Policy under Jair Bolsonaro (2019-2022). *International Journal of Social Science Studies* 10(6):1. doi: 10.11114/ijsss.v10i6.5686.
- Leandro, F. J. B. S., & Li, Y. (2023). Spatial development initiatives: The case of African Portuguese-speaking countries. In P. A. B. Duarte, R. Albuquerque, & A. M. L. Tavares (Eds.), *Portugal and the Lusophone World* (pp. 483–520). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-981-99-0455-6_27
- Leandro, F. J. B. S., Li, Y. (2024). Global Partners Not Contiguous Neighbors: The Potential of Sino-Portuguese Cooperation. In Li, Y., Leandro, F. J. B. S., da Silva, J. T., and Rodrigues, C. (eds.). *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations*. Palgrave Macmillan.
- Leandro, F. J. B. S., Li, Y., & Costa, C. M. (2024). Forty Years of China-Angola Relations: Rethinking the Strategic Partnership. In Li, Y., Leandro, F., da Silva, J. T., & Rodrigues, C. (eds.). *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations*. Palgrave Macmillan.
- Leandro, F. J. B. S., Santos, P. P., & Li, Y. (Eds.). (2021). *China and Portuguese-speaking Small Island States: From sporadic bilateral exchanges to a comprehensive multilateral platform*. City University of Macau. <https://www.academia.edu/46940125>
- Leandro, F. J.; Gonçalves, P. (2022). Brittle Guinea-Bissau: A quest for political and economic stability. *Janus.net, e-journal of international relations*, Vol.13 N.2, November 2022-April 2023. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.2.15>
- Leandro, F., Leandro, G., & Branco, C. (2019). The Geopolitics of Timor-Leste in the Context of the Belt and Road Initiative (BRI) vis-à-vis ASEAN and CPLP. In Ilhéu, F., Leandro, F. & Duarte, P. (eds.). *The new silk road and the Portuguese speaking countries in the new world context*. Lisbon, Portugal: Instituto Internacional de Macau and Associação dos Amigos da Nova Rota da Seda.

- LeBeau, L. G., & Zhang, F. (2022). Transformative international partnership during global challenges. *Journal of Comparative & International Higher Education*, 14(3B), 130-142. <https://doi.org/10.32674/jcihe.v14i3.4828>
- Leite, A. C. C. (2013). Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento integrado como diretrizes da política externa brasileira: uma análise do plano de ação conjunta Brasil-China. *Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD*, 1(2), pp. 67-85.
- Li, Y. & Frogeri, R. F. (Forthcoming). Multi-Dimensional and Mutually Beneficial Relationship: Five Decades of Diplomacy Between China and Brazil (1974–2024). In Leandro, F., Frogeri, R. F., Li, Y., Garcia, F. P. & de Almeida Silva, A., R. (eds.). *The Palgrave Handbook on Geopolitics of Brazil and the South Atlantic*. Palgrave Macmillan.
- Li, Y. & Vicente, M. (2020). Chinese Partnerships and the Belt and Road Initiative: A Synergetic Affiliation. In Leandro, F., Duarte, P. (eds.). *The Belt and Road Initiative: An Old Archetype of a New Development Model*. Palgrave MacMillan.
- Lye, L. F. (2025). Timor-Leste and China: Navigating the fine line of power and progress. Retrieved in September 2025, from <https://www.thinkchina.sg/politics/timor-leste-and-china-navigating-fine-line-power-and-progress>
- Mardell, J. (2024). Building Partnerships with China ‘for a New Era’. Retrieved in September 2025, from <https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/building-partnerships-china-new-era>
- Men, H. & Liu, X. (2015). 中国伙伴关系战略评估与展望 (Partnership Strategy of China: Progress, Evaluation and Prospects). *World Economics and Politics*, 2.
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2005). 中葡两国总理签署联合声明 (The Chinese and Portuguese prime ministers signed a joint statement). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/oz_678770/1206_679570/1207_679582/200512/t20051210_9345408.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2009). Joint Communiqué Between the People’s Republic of China and The Federative Republic of Brazil on Further Strengthening China-Brazil Strategic Partnership. Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367221.html
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2010a). 中华人民共和国和巴西联邦共和国联合新闻公报 (Joint Press Communiqué between the People’s Republic of China and the Federative Republic of Brazil (Full Text)). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/nmz_680924/1206_680974/1207_680986/201004/t20100416_9367926.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2010b). 中华人民共和国和安哥拉共和国关于建立战略伙伴关系的联合声明 (Joint Statement of the People’s Republic of China and the Republic of Angola on the Establishment of a Strategic Partnership). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/fz_677316/1206_677390/1207_677402/201011/t20101121_9310017.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2012). 中华人民共和国政府和巴西联邦共和国政府联合声明 (Joint Statement by the Government of the People’s Republic of China and the Government of the Federative Republic of Brazil). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/nmz_680924/1206_680974/1207_680986/201206/t20120622_9367928.shtml

- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2013). Follow the Trend of the Times and Promote Peace and Development in the World. Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11340559.html
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2014a). 中国和巴西关于进一步深化中巴全面战略伙伴关系的联合声明 (Joint Statement of China and Brazil on Further Deepening the China-Brazil Comprehensive Strategic Partnership). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/nmz_680924/1206_680974/1207_680986/201407/t20140718_9367931.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2014b). 中华人民共和国和东帝汶民主共和国关于建立睦邻友好、互信互利的全面合作伙伴关系联合声明 (Joint Statement between the People's Republic of China and The Democratic Republic of Timor-Leste on Establishing Comprehensive Partnership of Good-neighbourly Friendship, Mutual Trust and Mutual Benefit). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/yz_676205/1206_676428/1207_676440/201404/t20140414_7976525.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2015a). 中华人民共和国政府和巴西联邦共和国政府联合声明 (Joint Statement by the Government of the People's Republic of China and the Government of the Federative Republic of Brazil). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/nmz_680924/1206_680974/1207_680986/201505/t20150520_9367933.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2015b). 中华人民共和国和赤道几内亚共和国关于建立全面合作伙伴关系的联合声明 (Joint Statement of the People's Republic of China and the Republic of Equatorial Guinea on the Establishment of a Comprehensive Cooperative Partnership). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/fz_677316/1206_677510/1207_677522/201504/t20150428_8017451.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2016). 中华人民共和国和莫桑比克共和国关于建立全面战略合作伙伴关系的联合声明 (Joint Statement of the People's Republic of China and the Republic of Mozambique on the Establishment of a Comprehensive Strategic Cooperative Partnership). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/fz_677316/1206_678236/1207_678248/201605/t20160518_9317971.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2017). 习近平会见圣多美和普林西比总理特罗瓦达 (Xi Jinping Meets with Prime Minister Trovoada of Sao Tome and Principe). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/fz_677316/1206_678452/xgxw_678458/201704/t20170416_9323852.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2018). 中华人民共和国和葡萄牙共和国关于进一步加强全面战略伙伴关系的联合声明 (Joint Statement between the People's Republic of China and the Portuguese Republic on Further Strengthening the Comprehensive Strategic Partnership). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/oz_678770/1206_679570/1207_679582/201812/t20181206_9345409.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2019). 中华人民共和国政府和巴西联邦共和国政府联合声明 (Joint Statement by the Government of the People's Republic of China and the Government of the Federative Republic of Brazil). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/nmz_680924/1206_680974/1207_680986/201910/t20191025_9367936.shtml

- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2023). President Xi Jinping Holds Talks with Brazilian President Lula da Silva. Retrieved in September 2025, from https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbj/zjzg_663340/ldmzs_664952/xwlb_664954/202304/t20230414_11059515.html
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2024a). 王毅外长和巴西外长就两国建交50周年在对方主流媒体发表署名文章 (Foreign Minister Wang Yi and Brazilian Foreign Minister published signed articles in each other's mainstream media on the 50th anniversary of the establishment of diplomatic relations between the two countries). Retrieved in February 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/nmz_680924/1206_680974/xgxw_680980/202408/t20240818_11475261.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2024b). Joint Statement between the People's Republic of China and the Democratic Republic of Timor-Leste on Strengthening Comprehensive Strategic Partnership. Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202407/t20240730_11462823.html
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2024c). 中华人民共和国和安哥拉共和国关于建立全面战略合作伙伴关系的联合声明 (Joint Statement of the People's Republic of China and the Republic of Angola on the Establishment of a Comprehensive Strategic Cooperative Partnership). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/fz_677316/1206_677390/1207_677402/202403/t20240315_11261416.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2024d). 李强会见佛得角总理席尔瓦 (Li Qiang met with Cabo Verdean Prime Minister Silva). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/fz_677316/1206_677608/xgxw_677614/202409/t20240904_11484882.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2024e). 中华人民共和国和几内亚比绍共和国关于建立战略伙伴关系的联合声明 (Joint Statement of the People's Republic of China and the Republic of Guinea-Bissau on the Establishment of a Strategic Partnership). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/fz_677316/1206_67752/1207_677764/202407/t20240710_11451714.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2024f). 中华人民共和国和赤道几内亚共和国关于建立全面战略合作伙伴关系的联合声明 (Joint Statement of the People's Republic of China and the Republic of Equatorial Guinea on the Establishment of a Comprehensive Strategic Cooperative Partnership). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/zyxw/202405/t20240528_11313275.shtml
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, China). (2024g). 中华人民共和国和圣多美和普林西比民主共和国关于建立战略伙伴关系的联合声明 (Joint Statement between the People's Republic of China and the Democratic Republic of Sao Tome and Principe on the Establishment of a Strategic Partnership). Retrieved in September 2025, from https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/fz_677316/1206_678452/1207_678464/202409/t20240905_11486084.shtml
- Michalski, A.; Pan, Z. Q. (2017). *Unlikely Partners? China, the European Union and the Forging of a Strategic Partnership*. Palgrave MacMillan.
- People's daily. (2023). 中葡共建“一带一路”收获累累硕果 (China and Portugal have reaped fruitful results in jointly building the Belt and Road Initiative). Retrieved in September 2025, from http://paper.people.com.cn/rmrb/html/2023-09/25/nbs.D110000renmr_03.htm
- People's daily. (2024). 习近平：由中国作曲家谱曲的几内亚比绍国歌是两国人民深厚友谊的见证 (Xi Jinping: The national anthem of Guinea-Bissau, composed by a Chinese composer,

- bears witness to the profound friendship between the two peoples). Retrieved in September 2025, from <http://politics.people.com.cn/n1/2024/0711/c1024-40275815.html>
- Qin, Y. (2016). A Relational Theory of World Politics. *International Studies Review*, 18.
- Shehu, S. (2017). Political Consensus: A Crucial and Key Element of Political Organization. *Academics International Scientific Journal, Entrepreneurship Training Center Albania*, Issue 15, pp. 155-165. Retrieved in March 2024, from: <http://www.academicus.edu.al/nr15/Academicus-MMXVII-15-080-090.pdf>.
- Silk Road Fund. (2014). Speech at the opening ceremony of the APEC CEO Summit – President of the People’s Republic of China Xi Jinping. Retrieved in September 2025, from <https://www.escc.it/upload/doc/Speech%20at%20the%20opening%20ceremony%20of%20the%20APEC%20CEO%20Summit.pdf>
- Sim, T. W. (2019). Old Chinese, new Chinese and the China factor in Timor-Leste. Retrieved in September 2025, from <https://www.thinkchina.sg/economy/old-chinese-new-chinese-and-china-factor-timor-leste>
- Strüver, G. (2017). China’s partnership diplomacy: International alignment based on interests or ideology. *The Chinese Journal of International Politics*, 10(1), 31-65. <https://doi.org/10.1093/cjip/pow015>
- Sun, X. & Ding, L. (2017). 伙伴国类型与中国伙伴关系升级 (Explaining the Upgrading of China’s Partnership: Pivot Partners, Broker Partners and Beyond). *World Economics and Politics*, 2.
- Tang, J. (2016). 伙伴战略与伙伴关系：理论框架、效用评估和未来趋势 (Strategies of Partnerships and Partnerships: Theoretical Frameworks, Assessments of the Effectiveness and Trends in the Future). *Journal of International Relations*, 1.
- The State Council. (2014). Partnerships rather than Alliances, China’s “partners” are all over the world (结伴不结盟，中国“伙伴”遍全球). Retrieved in March 2024, from https://www.gov.cn/xinwen/2014-12/23/content_2795587.htm
- The State Council. (2023). Full Text: Joint Statement between the People’s Republic of China and the Democratic Republic of Timor-Leste on Establishing Comprehensive Strategic Partnership. Retrieved in September 2025, from https://english.www.gov.cn/news/202309/23/content_WS650eced8c6d0868f4e8dfb32.html
- The State Council. (2025a). Xi meets Portuguese PM. Retrieved in September 2025, from https://english.www.gov.cn/news/202509/09/content_WS68bf9ccdc6d0868f4e8f56d1.html
- The State Council. (2025b). China, Brazil issue joint statements. Retrieved in September 2025, from https://english.www.gov.cn/news/202505/13/content_WS68233fc2c6d0868f4e8f2810.html
- Trinkunas, H. (2020). Testing the limits of China and Brazil’s partnership. Retrieved in February 2025, from <https://www.brookings.edu/articles/testing-the-limits-of-china-and-brazils-partnership/>
- Voroni. (2025). China’s Top Crude Oil Suppliers: A Two-Decade Transformation (2000-2024). Retrieved in September 2025, from <https://www.voroniapp.com/energy/-Chinas-Top-Crude-Oil-Suppliers-A-Two-Decade-Transformation-20002024-3927>
- Weber, M. (author); Lassman, P. (editor); Speirs, R. (translator). (2010). *Weber: Political Writings – Cambridge Texts in the History of Political Thought*. Cambridge University Press.

- Wilkins, T. S. (2012). “Alignment”, not “alliance” – the shifting paradigm of international security cooperation: toward a conceptual taxonomy of alignment. *Review of International Studies*, 38, pp. 53-76.
- World Bank. (2025a). Cabo Verde. Retrieved in October 2025, from <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/bae48ff2fefc5a869546775b3f010735-0500062021/related/mpo-cpv.pdf>
- World Bank. (2025b). The World Bank in Guinea-Bissau. Retrieved in October 2025, from <https://www.worldbank.org/en/country/guineabissau/overview>
- Xi, J. (2018). Uma amizade que transcende o tempo e o espaço, uma parceria voltada para o future. *Diário de Notícias*. Retrieved in September 2025, from <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/uma-amizade-que-transcende-o-tempo-e-o-espaco-uma-parceria-voltada-para-o-futuro-10265258.html>
- Xinhua. (2017). Full text of Xi Jinping’s report at 19th CPC National Congress. Retrieved in September 2025, from https://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c_136725942.htm
- Xinhua. (2022a). Full text of the report to the 20th National Congress of the Communist Party of China. Retrieved in September 2025, from <https://english.news.cn/20221025/8eb6f5239f984f01a2bc45b5b5db0c51/c.html>
- Xinhua. (2022b). 2023 New Year Address by President Xi Jinping. Retrieved in November 2023, from <https://english.news.cn/20221231/352449693f7045eeb0321482d6b69a85/c.html>
- Xinhua. (2024). 中赤几合作“改变了赤道几内亚的面貌”——访赤道几内亚总统奥比昂 (China-Equatorial Guinea Cooperation “Changed the Face of Equatorial Guinea” – An Interview with Equatorial Guinea’s President Obiang). Retrieved in September 2025, from <http://www.news.cn/20240525/b8808e74a0f74010a90d935a8716208b/c.html>
- Xinhua. (2025). 50 years of Mozambique-China ties become a model for developing nations, says former Mozambican PM. Retrieved in September 2025, from <https://english.news.cn/20250612/084acef6b4e34789b0fc5bbfca7f49d0/c.html>
- Yang, J. (2015). A New Type of International Relations – Writing a New Chapter of Win-Win Cooperation. *Horizons*, No. 4. Retrieved in September 2025, from <https://www.cirsd.org/files/000/000/000/61/b6770fc27d0715b3f0a1456cde003d92282dbe72.pdf>
- Yuan, S. (2025). Coexistence or competition? China’s evolution in global institutional power. *Histories*, 5(2), 20. <https://doi.org/10.3390/histories5020020>
- Yue, S. (2018). Towards a global partnership network: Implications, evolution and prospects of China’s partnership diplomacy. *Copenhagen Journal of Asian Studies*, 35(1), 5-28. <https://rauli.cbs.dk/index.php/cjas/article/download/5647/6290>
- Zhang, K. (2025). Alliances with Chinese characteristics? The contents and rationale of China’s strategic partnerships. *International Politics*. <https://doi.org/10.1057/s41311-025-00701-0>

Data de receção: 14/10/2025

Data de aprovação: 3/2/2026

A cooperação de defesa entre a República Popular da China e os PALOP: da ideologia política à resiliência operacional¹

Luís Manuel Brás Bernardino

Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal

Nathaly Xavier Schutz

Universidade Federal do Pampa, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.41-64>

“...China is the largest developing country in the world, and Africa is the continent with the largest number of developing countries. Shared past experiences and similar aims and goals have brought China and Africa close together...”

In, “China and Africa in the New Era: A Partnership of Equals”, State Council Information Office of the People’s Republic of China, November 20212.

Introdução

As relações entre a República Popular da China e o continente africano datam do período das independências africanas, ainda na década de 1960, e vão se intensificar no final da Guerra Fria, após o isolamento ocidental da China como resultado dos “episódios” na Praça Tiananmen. Mais recentemente, a Nova Rota da Seda também trouxe novos impulsos para essa relação e aumentou a presença da China em África.

Tanto a China quanto África têm interesses económicos, políticos e securitários nessa aproximação estratégica. A intensidade dessas relações e as áreas prioritárias variam de acordo com as regiões e mesmo com os países e organizações. Alguns grupos de países africanos, por compartilharem características específicas, em grande parte dos casos relacionadas com o processo de colonização europeu, podem ser analisados de maneira conjunta. É o caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

O presente artigo pretende abordar as relações, no âmbito da cooperação de Defesa, entre a República Popular da China e os PALOP, com ênfase especial no

1. Trabalho realizado com recursos do Projeto de Pesquisa “Segurança e Defesa na África: Características, Mudanças e Impactos no Entorno Estratégico Brasileiro” no âmbito do Edital PRODEFESA V (CAPES/MD).

2. https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367447.html

caso China-Angola, essencialmente a partir de 2018. O final da década de 2010 é um momento importante no contexto interno angolano, considerando, em especial, dois aspetos: a saída de José Eduardo dos Santos do poder (2017), e a publicação de novos documentos estruturantes de Defesa (2018), o que veio criar uma maior dinâmica de cooperação de Defesa em Angola.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, com o procedimental histórico-comparativo e de estudo de caso. Os dados são coletados a partir de pesquisa documental e bibliográfica especializada. O artigo está estruturado em três seções, além das considerações iniciais e das conclusões. Em um primeiro momento, será analisada a presença chinesa em África no âmbito da cooperação de Defesa. Em seguida, analisamos brevemente a cooperação em Defesa com os PALOP e por fim, o caso angolano, que será utilizado como um estudo específico das inferências levantadas na seção anterior e que consideramos como “estudo de caso” pela relevância que assume neste contexto da cooperação de Defesa da China com os PALOP.

A questão central e que procuraremos dar resposta neste ensaio académico é saber de que forma a Cooperação de Defesa com a República Popular da China têm contribuído para o desenvolvimento da capacitação em Defesa nos PALOP?

A Presença Militar Chinesa em África

Podemos considerar como marco no estabelecimento das relações contemporâneas entre Pequim e o continente africano, a Conferência de Bandung em 1955 e o subsequente estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e o Egito em 1956 com o início de uma relação que chegou aos dias de hoje. Ao longo das décadas, ainda que tenham ocorrido períodos de estagnação e retração, os países africanos sempre se mantiveram como parceiros importantes da China e apostaram numa parceria ideológica em que assentava no apoio aos movimentos pró-independência.

É apenas no início da década de 90, contudo, que a China se volta com mais intensidade para a África, tentando sair do isolamento provocado pelos impactos no Ocidente após o episódio da Praça Tiananmen. A China passou a procurar novos aliados políticos e encontra no continente africano o apoio de países que se identificam com a sua ideologia, tanto em relação aos problemas políticos internos e às pressões internacionais, quanto no que tange às condições de desenvolvimento socioeconómico (Mawdsley, 2007).

O grande símbolo dessa nova fase nas relações China-África foi o estabelecimento de relações diplomáticas com a África do Sul, em 1998, o principal aliado de Taiwan no continente. No início dos anos 2000 tem-se a criação do “Fórum de Cooperação China-África” (FOCAC), evidenciando a importância que África

tinha ganhado na política externa chinesa e abrindo espaço para uma cooperação multidimensional estratégica. A partir da segunda Reunião Ministerial, que ocorreu em 2003, em Addis Abeba, na Etiópia, passam a ser estabelecidos planos de ação, com metas e determinações para os três anos subsequentes, ou seja, até a próxima Reunião Ministerial, num ciclo de cooperação que tem permitido otimizar este processo de cooperação bi-multilateral, alinhando as prioridades chinesas com as necessidades africanas.

Ainda que o FOCAC tenha sido criado como um âmbito de cooperação mais amplo, focado, principalmente, em ações relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico, ao longo das suas edições, os temas de Defesa e Segurança foram ganhando mais espaço. Já no primeiro Plano de Ação (2003), foi contemplada uma área de “...relações políticas, paz e segurança...”, onde foram reafirmados os princípios estabelecidos na “Declaração de Pequim” (2000) e enfatizada a crescente participação da República Popular da China nas operações de paz da ONU presentes no continente africano e a cooperação nos novos temas de segurança e no combate ao terrorismo, entre outras áreas estratégicas.

Já em 2006, foi publicado o *China's African Policy*; é a primeira vez que o governo de Pequim emite um documento nesses moldes sobre a África, simbolizando, mais uma vez, o peso crescente da África nas relações internacionais da China com o Mundo. No que tange à segurança, são mencionados os envios de tropas e a participação da China em operações de paz da ONU e a cooperação tecnológica na área militar, juntamente com o fornecimento de treino às tropas africanas e apostando na assessoria e consultadoria feita por empresas privadas chinesas nos meios militares.

Em finais de 2021, a República Popular da China desenvolve o documento que passaria a definir estrategicamente a relação com África e possibilita um maior engajamento de países africanos e organizações regionais africanas. O supracitado documento, designado por “*China and Africa in the New Era: A Partnership of Equals*”³ reafirma a relevância da cooperação estratégica com o continente africanos e eleva a relação com alguns países a uma relação político-estratégica, nomeadamente na relação de cooperação com Angola, que iremos dar especial relevância.

Em 2023 a China lançou a “Iniciativa para a Segurança Global”⁴, um documento que complementa as suas outras estratégias, nomeadamente a “Iniciativa para o Desenvolvimento Global”⁵ e a própria “Iniciativa da Nova Rota da Seda”⁶,

3. https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367447.html

4. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367447.html

5. Global Security Initiative.

6. Global Development Initiative.

criando condições para o reforço da cooperação de Defesa e da presença militar chinesa em África.

Mais recentemente, durante a última reunião ministerial do FOCAC, em 2024, foram enfatizados os avanços na cooperação em paz e segurança, como a realização do 3º Fórum sobre Defesa e Segurança China-África em 2023 e as ações da Marinha Chinesa no Golfo de Áden⁷. Segundo Paul Nantulya (2024), tanto os recursos para formação das Forças Armadas e as dotações para as vendas militares, quanto o reforço das capacidades de operações de paz e de combate ao terrorismo são provenientes do FOCAC e pretendem contribuir para uma África mais segura e mais desenvolvida. Parece ser significativo, por exemplo, que no pronunciamento de Xi Jinping na abertura da conferência de 2024 tenha sido enfatizado a importância do auxílio chinês para que a África possa fortalecer as suas capacidades de estabelecer (e manter) a paz e a segurança, mencionando nominalmente a “Iniciativa para a Segurança Global”⁸. A declaração final dessa Conferência é a que tem mais compromissos na área militar na história do FOCAC (Nantulya, 2025b).

Neste contexto, já desde 2017, a China tem uma base militar na África sediada no Djibuti, sendo a sua primeira base militar fora do seu território e seguindo outras potências externas que já tinham presença militar na região. Nos últimos anos, informações não oficiais indicavam que a China teria interesse em construir uma segunda base militar no Continente, desta vez na costa do Atlântico. O estreitamento das relações militares com a Guiné Equatorial, com exercícios da Marinha Chinesa no Golfo da Guiné, e a modernização do Porto de Bata seriam indícios de que Pequim estaria planejando a instalação de uma base militar na região (Kardon, 2022).

Segundo as informações do governo de Pequim, em torno de 100 portos africanos, atualmente, foram construídos e/ou financiados por empresas chinesas e, grande parte deles, são operados por transportadoras estatais chinesas (Vines, Tugendhat e Van Rij, 2024). Constatamos, ainda, que alguns analistas referem que esses dados possam estar superestimados, e que os dados confirmados referem que dos 38 estados costeiros africanos, 30 possuem portos com investimentos e/ou operados por Pequim; e mais de um quarto de todos os portos africanos tem algum tipo de presença chinesa, sendo que a presença militar é cada vez mais uma realidade (Kardon, 2022).

Além disso, a maioria desses portos são construídos com uma estrutura mista, ou seja, são portos comerciais, mas que têm capacidade de receber embarcações militares. Segundo Paul Nantulya (2025), desde 2000, as Forças Armadas chi-

7. Belt and Road Initiative.

8. Informações disponíveis no sítio do FOCAC (<https://2024focacsummit.mfa.gov.cn/eng/>).

nessas já fizeram 55 escalas em portos africanos e foram realizados 19 exercícios militares com forças navais africanas, tanto multi quanto bilaterais, envolvendo 36 diferentes portos de praticamente todas as regiões do continente, mas com especial atenção no Oceano Atlântico e na região do Golfo da Guiné (Bernardino, 2023b).

Obviamente, a presença chinesa nos portos africanos está intimamente ligada à Nova Rota da Seda, pois vários desses portos servem como conectores para outras infraestruturas (rodovias e ferrovias). Além disso, considerando os outros investimentos chineses na região, nas mais diversas áreas, é de se esperar que Pequim mantenha estratégias para a garantir a segurança desses recursos empregados e procure ampliar a sua presença militar nestes espaços de interesse conjuntural estratégico.

O treino e intercâmbio de militares constitui um dos principais meios de Pequim ampliar sua influência nos países africanos. Segundo Arduino (2024), a China vê

Mapa 1. Portos Chineses na África



Fonte: Nantulya (2025)

nessa estratégia a possibilidade de promover o seu modelo de governança em termos de Defesa e Segurança. Reflexos da relevância dessa política foi a construção, na Tanzânia, de um centro de treino militar, sendo a primeira escola de treino militar chinesa no exterior (Nantulya, 2023).

Soma-se a isso as possíveis vantagens de médio/longo prazo, pois considerando o papel de relevância que as Forças Armadas têm em grande parte dos países africanos e que esses jovens militares selecionados para receber treinamento potencialmente ocuparão postos de liderança no futuro, os laços e a influência chinesa nesses países tendem a se aprofundarem ao longo dos anos. Esse modelo de treinamento estaria inserido no que Carrozza e Marsh (2022) denominam de assistência a Forças e Serviços de Segurança, que seria materializado através do fornecimento de auxílios, totalmente cobertos ou em grande parte financiados pela China, para o fortalecimento da capacidade coercitiva das forças de segurança de países africanos.

Existe ainda uma outra área, ligada à Segurança e Defesa, na qual a República Popular da China vem ampliando a sua presença na África, nomeadamente os sistemas de vigilância. Deve-se lembrar que, em torno de 70% da infraestrutura digital da África é fornecida pela China e que essas ferramentas de vigilância fazem parte de contratos e acordos mais amplos, que incluem outras tecnologias como *data centers* e recursos de inteligência artificial (Jili, 2023). Neste contexto, constatamos que pelo menos 22 países africanos já adotaram sistemas de monitoramento e vigilância chineses (Nantulya, 2025b).

Como já destacado anteriormente, a China tem realizado exercícios militares em África em conjunto com Estados Africanos, evidenciando a ampliação da cooperação de Defesa. Mais recentemente, entre julho e agosto de 2024, foi desenvolvido, na Tanzânia e em Moçambique, o “*Peace-Unity 2024*”, exercício militar terrestre e marítimo, com duração de duas semanas e emprego de forças terrestres, navais, aéreas e marítimas do Exército de Libertação Popular da China e mais de mil soldados. Pela primeira vez, o exercício foi feito com tropas destacadas diretamente da China (que foram projetados com recursos a transporte estratégico intra-teatros), e não empregando os destacamentos residentes na base do Djibuti. Tal facto é de grande relevância, pois:

[...]mostrou a capacidade crescente do ELP para projetar infantaria, blindados, artilharia e unidades de apoio a grandes distâncias. Sublinhou também a importância de África como campo de ensaio para a projeção de poder, a prontidão e as capacidades de combate do ELP. (Nantulya, 2024, p.1)

Obviamente que a venda de armamento e equipamento militar também faz parte da ampliação da presença chinesa em África. Atualmente, segundo os dados do SIPRI, em torno de 15% do armamento importado pelos países africanos é

proveniente da China. Uma cifra ainda bem inferior à Rússia, principal fornecedor africano e que corresponde a cerca de 30% das importações totais.

É importante, contudo, registrar que existe uma tendência de crescimento, muito em função da necessidade dos países africanos de buscarem alternativas aos equipamentos militares russos, tendo em vista o conflito na Ucrânia. Além disso, ainda segundo os dados do SIPRI, essas exportações não são uniformes para todo o continente. Em 2024, a China foi o quarto país entre os principais fornecedores de armamento no mundo, atrás de Estados Unidos, Rússia e França. O principal destino das suas exportações, todavia, não são países africanos. Mais de 50% das exportações vão para o Paquistão; o principal comprador africano é a Argélia, com pouco mais de 3% do total, seguido da Nigéria, com 2%.

O comércio de armamentos da China com a África, assim, ainda que tenha ganhado muitos holofotes nos últimos tempos, não tem uma representatividade tão grande, nem do ponto de vista do total das exportações chinesas, nem em relação aos fornecedores africanos. Neste contexto, e entrando numa análise mais detalhada, poderemos efetivamente questionarmo-nos se existe uma “nova” Estratégia Militar Chinesa para África? Questão que procuraremos responder na próxima sessão.

A “nova” Estratégia Militar Chinesa em África

A República Popular da China é reconhecida, por muitos especialistas, no atual quadro das Relações Internacionais, como um ator global. A China emergiu recentemente para esta realidade, em resultado da sua política externa designada de “*Going Out Strategy*”, lançada oficialmente em 2001. E mais concretamente desde 2013, como vimos, após a apresentação da sua estratégia de conectividade global designada por “*Belt and Road Initiative*”, surgindo como um importante ator económico, político, diplomático, mas também de segurança, nomeadamente em África, onde a sua presença é incontornável (Bernardino, 2023b) (Tomé, 2025).

Segundo Arduino (2024) a presença de cidadãos chineses e de interesses económicos em África tem crescido substancialmente desde 2001 devido à expansão do comércio da China com os Estados Africanos (e Organizações), financiando projetos relacionados com a construção de infraestruturas e estabelecendo acordos económicos de parceria estratégica de medio-longo prazo. Estas parcerias estão assentes, quase sempre, no fornecimento à China de recursos naturais estratégicos, tais como o petróleo, gás natural ou a cedência de vastas parcelas de terreno para produção agrícola, contribuindo para a economia africana e cada vez mais, para a segurança regional e continental em África.

Atualmente, neste continente, muitos países e organizações regionais estão envolvidos em conflitos armados intraestatais, e são assolados por fenómenos de

terrorismo jihadista, tráfico ilegal diverso e banditismo ou pirataria marítima ao largo das suas costas, existindo, cada vez mais, um sentimento de insegurança regional. Podemos até, sem exagero, afirmar que a conflitualidade no continente africano é um problema que ultrapassou a dimensão regional ou continental e passou a ser um problema global, com impacto na economia mundial (Bernardino, 2023b).

Neste contexto, o aumento do número de ataques violentos contra trabalhadores e interesses chineses em África, levou à tomada de consciência da comunidade chinesa (e dos dirigentes políticos) para uma necessária proteção, associada à consequente perda económica que estes raptos e incidentes de segurança originam. Estes aspetos são assim alguns dos principais fatores que persuadiram o governo chinês a reagir e a apostar num reforço da segurança dos seus cidadãos e dos seus interesses económico-financeiros em África, no que parece ser uma “nova” Estratégia Militar Chinesa para África (Bernardino, 2023b, pp. 80-83).

A República Popular da China passou assim, num lapso de cerca de uma década, de um não-envolvimento intransigente para um envolvimento seletivo e incremental na cooperação bilateral, regional e global em matéria de paz e segurança. Nomeadamente, através da criação de programas de cooperação e assistência bilateral e multilateral (e bi-multilateral) integrados no “novo” quadro de Política Externa de Defesa, mantendo, contudo, o princípio intransigente da não ingerência nos assuntos internos dos países estrangeiros. Características que têm feito da República Popular da China, durante décadas, um ator pouco relevante em matéria de Segurança e Defesa em África. Segundo este novo paradigma, a China tem prosseguido uma abordagem estratégica assente em dois grandes vetores: primeiro, para defender os seus interesses económicos e de segurança, e numa segunda linha para expandir a sua influência em África e consequentemente no mundo.

O envolvimento crescente da China em operações de paz em África forneceu também o pretexto para acelerar a construção da designada “Marinha de Águas Azuis”, no intuito de poder estar mais presente no Oceano Índico e no Oceano Pacífico, tendo estabelecido a sua primeira base militar ultramarina, como vimos, em 2017, no Djibuti, precisamente em África. Por outro lado, alargou a sua presença militar envolvendo bilateralmente os países africanos através da realização de exercícios militares conjuntos, reforçando a formação e assessoria militar, estabelecendo protocolos para o fornecimento de sistemas de informação ligados à cibersegurança, e ainda reforçando a venda (e doação por contrapartidas) de material bélico, e estabelecendo programas de construção de infraestruturas militares

que têm garantido um reforço da cooperação de Defesa com praticamente todos os países africanos, nomeadamente os PALOP.

A vertente bilateral é reforçada, multilateralmente, através da relação cada vez mais privilegiada e estratégica, com a União Africana (UA) e as ORA, através do recém-criado Fórum China-África para a Segurança (tendo sido realizado até ao momento sete fóruns), combinando as duas vertentes da cooperação numa abordagem bi-multilateral estratégica.

Atualmente, o FOCAC, como vimos, cobre praticamente todo o continente africano e relaciona-se com Estados e Organizações Regionais. A China tem, atualmente, embaixadas em 50 Estados Africanos e está representada em todas as ORA, norteando as relações da China com a UA e as Comunidades Económicas Regionais, pois esta cooperação tornou-se, cada vez mais, institucionalizada e estratégica para a China. Este quadro de referência permitiu criar oportunidades para alinhar a República Popular da China e África com normas e acordos de âmbito bi-multilateral, resultando numa parceria estratégica com as Organizações e os Estados Africanos, envolvendo várias áreas da cooperação, nomeadamente a económico-financeira e a de segurança e defesa inscritas no “Plano de Acção 2019-2021” e muitas medidas replicadas e aumentadas no atual “Plano de Acção 2024-2027”.

Em finais de 2022, a China ocupava o 9º lugar em termos de contribuições das tropas para todas as missões da ONU com um total de 2.235 militares e polícias, e passou a ser o maior contribuinte de tropas entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das NU. Nos últimos anos, a República Popular da China, reforçou o seu contributo para o orçamento das operações de manutenção da paz da referida organização, representando cerca de 15% do orçamento do Departamento das Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO), estando em 2ª lugar depois dos EUA (28%). Estes indicativos foram ajustados no início de 2025, onde a República Popular da China passou a ser o 8º contribuinte de tropas para as missões das Nações Unidas, envolvendo 1802 capacetes azuis, dos quais 64 são mulheres)⁹.

Na dimensão bilateral, que constitui ainda o vetor primordial da cooperação de Defesa em África, assistimos na última década a um aumento significativo dos exercícios militares conjuntos e das visitas a portos dos navios da Marinha de Guerra Chinesa, nomeadamente através da participação em operação antipirataria liderada pela ONU ao largo do Corno de África, em que as visitas portuárias da Marinha Chinesa aos países africanos (a partir da base naval no Djibuti) tornaram-se cada vez mais frequentes, nomeadamente na área atlântica como vimos.

9. https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/02_country_ranking_82_january_2025.pdf

Assim, a presença dos designados “*security contractors*”, empresas de segurança Chinesas que respeitando o princípio da não ingerência têm se afirmado no contexto securitário Africano visam colmatar, por um lado, as falhas dos governos africanos que não conseguem garantir a segurança das empresas e trabalhadores chineses, e por outro lado reforçam a cooperação e a influência em África, resultando num contributo para a Economia de Defesa Chinesa e uma fonte de emprego para os militares reservistas das Forças Armadas Chinesas que são integrados nestas empresas de segurança semi-estatais.

O emprego destas empresas de segurança é entendido como um ponto relevante da “nova” estratégia securitária chinesa em África, auxiliando a segurança regional (e dos Estados) e beneficiando a China pelo nível de negócios e de receitas na área da Economia de Defesa que são capazes de gerar (valores ainda não do conhecimento público).

Em suma, a Estratégia Militar Chinesa para África tem vindo a desenvolver-se, recentemente, assente numa dinâmica crescente de envolvimento seletivo, privilegiando sempre a não ingerência nos assuntos internos dos Estados Africanos. Contudo, esta estratégia bi-multilateral tem levado a China a ser mais interventiva e a assumir-se como um dos principais atores para a Segurança e Defesa regional em África (Bernardino, 2023b). Este aspeto, no que designamos por uma “nova” estratégia militar chinesa em África, conjuga elementos de continuidade e alguns aspetos inovadores que se caracterizam por um maior envolvimento no quadro multilateral das operações de paz, no reforço da presença de empresas militares privadas chinesas e no reforço da cooperação, assessoria e aconselhamento militar, a par de um aumento na venda de armamento e do número de programas de assistência técnica e tecnológica militar com os países africanos, nomeadamente nos PALOP.

No futuro, tudo aponta para que esta influência vai crescer e expandir-se para outras latitudes dentro do continente africano, levando ao engajamento em operações navais no Oceano Atlântico e ao envolvimento em operações terrestres no quadro da ONU e da UA, reforçando assim, cada vez mais, a sua relevância e presença militar em África, como parte relevante de uma estratégia de globalização da sua Política Externa de Defesa. Neste contexto, importa agora analisar a relação da República Popular da China na dimensão da cooperação de Defesa com os PALOP.

A Cooperação de Defesa entre a República Popular da China e os PALOP

A República Popular da China mantém relações político-diplomáticas-económicas com todos os PALOP, praticamente desde o tempo do apoio aos movimentos de independência nacional, constituindo-se, como vimos, mais recentemente,

num parceiro estratégico no desenvolvimento e em especial na cooperação de Defesa. Por outro lado, todos os países dos PALOP têm Embaixadas Chinesas e Adidos Militares de Defesa que relacionam e simbolizam a relação estratégica que formalizaram praticamente após as independências. A ideologia marxista e de índole revolucionária de Mao Tse Tung é muito do agrado das lideranças político-militares destes países africanos, pois que praticamente todos tiveram contactos com a República Popular da China e detêm uma relação privilegiada com as escolas militares chinesas.

A Escola e ideologia chinesa constituiu um pilar central na edificação dos Estados Africanos antes, durante e após as independências e forjou uma ideologia matricial revolucionária pró-marxista que ainda é a matriz de muitos dos partidos políticos nos PALOP. Vejamos em suma como cada país dos PALOP (excluiu-se propositadamente a Guiné-Equatorial) se relaciona na cooperação no domínio da Defesa com a China e dedicaremos especial atenção a Angola que é efetivamente “especial”.

As relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República de Cabo Verde¹⁰ foram estabelecidas em 1976, dando início a uma relação bilateral marcada inicialmente por apoio técnico e diplomático, com enfoque inicial na área da saúde, educação e construção de infraestrutura básicas, essencialmente no apoio ao desenvolvimento e na edificação das estruturas sociais do Estado cabo-verdiano. Após estes desenvolvimentos iniciais assiste-se, em paralelo, a uma crescente aproximação nas áreas de segurança, infraestrutura e capacitação técnica (nas mais diversas áreas) e mais recentemente, o apoio estendeu-se a áreas mais tecnológicas, e concretamente na vertente da tecnologia militar.

Cabo Verde tem reiterado o seu apoio ao princípio de “...uma só China...”, reforçando a confiança política entre os dois países e estabelecendo laços político-diplomáticos que são relevantes para a presença da China no Golfo da Guiné e tentar uma aproximação estratégica que lhe permita “controlar” parte do Oceano Atlântico médio. A cooperação técnico-militar é consistente e assenta especialmente na doação (ou venda a condições muito favoráveis) de equipamentos mili-

10. “...A China é hoje um dos mais importantes parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, tendo apoiado, entre vários projetos de construção de infraestruturas e têm mantido relações de cooperação em outras áreas, incluindo o desenvolvimento de recursos humanos e capacitação. Nesse contexto, a cooperação no desenvolvimento de recursos humanos normalmente envolve programas de treino, bolsas de estudo e assistência técnica. Em 2022 as exportações de Cabo Verde para a China foram de 20 mil dólares americanos e as importações de 93 milhões. As relações diplomáticas e de amizade entre a China e Cabo Verde têm uma história que remonta a várias décadas. Estes dois países, apesar de estarem geograficamente distantes, têm construído uma relação sólida e mutuamente benéfica, baseada em laços históricos, cooperação e interesses comuns. Desde o estabelecimento oficial das relações diplomáticas entre a China e Cabo Verde, ambas as nações têm trabalhado em conjunto para fortalecer os laços bilaterais, abrangendo áreas como comércio, cultura, agricultura, educação, desenvolvimento e ajuda humanitária...”. Disponível em: https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/country_invest/view/7339

tares, formação técnica e intercâmbio de Oficiais e ainda no apoio à modernização de infraestruturas militares e estatais (Palácio da Assembleia Nacional, Estádio Nacional, Biblioteca Nacional e Campus da Universidade de Cabo Verde). Neste contexto, constatamos que em 2020¹¹, foi assinado um protocolo de concessão gratuita de assistência militar, envolvendo doações de materiais às Forças Armadas Cabo-verdianas¹² que tem contribuído para alavancar capacidades militares estruturantes, nomeadamente na guarda-costeira.

Já a cooperação político-militar chinesa com a República da Guiné-Bissau, muito por via do apoio político a Amílcar Cabral teve a sua origem no apoio ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e numa base comum (interdependente) que vem desde o apoio ao movimento anticolonial que viria a ditar a independência da Guiné-Bissau em 10 de setembro de 1974. A China é um dos maiores parceiros internacionais da Guiné-Bissau, que cooperam há vários anos em diferentes áreas, tais como: educação, saúde, pesca e na vertente da Defesa.

A Guiné-Bissau é vista pela China como um parceiro privilegiado na África Ocidental, com potencial para interagir ao nível da cooperação marítima e segurança regional, nomeadamente com a adesão da Guiné-Bissau à “*Belt and Road Initiative*”, que reforça o interesse chinês em apoiar a estabilidade e infraestrutura de Defesa no país e assegurar condições vantajosas de cooperação económico-financeira e de segurança-defesa. Podemos também constatar que após atualmente as maiores infraestruturas públicas da Guiné-Bissau foram construídas no quadro da cooperação com a República Popular da China e este apoio é fundamental para que a Guiné-Bissau possa garantir as condições mínimas de desenvolvimento e de segurança.

A cooperação de Defesa entre a China e a Guiné-Bissau tem ganhado destaque nos últimos anos, especialmente com o aprofundamento das relações bilaterais em 2024, onde no mês de julho, durante visita oficial do Presidente Umaro Sissoco Embaló a Pequim, a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau elevaram as suas relações ao nível de parceria estratégica¹³. A Declaração Conjunta assinada reafirma o firme propósito de reforçar a cooperação entre os dois países,

11. Disponível em: <https://www.governo.cv/china-e-cabo-verde-assinam-protocolo-sobre-concessao-gratuita-de-assistencia-militar/>

12. Disponível em: <https://caboverde24.info/2025/07/05/relacao-cabo-verde-e-china-oportunidades-e-dependencia/>

13. “...O presidente da Guiné-Bissau assinalou que a Guiné-Bissau continuará a se manter firme com a China, defender o princípio de Uma Só China e apoiar a posição da China em seus interesses fundamentais, como o assunto de Taiwan. A Guiné-Bissau admira as notáveis realizações de desenvolvimento da China e considera a China como a sua principal prioridade nas relações externas e o seu parceiro mais importante. A Guiné-Bissau espera aprender com a experiência de desenvolvimento da China e fortalecer a cooperação com o país asiático

incluído compromissos em áreas como: Defesa e Segurança; formação militar e o apoio técnico e logístico, nomeadamente na construção de infraestruturas críticas e de capacitação operacional, onde se constata que a China tem contribuído para a construção e reabilitação de infraestruturas públicas ligadas à segurança nacional, incluindo nomeadamente: Quartéis e centros de comando; sistemas de comunicação e controlo na formação de Oficiais guineenses em academias militares chinesas...um padrão que parece ser linear e muito idêntico na abordagem aos PALOP.

Neste contexto, a cooperação de Defesa da China com Moçambique assenta igualmente numa relação político-diplomática baseada numa ligação histórica e no apoio aos movimentos de libertação moçambicanos, nomeadamente a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e no apoio direto (desde 1962) a Eduardo Mondlane e, após a sua morte, a Samora Machel, que contribuiu, decisivamente, para alcançar a independência de Moçambique decretada em 25 de junho de 1974 em Maputo.

O apoio da República Popular da China de Mao Tse Tung à FRELIMO incidiu inicialmente em vários domínios, desde logo no apoio militar e logístico, nomeadamente no fornecimento de armas, munições e equipamento militar ao movimento de libertação durante a luta armada contra o domínio colonial português (1964–1974). Depois, no treino militar de guerrilheiros moçambicanos em território chinês, com foco em táticas de guerrilha inspiradas na experiência maoísta. Inspiração que se deveu a uma influência ideológica marxista onde a China promoveu o maoísmo como modelo de organização revolucionária, influenciando as estruturas político-militares da FRELIMO, tendo sido “crucial” para desbloquear debates internos e consolidar uma linha ideológica própria que se mantém até aos dias de hoje¹⁴.

Após a independência, a República Popular da China e a República de Moçambique estabeleceram relações diplomáticas formais, onde ao longo de meio século, sob a orientação estratégica dos líderes de ambos os países, a parceria evoluiu para uma relação de parceria estratégica abrangente, marcada pela confiança mútua, cooperação bi-multilateral e múltiplos apoio recíprocos. Moçambique participa ativamente tanto do “Fórum de Cooperação China-África” quanto do “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” (sediado em Macau como vimos). Ambos os países valorizam o papel positivo desses fóruns na promoção da cooperação económica e comercial bi-multilateral e comprometem-se a aprofundar, ainda mais, essa cooperação mutuamente benéfica.

em áreas como comércio, investimento, infraestrutura e recursos minerais...”. Disponível em: https://gw.china-embassy.gov.cn/por/xwtdt/202407/t20240711_11452267.htm

¹⁴. Disponível em: <https://portuguese.people.com.cn/n3/2025/0625/c309809-20332143.html>

A cooperação de Defesa entre a China e Moçambique tem se intensificado nos últimos anos, refletindo uma relação estratégica que se estende até os desafios contemporâneos de segurança regional, nomeadamente na capacitação operacional das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique (FADM) e concretamente no combate ao terrorismo na região de Cabo Delgado¹⁵. A Cooperação de Defesa China–Moçambique recentemente reforçou-se na Reunião Ministerial em Pequim (junho de 2024), onde os Ministro da Defesa da China, Dong Jun e o Ministro moçambicano da Defesa Nacional, Cristóvão Chume concordaram em reforçar essa cooperação, tendo na declaração oficial Dong Jun afirmado que “...o aprofundamento da cooperação militar bilateral é de importância estratégica para alcançar o desenvolvimento comum e manter a estabilidade regional...”¹⁶.

Os objetivos da cooperação firmados na Declaração Conjunta visam fortalecer as Forças de Defesa e Segurança (FDS) moçambicanas, implementar o consenso político-diplomático entre os Chefes de Estado, e principalmente elevar as relações militares e de cooperação de Defesa para um novo nível...designado de “estratégico” (Bernardino, 2021).

Moçambique é considerado pela China como um parceiro-chave na África Austral, especialmente devido à sua relevante localização geoestratégica, relativamente perto da sua base militar no Djibuti e pelo controlo do acesso ao Oceano Atlântico pelo Canal de Moçambique. Por outro lado, os desafios de segurança na região de Cabo Delgado têm contribuído para uma diminuição nas trocas comerciais entre estes dois países, principalmente ao nível das exportações moçambicanas para a China, muito por via da paragem da extração de gás natural e petróleo e na produção de madeira na região de Afungi em Cabo Delgado.

Como refere ainda Luis Bernardino (2023b) a cooperação militar é parte de uma estratégia mais ampla que inclui investimentos em infraestrutura críticas, energia e apoio de saúde e educação, e que aposta também no envolvimento “inovador” de empresas privadas de segurança chinesas como entrepostos comerciais para a venda de material militar e apoio à construção de infraestruturas de Defesa em complemento e paralelo à cooperação de Defesa China-Moçambique.

A realidade na relação de cooperação de Defesa China-São Tomé e Príncipe não é muito diferente do que vimos antes com os outros PALOP, apenas que a dimensão e relevância da cooperação parece ser diferente e também pelo facto do executivo são-tomense ter optado por ter uma Embaixada de Taiwan na ilha o que

¹⁵. Disponível em: <https://aimnews.org/2024/09/05/china-podera-formar-militares-mocambicanos-no-combate-ao-terrorismo/>

¹⁶. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-sublinha-importancia-estrategica-da-cooperacao-militar-com-mocambique_n1582404

afastou a cooperação chinesa durante alguns anos...facto que terminou em 20 de dezembro de 2016¹⁷.

Durante o período da luta pela independência de São Tomé e Príncipe (décadas de 1960 e 1970), a China desempenhou um papel de apoio ativo aos movimentos de libertação africanos, incluindo o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Embora o envolvimento chinês tenha sido mais discreto do que em países como Moçambique ou Angola, este envolvimento foi politicamente significativo e contribuiu para a declaração da independência em 12 de julho de 1975.

A cooperação de Defesa entre a República Popular da China e os sucessivos governos de São Tomé e Príncipe no período pós-independência tem ganhado maior relevância nos últimos anos, especialmente após o restabelecimento das relações diplomáticas em 2016.

Mais recentemente, a partir de 2023, essa parceria estratégica passou a incluir iniciativas concretas no setor da segurança interna e apoio técnico-militar, onde se destaca a reunião bilateral China – S. Tomé e Príncipe (setembro de 2023) com a participação do Ministro da Defesa e Administração Interna de São Tomé e Príncipe, Jorge Amado, e da Embaixadora da China, Xu Yingzhe, tendo como objetivo principal reforçar a cooperação em vários aspetos da Segurança Interna e Defesa Nacional, destacando-se, pela primeira vez, o envio de dois peritos chineses em sistemas de segurança para assegurar formação técnica das forças de segurança são-tomenses o apoio ao funcionamento de equipamentos de vigilância e comando oferecidos pela China. Uma abordagem já conhecida e que assenta numa tentativa de controlar os sistemas de vigilância marítima numa região tão relevante como o Atlântico médio e as redes de comunicação governamentais (Bernardino, 2023b).

A declaração conjunta assinada nessa data reflete muitas das orientações para a cooperação de futuro entre os dois países e refere especialmente que: "...as duas partes enalteceram o papel de orientação e promoção desempenhado pelo FOCAC no impulsionamento da cooperação China-África de alta qualidade, desde a sua criação há 24 anos, e consideraram que o êxito da Cimeira de Beijing do FOCAC deu início a um novo capítulo de solidariedade e cooperação China-África...", salientando ainda que as duas partes estão dispostas a seguir a "Declaração de Beijing" sobre a formação conjunta de uma comunidade com futuro compartilhado entre a República Popular da China e África e o respetivo FOCAC-Plano de Acção (2025-2027), relevantes para aprofundar a cooperação mutuamente benéfica e pragmática entre China e África e alcançar o desenvolvimento e a prosperidade do continente.

¹⁷. Disponível em: <https://www.observatoriodachina.org/pt/article/china-e-sao-tome-e-principe-assinam-novo-acordo-de-cooperacao-bilateral>

As duas partes expressaram ainda a disposição de discutir a negociação e a assinatura de um acordo-quadro da parceria económica para o desenvolvimento partilhado, promover arranjos mais flexíveis e pragmáticos de liberalização e facilitação de comércio e investimento e proporcionar garantia institucional a longo prazo, estável e previsível para a cooperação económica e comercial entre a China e São Tomé e Príncipe¹⁸.

Depois de analisados sumariamente a relação da República Popular da China com os PALOP e que nos permitiu constatar a existência de uma “nova” estratégia militar chinesa para África, que envolve diretamente os PALOP e assenta numa abordagem muito semelhante entre estes países, importa analisar, mais em detalhe, a relação de cooperação de Defesa com a República de Angola, aspeto que será central na próxima sessão.

A Cooperação de Defesa da China com Angola

As relações históricas entre a república de Angola e a República Popular da China remontam ao apoio ao processo de independência angolano que contribuiu para a sua independência em 1975. Ao longo da luta pela independência, a China teve um envolvimento conturbado, com apoios oscilantes aos diferentes movimentos de libertação, ainda que, formalmente, reconhecesse a legitimidade dos três, nomeadamente a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) tendo, inclusive, enviado uma manifestação formal de saudação aos três movimentos quando firmado o Acordo de Alvor (Taylor, 2006). Após alguns anos de negociação, em 1983, Angola e China estabelecem as primeiras relações diplomáticas formais, iniciando um caminho de intensas relações e cooperação estratégica que perdura até hoje.

Ao longo das décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 1990, Angola e China estreitaram relações políticas e económicas, com a assinatura de diversos acordos e ampliação das relações comerciais, com Angola figurando entre os principais parceiros chineses em África (Vines e Campos, 2007). As relações económicas entre a República Popular da China e a República de Angola ganham um significativo impulso em 2003, com a criação do “Fórum para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, do qual, além de China e Angola, também fazem parte o Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. O Fórum, de natureza informal, tem a sede para reuniões em Macau, o que possibilita que a República Popular da China maximize o potencial da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)

¹⁸. Disponível em: https://st.china-embassy.gov.cn/por/sghd_3/202410/t20241015_11507877.htm

como ponte para a cooperação e investimentos nos Países de Língua Portuguesa (Alves, 2007).

Em 2024, durante a visita do Presidente Angolano João Lourenço a Pequim, foi assinada uma Declaração Conjunta de elevação das relações bilaterais para “Parceria de Cooperação Estratégica Global¹⁹”. Na ocasião, João Lourenço destacou a importância do auxílio chinês durante a reconstrução pós-guerra civil e na pandemia de Covid-19, enquanto Xi Jinping enfatizou o compromisso chinês em apoiar as “soluções africanas para problemas africanos” e a resolução dos problemas de paz e segurança, além de aprofundar a cooperação no âmbito da Iniciativa da Nova Rota da Seda²⁰ (Xinhua, 2024). As relações entre Luanda e Pequim, todavia, não se restringem ao âmbito económico, a cooperação em Defesa é um campo de grande relevância e merece ser analisado com maior profundidade, nomeadamente no contributo para a capacitação das Forças Armadas dos PALOP.

Recorde-se que em 2017, após quase quatro décadas no poder, José Eduardo dos Santos deixa de ser o presidente angolano, assumindo o cargo João Lourenço. Ainda que se tenha um governo de continuidade do MPLA, Lourenço pretende promover algumas mudanças na política externa e na política de defesa. Destaca-se, em especial, a revisão da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, e em 2018, com o Decreto Presidencial que estabelece o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e o respetivo Livro Branco de Defesa Nacional. Os documentos avançam significativamente no pensamento e planeamento estratégico comparado com seu antecessor, trazendo a ideia de que o “...Conceito Estratégico de Defesa Nacional define os aspetos fundamentais da estratégia global do Estado em matéria de Defesa Nacional...” (República de Angola, 2018a).

Na mesma linha da publicação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, também é publicado o Livro Branco de Defesa Nacional. Assim como os documentos semelhantes de outros Estados (como no Brasil), o Livro Branco tem como objetivo dar maior transparência à Política de Defesa Nacional de Angola para os outros países e ampliar os conhecimentos da população sobre o tema da soberania nacional. Fica claro, no Livro Branco, a expectativa angolana de assumir um papel de protagonismo na região subsariana, referindo que:

[...] “...as novas dinâmicas de ordem externa e interna determinam um novo modelo de inserção de Angola na arena internacional e obrigam as Forças Armadas Angolanas a assumir novas responsabilida-

19. Comprehensive Strategic Cooperative Partnership.

20. Ressalte-se que, em 2018, foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República de Angola sobre a cooperação no âmbito da Iniciativa do Cinturão Económico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI, formalizando a adesão de Angola a estas iniciativas chinesas.

des, compatíveis com o nível de ambição política do nosso país...” [...] (República de Angola, 2018b, p. 2350).

A possibilidade de desempenhar um papel de liderança e de força de estabilização regional, contudo, está condicionada à necessidade de modernização, reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas Angolanas, em especial a sua Marinha de Guerra Angolana (MGA) e na Força Aérea Nacional Angolana (FANA).

Neste contexto, e tendo constatado as lacunas supracitadas, entre 2012 e 2023, o governo angolano realizou a compra de mais de vinte tipos de equipamentos militares diferentes, em sua grande maioria, aeronaves e helicópteros, sendo que dos 137 equipamento adquiridos neste período, apenas 17 trata-se de embarcações (seis dessas ainda por serem entregues) e 3 aeronaves de patrulha marítima (IISS, 2024; SIPRI, 2025). Historicamente, a Rússia é uma das principais fornecedoras de armamentos para Angola; as sanções internacionais recentes contra a Rússia, todavia, impactaram negativamente nesse fluxo, levando a República de Angola a procurar outros fornecedores, entre eles, a China, que em determinadas áreas específicas passou a ser o principal fornecedor de equipamento militar a Angola.

Tabela 1. Armamentos China – Angola

Recipient	Supplier	Designation	Description	Weapon Category	Order Year	Number Ordered	Delivery Years
Angola	China	vehicle engine 301-400	vehicle engine	Engines	2013	45	2015
Angola	China	Assaulter	fire-support vehicle	Armoured vehicles	2015	10	2016
Angola	China	WZ-551	armoured personnel carrier	Armoured vehicles	2015	5	2016
Angola	China	K-8 –	trainer/combat aircraft	Aircraft	2018	12	2020
Angola	China	MA-60 -	transport aircraft	Aircraft	2018	2	2019

Fonte: Elaboração própria com dados do SIPRI MILEX Database (2025)

Apesar da importância que o mar tem para a política e a economia angolanas, a estratégia marítima e a capacidade da sua Marinha de Guerra ainda estão muito aquém do necessário. Atualmente, por exemplo, o seu contingente corresponde a apenas 5 % (um efetivo que ronda os 5000 militares) do total das Forças Armadas Angolanas (FAA), seguindo muita da lógica que presidiu aos Acordos de Bicesse. Por outro lado, o Atlântico é uma região de grande interesse geoestratégico para a China, considerando que não só é uma área rica em recursos energéticos e naturais, como também uma zona de influência direta dos Estados Unidos. Além disso,

na região encontram-se uma grande parte dos maiores fornecedores de petróleo para a China, entre eles, Angola.

A região do Golfo da Guiné, da qual Angola é um Estado central, é uma das áreas na qual a China tem ampliado a sua participação económica e securitária. Destaca-se a participação chinesa em mais de 70 portos na região, dos quais, cerca de metade, já possuem capacidade para receber navios militares e apoiar a realização de operações e manobras navais na região (Boletim Geocorrente, 2025). Em Angola, a República Popular da China tem uma presença constante nos portos de Lobito, Cabinda, Namibe e Luanda, sendo que apenas o último tem capacidade para receber navios de guerra chineses, contribuindo para a possibilidade de a China passar a deter no curto/médio prazo uma base naval no Atlântico Sul.

Como já foi mencionado, existe algumas especulações de que a China teria intenção de implementar uma segunda base militar na África, desta vez no Atlântico, ainda que os maiores indícios sinalizem para a Guiné Equatorial. Nantulya, ao considerar uma série de aspectos, como as relações entre partidos e o montante de investimentos chineses no país, além das condições dos portos, coloca Luanda como uma opção também viável para a criação de uma base militar naval (2025).

A cooperação em Defesa com a China, pode efetivamente ser um caminho promissor para a modernização das FAA. Na Declaração Conjunta com a República Popular da China, assinada em 2024, a cooperação na vertente da Defesa aparece como prioritária, fazendo referência à “Iniciativa para Segurança Global”. No documento, é afirmado o desejo de:

[...]reforçar ainda mais o intercâmbio e a cooperação em matéria de mediação de conflitos e segurança; estreitarão os intercâmbios de alto nível sobre assuntos de defesa e segurança; reforçarão também a cooperação no domínio da formação de pessoal, combate ao crime transnacional, equipamento, tecnologias e outros de interesse mútuo (Declaração Conjunta, 2024, s/p).

Uma parcela das iniciativas de cooperação em Defesa desenvolvidas entre a China e Angola está vinculadas ao designado “Comité Conjunto de Cooperação da Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Angola-China”. É emblemático, por exemplo que, na 5ª Reunião do Comitê, em 2018, o Governo angolano tenha solicitado apoio financeiro chinês para continuar o processo de modernização das FAA (RTP, 2018). Ressalte-se que, no ano anterior, João Lourenço, ainda como Ministro da Defesa Nacional de Angola, em encontro com seu homólogo chinês, já tinha demonstrado o desejo de aprofundar a cooperação no domínio militar. Neste contexto, foram consubstanciadas as compras de equipamentos para a Força Aérea Nacional de Angola (ver tabela 1).

Em 2021, Angola realizou-se um Acordo-Quadro com a empresa chinesa “China National Aero-Technology Import e Export Corporation” (CATIC), numa

das principais ações no âmbito da cooperação em Defesa entre os dois países. Só em 2022, 18,6 milhões de dólares foram concedidos em empréstimos chineses para aquisição, por parte do governo de angolano, de equipamentos, bens e serviços militares para da Força Aérea Nacional Angolana por parte da CATIC (DW, 2025). Já no início de 2025, o governo angolano assinou com a CATIC um novo acordo, no valor de 36 milhões dólares, sem especificar quais meios e equipamentos militares seriam adquiridos (DW, 2025).

Atualmente, China e Angola teriam três acordos de cooperação vigente na área de defesa. Além do já mencionado com a CATIC, também há um acordo entre os Ministérios da Defesa e um sobre fornecimento gratuito de material militar não letal (Embaixada da República de Angola em Portugal, 2021).

Mais recentemente, o Embaixador Chinês em Angola, Zhang Bin, enfatizou a importância da cooperação em defesa entre os dois países, destacando a cooperação já existente entre as duas forças armadas, através da formação de quadros, trocas de alto nível, e outras parcerias no domínio militar e industrial (O PAÍS, 2025).

Segundo Carrozza e Marsh (2022), Angola está entre os principais Estados africanos a receber auxílio para treinamento militar e equipamentos de TI. Há, por exemplo, um acordo firmado em 2020 entre a China Telecom Global e a Angola Cable para a criação de uma linha de comunicação de cabos submarinos entre China, Angola e Brasil, passando pela África do Sul. Como já foi mencionado, Angola está diversificando suas parcerias militares, o que significou uma aproximação com a China, mas também com os Estados Unidos. Em 2023, durante a visita do Secretário de Defesa Norte-Americano, Lloyd Austin, foi criado um Comitê de Defesa Bilateral EUA-Angola. Além disso, participa de exercícios militares com os EUA, como o *Obangame Express*²¹ e outros treinos e operações navais contra pirataria (Loureiro e Correia, 2025).

As relações militares e a cooperação em defesa entre Angola e China, assim, tem crescido significativamente no período analisado. Isso reflete, tanto um interesse angolano em diversificar suas parcerias e modernizar suas forças armadas, quanto a política de longo prazo chinesa visando ampliar a sua presença militar na costa africana atlântica.

Considerações Finais

A cooperação entre a China e os PALOP evoluiu ao longo dos anos, configurando-se uma parceria estratégica e pragmática, com ganhos para os dois lados. O auxílio chinês foi, e segue sendo, de grande valia para a estruturação e fortalecimento institucional das forças armadas desses Estados africanos. Evidentemente,

21. Exercício militar anual coordenado pelo AFRICOM.

a China também se beneficia dessa cooperação, não só pelos eventuais ganhos econômicos puros, no caso da venda de armamentos, mas também pela questão estratégica, já que garante a segurança dos seus investimentos nesses países e amplia o seu posicionamento militar na região.

É importante destacar que os principais vetores dessa cooperação são o treinamento e capacitação militar e a construção e melhora de infraestruturas. Isso vai ao encontro do que já foi discutido ao longo do trabalho, sobre a grande estratégia chinesa; ou seja, não são ações pontuais, nem de curto prazo. Para além de uma parte da política externa chinesa, essa cooperação traduz uma estratégia ampla, concatenando a dimensão militar com objetivos políticos, econômicos e de segurança, inserindo-se num quadro bi-multilateral que consolida a presença de Pequim como ator incontornável na África.

Sobre as relações específicas entre China e Angola, alguns aspetos merecem destaque. Em primeiro lugar, está bastante claro que Angola não pretende se alinhar automaticamente a nenhuma força externa, seja a própria China, seja os EUA ou até mesmo a Rússia. O que se percebe das ações angolanas nos últimos anos é uma diversificação de parcerias em defesa, o que envolve tanto a China, quanto países da NATO, como Portugal e EUA, passando por outros Estados atlânticos como o Brasil.

Em segundo lugar, é possível perceber, como foi mencionado anteriormente, que a China está colocando em curso uma estratégia gradual e de longo prazo de ampliar a sua presença militar na África e, em especial, no Atlântico, que é uma região de influência histórica dos EUA. O aprofundamento da cooperação em defesa com Angola, assim, faz parte de um processo mais amplo, que envolve: (1) a Iniciativa para a Segurança Global e a Nova Rota da Seda; (2) a garantia dos investimentos feitos em países estratégicos, em especial os fornecedores de petróleo; e (3) a busca pelo controle estratégico do corredor Atlântico – Índico.

Nesse sentido, é possível, a partir do caso angolano, identificar as potencialidades e os desafios dos PALOP nessa cooperação com a China. As vantagens dessa cooperação, para os países africanos, são bastante evidentes, tendo em vista os ganhos em capacitação, infraestrutura e equipamentos. Esses benefícios, todavia, são acompanhados de uma dependência desse auxílio chinês, além da incorporação desses países na estratégia militar chinesa para a África.

É possível perceber, assim, que a cooperação em defesa com a República Popular da China tem contribuído significativamente para a capacitação técnica e estrutural dos PALOP. A consolidação dessas capacidades, contudo, irá depender da habilidade desses Estados em transformar o apoio externo em desenvolvimento efetivo e de longo prazo, através de instrumentos de autonomia estratégica.

Bibliografia

- ALVES, D. B.(2007). A Presença Chinesa em África: O caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*, N.º.10. Fevereiro 2007.
- ARDUINO, A. (2017). China's Belt and Road Initiative Security Needs: The Evolution of Chinese Private Security Companies. *RSIS Working Paper*, August 29, 2017. <https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2017/08/WP306.pdf>
- ARDUINO, A. (2024). China's Expanding Security Footprint in Africa: From Arms Transfers to Military Cooperation. *Istituto per gli Studi di Politica Internazionale*, 30 September 2024.
- BERNARDINO, L. M. B.(2021). *A cooperação de defesa na CPLP e a presença militar chinesa em África*. Instituto Internacional de Macau. Mosaico N.º 69. ISBN 978-989-54696-8-0. Disponível em: <https://www.iimacau.org.mo/bookshop/index.php/pt/categories/colecao-do-iim/colecoes/mosaico/vol-lxix-a-coopera%C3%A7%C3%A3o-de-defesa-na-cplp-e-a-presen%C3%A7a-militar-chinesa-em-%C3%A1frica-detail>
- BERNARDINO, L. M. B. (2023a). A Importância do Bi-Multilateralismo nas novas Relações Internacionais. Impactos para a Defesa Nacional. *Revista Militar*. Lisboa. N.º 2661. Outubro 2023. pp. 773-784. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1743>
- BERNARDINO, L. M. B. (2023b). A Estratégia Militar Chinesa em África. Impacto para a Segurança Global. *Revista Janus*. Universidade Autónoma de Lisboa. pp. 80-83. Disponível em: <https://repositorio.grupoautonoma.pt/items/0592e05e-8162-4f94-8c52-fbea41f3a945>
- BERNARDINO, L. M. B. e RIZZI, K. R.(Coordenadores) (2023). *25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP*. Cooperativa de Ensino Universitário – Universidade Autónoma de Lisboa. 1ª Edição 2023. ISBN: 978-989-33-4737-9. <http://hdl.handle.net/11144/6675>. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/entities/publication/435e681a-cb41-4b52-a704-af9a09239d3f>
- BOLETIM GEOCORRENTE (2025). *Edição Especial: Golfo da Guiné*. Escola de Guerra Naval, 17 de abril de 2025.
- Declaração Conjunta entre a República Popular da China e a República de Angola sobre o Estabelecimento da Parceria de Cooperação Estratégica Global (2024). Beijing, 15 de março. Disponível em <https://portuguese.xinhuanet.com/20240316/0688e10ef49b48b19c32aa324451adeb/c.html>
- CHINA WHITE PAPER (2019). China's National Defense in the New Era: Beijing. http://eng.mod.gov.cn/publications/2019-07/24/content_4846452.htm.
- CHINA'S GROWING ROLE AS A SECURITY ACTOR IN AFRICA (2019). Briefing Parlamento Europeu. Bruxelas. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642232/EPRS_BRI\(2019\)642232_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642232/EPRS_BRI(2019)642232_EN.pdf)
- CHINA-AFRICA BUSINESS COUNCIL (2023). Chinese Investment in Africa 2022. <http://www.focac.org/zgqytzfzbg/202108/P020220914838137103976.pdf>
- CARROZZA, I.; MARSH, N. J. (2022). Great Power Competition and China's Security Assistance to Africa: Arms, Training, and Influence, *Journal of Global Security Studies*, Volume 7, Issue 4, December 2022.
- DEUTSCHE WELLE – DW (2025). *Angola celebra acordo na área da Defesa com empresa chinesa*. 26/02/2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-celebra-acordo-na-%C3%A1rea-da-defesa-com-empresa-chinesa/a-71762475>

- EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA EM PORTUGAL (2021). *Angola e China destacam relações no domínio militar*. Julho 26, 2021. Disponível em <http://www.embaixadadeangola.pt/angola-e-china-destacam-relacoes-dominio-militar/>
- KARDON, I. (2022). China's Port in Africa. In: ROLLAND, Nadège (Ed.). *(In)roads and Outposts: Critical Infrastructure in China's Africa Strategy*. The National Bureau of Asian Research, NBR Special Report n°98, May 2022.
- INTERNATIONAL INSTITUT FOR STRATEGIC STUDIES (2024). *The Military Balance*. 2024
- JILI, B. (2023). *Africa's Demand for and Adoption of Chinese Surveillance Technology*. Atlantic Council, Digital Forensic Research Lab (DFRLab), Issue Brief, May 2023.
- LEANDRO, F. J. (2025). *China a Global Power? The Three Great Wall's of the Middle Kingdom*. Singapore: Palgrave Macmillan. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-96-4451-3>
- LEANDRO, F. and YICHAO, L. (2024). Global Partners Not Contiguous Neighbours: The Potential of Sino-Portuguese Cooperation. In: *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations*. Palgrave Macmillan: pp. 101-138
- LEANDRO, F., YICHAO L. and COSTA, C. M. (2024). Forty Years of China-Angola Relations: Rethinking the Strategic Partnership In: *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations*. Palgrave Macmillan: pp. 483-520
- LEANDRO, F. J.; LI, Y. (2023). Spatial Development Initiatives: The Case of African Portuguese Speaking Countries. In: Duarte, P.A.B., Albuquerque, R., Tavares, A.M.L. (eds) *Portugal and the Lusophone World*. Palgrave Macmillan, Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-99-0455-6_27. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-99-0455-6_13
- LOUREIRO, N. e CORREIA, A. (2025). Portugal, Angola, and NATO: New Horizons for the South Atlantic and the Role for Portuguese Diplomacy. In: RELVAS, S., GANT, M.; KELLY, D.; EDWARDS, S. (Ed.). *Regional, International, and Transatlantic Relations from the Iberian Peninsula to the World*, IGI Global.
- MAWDSLEY, Emma (2007). China and Africa: Emerging challenges to geographies of power. *Geography Compass*, Volume.1, N°3, 2007.
- NANTULYA, P. (2023). *China's "Military Political Work" and Professional Military Education in Africa*, African Center for Strategic Studies (ACSS), October 30, 2023.
- NANTULYA, P. (2024). *A Crescente Militarização da Política Africana da China*, African Center for Strategic Studies (ACSS), December 16, 2024.
- NANTULYA, P. (2025). *Mapping China's Strategic Port Development in Africa*, African Center for Strategic Studies (ACSS), March 10, 2025.
- NANTULYA, P.(2025b). *China Widening Its Influence in Africa through Expanded Security Engagements*, African Center for Strategic Studies (ACSS), June 10, 2025.
- O PAÍS (2025). Angola e China reafirmam amizade histórica e cooperação militar duradoura. 5 Agosto 2025. Disponível em <https://www.opais.ao/politica/angola-e-china-reafirmam-amizade-historica-e-cooperacao-militar-duradoura/>
- PENG, I. K.; LEANDRO, F., BEJA, C. e LU, Y. (Editors) (2022). *China, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tomé and Príncipe: From sporadic bilateral exchanges to a comprehensive multi-lateral platform*. City Institute for Research on Portuguese-speaking countries. Disponível em: <https://iropc.cityu.edu.mo/en/Publications/244>
- TAYLOR, I. (2006). *China and Africa. Engagement and compromise*. New York: Routledge.

- TOMÉ, L. (2025). A China de Xi Jinping em 2024-2025. *Revista Janus 2024-2025*. Conjuntura Internacional. Disponível em: <https://observare.autonoma.pt/anuario/wp-content/uploads/sites/5/2025/09/Janus-2024-2025-%E2%80%93Luis-Tome%CC%81.pdf>
- REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA (2018a). Decreto Presidencial nº107/18 de 23 de abril de 2018 – Conceito Estratégico de Defesa Nacional
- REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA (2018b). Decreto Presidencial nº108/18 de 25 de abril de 2018 – Livro Branco de Defesa Nacional
- RTP (2018). Angola quer apoio financeiro chinês para formação e equipamento nas Forças Armadas. 23 de agosto de 2018. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/economia/angola-quer-apoio-financeiro-chines-para-formacao-e-equipamento-nas-forcas-armadas_n1094694
- SIPRI Arms Transfer Database (2025).
- YICHAO, L.; LEANDRO, F.; SILVA, J.T.; RODRIGUES, C. (2024). *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations – Legacies and the New International Order*. Volume I and II. Palgrave Macmillan. ISBN-13: 978-9819756391 <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-97-5640-7>
- YICHAO, L.; LEANDRO, F.; TAVARES, J.; RODRIGUES, C. (2024). Introduction: Legacies and the New International Order In: YICHAO, L.; LEANDRO, F.; SILVA, J.T.; RODRIGUES, C. (2024). *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations – Legacies and the New International Order*. Volume I and II. Palgrave Macmillan. ISBN-13: 978-9819756391 <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-97-5640-7> pp. 1-25.
- WEINBAUM, C.; SHOSTAK, M.; CHANDLER, S. and PARACHINI, J. V. (2022). *Mapping Chinese and Russian Military and Security Exports to Africa*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2022. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/tools/TLA2045-3.html>.
- KWASI, S. (2019). *High cost of having China as Africa's partner of choice*. Institute for Security Studies. March 13. 2019. <https://issafrica.org/iss-today/high-cost-of-having-china--as-africas-partner-of-choice>.
- SUKHANKIN, S. (2023). *An Anatomy of the Chinese Private Security Contracting Industry*. January 3, 2023. Disponível em: <https://jamestown.org/program/an-anatomy-of-the-chinese-private-security-contracting-industry/>
- VINES, A.; TUGENDHAT, H.; VAN RIJ, A. (2024). *Is China Eyeing a Second Military Base in Africa?* The United States Institute of Peace, January 30, 2024. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2024/01/china-eyeing-second-military-base-africa>
- XINHUA (2024). Chinese, Angolan presidents hold talks, elevating bilateral ties to comprehensive strategic cooperative partnership. March 16, 2024. Disponível em http://english.scio.gov.cn/top-news/2024-03/16/content_117065173.htm

Data de receção: 29/10/2025

Data de aprovação: 19/2/2026

Relações sino-lusófonas: comércio, investimentos e cooperação tecnológica na iniciativa cinturão e rota

Bernardo Gonçalves Arnaud

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.65-82>

Resumo

Este artigo analisa as relações económicas e estratégicas entre a República Popular da China e os países de língua portuguesa no contexto da Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI). O estudo examina a evolução das relações comerciais, dos fluxos de investimento direto estrangeiro, das aquisições tecnológicas e dos acordos de cooperação bilateral estabelecidos desde o lançamento do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Forum Macau) em 2003 e intensificados com a BRI a partir de 2013 (Forum Macau, 2024).

A análise abrange Brasil, Angola, Moçambique e Portugal como estudos de caso principais, destacando os setores estratégicos de energia, infraestrutura, mineração, agricultura e tecnologia. Os resultados demonstram um crescimento exponencial nas relações sino-lusófonas, com o comércio bilateral China-Brasil crescendo de USD 6,6 bilhões em 2003 para USD 157,5 bilhões em 2023, e investimentos chineses acumulados ultrapassando USD 100 bilhões nos países lusófonos. (MDIC, 2024; American Enterprise Institute, 2024) (Forum Macau, 2024) (Santos & Milan, 2014).

O artigo também examina as aquisições estratégicas chinesas em empresas tecnológicas e de infraestrutura digital, evidenciando uma nova fase da cooperação focada em setores de alto valor agregado. Conclui-se que as relações sino-lusófonas constituem um eixo fundamental da estratégia global chinesa, com implicações significativas para a geopolítica global e o desenvolvimento económico dos países lusófonos.

Palavras-chave: China; Países Lusófonos; Iniciativa Cinturão e Rota; Investimento Direto Estrangeiro; Cooperação Sul-Sul; Tecnologia; Aquisições Estratégicas (Christensen, 2010)

Abstract

This article analyzes the economic and strategic relations between the People's Republic of China and Portuguese-speaking countries within the context of the Belt and Road Initiative (BRI). The study examines the evolution of trade relations, foreign direct investment flows, technology acquisitions, and bilateral cooperation agreements established since the launch of the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and Portuguese-speaking Countries (Forum Macau) in 2003 and intensified with the BRI from 2013 onwards.

The analysis covers Brazil, Angola, Mozambique, and Portugal as main case studies, highlighting strategic sectors including energy, infrastructure, mining, agriculture, and technology. Results demonstrate exponential growth in Sino-Lusophone relations, with China-Brazil bilateral trade growing from USD 6.6 billion in 2003 to USD 157.5 billion in 2023, and accumulated Chinese investments exceeding USD 100 billion in Portuguese-speaking countries.

The article also examines Chinese strategic acquisitions in technology and digital infrastructure companies, evidencing a new phase of cooperation focused on high value-added sectors. The conclusion is that Sino-Lusophone relations constitute a fundamental axis of China's global strategy,

with significant implications for global geopolitics and the economic development of Portuguese-speaking countries.

Keywords: China; Lusophone Countries; Belt and Road Initiative; Foreign Direct Investment; South-South Cooperation; Technology; Strategic Acquisitions

1. Introdução

As relações entre a República Popular da China e os países de língua portuguesa têm experimentado uma transformação sem precedentes nas últimas duas décadas. O que começou como contactos diplomáticos limitados evoluiu para uma parceria estratégica multidimensional que abrange comércio, investimentos, transferência de tecnologia e cooperação cultural. Esta evolução está intrinsecamente ligada à ascensão da China como potência económica global e à sua estratégia de projeção de influência através de iniciativas como o Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI).

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau), estabelecido em 2003, representa um marco institucional fundamental nesta relação. Através deste mecanismo, a China consolidou laços com Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste, criando uma plataforma de diálogo que facilitou a expansão económica chinesa nestes mercados estratégicos. (Fórum Macau, 2024)

A importância desta relação transcende os números económicos. Os países lusófonos ocupam posições geográficas estratégicas – desde o Atlântico Sul (Brasil e Angola) até a Europa (Portugal) e o Sudeste Asiático (Timor-Leste) – e controlam vastos recursos naturais essenciais para a economia chinesa. Simultaneamente, a China oferece capital, tecnologia e mercados consumidores que podem catalisar o desenvolvimento económico destes países (Duarte, 2020; Roque, 2009).

Este artigo propõe-se a analisar de forma sistemática e crítica as relações sino-lusófonas contemporâneas, com foco particular em três dimensões: (1) a evolução das relações comerciais e dos padrões de comércio bilateral; (2) os fluxos de investimento direto estrangeiro chinês e suas características setoriais; e (3) as aquisições e investimentos estratégicos em tecnologia que representam uma nova fase das relações bilaterais. A análise abrange o período de 2003 a 2024, permitindo identificar tendências de longo prazo e avaliar o impacto da BRI nas relações sino-lusófonas.

Este artigo contribui para a literatura existente em três dimensões fundamentais. Primeiro, oferece um mapeamento empírico atualizado e abrangente das relações sino-lusófonas que integra dados comerciais, fluxos de investimento e aquisições tecnológicas num único quadro analítico – uma lacuna identificada por Duarte

(2020) e Pinto & Viola (2021). Segundo, adota uma perspectiva de economia política internacional que articula dinâmicas de comércio, investimento e tecnologia com considerações geopolíticas e de desenvolvimento sustentável, superando abordagens puramente econométricas ou estritamente geopolíticas. Terceiro, ao focar especificamente no espaço lusófono como unidade de análise, o estudo contribui para compreender como vínculos linguísticos e históricos moldam padrões contemporâneos de interdependência econômica, complementando estudos regionais sobre China-África (Alves, 2013; Brautigam, 2020), China-América Latina (Gallagher & Myers, 2023; Ray et al., 2015) e China-Europa (Zhang, 2019).

2. Enquadramento Teórico e Contextual

2.1. A Ascensão da China e a Reconfiguração da Ordem Global

A ascensão econômica da China representa um dos fenômenos mais significativos da história contemporânea. Entre 1978 e 2024, o PIB chinês cresceu a uma taxa média superior a 9% ao ano, transformando o país numa superpotência econômica. Este crescimento foi acompanhado por uma estratégia deliberada de internacionalização que, na última década, cristalizou-se na Iniciativa Cinturão e Rota. (State Council Information Office, 2021)

A BRI, lançada oficialmente em 2013 pelo Presidente Xi Jinping, representa uma ambiciosa estratégia de conectividade global que abrange mais de 150 países e organizações internacionais. Com investimentos estimados em vários trilhões de dólares, a iniciativa visa criar uma rede integrada de infraestruturas – portos, ferrovias, rodovias, oleodutos, redes de telecomunicações – que facilitará o comércio e a integração econômica entre a Ásia, Europa, África e América Latina. (Xi, 2017) (State Council Information Office, 2021).

2.2. A Lusofonia como Ativo Estratégico

O espaço lusófono, com aproximadamente 280 milhões de falantes distribuídos por quatro continentes, oferece à China vantagens estratégicas únicas. Primeiro, representa mercados diversificados com necessidades complementares de desenvolvimento de infraestruturas. Segundo, proporciona acesso a recursos naturais estratégicos: petróleo e gás em Angola e Brasil, minerais em Moçambique, e agricultura em vários países. Terceiro, Portugal funciona como porta de entrada para a União Europeia, enquanto o Brasil é a maior economia da América Latina. (Forum Macau, 2024) (Vines & Campos, 2019; Casanova et al., 2015).

A China reconheceu precocemente estas vantagens, estabelecendo o Forum Macau em 2003, bem antes do lançamento formal da BRI. Esta visão estratégica permitiu à China desenvolver relações profundas e diversificadas que vão além

do comércio de commodities, incluindo transferência de tecnologia, cooperação financeira e projetos de infraestrutura de grande escala.

3. Evolução das Relações Comerciais Sino-Lusófonas

2.3. Enquadramento Teórico e Metodológico

Este estudo posiciona-se teoricamente na interseção entre economia política internacional e estudos de desenvolvimento, adotando uma perspectiva analítica que integra elementos do realismo estrutural e da teoria da interdependência complexa. Reconhecemos que as relações sino-lusófonas são moldadas tanto por considerações de poder e interesse nacional (centrais ao realismo) quanto por dinâmicas de interdependência económica e institucionalização da cooperação (ênfatisadas pelo liberalismo institucional).

Metodologicamente, o estudo emprega uma análise qualitativa comparativa de múltiplos casos (Brasil, Angola, Moçambique e Portugal), combinada com análise quantitativa de dados de comércio e investimento. A seleção destes quatro países justifica-se por representarem diferentes perfis económicos, geográficos e de integração com a China: Brasil como economia industrializada emergente, Angola e Moçambique como economias exportadoras de recursos naturais, e Portugal como economia desenvolvida e membro da União Europeia.

Os dados primários provêm de fontes institucionais oficiais (MDIC, Banco Central do Brasil, Forum Macau, China Global Investment Tracker) e são triangulados com literatura académica peer-reviewed e relatórios de organizações internacionais. O período de análise (2003-2024) permite capturar tanto a fase pré-BRI quanto o período de expansão da iniciativa, possibilitando análise longitudinal das tendências.

As principais limitações metodológicas incluem: (1) dependência de dados secundários, que podem apresentar inconsistências entre diferentes fontes; (2) assimetria na disponibilidade de dados detalhados entre os quatro países analisados; (3) dificuldade em quantificar transferência efetiva de tecnologia versus transferência nominal; e (4) desafios em separar motivações económicas de geopolíticas nos investimentos chineses. Estas limitações são reconhecidas e contextualizadas na interpretação dos resultados.

3. Evolução das Relações Comerciais Sino-Lusófonas

3.1. Brasil: O Gigante do Atlântico Sul

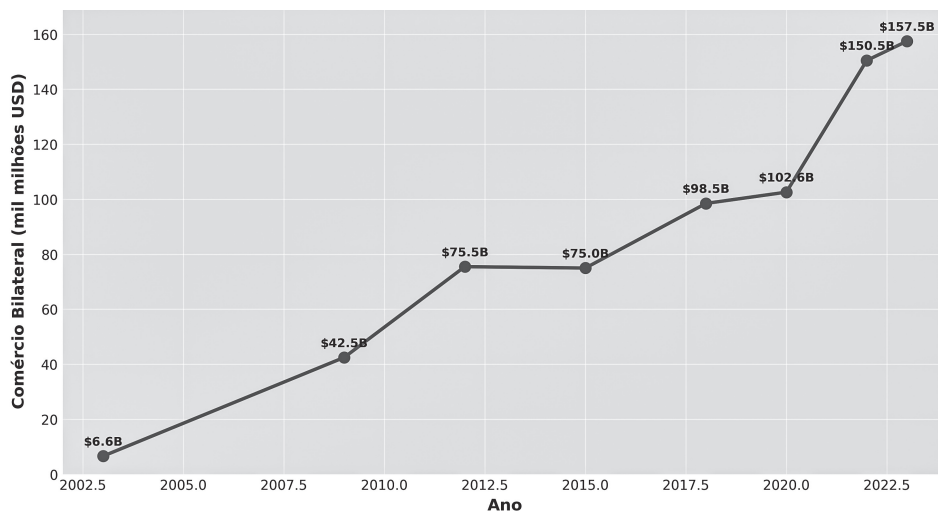
O Brasil constitui o parceiro comercial mais significativo da China entre os países lusófonos. As relações comerciais sino-brasileiras experimentaram um crescimento exponencial nas últimas duas décadas, transformando a China no principal

parceiro comercial do Brasil desde 2009. O comércio bilateral cresceu de USD 6,6 bilhões em 2003 para USD 157,5 bilhões em 2023, um aumento de aproximadamente 2.300%. (MDIC, 2024; American Enterprise Institute, 2024) (Casanova et al., 2015).

A estrutura do comércio sino-brasileiro revela um padrão característico das relações China-América Latina: o Brasil exporta principalmente commodities agrícolas (soja, carnes, celulose) e minerais (minério de ferro), enquanto importa produtos manufaturados, máquinas e equipamentos eletrônicos. Este padrão comercial tem gerado debates sobre uma possível ‘reprimarização’ da economia brasileira, embora estudos recentes sugiram uma gradual diversificação das exportações brasileiras. (Jenkins & Edwards, 2015) (Casanova et al., 2015).

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) indicam que, em 2023, as exportações brasileiras para a China totalizaram USD 104,3 bilhões, representando 31,3% das exportações totais do país. As importações da China alcançaram USD 53,2 bilhões, gerando um superávit comercial favorável ao Brasil de USD 51,1 bilhões. (MDIC, 2024)

Figura 1: Evolução do Comércio Bilateral China-Brasil (2003-2023)



Fonte: MDIC (2024) e American Enterprise Institute (2024)

3.2. Angola: Petróleo e Reconstrução

Angola emergiu como parceiro estratégico crucial da China em África, particularmente após o fim da guerra civil em 2002. A China tornou-se o principal destino das exportações angolanas e a maior fonte de investimento direto estrangeiro, financiando vastos projetos de reconstrução de infraestruturas através de acordos ‘recursos por infraestrutura’. (Vines & Campos, 2019) (Alves, 2013).

O comércio bilateral China-Angola cresceu substancialmente, atingindo USD 23,2 bilhões em 2023. O petróleo domina as exportações angolanas, representando mais de 95% do total. Angola tornou-se um dos principais fornecedores africanos de petróleo para a China, com exportações diárias superiores a 500.000 barris em anos recentes, embora este volume tenha oscilado conforme a dinâmica dos preços globais de petróleo e a produção doméstica angolana. (American Enterprise Institute, 2024) (Vines & Campos, 2019).

3.3. Moçambique: Gás Natural e Desenvolvimento de Infraestruturas

As relações comerciais sino-moçambicanas intensificaram-se significativamente na última década, impulsionadas pelos descobrimentos de vastas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma. O comércio bilateral alcançou USD 4,8 bilhões em 2023, marcando um crescimento expressivo face aos USD 200 milhões registados em 2003 (Roque, 2009).

A China investiu pesadamente em infraestruturas moçambicanas, incluindo a construção da ponte Maputo-Catembe (maior ponte suspensa em África), estradas, barragens hidroelétricas e instalações portuárias. Empresas chinesas também desenvolveram projetos significativos nas indústrias extrativas, agricultura e energia. (Roque, 2009)

3.4. Portugal: A Porta Europeia

Portugal ocupa uma posição única nas relações sino-lusófonas, funcionando como ponte entre a China e a União Europeia. O comércio bilateral China-Portugal cresceu de USD 1,8 bilhões em 2003 para USD 8,7 bilhões em 2023. Embora menor em termos absolutos comparado ao Brasil ou Angola, a relação é qualitativamente distinta, caracterizada por investimentos em setores estratégicos como energia, finanças e tecnologia. (Duarte, 2020) (Zhang, 2019).

A China realizou aquisições significativas em Portugal, incluindo participações na EDP (energia), REN (redes energéticas), CGD (banca) e vários clubes de futebol. Portugal beneficiou de investimentos chineses que contribuíram para a recuperação económica pós-crise de 2008-2012, embora estas aquisições tenham também suscitado debates sobre soberania económica e segurança estratégica. (Duarte, 2020; Zhang, 2019)

4. Investimentos e Aquisições Estratégicas em Tecnologia

4.1. A Dimensão Tecnológica da Estratégia Chinesa

A partir da segunda década do século XXI, as relações sino-lusófonas entraram numa nova fase caracterizada por investimentos estratégicos em setores de

alto valor tecnológico. Esta evolução reflete a transição da própria economia chinesa, que passou de ‘fábrica do mundo’ a potência em inovação tecnológica, e a necessidade de assegurar acesso a tecnologias críticas para sustentar este desenvolvimento (State Council Information Office, 2021).

A estratégia tecnológica chinesa nos países lusófonos concentra-se em cinco áreas principais: (1) infraestrutura digital e telecomunicações 5G; (2) energia renovável e tecnologias limpas; (3) veículos elétricos e mobilidade sustentável; (4) biotecnologia e agrotecnologia; e (5) inteligência artificial e big data. Estas áreas alinham-se perfeitamente com as prioridades da política industrial chinesa, particularmente o plano ‘Made in China 2025’ e a estratégia de ‘dupla circulação’. (State Council Information Office, 2021)

4.2. Infraestrutura Digital e Telecomunicações

A Huawei e a ZTE estabeleceram presença dominante nas infraestruturas de telecomunicações dos países lusófonos. No Brasil, a Huawei investiu mais de USD 800 milhões em pesquisa e desenvolvimento, estabelecendo centros de inovação em São Paulo e Brasília. A empresa fornece equipamentos para as principais operadoras brasileiras e participou ativamente nos testes de tecnologia 5G, embora enfrente crescentes restrições devido a preocupações geopolíticas. (Silva & Hendler, 2021)

Em Angola e Moçambique, empresas chinesas dominam o mercado de telecomunicações, fornecendo desde infraestrutura básica até soluções de smart cities. A China Telecom e a Huawei construíram o cabo submarino de fibra ótica que liga Angola, Moçambique e Brasil (SACS – South Atlantic Cable System), melhorando significativamente a conectividade digital do Atlântico Sul. (Silva & Hendler, 2021)

Portugal tornou-se um hub tecnológico estratégico para empresas chinesas na Europa. A Huawei estabeleceu em Portugal um dos seus principais centros europeus de inovação em 5G, investindo EUR 15 milhões. A empresa colabora com universidades portuguesas em investigação e desenvolvimento, formando engenheiros e investigadores em tecnologias de ponta. (Zhang, 2019)

4.3. Energia Renovável e Tecnologias Limpas (State Council Information Office, 2021)

O setor de energia renovável representa uma área de convergência estratégica entre os interesses chineses e as necessidades dos países lusófonos. A China State Grid Corporation (SGCC) adquiriu participações significativas em infraestruturas energéticas portuguesas, incluindo 25% da REN (Redes Energéticas Nacio-

nais) e participação na EDPR (EDP Renováveis), tornando-se um dos maiores investidores em energias renováveis na Europa. (Duarte, 2020) (Zhang, 2019).

No Brasil, empresas chinesas investiram mais de USD 12 bilhões em projetos de energia eólica e solar entre 2015 e 2023. A State Grid Brasil opera importantes linhas de transmissão de energia, enquanto a China Three Gorges Corporation (CTG) adquiriu participações significativas em usinas hidrelétricas brasileiras, incluindo projetos no Rio Madeira e no complexo de Belo Monte. (Leite et al., 2021)

Em Angola, a China estabeleceu parcerias para desenvolvimento de projetos solares que visam diversificar a matriz energética do país, tradicionalmente dependente do petróleo. A Sonangol e empresas chinesas desenvolvem projetos piloto de energia solar em províncias angolanas, com investimentos estimados em USD 2 bilhões até 2030 (Vines & Campos, 2019).

4.4. Veículos Elétricos e Mobilidade Sustentável

A indústria de veículos elétricos (VE) chinesa expandiu agressivamente para mercados lusófonos. A BYD, maior fabricante mundial de VE, estabeleceu operações no Brasil com investimentos de USD 600 milhões para construir uma fábrica de chassis de ônibus elétricos e baterias no estado da Bahia. A empresa pretende fazer do Brasil um hub de exportação para a América Latina. (Leite et al., 2021)

Em Portugal, a BYD fornece ônibus elétricos para sistemas de transporte público em Lisboa, Porto e outras cidades. A Great Wall Motors (GWM) anunciou investimentos significativos no mercado português de automóveis, visando não apenas vendas domésticas mas também exportação para outros países europeus (Leite et al., 2021).

A transferência de tecnologia no setor de VE é particularmente significativa. Acordos entre fabricantes chineses e instituições brasileiras incluem desenvolvimento conjunto de tecnologia de baterias de lítio, aproveitando as vastas reservas de lítio recentemente descobertas no Brasil. Esta cooperação pode posicionar o Brasil como player relevante na cadeia global de valor dos VE (Leite et al., 2021).

4.5. Biotecnologia e Agrotecnologia

O setor de biotecnologia agrícola testemunhou investimentos chineses estratégicos, particularmente no Brasil. A ChemChina adquiriu a Syngenta em 2017 por USD 43 bilhões, uma das maiores aquisições corporativas chinesas. Esta transação conferiu à China controlo sobre tecnologias críticas de sementes e agroquímicos, fundamentais para a segurança alimentar global e para as exportações agrícolas brasileiras. (Oliveira, 2017)

Empresas chinesas investem em pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia agrícola adaptada às condições tropicais, colaborando com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Estas parcerias focam-se em desenvolvimento de variedades de soja, milho e algodão mais resistentes a pragas e adaptadas ao clima brasileiro, com potencial aplicação em outros países lusófonos. (Oliveira, 2017)

A BioChina estabeleceu parcerias com universidades moçambicanas para pesquisa em culturas tropicais, incluindo caju, mandioca e batata-doce. Estes projetos visam aumentar a produtividade agrícola através de melhoramento genético e práticas agronômicas avançadas, contribuindo para a segurança alimentar regional (Roque, 2009).

4.6. Inteligência Artificial e Big Data

A cooperação em inteligência artificial (IA) e big data representa a fronteira mais avançada das relações tecnológicas sino-lusófonas. No Brasil, gigantes tecnológicos chineses como Alibaba, Tencent e Baidu estabeleceram escritórios regionais e desenvolvem aplicações de IA para e-commerce, fintech e logística. (Silva & Hendler, 2021)

O Alibaba Cloud expandiu operações no Brasil, oferecendo serviços de computação em nuvem e soluções de IA para empresas brasileiras. A empresa colabora com startups brasileiras de tecnologia, fornecendo infraestrutura e expertise para desenvolvimento de aplicações baseadas em IA (Silva & Hendler, 2021).

Em Portugal, a Tencent investiu em empresas tecnológicas portuguesas e estabeleceu parcerias com universidades para pesquisa em IA. O país funciona como laboratório para testar tecnologias que posteriormente podem ser expandidas para outros mercados europeus e lusófonos (Zhang, 2019).

4.7. Análise Crítica e Implicações Estratégicas

Os investimentos e aquisições tecnológicas chinesas nos países lusófonos geram impactos multidimensionais. Do ponto de vista económico, trazem capital, tecnologia e expertise que podem acelerar o desenvolvimento industrial e a inovação. A transferência de tecnologia, quando efetiva, pode melhorar a competitividade das indústrias locais e criar empregos qualificados (Pinto & Viola, 2021).

Contudo, estas transações também suscitam preocupações legítimas. Primeiro, questões de segurança nacional e soberania tecnológica emergem quando infraestruturas críticas – telecomunicações, energia, dados – são controladas ou fortemente influenciadas por entidades estrangeiras. Segundo, a dependência tecnológica pode limitar a autonomia estratégica destes países. Terceiro, há riscos

associados à privacidade de dados e vigilância digital, particularmente em tecnologias de IA e big data (Brautigam, 2020).

Vários países lusófonos responderam a estas preocupações implementando mecanismos de escrutínio de investimentos estrangeiros. Portugal, como membro da UE, está sujeito ao Regulamento de Controlo de Investimentos Estrangeiros Diretos que permite avaliar aquisições que possam afetar segurança ou ordem pública. O Brasil aprovou em 2023 nova legislação que fortalece a análise de investimentos em infraestruturas críticas. (Zhang, 2019)

A tendência futura aponta para uma abordagem mais equilibrada: manter abertura a investimentos e cooperação tecnológica chinesa, mas com salvaguardas robustas que protejam interesses estratégicos nacionais. Este equilíbrio é particularmente desafiador num contexto de crescente rivalidade geopolítica sino-americana, onde países são pressionados a ‘escolher lados’ em questões tecnológicas críticas como 5G e semicondutores (Duarte, 2020).

5. Investimento Direto Estrangeiro Chinês

Uma análise crítica das relações sino-lusófonas revela assimetrias de poder significativas que estruturam estas interações. Conforme argumentado por Ray et al. (2015), a cooperação Sul-Sul, embora apresentada sob a retórica de parceria igualitária, frequentemente reproduz dinâmicas assimétricas quando um dos parceiros possui capacidades económicas e tecnológicas substancialmente superiores. No caso sino-lusófono, a China emerge como parceiro dominante em virtude do seu tamanho económico, capacidade tecnológica e poder de mercado.

Quem ganha? Os benefícios distribuem-se de forma desigual entre atores e setores. Elites económicas e políticas nos países lusófonos frequentemente capturam parcela desproporcional dos ganhos através de acordos de infraestrutura e concessões. Empresas estatais chinesas consolidam acesso a recursos estratégicos e mercados. Consumidores lusófonos beneficiam-se de produtos chineses mais baratos, mas à custa de desindustrialização em setores manufactureiros (Hiratuka, 2024). A análise de Hiratuka (2024) sobre as relações Brasil-China demonstra como a estrutura do comércio bilateral, concentrada em commodities versus manufaturados, perpetua padrões de especialização que dificultam a reinindustrialização brasileira.

Quem perde? Pequenas e médias empresas locais enfrentam competição desigual de produtos chineses subsidiados. Trabalhadores em setores manufactureiros sofrem com deslocamento de emprego. Comunidades locais em áreas de projetos de infraestrutura enfrentam deslocamento e degradação ambiental. Ray et al. (2015) documentam que, na América Latina, investimentos chineses em

setores extrativistas frequentemente geram conflitos socioambientais e benefícios económicos concentrados, com limitada difusão para economias locais.

A dimensão ambiental destas assimetrias merece atenção particular. Ascensão et al. (2018) alertam que a Iniciativa Cinturão e Rota enfrenta desafios ambientais críticos, incluindo fragmentação de habitats, poluição e pressão sobre recursos hídricos. Nos países lusófonos, projetos de infraestrutura chineses – hidrelétricas na Amazónia, estradas em Moçambique, portos em Angola – apresentam trade-offs complexos entre desenvolvimento económico e sustentabilidade ambiental. A ausência de padrões ambientais rigorosos e mecanismos efetivos de fiscalização agrava estes impactos.

A questão tecnológica ilustra particularmente bem estas assimetrias. Enquanto acordos formais prometem transferência de tecnologia, a implementação efetiva é frequentemente limitada. Empresas chinesas retêm tecnologias core, transferindo principalmente capacidades de montagem e manutenção. Esta dinâmica perpetua dependência tecnológica, limitando a capacidade dos países lusófonos de desenvolver inovação endógena e escalar a cadeia de valor global (Hiratuka, 2024).

Contudo, seria reducionista caracterizar estas relações como puramente exploratórias ou neocoloniais. Os países lusófonos possuem agência e capacidade de negociação, embora assimétricas. Brasil e Portugal, como economias maiores e mais sofisticadas, conseguem negociar termos mais favoráveis que Angola ou Moçambique. A rivalidade geopolítica sino-americana cria oportunidades para países lusófonos explorarem competição entre grandes potências para extrair melhores condições (Ray et al., 2015).

A trajetória futura dependerá da capacidade dos países lusófonos em: (1) fortalecer capacidades institucionais para negociar e fiscalizar acordos; (2) coordenar posições coletivamente através de mecanismos como o Forum Macau; (3) diversificar parcerias para reduzir dependência excessiva; (4) implementar salvaguardas ambientais e sociais robustas; e (5) priorizar projetos que genuinamente contribuam para desenvolvimento sustentável e inclusivo, ao invés de mera extração de recursos (Ascensão et al., 2018).

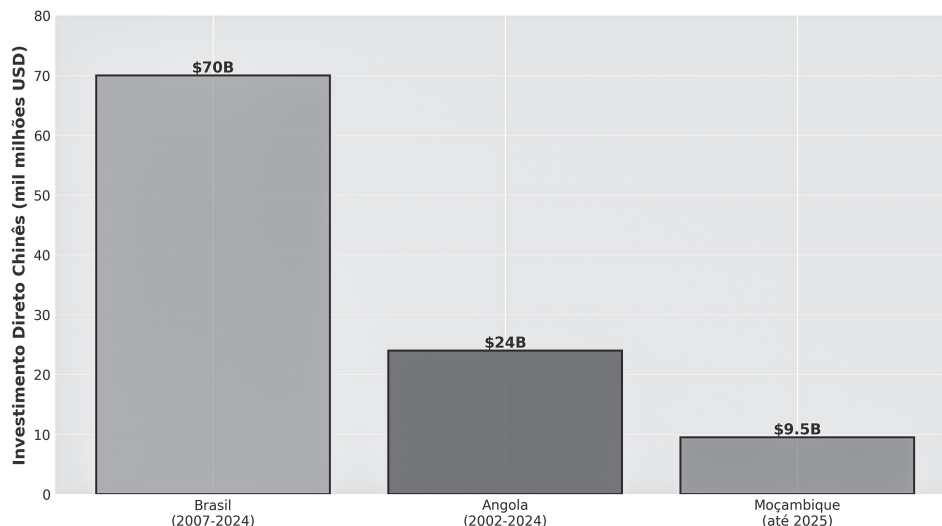
5.1. Panorama Geral dos Investimentos

O investimento direto estrangeiro (IDE) chinês nos países lusófonos cresceu exponencialmente após 2010, impulsionado pela estratégia ‘Going Out’ da China e posteriormente pela BRI. Dados da American Enterprise Institute’s China Global Investment Tracker indicam que, entre 2005 e 2023, a China investiu cumulativamente mais de USD 100 bilhões nos países lusófonos, com o Brasil absor-

vendo aproximadamente 70% deste total. (American Enterprise Institute, 2024; Gallagher & Myers, 2023) (Pinto & Viola, 2021).

Os investimentos concentram-se em setores estratégicos: energia (28%), agricultura (22%), mineração (18%), infraestruturas (15%), e tecnologia (12%). Esta distribuição setorial reflete tanto as prioridades de desenvolvimento chinês quanto as vantagens comparativas dos países receptores. (Pinto & Viola, 2021)

Figura 2: Investimentos Diretos Chineses Acumulados (2005-2023)



Fonte: China Global Investment Tracker, AEI (2024)

5.2. Características dos Investimentos Chineses

Os investimentos chineses apresentam características distintivas que os diferenciam de outras fontes de IDE. Primeiro, frequentemente assumem a forma de acordos ‘recursos por infraestrutura’, particularmente em Angola e Moçambique, onde empresas chinesas constroem infraestruturas em troca de acesso a recursos naturais. Segundo, tendem a ser investimentos de longo prazo em ativos estratégicos, ao invés de investimentos de portfólio de curto prazo. (Alves, 2013)

Terceiro, os investimentos chineses são frequentemente acompanhados por financiamento concessionário de bancos estatais chineses (China Development Bank, Export-Import Bank of China), oferecendo termos mais flexíveis que instituições financeiras ocidentais tradicionais. Quarto, há forte participação de empresas estatais chinesas, embora empresas privadas tenham aumentado sua presença nos últimos anos. (Strange et al., 2017; Myers & Gallagher, 2020)

6. Desafios e Oportunidades

6.1. Sustentabilidade da Dívida

Um dos desafios mais prementes nas relações sino-lusófonas é a questão da sustentabilidade da dívida. Angola, em particular, acumulou dívida significativa com a China, estimada em mais de USD 20 bilhões. A queda dos preços do petróleo após 2014 expôs vulnerabilidades neste modelo de financiamento baseado em commodities, forçando renegociações e reestruturações de dívida. (Brautigam, 2020; Vines & Campos, 2019)

Moçambique enfrenta desafios semelhantes, exacerbados pela crise da ‘dívida oculta’ que veio a público em 2016. A transparência e governança na gestão de empréstimos e investimentos chineses tornaram-se questões críticas que afetam a sustentabilidade de longo prazo das relações económicas. (Roque, 2009)

6.2. Transferência de Tecnologia e Desenvolvimento de Capacidades

A efetividade da transferência de tecnologia constitui área de debate contínuo. Enquanto acordos formais frequentemente incluem cláusulas de transferência tecnológica, a implementação prática varia consideravelmente. No Brasil, estudos indicam que projetos de infraestrutura chineses geraram transferência tecnológica limitada, com empresas chinesas frequentemente importando não apenas equipamentos mas também trabalhadores especializados. (Leite et al., 2021)

Contudo, há exemplos positivos. No setor de energia eólica brasileiro, joint ventures entre empresas chinesas e brasileiras resultaram em desenvolvimento de capacidades locais de fabricação de turbinas e componentes. Portugal beneficiou de transferência de conhecimento em gestão de redes energéticas através das aquisições chinesas na EDP e REN. (Duarte, 2020; Zhang, 2019) (Leite et al., 2021).

6.3. Impactos Ambientais e Sociais

Projetos de infraestrutura e extrativismo associados a investimentos chineses geraram preocupações ambientais e sociais. No Brasil, a construção de hidrelétricas com participação chinesa na Amazônia suscitou críticas de ambientalistas e comunidades indígenas. Em Moçambique, projetos agrícolas chineses enfrentaram acusações de deslocamento de comunidades locais e degradação ambiental. (Oliveira, 2017)

Estas preocupações levaram a mudanças graduais na abordagem chinesa. O governo chinês publicou em 2021 diretrizes ambientais para investimentos da BRI, enfatizando sustentabilidade e responsabilidade social corporativa. Empresas chinesas progressivamente adotam padrões ambientais mais rigorosos,

embora a implementação permaneça inconsistente. (State Council Information Office, 2021)

6.4. Geopolítica e Rivalidade das Grandes Potências

As relações sino-lusófonas não existem em vácuo geopolítico. A crescente tensão entre China e Estados Unidos, particularmente após 2018, afeta as opções estratégicas dos países lusófonos. Brasil e Portugal, que mantêm relações importantes com ambas as potências, enfrentam pressões para ‘escolher lados’, especialmente em questões tecnológicas sensíveis como 5G e inteligência artificial. (Silva & Hendler, 2021)

Esta dinâmica cria tanto desafios quanto oportunidades. Por um lado, limita opções e gera riscos de retaliação económica. Por outro, permite aos países lusófonos explorar rivalidades das grandes potências para negociar melhores termos e condições nos seus acordos económicos (Silva & Hendler, 2021).

7. Perspectivas Futuras

As relações sino-lusófonas provavelmente aprofundar-se-ão nas próximas décadas, embora com ajustes significativos face aos desafios identificados. Várias tendências emergem como particularmente relevantes: (Pinto & Viola, 2021)

Primeiro, espera-se diversificação sectorial dos investimentos chineses, com crescente ênfase em tecnologia, serviços financeiros e economia digital. A transição da economia chinesa para setores de maior valor agregado refletir-se-á na natureza dos seus investimentos externos (Pinto & Viola, 2021).

Segundo, maior atenção à sustentabilidade ambiental e social dos projetos, impulsionada tanto por pressões internacionais quanto por evolução das próprias políticas chinesas. A China posicionou-se como líder global em energia renovável e tecnologias limpas, e esta liderança manifestar-se-á crescentemente nos seus investimentos externos (State Council Information Office, 2021).

Terceiro, institucionalização e multilateralização das relações económicas. O Forum Macau continuará a evoluir como plataforma de coordenação, potencialmente expandindo seu mandato para incluir cooperação em áreas como saúde pública, educação e cultura, para além do comércio e investimento (Forum Macau, 2024).

Quarto, maior protagonismo de empresas privadas chinesas, complementando o tradicional domínio de empresas estatais. Gigantes tecnológicos privados como Alibaba, Tencent e Huawei já desempenham papéis importantes e sua presença tenderá a expandir-se (Pinto & Viola, 2021).

Finalmente, os países lusófonos provavelmente desenvolverão abordagens mais sofisticadas para gerir suas relações com a China, equilibrando benefícios

económicos com salvaguardas de soberania e interesses estratégicos nacionais. Isto pode incluir mecanismos mais robustos de escrutínio de investimentos, maior coordenação entre países lusófonos para negociar coletivamente melhores termos, e diversificação de parceiros económicos para reduzir dependência excessiva de qualquer fonte única (Mohan & Lampert, 2013).

7.1. Limitações do Estudo

Este estudo apresenta limitações metodológicas e empíricas que devem ser reconhecidas. Primeiro, a análise depende predominantemente de dados secundários de fontes institucionais (MDIC, Forum Macau, China Global Investment Tracker), que podem apresentar inconsistências metodológicas ou lacunas de cobertura. Dados sobre investimentos chineses, particularmente, sofrem de problemas de transparência, com discrepâncias significativas entre diferentes bases de dados.

Segundo, existe assimetria substancial na disponibilidade e qualidade de dados entre os quatro países analisados. Brasil e Portugal, como economias com instituições estatísticas mais robustas, oferecem dados mais detalhados e confiáveis que Angola e Moçambique. Esta assimetria limita a profundidade da análise comparativa em certos aspectos.

Terceiro, a mensuração de transferência efetiva de tecnologia apresenta desafios metodológicos intrínsecos. Acordos formais de transferência tecnológica não garantem absorção real de conhecimento, e dados sobre esta dimensão são escassos e frequentemente qualitativos. O estudo baseia-se em análise documental e literatura secundária, não incluindo entrevistas primárias com atores-chave.

Quarto, a separação entre motivações económicas e geopolíticas nos investimentos chineses é analiticamente complexa. Empresas estatais chinesas operam sob mandatos que mesclam objetivos comerciais com considerações de política externa, dificultando atribuição causal clara.

Quinto, o período de análise (2003-2024), embora abrangente, pode não capturar plenamente impactos de longo prazo de investimentos recentes, particularmente em infraestrutura e tecnologia, cujos efeitos multiplicadores manifestam-se ao longo de décadas.

Finalmente, o estudo foca predominantemente em dimensões económicas e tecnológicas, com tratamento mais limitado de aspectos culturais, educacionais e de soft power que também caracterizam as relações sino-lusófonas. Pesquisas futuras poderiam aprofundar estas dimensões complementares.

8. Conclusão

As relações sino-lusófonas representam um dos eixos mais dinâmicos da economia política internacional contemporânea. Nos últimos vinte anos, estas relações transformaram-se de contactos limitados para parcerias estratégicas multidimensionais que abrangem comércio de centenas de bilhões de dólares, investimentos massivos em infraestruturas e cooperação tecnológica avançada (Pinto & Viola, 2021).

A análise apresentada demonstra que a China consolidou-se como parceiro económico indispensável para os países lusófonos. Para o Brasil, tornou-se o maior parceiro comercial e importante fonte de investimento. Para Angola e Moçambique, a China é simultaneamente o principal mercado para suas commodities e a maior fonte de financiamento para desenvolvimento de infraestruturas. Para Portugal, investimentos chineses contribuíram significativamente para a recuperação económica pós-crise e abrem portas para mercados asiáticos (Duarte, 2020).

Os investimentos e aquisições em tecnologia representam a fronteira mais recente e estrategicamente mais significativa destas relações. Setores como telecomunicações 5G, energia renovável, veículos elétricos, biotecnologia agrícola e inteligência artificial constituem áreas onde a cooperação sino-lusófona pode gerar benefícios substanciais. Contudo, também suscitam questões complexas sobre soberania tecnológica, segurança nacional e dependência estratégica que requerem gestão cuidadosa (Silva & Hendler, 2021).

Os desafios identificados – sustentabilidade da dívida, transparência e governança, impactos ambientais e sociais, pressões geopolíticas – são reais e significativos. Não devem ser minimizados ou ignorados. Contudo, também não devem obscurecer as oportunidades genuínas que estas relações oferecem para desenvolvimento económico, modernização de infraestruturas e integração na economia global (Brautigam, 2020).

O futuro das relações sino-lusófonas dependerá da capacidade de ambas as partes em aprender com experiências passadas e adaptar-se a circunstâncias em mudança. Para os países lusófonos, isto significa desenvolver maior sofisticação na negociação e gestão de acordos com a China, fortalecendo capacidades institucionais, melhorando transparência e governança, e mantendo diversificação de parceiros económicos (Brautigam, 2020).

Para a China, significa responder a preocupações legítimas sobre sustentabilidade da dívida, impactos ambientais e transferência tecnológica, demonstrando que a retórica de ‘cooperação win-win’ pode traduzir-se em benefícios concretos e equitativos para países parceiros (Alves, 2013).

Em última análise, as relações sino-lusófonas ilustram dinâmicas mais amplas da ordem económica global em transformação. A ascensão da China e o fortalecimento da cooperação Sul-Sul desafiam estruturas tradicionais de poder e influência, criando tanto oportunidades quanto incertezas. A trajetória destas relações nas próximas décadas será um indicador importante de como países em desenvolvimento navegam este novo panorama geopolítico e económico, equilibrando imperativos de desenvolvimento com preservação de autonomia estratégica (Duarte, 2020).

Referências Bibliográficas

- Alves, A. C. (2013). China's 'win-win' cooperation: Unpacking the impact of infrastructure-for-resources deals in Africa. *South African Journal of International Affairs*, 20(2), 207-226.
- American Enterprise Institute. (2024). China Global Investment Tracker. <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>
- Banco Central do Brasil. (2024). Investimento Estrangeiro Direto no Brasil – Relatório Anual 2023. Brasília: BCB.
- Brautigam, D. (2020). A critical look at Chinese 'debt-trap diplomacy': The rise of a meme. *Area Development and Policy*, 5(1), 1-14.
- Casanova, C., Xia, L., & Ferreira, R. (2015). The dragon in the room: Measuring China's influence on Brazil through trade. *Oxford Review of Economic Policy*, 31(3-4), 475-491.
- Christensen, S. F. (2010). China, the United States and Africa: Towards a tri-polar model? *Nordisk Institut for Asienstudier*, 21(5), 459-485.
- Duarte, P. (2020). The belt and road initiative and Portugal: Geopolitics, economy and soft-power. *Revista de Estudios Internacionales*, 8(2), 45-67.
- Forum Macau. (2024). Relatório de Cooperação Económica e Comercial China-Países de Língua Portuguesa 2023. Macau: Secretariado Permanente do Forum Macau.
- Gallagher, K. P., & Myers, M. (2023). China-Latin America Finance Database. Washington: Inter-American Dialogue.
- Jenkins, R., & Edwards, C. (2015). Is China 'crowding out' Brazilian exports of manufactures? *The China Quarterly*, 224, 1029-1051.
- Leite, A. C. C., Ramos, D. A., & Souza, M. J. (2021). Investimentos chineses no Brasil: Padrões setoriais e geográficos no período 2007-2019. *Revista de Economia Contemporânea*, 25(2), e202125.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. (2024). Balança Comercial Brasileira: Dados Consolidados 2023. Brasília: MDIC.
- Mohan, G., & Lampert, B. (2013). Negotiating China: Reinserting African agency into China-Africa relations. *African Affairs*, 112(446), 92-110.
- Myers, M., & Gallagher, K. P. (2020). Chinese development finance in Africa: A new normal? Washington: Inter-American Dialogue.
- Oliveira, G. L. T. (2017). Chinese land grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in Brazilian soybean agribusiness. *Globalizations*, 14(1), 114-133.

- Pinto, P. M., & Viola, E. (2021). Rising China's investment in Latin America and the Caribbean: Drivers, patterns, and impacts. *Journal of Contemporary China*, 30(130), 639-658.
- Roque, P. C. (2009). China in Mozambique: A cautious approach country case study. *South African Institute of International Affairs Occasional Paper Series*, 23, 1-35.
- Santos, T. C., & Milan, M. (2014). Relações comerciais Brasil-China: Análise dos fluxos de comércio no período 2000-2012. *Indicadores Econômicos FEE*, 41(4), 97-114.
- Silva, L., & Hendler, B. (2021). 5G technology and geopolitics: The case of Huawei in Brazil. *International Political Science Review*, 42(5), 612-628.
- State Council Information Office. (2021). *China's International Development Cooperation in the New Era*. Beijing: Foreign Languages Press.
- Strange, A., Dreher, A., Fuchs, A., Parks, B., & Tierney, M. J. (2017). Tracking underreported financial flows: China's development finance and the aid-conflict nexus revisited. *Journal of Conflict Resolution*, 61(5), 935-963.
- Vines, A., & Campos, I. (2019). *Angola and China: A pragmatic partnership*. Working Paper, Centre for Strategic and International Studies, Washington.
- Wang, J. Y. (2007). What drives China's growing role in Africa? IMF Working Paper WP/07/211, International Monetary Fund, Washington.
- Xi, J. (2017). Work Together to Build the Silk Road Economic Belt and The 21st Century Maritime Silk Road. Discurso no Belt and Road Forum for International Cooperation, Beijing, 14 de maio.
- Zhang, J. (2019). China and the Belt and Road Initiative in Europe: The case of Portugal. CICP Working Paper, Universidade do Minho.
2. Ascensão, F., Fahrig, L., Clevenger, A. P., Corlett, R. T., Jaeger, J. A., Laurance, W. F., & Pereira, H. M. (2018). Environmental challenges for the Belt and Road Initiative. *Nature Sustainability*, 1(5), 206-209. <https://doi.org/10.1038/s41893-018-0059-3>
3. Hiratuka, C. (2024). Relações econômicas entre Brasil e China nas duas primeiras décadas do século XXI: uma perspectiva a partir dos desafios contemporâneos para a reindustrialização brasileira. *Economia e Sociedade*, 33(3), e282874. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.282874>
4. Ray, R., Gallagher, K. P., López, A., & Sanborn, C. (2015). China in Latin America: Lessons for South-South cooperation and sustainable development. Boston University Global Economic Governance Initiative. <https://www.bu.edu/gdp/files/2015/04/China-in-Latin-America-Lessons-for-South-South-Cooperation-Sustainable-Development.pdf>

Data de recepção: 1/11/2025

Data de aprovação: 9/2/2026

A nova rota da seda e o desenvolvimento de Moçambique: conexão regional e industrialização em perspectiva¹

Thaysa Cunha

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.83-110>

Resumo

O presente trabalho investiga a Nova Rota da Seda como uma ferramenta potencial para promover o desenvolvimento industrial de Moçambique, visando a sua integração regional e o desenvolvimento económico do país. Este ambicioso projeto, por meio de rotas terrestres e marítimas, é responsável pela construção de grandes projetos de infraestrutura e investimentos, contribuindo para expandir a conectividade, sobretudo em nações carentes de infraestrutura urbana, o que amplia as oportunidades de cooperação internacional. Atualmente, China e Moçambique experienciam uma nova era de cooperação, caracterizada pelo aprofundamento das suas relações económicas e diplomáticas, tanto bilateralmente quanto através de mecanismos multilaterais e da intensificação da cooperação Sul-Sul. O objetivo deste artigo é estudar sobre como a Nova Rota da Seda favorece o desenvolvimento industrial moçambicano e de que forma as plataformas multilaterais contribuem para o fortalecimento das relações com a China. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, fundamentada na revisão da literatura acadêmica sobre desenvolvimento económico e industrialização, além da análise de produções bibliográficas sobre o relacionamento sino-moçambicano e artigos de opinião. Os principais resultados indicam que, embora a relação bilateral já seja sólida, a Nova Rota da Seda atua como um palco fundamental para superar gargalos infraestruturais em Moçambique. Essa superação impacta diretamente a criação de capacidades industriais e a atração de novos investimentos para o setor. Conclui-se, contudo, que a efetividade deste desenvolvimento industrial depende da capacidade de negociação do Estado moçambicano frente aos investimentos chineses e da integração da infraestrutura nacional com as cadeias de valor regionais.

Palavras-chave: China; Moçambique; Belt and Road Initiative; Cooperação Sul-Sul.

Introdução

A narrativa que associa crescimento e desenvolvimento económico através da industrialização consolidou-se como um paradigma central nas agendas dos países africanos, especialmente a partir do início do século XXI (Chelwa, 2023).

Nesse período, algumas nações já independentes experimentaram um aumento da sua relevância na comunidade internacional, que foi impulsionado pela descoberta e valorização de seus recursos energéticos e outras commodities, incluindo produtos agrícolas. Consequentemente, ao buscar o desenvolvimento de suas economias de forma sustentável e de longo prazo, alguns países, para além de reconhecer a industrialização como um caminho para alcançar a almejada trans-

1. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PRT/BD/154976/2024.

formação estrutural em suas economias, trabalham para traçar planos que visam intensificar investimentos no setor industrial (ainda primitivo em África).

Chelwa (2023) argumenta que o desejo por promover a industrialização nos países africanos remonta ao século XX, durante o período de luta pela libertação nacional. O autor argumenta que essas nações, tradicionalmente fornecedoras de matérias-primas a baixo custo para países desenvolvidos em troca de produtos industrializados de alto valor, poderiam romper com a lógica colonial e imperial (superar a dependência) mediante a reorientação estrutural de suas economias, transcendendo a condição de economias primárias para a produção industrial. Adicionalmente, o autor descreve que os efeitos decorrentes desse processo, como a criação de empregos especializados e a elevação dos salários no setor industrial, poderiam resultar na melhoria da qualidade de vida de parcela significativa da população.

As correntes teóricas do desenvolvimento econômico (Furtado, 1968; Hirschman, 1958; Myrdal, 1957; Nurkse, 1953; Prebisch, 1949; Rosenstein-Rodan, 1963) apontam a industrialização como uma das vias (se não a mais eficiente) para impulsionar o crescimento e desenvolvimento econômico de um país, embora reconheça-se que crescimento e desenvolvimento não necessariamente caminham lado a lado, pois enquanto um conceito engloba variáveis quantitativas (crescimento econômico), o outro está relacionado às variáveis qualitativas que abrangem indicadores relacionados ao bem-estar, qualidade de vida da população, aos tipos de empregos criados e etc. Entretanto, ao olhar e comparar as economias que se encontram entre o eixo Norte-Sul, nota-se uma disparidade onde as nações localizadas no Norte Global (Ilhéu, 2017) concentram, em suma, empregos mais qualificados, salários mais atrativos, melhores condições de vida e níveis de industrialização mais avançado comparado aos países do Sul Global (Prebisch, 1949), sugerindo que a industrialização atua como um catalisador para a melhoria das condições de vida, estabelecendo uma relação direta entre esses dois fatores.

Contudo, para explicar o fenômeno do subdesenvolvimento nas nações emergentes, Furtado (1968) aponta a necessidade de incorporar uma análise sobre o contexto histórico e as condicionantes que obstruíram o desenvolvimento na periferia do sistema capitalista, e que no caso particular da África, resulta numa persistente dificuldade do continente, em geral, e Moçambique, em particular, em iniciar e/ou avançar, em seus projetos de desenvolvimento. Nesta conjuntura, a República Popular da China emerge como um parceiro estratégico fundamental, através da Nova Rota da Seda. A inserção de Moçambique nesta rede global de infraestrutura representa uma oportunidade singular para mitigar os gargalos logísticos que historicamente impediram a industrialização do país, permitindo uma nova leitura sobre as possibilidades de superação do subdesenvolvimento citado por Furtado.

No entanto, devido à limitação contextual deste artigo, a análise das condicionantes históricas foge ao seu escopo e em seu lugar propõe-se debater as principais correntes teóricas do desenvolvimento econômico, enfatizando a necessidade de superar a carência de redes de infraestrutura e logística para que então os mesmos possam atrair as indústrias utilizando a iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda para captar investimentos infraestruturais. Para tal, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica e documental, buscando correlacionar as teorias clássicas do desenvolvimento com os novos fluxos de investimento chinês em solo moçambicano.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho é analisar como a Iniciativa da Nova Rota da Seda pode atuar como um vetor de transformação estrutural em Moçambique, suprimindo o déficit de infraestrutura para viabilizar a industrialização nacional. Essa pesquisa é justificada pela atualidade do tema e pela necessidade de Moçambique em converter investimentos externos em desenvolvimento social qualitativo e torná-lo não somente um exportador de commodities, mas uma economia industrial competitiva.

Neste sentido, o artigo subdivide-se em quatro seções. Na primeira, discute-se a emergência da China no sistema internacional. Em seguida, a segunda seção descreve o que é e os objetivos da Nova Rota da Seda (NRS). Na terceira, propõe-se analisar o papel de Moçambique nesta iniciativa. Por fim, na quarta seção, é analisado como essa iniciativa pode ajudar Moçambique a promover a industrialização, através do debate e da visão de teóricos do desenvolvimento econômico que discutem o papel da infraestrutura para potenciar a industrialização nos países em desenvolvimento. O artigo encerra-se com as conclusões finais, em que se expõem as potencialidades, as limitações e os desafios para Moçambique, no sentido de aproveitar ao máximo os benefícios que o projeto da NRS pode proporcionar-lhe e concretizar esses ganhos em desenvolvimento.

1. A Emergência da Nova China na comunidade internacional

A ascensão econômica da China é enquadrada no âmbito da emergência de uma nova ordem capitalista global, caracterizada por rupturas e transformações significativas em termos de geopolítica mundial. Tais mudanças manifestam-se, sobretudo, na reconfiguração da influência sobre regiões geograficamente relevantes, que foram durante muitos anos marginalizadas (Amaral, 2012). Ela também cria um cenário de multipolarização que desafia, ainda sem a intenção, a hegemonia norte-americana (Cintra & Silva Filho, 2015). Sob a perspectiva ideológica de promover uma ordem internacional mais justa, a China propõe um modelo de desenvolvimento (Guimarães, 2011) e formas de cooperação que resultam em benefícios mútuos através de um caminho alternativo que vai de encontro às ilu-

sões e ao paradigma do modelo liberal (Hung, 2018), despertando um fascínio nas nações menos desenvolvidas.

Nesse contexto, a China assumiu um papel de liderança, impulsionou o crescimento econômico dos países emergentes do Sul – nomeadamente durante a crise de 2008 – enquanto as economias desenvolvidas enfrentavam as consequências do colapso financeiro americano (Hung, 2018). Ilhéu (2017) identificou três fatores que ajudam a explicar o aumento da relevância da China num cenário de estagnação do crescimento da economia mundial, sendo eles: a ausência de motores de crescimento global, a governança econômica global inadequada e o desenvolvimento desigual. Segundo a autora, esses três fatores intensificaram o hiato que já era existente entre os países ricos e pobres e abriram caminho para que a China, enquanto a segunda maior economia mundial, assumisse a responsabilidade moral de contribuir de forma ativa e direta para a solução desse problema, propondo um novo modelo conceitual para o desenvolvimento econômico (Ilhéu, 2017).

O reconhecimento da China enquanto uma potência a nível global é decorrente da transformação estrutural experimentada pelo país, que em poucos anos deixou de ser uma nação pobre e que enfrentava a miséria e a fome, fundamentada num modelo agrário tradicional e isolado para uma economia moderna e integrada aos sistemas econômicos internacionais (Hung, 2018; Pautasso & Ungaretti, 2017; Visentini, 2011). Esse processo tem marco inicial em 1978, com a implementação da política de Reforma e Abertura, proposta durante o 3.º Plenário da 11ª Sessão do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (Ilhéu, 2017). A agenda dos líderes chineses naquela altura era a reestruturação da economia nacional, visando à abertura ao comércio exterior e ao fortalecimento das relações com a comunidade internacional, objetivando reafirmar a China como uma grande potência.

As reformas e a abertura econômica, que serviram de base para o alcance do status de uma nova China no século XXI, abriram o caminho para a mudança estrutural experimentada pelo país, denominada por Barcellos e Mèrcher (2020, p. 380) “um novo momento na história chinesa”. Sob o comando de Deng Xiaoping, o país implementou uma série de reformas a partir de 1978, que incluíram o papel do Estado e do mercado na economia, prometiam impulsionar as exportações e atrair capital estrangeiro para o financiamento doméstico, criar uma estrutura industrial competitiva e fortalecer a sua capacidade financeira e econômica para sustentar seu crescimento. Essas reformas concentraram-se em quatro dimensões, promovendo a modernização nos setores industrial, agrícola, de defesa nacional e de ciência e tecnologia (Barcellos & Mèrcher, 2020; Parrales et al., 2018). Entretanto, o fator principal e marco da emergência da nova China no cenário internacional é a sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorreu em 2001,

inaugurando uma nova geoeconomia global com transformações profundas no cenário internacional (Ilhéu, 2017).

O papel dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs), a implementação da estratégia “*Go Global*” e os incentivos dados pelo governo chinês a investir no exterior, a sua integração na comunidade e no comércio internacionais, ao aderir às instituições e fóruns multilaterais, criando seus próprios mecanismos de cooperação e diálogo com outras nações, também foram importantes para fortalecer e estabelecer parcerias globais, sobretudo por aumentar a sua influência política e econômica em regiões consideradas estratégicas para a manutenção do seu crescimento econômico e consolidar-se como potência (Barcellos & Mèrcher, 2020; Ilhéu, 2017).

Diversas iniciativas foram criadas ao longo dos anos 2000, incluindo o Fórum de Cooperação China-Estados Árabes (CASCF), o Fórum Boao para a Ásia, o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), o Fórum China-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), além da Iniciativa Nova Rota da Seda, que são alguns exemplos. A utilização desses instrumentos transcende a demonstração de liderança em processos de integração regional e promove também novos arranjos financeiros – como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NDB/BRICS), o Banco de Desenvolvimento China-África (CADB) –, a criação de coalizões diplomáticas relevantes, o engajamento em agrupamentos de impacto político internacional e a tentativa de redefinir a posição da China em um sistema internacional marcado pelo constante reordenamento de forças (Pautasso & Ungaretti, 2017).

Nesses mecanismos multilaterais, a China apresenta um modelo alternativo e atrativo de desenvolvimento, que enfatiza as necessidades específicas de cada país, o reconhecimento do multilateralismo e a cooperação como pilares para a construção de uma nova ordem mundial mais simétrica (Lopes & Pautasso, 2016). Na seção a seguir, será apresentado em detalhes um desses mecanismos criados, que pode ser enquadrado como uma grande iniciativa a nível global e voltada para o desenvolvimento de capacidades infraestruturais nos países em desenvolvimento, a Nova Rota da Seda.

2. A Nova Rota da Seda como estratégia para a conectividade regional

Através da criação de rotas marítimas e terrestres que criam conexões comerciais da China com os principais mercados globais, a Iniciativa Nova Rota da Seda ou Belt and Road Initiative (BRI), em inglês, faz parte de um ambicioso pro-

jeto chinês criado para expandir e materializar a sua presença em diversas regiões a partir da reativação de suas antigas rotas comerciais e criação de novas rotas que conectam a China aos principais mercados do Oriente Médio, Ásia Central, África, Europa e América Latina.

A Rota da Seda original surgiu por volta do século II a.C., durante a dinastia Han. Seu nome deriva da sua função primordial: o comércio da seda, um produto de elevado valor no Ocidente que era transacionado a partir de diversos estados e impérios situados no centro e sudeste asiático, inseridos num sistema econômico onde a China desempenhava um papel primordial. Naquela época, as rotas eram percorridas por mercadores que, em caravanas, embarcações ou camelos, comercializavam uma variedade de produtos além da seda, tais como porcelana, aço, vidro, madeira e especiarias (Ehizuelen, 2017).

Depois de séculos de inatividade, a NRS foi anunciada oficialmente entre setembro e outubro de 2013, durante as visitas do presidente chinês Xi Jinping às regiões da Ásia Central e do Sudeste Asiático. Entretanto, Ehizuelen (2017) ressalta que as primeiras declarações sobre a necessidade de reativar a Rota da Seda através da revitalização de três rotas para o Sudeste Asiático, Sul da Ásia e Ásia Central, foi proferido em outubro de 2012 pelo professor acadêmico Wang Jisi, embora a iniciativa tenha deixado de ser uma visão ambiciosa para ganhar projeção após o discurso oficial de Xi Jinping.

Em 2017, a iniciativa englobava mais de 140 países, representava mais de 60% da população global e 30% do Produto Interno Bruto global (Kotz, 2017) e desde então tem expandido e aumentado o número de países membros transformando-se num projeto cuja potencialidade reside nos benefícios que pode trazer para os países e populações mais carenciadas e no estímulo que pode gerar para a economia chinesa através da criação de novos mercados para bens e serviços. Neste sentido, a NRS cada vez mais tem se consolidado como a principal ferramenta de política externa do governo de Xi Jinping, consubstanciando uma visão estratégica para a integração de diversas economias, culturas e espaços geográficos. (ibidem).

Para entender a amplitude dessa visão estratégica, é fundamental analisar como diversos autores definem a NRS. Barcellos & Mèrcher (2020) definem a NRS como uma extensão do desenvolvimento chinês, que reflete o interesse do seu governo em alcançar uma maior cobertura comercial através de novas parcerias e da construção de novas rotas logísticas para o comércio. Nascimento (2020), por sua vez, a conceitua, enfatizando sua conectividade global e seu objetivo de promover a infraestrutura necessária para facilitar as relações comerciais entre a China e o resto do mundo através de financiamento chinês. Entretanto, o autor adiciona que, embora a iniciativa tenha sido lançada em 2013, conforme explicado nos parágrafos anteriores, a Rota da Seda Marítima do Século XXI, considerada pelo autor

como uma iniciativa agregada ao plano inicial, foi lançada meses depois, em 2014, também pelo presidente Xi Jinping, e destina-se sobretudo ao desenvolvimento de integrações e acordos específicos no campo da economia marítima.

Mendonça et al. (2022) e Pautasso (2016), por sua vez, complementam essa visão argumentando que a NRS constitui um projeto de renascimento da Ásia, posicionando a China como seu epicentro. A longo prazo, a iniciativa buscará atender aos objetivos de desenvolvimento e segurança do país, em consonância com a filosofia confucionista de Harmonia no Mundo e na Sociedade Global (Ilhéu, 2017). Para isso, o país planeja estabelecer uma ampla plataforma de aplicação de investimentos em diversos setores produtivos e de infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária. Atualmente, os corredores terrestres receptores de investimentos chineses foram subdivididos em seis, conforme detalhado nas obras de Barcellos & Mèrcher (2020) e Mendonça et al. (2022), e são os seguintes:

- i) **Corredor China-Mongólia-Rússia:** que liga a China à Rússia através da Mongólia;
- ii) **Nova Ponte Terrestre da Eurásia:** que liga a China à Rússia e à Europa Ocidental através da Ásia Central;
- iii) **Corredor China Ásia Central-Ásia Ocidental:** que liga a China à Ásia Central e ao Oriente Médio;
- iv) **Corredor Bangladesh-China-Índia-Mianmar:** que liga a China ao Sul da Ásia através de Bangladesh, Índia e Myanmar;
- v) **Corredor China-Península da Indochina:** que liga a China ao Sudeste Asiático através da Península da Indochina;
- vi) **Corredor China-Paquistão:** que liga a China ao Paquistão

Com relação às rotas marítimas, segundo os autores, a iniciativa visa promover a colaboração através da construção de portos e infraestruturas ao longo das seguintes rotas:

- i) **Rota da Seda Marítima do Século XXI:** Liga o Mar da China Meridional à Europa, através do Mar Mediterrâneo e do Canal de Suez.
- ii) **Rota do Oceano Índico:** Conecta a China aos países da África Oriental e ao Oceano Índico.
- iii) **Rota do Mar do Sul da China:** envolve a construção de infraestruturas ao longo da costa chinesa e dos países do Sudeste Asiático.
- iv) **Rota do Ártico:** A China, em parceria com a Rússia, pretende desenvolver infraestruturas marítimas que potencializem a navegação nas águas russas do Ártico, com o objetivo de reduzir significativamente a distância entre os portos asiáticos e europeus.

A criação e o desenvolvimento dos corredores terrestres e rotas marítimas descritos exigem um vasto volume de investimentos. Neste contexto, o papel desempenhado pelos bancos chineses como financiadores deste projeto tem sido fundamental para a concretização dos objetivos chineses no contexto da iniciativa. Destacam-se o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Eximbank, instituições que, segundo Mendonça et al. (2022), desempenham um papel crucial tanto no projeto de globalização chinês, iniciado com a estratégia “*Going Global*”, quanto na própria iniciativa. Os autores salientam ainda que os setores de energia e transportes concentram a maior parte dos projetos financiados, representando cerca de 35% do total. Os restantes 65% distribuem-se por diversos domínios, incluindo finanças, infraestrutura rural e urbana, saneamento, resiliência econômica, saúde pública, tecnologias de informação e comunicação, entre outros.

Adicionalmente, em 2014, conforme referido por Mendonça et al. (2022), a China estabeleceu o Fundo da Rota da Seda (Silk Road Fund – SRF), um fundo de investimento de médio e longo prazo que objetiva promover o financiamento para a cooperação econômica e comercial, com ênfase nas áreas de infraestrutura, energia, capacidade industrial e cooperação financeira. O fundo possui um capital inicial de 40 bilhões de dólares americanos, sendo 30 bilhões cofinanciados pelo Banco de Desenvolvimento da China, Banco de Exportação-Importação da China, Corporação de Investimento da China (CIC) e Administração Estatal de Câmbio (SAFE). Nascimento (2020) acrescenta que o governo chinês também estimula os investimentos através de outras instituições internacionais, como o Banco Mundial e a Organização de Cooperação de Xangai, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS.

Contudo, a NRS não se trata apenas de um movimento econômico e a China não é um simples financiador de projetos para os países que sofrem de alguma carência no setor de infraestrutura e logística, mas sim uma iniciativa que consolida o poderio chinês, adquirido através da via econômica (concessão de empréstimos, investimentos e construção de infraestrutura) e da via diplomática (formalização de acordos bilaterais e multilaterais e engajamento político). Além disso, oferece de forma simultânea uma perspectiva de esperança para países com déficit de capital financeiro, ao possibilitar a melhoria das suas infraestruturas. Consequentemente, isso pode ser utilizado como uma das ferramentas para impulsionar o desenvolvimento nessas regiões, criar capacidades de conexões inter-regionais e atrair investimentos para outros setores produtivos.

Por meio deste projeto, agora revitalizado – mas que, conforme enfatizado por Pautasso (2016), integrou civilizações da Ásia, Europa e África há mais de dois milênios –, a China procura coordenar estratégias de desenvolvimento que criem demandas e oportunidades de emprego, promovam a confiança, a paz e a pros-

peridade, defendendo os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e elevando o estatuto da China na arena internacional.

3. Moçambique na Nova Rota da Seda

Embora seja difícil precisar do número de países africanos participantes na NRS devido à ambiguidade das fontes de pesquisa, pode-se considerar que a África é o segundo maior contingente em termos de países aderentes, com mais de 40 nações participantes (Belt and Road Portal, n.d.). No âmbito da iniciativa, o continente africano se destaca por receber projetos multifacetados, que abrangem setores cruciais para a promoção e a dinamização de seu próprio processo de desenvolvimento e conectividade.

Considerando o perfil socioeconômico dos países participantes, predominantemente de baixa ou média-baixa renda, os projetos da NRS priorizam a superação de obstáculos infraestruturais e impulsionam o desenvolvimento de atividades econômicas nos setores energético, industrial e de serviços em todo o continente (Nascimento, 2020), sugerindo que a China identifica o déficit infraestrutural africano não apenas como um obstáculo logístico, mas uma oportunidade para exportar seu próprio excedente de capacidade industrial, criando novos mercados consumidores. Essa articulação estratégica ganhou contornos institucionais com a inclusão da África na iniciativa, quando Justin Yifu Lin, ex-economista-chefe do Banco Mundial, sugeriu a sua expansão para ‘Um Cinturão e Uma Rota, Um Continente’ (Ehizuelen, 2017).

Adicionalmente, Ehizuelen (2017) enfatiza a relação histórica entre o continente e a NRS, cujas origens remontam ao século XV, com a expedição do almirante chinês Zheng He, que liderou uma frota de 300 navios à África, estabelecendo as bases para relações amistosas entre chineses e africanos. Consequentemente, a iniciativa é percebida como um potencial vetor de desenvolvimento africano e exerce influência significativa sobre as suas lideranças, que demonstram receptividade ao seu discurso. Contudo, essa receptividade deve ser analisada também sob a ótica da diplomacia pragmática, onde as nações africanas buscam alternativas de financiamento que não imponham as condicionalidades políticas frequentemente exigidas por instituições ocidentais.

O potencial econômico e político do continente africano, somado à sua relação histórica com a China, ajuda a explicar o motivo pelo qual alcançar e manter um bom relacionamento com as nações africanas é tão importante para Pequim (Ehizuelen, 2017; Jinyan, 2023). O continente é delimitado pelo Oceano Atlântico a oeste, pelo Oceano Índico a leste, pelo Mar Mediterrâneo a norte e pelo Mar Vermelho a nordeste, concedendo-lhe uma posição potencial de ponte entre o Oriente e o Ocidente, especialmente no que se refere ao comércio que passa pelo Canal

de Suez (Benvenuto, 2018; Nascimento, 2020). Com uma população superior a 1 bilhão de habitantes e uma taxa de crescimento demográfico significativa – onde cerca de 60% são jovens –, também apresenta-se como um vasto mercado em ascensão e uma fonte promissora de mão de obra (Ehizuelen, 2017; Jinyan 2023). Além disso, a abundância de recursos naturais e energéticos, as extensas terras aráveis, reforçam a posição do continente como um parceiro estratégico fundamental (Benvenuto, 2018; Nascimento, 2020). Ou seja, a convergência entre a abundância de recursos primários e a necessidade de segurança energética e alimentar da China transforma o continente africano em um pilar de resiliência para a economia chinesa frente a instabilidades em outras rotas globais.

Moçambique, um dos países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), localizado no sudeste da África e com uma longa costa no Oceano Índico, apesar de não ter uma importância central na NRS quando comparado ao Egito (cuja importância está relacionada ao Canal de Suez, uma rota marítima vital para o transporte de mercadorias entre o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo), Djibouti (por possuir uma localização geoestratégica entre o Mar Vermelho e o Golfo de Áden e constituir um ponto de interesse para projetos de implantação de bases navais) ou Quênia (por receber investimentos em infraestrutura rodoviária e ferroviária e promover a integração com o Sudão do Sul e a Etiópia, facilitando a conexão da indústria petrolífera do leste africano com a Ásia) (Benvenuto, 2018; Ehizuelen, 2017; Nascimento, 2020), ainda assim possui uma relevância notável, ainda que o país não hospede um “megaprojeto” de visibilidade global imediata, sendo a sua importância funcional e logística, atuando como um pulmão de escoamento para o *hinterland* (países sem costa marítima) da África Austral.

Essa relevância vai além de sua conexão histórica com as rotas comerciais do Oceano Índico, que integravam a antiga Rota da Seda Marítima. Nesse período, a costa de Moçambique fazia parte de uma rede de portos africanos voltados às trocas comerciais, e há indícios de que ocupava uma posição próxima ao extremo sul da rota marítima chinesa (Ilhéu, 2017). Por receber produtos com características orientais, como a porcelana chinesa, a região também funcionava como ponto de ligação entre a Ásia, a África Oriental e o mundo islâmico (Nascimento, 2020). Atualmente, a importância de Moçambique é mais geoestratégica e decorre de múltiplos fatores, tais como: i) localização geográfica; ii) abundância de recursos naturais e energéticos; iii) relações bilaterais fortes; iv) aprofundamento da cooperação econômica; v) influência geopolítica de Moçambique no continente africano (Ilhéu, 2017; Nascimento, 2020).

A sua localização geográfica, com uma extensão costeira de 2.700 km banhada pelo Oceano Índico, posiciona o país como o principal ponto de acesso para os países do interior da África Austral e com potencial para o fluxo de produtos

chineses destinados aos outros países do continente e mercados globais (Cunha, 2023). Nesse contexto, os portos moçambicanos, sobretudo os de Beira e Maputo, desempenham um papel fundamental na dinâmica do comércio marítimo chinês na região e, através dos corredores logísticos existentes, podem facilitar o transporte de mercadorias chinesas para o interior e países limítrofes. Desta forma, os investimentos nos portos de Moçambique não servem apenas ao comércio bilateral, mas funcionam como uma rede regional que aumenta a dependência logística de países vizinhos em relação à infraestrutura operada ou financiada pela China.

A abundância de recursos naturais de Moçambique e suas condições climáticas propícias ao desenvolvimento agrícola, à produção de biocombustíveis e a recursos pesqueiros e de crustáceos são ativos de grande importância (Cunha, 2024; Ilhéu, 2017;) e a descoberta de reservas energéticas, incluindo gás natural, carvão e minerais, também posiciona o país como um parceiro potencial, contribuindo para a manutenção do crescimento econômico chinês através da diversificação das fontes de matérias-primas e da garantia do abastecimento do seu setor industrial (Benvenuto, 2018; Cunha, 2024). Entretanto, também levanta a necessidade de Moçambique negociar transferências de tecnologia para evitar a perpetuação de um modelo primário-exportador, garantindo que a infraestrutura energética sirva também à industrialização doméstica e não apenas à exportação de commodities.

Quanto às relações bilaterais entre as duas nações são marcadas por uma amizade e parceria robustas. Este relacionamento manifesta-se em diversas áreas de cooperação, incluindo a cooperação política, cultural, educacional, econômica e em setores como a área da saúde (Bambo, 2021). Por fim, Moçambique também contribui para a expansão da influência geopolítica da China no continente africano, na medida em que o país é integrante de dois fóruns regionais africanos de grande importância, a SADC e a União Africana.

Em termos de benefícios, embora a China não tenha implementado um corredor econômico específico, análogo ao criado com o Paquistão, por exemplo, Moçambique tem recebido um volume significativo de investimentos chineses em infraestrutura, que podem ser considerados como componentes de corredores econômicos. Na verdade, são projetos que variam desde a construção de estradas, rodovias até pontes e a reabilitação de portos e aeroportos, infraestruturas consideradas essenciais para aumentar a conectividade regional de Moçambique. Alguns exemplos que podem ser citados nesta conjuntura são: a construção da Estrada Circular de Maputo, a Ponte Maputo-KaTembe, a Ponte da Unidade, a reabilitação do Porto da Beira e a construção do Aeroporto de Gaza Filipe Jacinto Nyusi (Bambo e Schor, 2022).

Estes investimentos são pré-requisitos fundamentais para a redução dos custos de transação. Sem a Ponte Maputo-KaTembe ou a Estrada Circular, por exemplo,

o tempo de transporte e o desgaste logístico inviabilizariam o surgimento de pólos industriais periféricos, mantendo a economia moçambicana fragmentada e dependente de importações de alto custo.

A China também tem desenvolvido projetos no setor industrial de Moçambique nomeadamente nos setores de cimento, processamento de recursos naturais, agricultura e agroindústria, pesca e aquicultura. Nesta perspectiva, segundo o Fórum de Macau (2024) um grupo de empresários chineses pretendem investir mais nas áreas de mineração, agricultura e indústria de automóvel em Moçambique, e, para o efeito, representantes de empresas chinesas foram recebidos, no dia 23 de Maio de 2024, pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA). Em Setembro do mesmo ano, o órgão também publicou a inauguração de uma nova fábrica de mosaicos e azulejos, a “Safira Moçambique Cerâmica”, no distrito de Moamba, Província de Maputo. Este faz parte de um projeto que contou com um investimento chinês de US\$ 100 milhões e tem capacidade para criar cerca de 300 empregos diretos e de promover a produção local de materiais de construção (Fórum de Macau, 2024). O Fórum também publicou em 2023, o investimento da chinesa “West International Holding Group” na construção de uma fábrica de cimento ao abrigo de um memorando com o governo, no valor de 192 milhões de dólares americanos, cujo objetivo também é dinamizar a indústria de materiais de construção (Fórum de Macau, 2023).

O movimento em direção à indústria de materiais de construção (cimento e cerâmica) é um indicador analítico crucial que sugere que a China está a transitar de uma fase de construção de infraestrutura para uma de estímulo à produção local. Ao produzir cimento e azulejos em solo moçambicano, reduz-se a dependência de importações e cria-se uma base industrial primária que serve de suporte para qualquer expansão futura de infraestruturas produtivas no país.

A China fomenta um discurso que enfatiza o seu compromisso em investir em projetos que gerem benefícios recíprocos e, para isso, tem aumentado a cooperação bilateral com Moçambique utilizando múltiplos canais, incluindo mecanismos multilaterais para aprofundar seus laços com o país. No plano económico, a concessão de empréstimos com taxas de juros vantajosas, prazos de pagamento prolongados e anistia de dívida, somados à celebração de acordos e ao incremento das trocas mercantis, fortalecem o engajamento entre os dois países (Feijó, 2012). Essa flexibilidade financeira se configura como uma ferramenta de *soft power*, que solidifica a China como o parceiro preferencial para projetos de grande escala que o setor privado tradicional evitaria devido aos riscos de crédito.

No domínio social e humanitário, por sua vez, a atuação chinesa engloba missões médicas, envio de suprimentos, reestruturação de unidades hospitalares e capacitação de especialistas de saúde (Bambo, 2021). Já a vertente cultural e

educacional inclui a concessão de bolsas de estudo para estudantes moçambicanos – tanto no exterior quanto em território nacional – e a instalação de Institutos Confúcio para o ensino da língua e cultura. Somam-se a isso a construção e reforma de escolas, a formação de docentes e o fornecimento de materiais didáticos (Njal, 2021). Estes investimentos em capital humano são o complemento necessário à infraestrutura física, pois sem a qualificação da mão de obra local, os projetos industriais da NRS em Moçambique permaneceriam como enclaves e teriam pouco efeito multiplicador na economia doméstica.

Na esfera política e diplomática, China e Moçambique buscam fortalecer seus laços oferecendo apoio mútuo em fóruns internacionais e defendendo seus respectivos interesses nacionais. No âmbito militar, onde há raízes históricas e intensificação da cooperação ao longo do século XXI, a parceria entre as nações caracteriza-se pelo fornecimento de treinamento, equipamentos e suporte logístico às Forças Armadas de Defesa de Moçambique e à polícia local. Diante da vulnerabilidade na região norte, Pequim tem demonstrado iniciativa e disponibilidade para auxiliar o governo moçambicano em questões de segurança e defesa na região (Chichava, 2012). A estabilidade nessa área é vital para a NRS, dado que a insurgência em Cabo Delgado ameaça diretamente os investimentos em gás natural, fundamentais para a estratégia de diversificação de recursos da China.

Contudo, é no domínio da infraestrutura que a cooperação sino-moçambicana se mostra crucial, pois, para além de promover a integração física, esse setor é vital para o desenvolvimento industrial, seja pelo seu impacto na mobilidade urbana e na ligação nacional, regional e internacional, seja pela facilitação das trocas mercantis através da redução dos custos de transporte e logística – o que afeta diretamente a competitividade dos produtos e o fluxo comercial interno e externo –, ou pela atração de investimentos estrangeiros, que impulsionam a criação de empregos e novos negócios. A Iniciativa Nova Rota da Seda, nesse sentido, pode desempenhar um papel de protagonista e ajudar o país a superar suas limitações nesses âmbitos. Mas para que a transição de uma economia de subsistência e exportação de matérias-primas para um modelo industrializado seja feita com sucesso depende da simbiose entre os corredores logísticos da NRS e a criação de cadeias de valor locais que aproveitem essa nova dinâmica.

4. Fundamentos da Industrialização: A Visão dos Teóricos do Desenvolvimento sobre a Infraestrutura

Jinyan (2023) aponta que, embora a descoberta e a exploração de recursos estratégicos e a valorização das commodities na primeira década dos anos 2000 tenham conferido à África uma posição de destaque na economia global, o aquecimento das economias africanas não se traduziu na ruptura de suas estruturas econômi-

cas e produtivas preexistentes, e resultou, em grande medida, em um crescimento desacompanhado pelo desenvolvimento, melhorias substanciais nas condições de vida da maioria da população africana e fraco impulso à industrialização.

Essa observação alinha-se à tese de Raúl Prebisch (1949) sobre a dualidade centro-periferia. Para Prebisch, países periféricos como Moçambique tendem a se especializar na exportação de recursos naturais, enfrentando a “deterioração dos termos de troca” enquanto o valor dos minerais e do gás oscila de acordo com o mercado externo, os produtos industrializados importados tornam-se proporcionalmente mais caros, reduzindo a disponibilidade de renda que poderia financiar o desenvolvimento econômico. Essa dinâmica é definida por Caio Prado Jr. (1942) definida como uma característica comum das economias coloniais, onde estruturas são criadas para fornecer bens ao mercado externo sem articulação com o mercado interno. No caso moçambicano, a dependência das exportações de carvão e gás reitera essa herança, onde a economia cresce para fora, mas permanece vulnerável às flutuações do sistema global.

Moçambique é um exemplo desse fenômeno, na medida em que o país viu sua economia se destacar entre os países da África Subsaariana e alcançar níveis de crescimento próximos aos dois dígitos. Esse crescimento, que foi impulsionado pela descoberta de vastas reservas de carvão mineral, gás natural e outros minerais e matérias-primas relevantes para grandes indústrias, não foi internalizado, de forma majoritária, pela sua população, que não se beneficiou do crescimento experimentado.

Como argumentava Celso Furtado (1968), o subdesenvolvimento não é uma fase de transição, mas uma estrutura autônoma e persistente e, embora crescimento e desenvolvimento sejam variáveis que caminham lado a lado, o primeiro é um reflexo de resultados quantitativos (como aumento da produção) e o segundo é relacionado às variáveis qualitativas (que incluem mudança nas estruturas sociais, de bem estar e produtivas). Dessa forma, o crescimento econômico não leva necessariamente ao desenvolvimento e Moçambique sabe bem disso, pois o que se observa na economia moçambicana é uma “modernização sem desenvolvimento”, onde a infraestrutura serve ao setor exportador, mas não integra o restante da economia nacional e, conforme aponta Florestan Fernandes (1975), o progresso técnico em países periféricos como Moçambique acontece por meio de uma elite local e capital estrangeiro sem democratizar o acesso à riqueza ou transformar as condições sociais da massa da população.

Xiaoyang (2023) argumenta que os países subdesenvolvidos enfrentam um problema fundamental para alcançar o desenvolvimento: a necessidade de obtenção de um suporte institucional eficaz. No entanto, o autor argumenta que a eficácia das instituições depende do seu nível de riqueza econômica e dos recursos

que possuem para aprimorá-las. Nesse sentido, a escassez de recursos financeiros torna-se um entrave à transformação estrutural e sem o capital necessário para fortalecer suas instituições, eles veem-se limitados na implementação de políticas de industrialização de longo prazo, que são essenciais para diversificar a economia e elevar o padrão de vida da população.

A economista Maria da Conceição Tavares (1972) debate essa questão ao demonstrar que a industrialização exige não apenas capital, mas uma dinâmica de acumulação que não seja drenada pela dependência financeira externa. Em Moçambique, a falta de poupança interna gera um vácuo que a China passa a preencher, e isso pode levantar dúvidas (sobretudo para o mundo ocidental) sobre o desafio de transformar esse investimento em base produtiva e não apenas um gerador de dívida externa, que aprofundaria a dependência moçambicana aos investimentos chineses.

No cerne do pensamento estruturalista latino-americano, Furtado (1968) e Prebisch (1949) convergem ao identificar o subdesenvolvimento como um desdobramento histórico da forma como o progresso técnico penetrou nas economias periféricas e a industrialização como a principal via para a ruptura da condição de subdesenvolvimento.

O primeiro autor identificou que a armadilha do subdesenvolvimento reside na natureza do progresso técnico nas economias periféricas, o qual promoveu uma modernização dos padrões de consumo sem a correspondente transformação da estrutura produtiva. Esse processo, que não foi neutro, aprofundou a concentração de renda e a heterogeneidade estrutural nas economias em desenvolvimento, e levou a coexistência de dois setores – moderno e atrasado – onde o setor moderno é altamente produtivo, utiliza tecnologia de ponta, geralmente é voltado para a exportação (no caso de Moçambique podemos citar o gás e a mineração) e o setor atrasado, que é composto por atividades de subsistência, serviços precários e agricultura rudimentar, onde concentra a grande massa da população, mas tem produtividade baixa. Nesta perspectiva, o subemprego surge como uma característica central dessas economias e a escassez de capital leva à subutilização da força de trabalho, gerando baixos níveis de produtividade e limitando o excedente necessário para um processo endógeno de acumulação (Cunha, 2023).

Diante disso, a superação do subdesenvolvimento exigiria, na visão de Furtado (1968), a implementação de reformas de base capazes de redistribuir o poder e o excedente econômico, acompanhadas de uma industrialização planejada e liderada pelo Estado. Para o autor, a ‘fase superior do subdesenvolvimento’ só é atingida quando o núcleo industrial se diversifica a ponto de produzir internamente os equipamentos e a tecnologia necessários para sustentar o próprio crescimento (ibidem).

O segundo autor, Prebisch (1949), contesta a Teoria das Vantagens Comparativas ao demonstrar que a Divisão Internacional do Trabalho não distribui o progresso técnico de forma equitativa. Enquanto a visão clássica ricardiana sugere que a periferia se beneficia da produtividade dos centros via comércio, o autor mostra que, na verdade, as trocas comerciais acentuaram as disparidades nos padrões de vida e na acumulação de capital entre a Periferia e o Centro do capitalismo global. Neste contexto, Prebisch formula sua teoria embasada na deterioração dos termos de troca e sustentada na disparidade das elasticidades-renda: enquanto a demanda por bens industriais do centro cresce exponencialmente com o aumento da renda, a demanda por bens primários da periferia permanece inelástica, resultando em uma transferência líquida do fruto do progresso técnico periférico a favor das nações centrais.

Diante desse cenário, a industrialização surge como um imperativo para absorver o excedente de mão de obra de baixa produtividade e reverter o ciclo de subdesenvolvimento. Prebisch argumenta que esse processo não deve ocorrer em detrimento da produção primária, mas sim utilizá-la como fonte de divisas para a importação de bens de capital essenciais. Contudo, o autor alerta para o “círculo vicioso” da escassez de capital, onde a baixa produtividade limita a poupança interna, tornando a ajuda financeira internacional um suporte transitório necessário para impulsionar a mecanização e a complexidade da matriz produtiva sem comprimir excessivamente o consumo das massas (Cunha, 2023).

A superação da condição periférica, portanto, para o autor, exige uma mudança profunda na pauta de exportações e uma gestão rigorosa da importação, evitando que o aumento da renda seja consumido pelo consumo de luxo das elites. Na abordagem de Centro-Periferia desenvolvida pelo autor, o desenvolvimento requer um plano estratégico conduzido pelo Estado, que seja capaz de promover reformas institucionais que restrinja o consumo supérfluo e priorize a acumulação de capital. Somente dessa forma seria possível capturar os benefícios do progresso técnico e reduzir as disparidades estruturais que definem a periferia no sistema global (ibidem).

Mas para o caso moçambicano, pode-se acrescentar que a superação do subdesenvolvimento envolver também resolver a dualidade do sistema produtivo do país, que inclui a articulação do setor moderno (sobretudo os megaprojetos de gás e carvão em Moçambique) com o setor atrasado para que o desenvolvimento seja sistêmico.

Ragnar Nurkse (1953) propõe uma outra definição para o problema do subdesenvolvimento nos países mais pobres, explicando-o através da identificação de dois elementos: a insuficiência de capital e a limitação de mercado. Esta última, por sua vez, resulta em concorrência reduzida, preços elevados, baixa qualidade

nos produtos e serviços, ausência de inovação, alocação ineficiente de recursos e restrição do comércio internacional. A obra de Nurkse, embora formulada em 1953, mantém sua relevância na atualidade, especialmente ao defender que os países subdesenvolvidos encontram-se condicionados a um círculo vicioso de pobreza, onde a pobreza atua como causa e consequência, perpetua-se e aprofunda os desafios relacionados à formação de capital e à baixa produtividade (Cunha, 2023).

Superar essa condição teorizada por Nurkse é indispensável para Moçambique, para que o país possa atrair investimentos, impulsionar a industrialização, se integrar de forma mais competitiva na economia global e transformar a vida dos africanos e moçambicanos, trazendo mais oportunidades, bem-estar e trabalho dignos. Entretanto, o que é possível observar é que as tentativas históricas de ruptura desse ciclo foram marcadas por tensões sinalizadas por atores como Roque e Alden (2012) e Xiaoyang (2023). Os primeiros autores, embora reconheçam o papel significativo oferecido pelo Ocidente, particularmente das Instituições de Bretton Woods (nomeadamente o FMI e o Banco Mundial), na recuperação econômica de Moçambique pós-guerra colonial, admitem que esta também foi acompanhada por uma dependência externa acentuada, condicionantes e imposição de políticas que desconsideraram o contexto e a natureza histórica, política e econômica singular de Moçambique. Os modelos de desenvolvimento econômico baseados no receituário ocidental não apenas se mostraram ineficazes, mas também exacerbaram a pobreza, a desigualdade econômica e os problemas sociais que existiam. Essa percepção de fracasso político e econômico sob a liderança dos países ocidentais fundamenta a crítica de Xiaoyang (2023), que defende:

“O Ocidente tende a adotar uma postura condescendente em relação ao desenvolvimento e à industrialização da África. Seja no papel de governante colonial, suserano ou doador, os países desenvolvidos ocidentais sempre julgaram os países africanos de acordo com seus próprios sistemas políticos e econômicos, criticando a África como “atrasada” e impondo seus próprios modelos ao continente. Por exemplo, durante o Consenso de Washington, os Estados Unidos e os países europeus frequentemente usaram métodos coercitivos, como a recusa de ajuda e a aplicação de sanções para forçar os países africanos a implementar as políticas econômicas ocidentais de livre mercado. Consequentemente, a abordagem ocidental não só não conseguiu se integrar organicamente às sociedades africanas, como também promoveu a divisão e a instabilidade, atrasando os esforços africanos para alcançar uma transformação industrial abrangente e sustentável.” (Xiaoyang, 2023, p. 43)

Nessa perspectiva, e em contraposição direta ao modelo ocidental citado, no que concerne às contradições, desafios e complexidades inerentes ao processo de industrialização em países em desenvolvimento, a China apresenta uma perspectiva distinta daquela adotada no Ocidente, sobretudo ao enfatizar o crescimento acompanhado de desenvolvimento contínuo e com benefícios mútuos. Paralelamente à busca pela manutenção de seu próprio crescimento, a China se propõe a fomentar o desenvolvimento comum, visando à superação da pobreza, do subde-

envolvimento e da influência ocidental. Para alcançar e aprofundar os laços com esses países, a China posiciona-se como um país que foi capaz de superar suas adversidades e as atrocidades causadas pela opressão ocidental e, por isso, coloca-se disponível para construir parcerias sem condicionar a assistência prestada.

Um dos principais obstáculos que enfraquecem o estímulo à industrialização no continente africano, em geral, e Moçambique, em particular, reside na complexidade da integração sistêmica de seus diversos componentes. Nesse contexto, ao promover a conectividade e a integração regional por meio da construção de uma rede moderna de infraestruturas e pelos seus princípios de desenvolvimento colaborativo, a NRS apresenta-se como um mecanismo potencial para mitigar os fatores que limitam o desenvolvimento em Moçambique (Xiaoyang, 2023).

A perspectiva da infraestrutura como agente crucial para o desenvolvimento industrial, embora central na estratégia chinesa atual, não constitui um fenômeno recente. Na verdade, alguns teóricos do desenvolvimento econômico já enfatizavam a importância da construção de uma rede de infraestrutura robusta para a instalação de indústrias e a aceleração do processo de desenvolvimento. Tais ideias permeiam as obras de Hirschman (1958), Myrdal (1957) e Rosenstein-Rodan (1963).

O primeiro autor, Albert O. Hirschman, partiu de uma análise do sistema econômico, no qual os desequilíbrios são considerados propulsores do crescimento em economias periféricas ao permitir a potencialização de recursos escassos. Utilizando o conceito de encadeamentos (linkages), o autor demonstra como o desenvolvimento de um setor pode estimular outros setores por meio de ligações setoriais, denominadas efeitos de encadeamento para frente (forward linkages) e para trás (backward linkages).

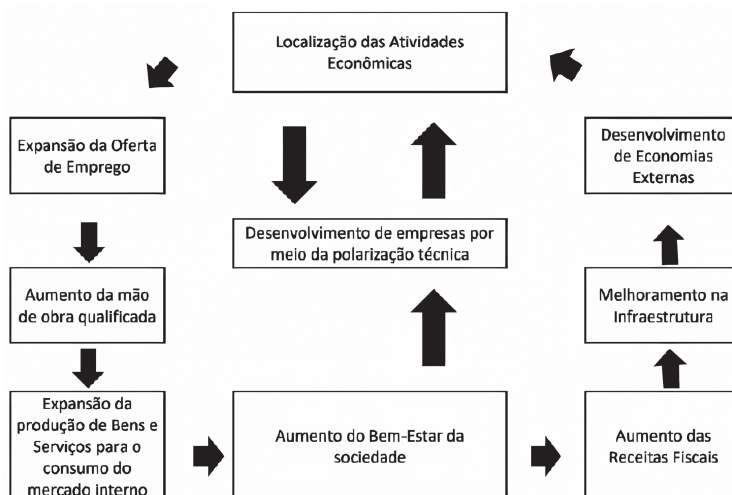
Por exemplo, a instalação de uma indústria em determinada região gera demanda por insumos ou fatores de produção localizados a montante (precedentes à indústria principal) e, simultaneamente, também promove a oferta de insumos viáveis para os setores a jusante (subsequentes à indústria principal), resultando em encadeamentos para trás e para frente na cadeia produtiva. Nesse contexto, Hirschman postula que o investimento deve priorizar os setores-chave da economia, nos quais os efeitos de encadeamento para trás e para frente são mais intensos e exibem maior grau de interdependência. Essas indústrias podem estimular o surgimento de outras (indústrias satélites), mas para que isso aconteça, o autor também destaca a necessidade de dinamizar e interconectar os diferentes setores econômicos, pois quanto mais dinâmicos, conectados e interligados às demais atividades produtivas, melhores serão as condições para o crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido, a construção de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, portuária e ferroviária, que conecta as indústrias e o país em níveis nacional,

regional e internacional e facilita o escoamento da produção, é considerada um elemento primordial para o desenvolvimento industrial.

Se Hirschman focou na dinâmica intersetorial dos encadeamentos, Myrdal (1940), por outro lado introduziu o conceito de causação circular cumulativa a partir de estudos sobre as condições sociais dos afro-americanos nos Estados Unidos. O autor associava o ciclo vicioso em que essa população se encontrava, caracterizado por baixos salários, oportunidades de emprego limitadas e acesso precário à educação e à saúde, ao agravamento da discriminação e da pobreza. Segundo o autor, o aumento da produção geraria benefícios para toda a comunidade, estimulando a criação de empregos e, conseqüentemente, o mercado de bens de consumo. O elevado padrão de desenvolvimento é acompanhado por centros urbanos dinâmicos, melhores condições de vida, infraestrutura de transporte e comunicação, educação, entre outros.

Sob essa perspectiva, Myrdal afirma que a integração de centros urbanos, dotados de infraestrutura e serviços básicos, tende a concentrar pontos de localização, gerando expansão da oferta de emprego e aumento da mão de obra qualificada. Esse processo é acompanhado pela expansão da produção de bens e serviços para atender o mercado local, resultando no aumento das receitas provenientes da arrecadação de impostos. Conseqüentemente, ocorrem melhorias infraestruturais, que aprimoram o ambiente empresarial e urbano e atraem a instalação de novas empresas e indústrias na região. Abaixo, apresenta-se um breve fluxo da abordagem de Myrdal sobre Causação Circular e Cumulativa e o papel das infraestruturas neste contexto:

Figura 1. Esquema Causação Circular e Cumulativa de Myrdal



Fonte: Instituto Myrdal. Adaptação própria.

Rosenstein-Rodan, outro teórico do desenvolvimento, contrapõe-se às ideias estáticas de equilíbrio das teorias econômicas tradicionais e introduz uma abordagem na qual o desenvolvimento econômico consiste em uma série de saltos qualitativos e na execução de investimentos em diferentes escalas, gerando um estímulo significativo na economia. Tais investimentos funcionariam como um impulso substancial à economia nacional, exigindo a adoção de um volume inicial elevado de capital, de forma planejada e direcionada aos “setores-chave” da economia.

Esses setores, tipicamente, configuram complexos industriais integrados e complementares a outros setores distintos dentro do mesmo sistema econômico, conduzindo economias em desenvolvimento à superação do subdesenvolvimento. Segundo Mantega (1998), na visão do autor, é necessário

(...) uma massa de recursos que viabilize a implantação de grandes empresas, de acordo com a escala mínima prescrita pelas modernas condições tecnológicas do capitalismo. Em segundo lugar, a massa de recursos que viabilize investimentos concomitantes em vários setores complementares ao mesmo tempo, de modo a engendrar uma demanda intersetorial suficiente para escoar a produção. E, por último, um volume de investimentos que garanta um tamanho mínimo do mercado que viabilize a escala mínima de produção das modernas empresas capitalistas. (p. 27)

Empresas de infraestrutura e serviços básicos são exemplos de organizações capazes de impulsionar o grande impulso que as economias em desenvolvimento necessitam pela sua capacidade de estimular investimentos na cadeia produtiva, que gera externalidades positivas e estimula investimentos coordenados em larga escala que podem ser diferenciais para a criação de complexos industriais e de outros serviços relacionados a eles.

Rosenstein-Rodan explica que a indivisibilidade na função de produção, associada a economias externas, especialmente em empresas de infraestrutura (energia, transporte, etc.), constitui o principal motor do “big push”. Projetos de infraestrutura, como estradas, portos, energia e telecomunicações, exigem investimentos maciços e indivisíveis. Sendo uma vez implementados, esses projetos geram economias de escala, reduzindo os custos de produção para outras indústrias. Além disso, uma melhor rede de transporte reduz os custos de logística para empresas de manufatura, agricultura, comércio e etc., gera demanda por insumos, mão de obra e serviços e impacta diretamente na atividade econômica, impulsionando e criando novos empregos, e gerando um ciclo de crescimento econômico.

Em Moçambique, das conclusões da Ponte Maputo-Katembe, a maior ponte suspensa do continente africano, a Estrada Circular de Maputo até o Aeroporto Filipe Jacinto Nyusi, uma série de projetos de infraestruturas beneficiou o país africano. Bambo & Schor (2022) fornece uma lista mais detalhada de alguns desses projetos, onde destaca construções, sobretudo de transporte, construídas por chineses, conforme segue abaixo.

Quadro 1. Projetos de Infraestrutura Chineses em Moçambique

Projeto	Ano	Empresa chinesa
Reabilitação do troço Muxunguê-Inchope	2006	CHICO
Xai-Xai- Chissibuca	2006	CHICO
Construção da estrada alcatroada Chitima-Mágoé	2008	CHICO
Estrada Circular de Maputo	2012	CRBC
Ponte Maputo-KaTembe	2018	CRBC
Ponte Moamba	2018	CRBC
Ponte sobre o Rio Incomati	2015	CRBC
Ponte da Unidade Nacional	2010	CHICO
Ponte River doSave	2018	CRBC
Reabilitação do aeródromo de Vilanculos	2012	AFECC
Construção dos ramais Chibuto-Jangamo e Chibuto-Inharrime	2013	CREC
Porto de Cabotagem em Chongoene	2014	CREC
Reabilitação do porto de pesca da Beira	2014	CHEC
Aeroporto Filipe Jacinto Nyusi (Gaza)	2021	AVIC

Fonte: Bambo & Schor (2022)

Conforme defendido por Ilhéu e Campos (2021), a NRS tem uma abordagem que se assenta numa cooperação interativa, em que os países que concordam em fazer parte desse tipo de cooperação começam por construir as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento de setores-chave da economia e planejam projetos conjuntos de conectividade. Seria, portanto, neste contexto, um exemplo de Big Push, como defendido por Rosenstein-Rodan, ideal para a superação da condição de subdesenvolvimento.

No entanto, embora a China seja um ator relevante, é importante reconhecer que Moçambique tem grandes desafios que podem limitar ou retardar o seu desenvolvimento e é nesse ponto que a análise de Maria da Conceição Tavares (1972) e Prebisch (1949) é fundamental para o caso moçambicano, pois a autora alerta que a simples entrada de capital e técnica para infraestrutura não é capaz de garantir que a industrialização se concretize, pois isso envolve a capacidade de Moçambique possuir uma dinâmica de acumulação interna suficiente para evitar que esses ganhos sejam drenados pela dívida externa ou pela importação de bens de capital.

Nomeadamente, a própria deficiência infraestrutural, as questões de transparência e corrupção do Estado, a fragilidade institucional e a gestão da dívida constituem outros constrangimentos significativos para a implementação de novos projetos. Dessa maneira, não basta apenas que Moçambique adira a mecanismos multilaterais ou fortaleça a cooperação bilateral para criar capacidades e impulso-

nar o desenvolvimento nacional; é necessário também traçar políticas públicas que combatam esses constrangimentos para maximizar os ganhos para o país.

Adicionalmente, a avaliação dos benefícios gerados pela NRS é complexa e ambígua, uma vez que a iniciativa se sobrepõe a outros fóruns chineses dos quais Moçambique é membro, como o Fórum de Macau e o FOCAC. Devido à falta de clareza na distinção dos investimentos negociados e acordos de cooperação assinados por meio dessas plataformas e aqueles que foram frutos de acordos de cooperação no âmbito da NRS ou da cooperação bilateral, é desafiador determinar com precisão quais empreendimentos foram realizados através da NRS e quais não foram, tal como afirmar se, sem a NRS, os projetos seriam aprovados e construídos.

Esses tipos de constrangimentos não são exclusivos de Moçambique e, ainda que eles existam, a iniciativa ainda assim configura um mecanismo que pode ajudar a fortalecer ainda mais as relações entre os dois países, servindo, portanto, como uma excelente ferramenta de apoio para estreitar a cooperação e para Moçambique alcançar níveis superiores de desenvolvimento.

Moçambique ainda não possui uma Zona Económica Especial (ZEE) construída pela China, entretanto, é inegável que o país apresenta um potencial significativo para tal investimento, devido, sobretudo, à sua localização geoestratégica, sendo um país com uma longa costa no Oceano Índico, próximo de importantes rotas marítimas do comércio mundial, e pela sua abundância em recursos naturais, que podem atrair investimentos chineses em setores como energia, mineração e agroindústria. Contudo, para que esse potencial se converta em desenvolvimento efetivo, é necessário superar a condição estrutural em que o país se encontra, onde o progresso técnico encontra-se em setores isolados e não consegue romper a marginalização social. Além disso, outras questões relacionadas à segurança e defesa do país podem minar a construção de projetos industriais, na medida em que o país vivencia, nomeadamente na região norte, o agravamento da violência e dos conflitos armados que criam um ambiente instável que impacta diretamente a economia e a atração de investimentos.

Embora a cooperação sino-moçambicana na área de defesa e segurança seja de longa data, com Chichava (2012) já apontando para a intervenção chinesa na construção de bairros militares nos arredores de Maputo e o fornecimento de assistência técnica e logística às forças armadas e à polícia moçambicanas, a atual situação de Cabo Delgado, província moçambicana localizada no norte do país e a mais de 1.600 km de distância da capital Maputo, está fora de controle e deixa preocupações sobre os custos que a guerra pode deixar para o país, que é palco desde 2017 de um violento conflito armado que, segundo dados da EuroDefense, é responsável por cerca de 1 milhão de deslocados internos (EuroDefense, n.d.).

Seabra (2021) afirma que o que teve início com ações descoordenadas de um movimento de insurreição local evoluiu para um conflito de escala considerável, causando vítimas e destruição e ampliou os efeitos potencialmente desestabilizadores para a economia local. Os sucessivos ataques na província são o resultado de disputas provenientes das reservas de gás natural, do precário desenvolvimento económico e da desigualdade na redistribuição de rendimentos na região (ibidem).

Apesar de o território possuir um potencial enorme de recebimento de investimentos privados, sobretudo direcionado para indústrias de extração, a região contrasta com um índice elevado de pobreza que a torna uma das mais pobres do país (EuroDefense, n.d.). A continuidade e o agravamento dos conflitos podem representar um risco substancial, na medida em que aumentam a perceção da instabilidade política, da segurança dos ativos empresariais e a própria segurança dos funcionários. A destruição de infraestruturas, como estradas, pontes e outras que facilitam o transporte e a logística de pessoas e mercadorias, afasta projetos de grande escala e potenciais investidores que buscam um ambiente mais previsível para investimento e podem limitar os “efeitos de encadeamento” propostos por Hirschman, pois o conflito pode isolar a economia local ao conjunto da economia nacional e direcionada para o setor exteno.

Na dimensão social, podem-se citar a destruição de escolas e hospitais e o deslocamento de populações, que as forçam a abandonar as suas casas e as suas atividades económicas, resultando diretamente na perda de mão de obra, com um efeito cascata em todo o sistema económico e produtivo local. Nos locais onde o conflito é mais intenso, o impacto pode não apenas limitar-se às indústrias já existentes, como também a aquelas com grande potencial em desenvolvimento, mas também a toda a cadeia de valor que poderia surgir ao seu redor (comércio, indústrias que apoiam as indústrias maiores, etc.).

Segundo Seabra (2021), o governo moçambicano anunciou em 2019 a criação da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) buscando canalizar recursos para a região e melhor centralizar esforços humanitários; no entanto, essa estrutura tem-se revelado pouco satisfatória face aos fins originalmente propostos e mostra, na verdade, a incapacidade do governo de lidar com uma situação como essa.

É neste contexto que a cooperação sino-moçambicana no setor de segurança e defesa se torna essencial. Em 30 de junho de 2024, o Ministério da Defesa de Moçambique publicou que os Ministros da Defesa de Moçambique e da China concordaram em trabalhar juntos de modo a promover o desenvolvimento das respetivas forças armadas, nomeadamente no apoio à luta contra o terrorismo que assola a Província de Cabo Delgado, mas também em outras áreas de interesse mútuo (Ministério da Defesa Nacional de Moçambique, 2024). Além dos treina-

mentos militares e de capital humano para a prevenção do extremismo, a China pode fornecer apoio à segurança costeira, o que beneficiaria diretamente a proposta da NRS, visto o seu componente de fornecer investimentos massivos na modernização dos portos, e poderia beneficiar-se a si própria da expansão do seu comércio e do fortalecimento das linhas de comércio.

Em suma, são muitos os desafios em Moçambique para promover e consolidar a industrialização no país e, embora sejam difíceis de serem resolvidos a curto prazo, esses são desafios que, com a elevação da cooperação sino-moçambicana, podem ser superados. A estabilidade em Moçambique é um pré-requisito fundamental para a viabilidade e o sucesso dos projetos de infraestrutura e, por extensão, para a consecução dos objetivos da Iniciativa Nova Rota da Seda. Neste contexto, a proximidade da China em Moçambique demonstra não apenas um gesto de cooperação, mas um mecanismo ativado para proteger os seus próprios interesses económicos e garantir um ambiente favorável para aumentar a sua influência, fazendo parte de uma estratégia de desenvolvimento que reitera o seu carácter pragmático e o seu modelo de parceria, nomeadamente com os países em desenvolvimento.

Em última análise, é possível que a presença chinesa e a necessidade de industrialização de Moçambique deve ser lida cuidadosamente e sob o alerta dos teóricos da dependência. Deve-se considerar que a entrada massiva de infraestrutura e capital só romperá o ciclo do subdesenvolvimento se for capaz de reverter o “sentido da colonização” (Prado Jr., 1942) e superar a modernização voltada para a elite e o capital estrangeiro (Fernandes, 1975). Entretanto, não pode-se negar que a cooperação sino-moçambicana representa também uma oportunidade de “Big Push” para o próprio sistema produtivo do país, mas para que essa oportunidade resulte em ganhos positivos para Moçambique dependerá da capacidade do Estado em converter esses investimentos em uma industrialização que atenda às demandas sociais internas.

Conclusão

O fenômeno da industrialização como um catalisador do desenvolvimento económico de um país não é uma perspectiva recente. Muitos teóricos já apontavam este como o principal caminho para superar o subdesenvolvimento, sendo os projetos que buscam aprimorar as infraestruturas nacionais uma peça central para o sucesso do desenvolvimento de parques industriais e corredores logísticos para facilitar o escoamento da produção.

A forte presença da China em Moçambique, manifestada por meio de acordos bilaterais e iniciativas multilaterais, é um reflexo de sua estratégia de projeção de influência e poder, e a Iniciativa da Nova Rota da Seda aparece como um dos grandes instrumentos que ajudam a materializar esses objetivos. No entanto, o poten-

cial oferecido pelos projetos construídos pela China e financiados pela NRS para Moçambique é notável, e seu uso é uma oportunidade que o país africano deve explorar para apoiar e potencializar as suas capacidades industriais, sobretudo porque a iniciativa incentiva investimentos nos setores essenciais para a criação de um ambiente industrial e, conseqüentemente, fomenta o desenvolvimento de infraestrutura e o crescimento econômico moçambicano.

No entanto, para desempenhar um papel sustentável no país, esses projetos devem priorizar a construção de infraestruturas de grande escala que propiciem a criação de parques industriais e zonas econômicas especiais, que visam construir um cinturão industrial em torno de uma interação harmoniosa (Xiaoyang, 2023). Entretanto, Moçambique precisa criar capacidades, um bom ambiente institucional e superar as questões relacionadas à corrupção, à falta de transparência e à segurança e defesa para que possa beneficiar-se dos investimentos e ter êxito em sua caminhada rumo ao desenvolvimento, pois, como falado anteriormente, um ambiente institucional e político estável é fundamental para a atração de investidores e para o sucesso de grandes projetos de desenvolvimento.

Por fim, aponta-se também que o sucesso da utilização da Nova Rota da Seda para captar investimentos em infraestruturais e apoiar a industrialização moçambicana dependerá também da resolução do problema da dualidade econômica do país, que depende exclusivamente da integração desses grandes investimentos chineses à economia de base.

Referências

- Amaral, G. G. (2012). A “ascensão pacífica” na evolução da diplomacia chinesa nas últimas décadas. *Revista Aurora*, 6(1), 71–94. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2012.v6n1.2719>
- Bambo, T. F. (2021). *Brasil e China em Moçambique: Cooperação internacional para o desenvolvimento nas duas primeiras décadas do século XXI* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/t.101.2021.tde-28042022-104416>
- Bambo, T. F., & Schor, A. (2022). Cooperação chinesa para o desenvolvimento: O caso de Moçambique. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, 47(255), 159–185. <https://doi.org/10.25247/2447-861x.2022.n255.p159-185>
- Barcellos, B. L., & Mèrcher, L. (2020). Nova Rota da Seda: China e sua maximização econômica por recursos de poder. *Geosul*, 35(77), 377–398. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p377>
- Belt and Road Portal. (n.d.). *Profiles*. Recuperado em 21 de agosto de 2025, de <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/list/c/10076>
- Benvenuto, L. M. (2018). A nova rota da seda: Conquistas e controvérsias. In *Anais do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED)*. ABED.

- Cunha, T. (2025, 24 de Junho). Além da amizade e solidariedade entre China e Moçambique. *Observa China*. <https://www.observachina.org/en/articles/alem-da-amizade-e-solidariedade-entre-china-e-mocambique>
- Cintra, M. A. M., & Silva Filho, E. B. (2015). O sistema financeiro chinês: A grande muralha. In M. A. M. Cintra, E. B. Silva Filho, & E. C. Pinto (Orgs.), *China em transformação: Dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento* (pp. 425–491). Ipea.
- Chelwa, G. (2023). Os esforços de industrialização da África e da China. *Wenhua Zongheng: Revista Trimestral do Pensamento Chinês*, 1(3), 5–11.
- Chichava, S., & Alden, C. (2012). Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010). In *A mamba e o dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva* (pp. 33–48). IESE.
- Cunha, T. (2023). *Megaprojetos e desenvolvimento: O caso de Moçambique* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]. Repositório Institucional UFRRJ.
- Ehizuelen, M. M. O. (2017). More African countries on the route: The positive and negative impacts of the Belt and Road Initiative. *Transnational Corporations Review*, 9(4), 341–359. <https://doi.org/10.1080/19186444.2017.1401260>
- EuroDefense. (s.d.). *Conflito em Cabo Delgado*. Recuperado em 17 de agosto de 2025, de <https://eurodefense.pt/conflito-em-cabo-delgado/>
- Feijó, J. (2012). Perspectivas moçambicanas sobre a presença chinesa em Moçambique: Uma análise comparativa de discursos de entidades governamentais, de um blog e de trabalhadores moçambicanos de Maputo. In *A mamba e o dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva* (pp. 143–188). IESE.
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. Zahar.
- Fórum de Macau. (2023, 17 de maio). *West International Holding vai investir US\$192 milhões em fábrica de cimento em Moçambique*. <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/west-international-holding-vai-investir-us192-milhoes-em-fabrica-de-cimento-em-mocambique/>
- Fórum de Macau. (2024a, 24 de maio). *Empresas chinesas pretendem investir em mineração, agricultura e automóveis em Moçambique*. <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/empresas-chinesas-pretendem-investir-em-mineracao-agricultura-e-automoveis-em-mocambique/>
- Fórum de Macau. (2024b, 11 de setembro). *Inaugurada nova fábrica de cerâmica em Moçambique com investimento chinês*. <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/inaugurada-nova-fabrica-de-ceramica-em-mocambique-com-investimento-chines/>
- Furtado, C. (1968). *Teoria e política do desenvolvimento económico*. Editora Nacional.
- Guimarães, A. Q. (2012). A economia política do modelo económico chinês: O estado, o mercado e os principais desafios. *Revista de Sociologia e Política*, 20(44), 103–120. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000400008>
- Hirschman, A. O. (1958). *The strategy of economic development*. Yale University Press.
- Hung, H. (2018). A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. *Revista de Economia Contemporânea*, 22(1). <https://doi.org/10.1590/198055272213>
- Ilhéu, F. (2017). A Nova Rota Marítima do Século XXI e os países de língua portuguesa na cadeia de valor global da China. *Revista Oriente Ocidente, II série*(34), 38–44.
- Ilhéu, F., & Campos, J. (2021). Cooperação Portugal – China na industrialização dos PALOP, no âmbito da BRI. *Configurações: Revista de Sociologia*, (27), 49–69. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.11652>

- Jinyan, Z. (2023). A Nova Rota da Seda da China e a industrialização africana. *Wenhua Zongheng: Revista Trimestral do Pensamento Chinês*, 1(3), 12–29.
- Kotz, R. L. (2017, maio 31–junho 2). *A Nova Rota da Seda: A fundamentação geopolítica e as consequências estratégicas do projeto chinês* [Trabalho apresentado]. II Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ERABED), Florianópolis, SC, Brasil. https://www.erabedsul2017.abedef.org/resources/anais/8/1503106874_ARQUIVO_ArtigoERABEDSUL-RicardoKOTZ.pdf
- Lopes, C. R. U., & Pautasso, D. (2016, outubro 19). *A iniciativa “One Belt One Road” (OBOR) e a projeção regional da China* [Trabalho apresentado]. 5º Seminário de Iniciação Científica da ESPM, São Paulo, SP, Brasil.
- Mantega, G. (1998). *Modelos de crescimento e a teoria do desenvolvimento econômico* (Relatório de Pesquisa n. 14/1998). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas.
- Mendonça, F. A. P., Pinto, E. C., & Oliveira, A. L. M. (2022). A nova rota da seda e a projeção econômica internacional da China: Redes de financiamento e fluxos de investimento externo direto (IED). *Boletim de Economia e Política Internacional*, (31), 9–37. <https://doi.org/10.38116/bepi31art1>
- Ministério da Defesa de Moçambique. (2024, 1 de julho). *Moçambique e China acordam reforçar cooperação no domínio de defesa*. <https://mdn.gov.mz/index.php/noticias/2024-07-01-07-40-00>
- Myrdal, G. (1957). *Economic theory and under-developed regions*. Gerald Duckworth.
- Nascimento, M. C. (2020). *A nova rota da seda: Interpretações sobre a ascensão da China para o capitalismo global* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional UFBA.
- Njal, J. (2021). O apoio chinês à educação em Moçambique: O caso de bolsas de estudo na China. *Revista Moçambicana de Estudos Internacionais – RMEI*, 3(1), 81–106.
- Nurkse, R. (1953). Problems of capital formation in underdeveloped countries. In *Ragnar Nurkse: Trade and development* (pp. 99–212). Anthem Press. <https://doi.org/10.7135/upo9781843318187.010>
- Parrales, G. I. S., Poveda, M. L. P., Parrales, D. R. S., & Sornoza, V. F. G. (2018). Reforma econômica China: De economia planificada a economia de mercado. *Revista Venezolana de Gerencia*, 23(83).
- Pautasso, D. (2016). O papel da África na Nova Rota da Seda marítima. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 1(2), 124–136. <https://doi.org/10.22456/2448-3923>
- Pautasso, D., & Ungaretti, C. R. (2017). A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas*, 4(3), 25–44. <https://doi.org/10.5752/p.2317-773x.2016v4n3p25>
- Prado Júnior, C. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo* (Original publicado em 1942). Companhia das Letras.
- Prebisch, R. (1949). *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*. CEPAL.
- Roque, P., & Alden, C. (2012). China em Moçambique: Prudência, compromisso e colaboração. In *A mamba e o dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva* (pp. 11–32). IESE.
- Rosenstein-Rodan, P. N. (1963). *Problems of industrialization of eastern and south-eastern Europe*. MIT Press.

- Seabra, P. (2021). *O conflito em Cabo Delgado em perspectiva*. Instituto da Defesa Nacional.
- Tavares, M. C. (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar.
- Visentini, P. G. F. (2011). A novíssima China e o sistema internacional. *Revista de Sociologia e Política*, 19(supl. 1), 131–141. <https://doi.org/10.1590/s0104-44782011000400009>
- Xiaoyang, T. (2023). O caminho africano para a industrialização: Como a China pode contribuir para o desenvolvimento econômico do continente? *Wenhua Zongheng: Revista Trimestral do Pensamento Chinês*, 1(3), 30–46.

Data de receção: 21/10/2025

Data de aprovação: 9/3/2026

Muito além de Macau! A China continental e o seu papel na internacionalização da língua portuguesa

Davi Albuquerque

Universidade Nankai, República Popular da China

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.111-129>

Resumo

A ideia da internacionalização de uma língua está relacionada com diversas áreas do saber, destacando-se, e.g., a economia, a política, a diplomacia, o ensino, além das questões linguísticas. O conceito de Lusofonia, de maneira semelhante, também é complexo, mas ainda traz consigo conotações polêmicas. Neste texto, discutimos os conceitos de internacionalização da língua portuguesa, da Lusofonia e das relações entre ambos. Ademais, apresentamos dados e informações sobre a importância da China continental, e não apenas de Macau, como o maior agente de promoção e difusão do português na Ásia. A partir disso, concluímos que a China é protagonista na internacionalização do português possuindo altos números no âmbito do ensino e das trocas comerciais com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como de interesses comerciais, estratégicos e diplomáticos. Finalmente, apesar de os números nos últimos anos serem positivos, chamamos à atenção somente para o fato de se ter uma visão objetiva e cautelosa a respeito do futuro do português na China.

Palavras-chave: Língua portuguesa; China; Macau; internacionalização; Lusofonia.

Abstract

The idea of internationalization of a language is related to several areas of knowledge, particularly economics, politics, diplomacy, education, as well as linguistics. The concept of Lusophony, similarly complex, still carries controversial connotations. In this work, we discuss the concepts of internationalization of the Portuguese language, Lusophony, and the relations between the two. Furthermore, we present data and information on the importance of mainland China, and not just Macau, as the largest agent for the promotion and dissemination of Portuguese in Asia. Additionally, we conclude that China has a leading role in the internationalization of Portuguese language, boasting significant numbers in teaching and trade with the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), as well as commercial, strategic, and diplomatic interests. Finally, although the numbers in recent years have been positive, we emphasize the need for an objective and cautious view regarding the future of Portuguese in China.

Keywords: Portuguese language; China; Macau; internationalization; Lusophony.

1. Introdução

A língua portuguesa começou a se espalhar pelo mundo a partir da segunda metade do século XV com o advento das navegações portuguesas. Este processo foi, contudo, complexo, visto que estava relacionado com questões políticas, ideológicas, religiosas, comerciais, militares, entre outras. Tal complexidade gerou uma série de resultados distintos, os quais foram frutos dos contatos entre os portugueses com diferentes povos. Assim, da mesma maneira quando se ensina

Língua Estrangeira (LE), não se pode afirmar que esses contatos se limitaram às línguas, mas também às culturas, às sociedades, às heranças e às civilizações.

É possível destacar, entre os principais resultados dos contatos mencionados, a formação de crioulos (na África e na Ásia); a presença de resquícios da cultura portuguesa em alguns países (e.g., Indonésia, Tailândia, África do Sul); a situação dos descendentes de falantes de português e o português como língua de herança (e.g., Japão, Estados Unidos, Luxemburgo, Namíbia); e, finalmente, os países que decidiram manter a língua portuguesa como parte do seu ecossistema linguístico, bem como torná-la língua oficial.

A partir dessa difusão do português, começou o debate a respeito do conceito de Lusofonia, sendo que as discussões, definições e pontos de vista oscilam entre extremos, já que, por um lado, há autores que apresentam certos posicionamentos sentimentais, idealistas, nacionalistas e/ou ingênuos, enquanto alguns, por outro lado, são extremamente críticos, questionando a própria existência de uma lusofonia, qualquer tipo de comunidade ou possibilidade de união entre os países falantes de língua portuguesa. Ainda há aqueles que polemizam a Lusofonia e a presença da língua portuguesa em outros países devido à colonização, junto a todas as ações violentas e consequências perniciosas que permanecem até a atualidade em algumas dessas nações, como conflitos, dívidas, pobreza e vários outros problemas sociais.

A internacionalização surgiu como um conceito que tentou ser discreto, objetivo e preciso, com foco na relação entre as nações para objetivos específicos, bem como enfatizando temas como a globalização, a diplomacia, as organizações internacionais, a ciência, etc. No entanto, o que se entende por internacionalização e os seus estudos diversificaram-se, apresentando diferentes teorias e aplicações, conforme será discutido na secção seguinte.

No presente trabalho, temos como objetivos relacionar a Lusofonia com a internacionalização da língua portuguesa e discutir o papel da China para a internacionalização do português. Assim, apresentamos, primeiramente, após uma breve introdução, em (1), uma exposição teórica sobre a internacionalização, em (2), para, em seguida, discutir as principais contribuições que a China tem a oferecer para a difusão da língua portuguesa no mundo, sendo, desta maneira, um agente importante para a lusofonia e a internacionalização do português, em (3), e finalmente em (4), estão as conclusões deste estudo.

2. Internacionalização – aspetos teóricos

Primeiramente, é possível mencionarmos a internacionalização *lato sensu* em que se refere a inserção de qualquer elemento estrangeiro em uma área ou setor específico. Deste modo, percebe-se o seu uso em diversas áreas, podendo-se falar

atualmente em internacionalização, e.g., nas áreas da saúde, dos negócios, das ciências, da educação, etc. Um uso mais específico, e muito estudado na atualidade, é a internacionalização do ensino superior, a qual está relacionada com ações nas áreas do ensino pré-primário, primário, liceal, de política de ensino, ensino de línguas e investigação científica. Apesar de importantes, esses conceitos não nos interessam aqui, visto que estamos a debater a internacionalização da língua portuguesa e a Lusofonia.

No âmbito linguístico, a definição do termo “internacionalização”, seja para qualquer idioma ou situação de uso, ainda não é clara, visto que os pesquisadores e/ou agentes relacionados a tais processos acabam por focar (nas suas investigações e publicações) nas questões práticas, ações ou planos, não trazendo, por conseguinte, a sua visão do que entendem por internacionalização de uma língua. De acordo com o Filipe (2009):

Entende-se por internacionalização da Língua Portuguesa um processo eminentemente político de afirmação, de consolidação e de diversificação funcional da língua na arena internacional, enquanto idioma utilizado em países externos à CPLP, em funções convencionalmente culturais e académicas, mas sem deixar de abranger outras utilizações que podem garantir e reforçar o prestígio de uma grande língua de comunicação e cultura: ciência, Internet, tradução e interpretação, negócios, artes, meios de difusão de massas como a Televisão Internacional.

O que se infere a partir das discussões, documentos e estudos existentes, conforme se aponta adiante, é que a internacionalização de uma língua está ligada às áreas políticas, económicas, diplomáticas, sociais, ideológicas, educacionais, científicas, individuais, tecnológicas, entre tantas outras, o que faz com que tanto os seus aspetos históricos e culturais teóricos, quanto práticos, sejam complexos. Desta maneira, para uma discussão a respeito dos conceitos de internacionalização da língua portuguesa, ver, e.g., Filipe (2005), Albuquerque (2022), dentre outros, enquanto que para uma história das ações de promoção e difusão da língua portuguesa, ver, por exemplo, Filipe (2005), sobre as estratégias portuguesas, Castro Neto (2013) e Albuquerque e Ramos (2021), sobre as contribuições do Brasil.

De acordo com o que se afirmou no início deste texto e, da mesma maneira, é de conhecimento geral, a internacionalização da língua portuguesa teve seus primeiros passos ao final do século XV, consolidando-se no século XVI, mas, rapidamente, dissolvendo-se já no próprio século XVI e findando no século seguinte, no século XVII, apesar de manter resquícios em vários locais do mundo. Contudo, tais ações de internacionalização foram baseadas apenas na força, imposição ou interesses financeiros unilaterais e imediatos, o que não se sustentou, como pode ser visto em eventos históricos específicos em algumas das antigas colónias portuguesas, em que ocorreram catequização, educação formal, conflitos e guerras coloniais. Foi somente com ações políticas, económicas, diplomáticas e culturais na segunda

metade do século XX, como o surgimento dos primeiros leitorados, a criação dos exames de proficiência em Portugal e no Brasil, o projeto do novo acordo ortográfico de 1990, o início das atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) etc., as quais podem ser classificadas como poder suave¹, que culminaram, entre tantos marcos, na iniciativa do governo português da internacionalização (Reis et al., 2008) e da avaliação do potencial económico da língua portuguesa (Esperança, 2009; Reto, 2012). Por conseguinte, podemos afirmar que ocorreu um ‘ponto de virada’ nos estudos, compreensão e ações para a internacionalização da língua portuguesa, a partir da primeira década do século XXI.

Diante da complexidade de tal cenário, é importante deixarmos explícito a nossa posição e definição sobre o que entendemos a respeito da internacionalização da língua portuguesa. Grosso modo, na senda da CPLP e seu primeiro plano de ação, em 2010 (CPLP, 2010), a internacionalização nada mais é do que a promoção da língua portuguesa a nível mundial, atuando em duas grandes vertentes: a da difusão, por meio do ensino, e a da disseminação, por meio do alargamento do seu uso em mais organizações internacionais.

Todavia, apesar de ser uma definição objetiva, clara e concisa, tal conceito leva a uma série de problemas e questionamentos. O primeiro deles está exatamente no fato de Portugal, de acordo com a visão de Grayley (2014), liderar tal iniciativa nos âmbitos teórico, político e prático, o que pode ser visto como uma atitude neocolonialista, ou até mesmo como um acerto de contas para retomar o controle ou retornar a um suposto passado glorioso de Portugal. Contudo, devemos deixar claro aqui que tais argumentos são carregados de ideologia, sendo também tendenciosos, visto que a língua portuguesa, tanto na sua história, quanto na sua situação atual, não se limita a alguns eventos ou ações perniciosas, sejam do passado, sejam do presente. Outros problemas estão relacionados com as trocas comerciais, científicas e tecnológicas, bem como a diplomacia, as quais revelam um interesse de poder, controle e jogo de influência, ora dos países da CPLP contra os demais países do mundo (o bloco da CPLP tentando dominar outros países ou blocos económicos), ora entre os países da própria CPLP (em que há a notável predominância de Portugal ou do Brasil, dependendo de qual setor/ área esteja sendo analisada). Surgem, ainda questionamentos a respeito da posição, status e futuro

¹ O termo ‘poder suave’ (*soft power*) foi criado por Nye (1990) para se referir a um tipo especial de conquista feita por meios não violentos, bem como não usando a força. Desta maneira, há uma dominação pacífica, principalmente por meio de bens culturais, como cinema, música, esporte etc. Acreditamos que a discussão teórica e a aplicação dos conceitos de poder suave (e da diplomacia cultural) no âmbito do ensino do Português Língua Não Materna (PLNM) é frutífera e apresentará contribuições significativas para a área. Porém, ainda são poucos os trabalhos que já abordaram o tema, e.g., Moutinho e Almeida Filho (2015) e Albuquerque (2020).

das línguas e culturas locais, juntamente com as variedades locais/ nacionais da língua portuguesa.

De maneira semelhante, Oliveira (2013) aponta três aspetos da internacionalização no cenário geopolítico da atualidade, sendo eles: a internacionalização das línguas, a gestão das línguas e das sociedades por meio das línguas. Com isso, o autor discute questões cruciais, como a gestão da língua e das ações, a internacionalização e a lusofonia e a internacionalização da língua portuguesa e multilinguismo.

No entanto, há autores, como Albuquerque (2022), que procuram pensar a internacionalização *stricto sensu*, trazendo uma definição mais simples, mas que consegue abranger, a nosso ver, a complexidade do termo e dos elementos envolvidos no processo de internacionalização da língua portuguesa, apontando-a como:

(...) um conjunto de políticas e práticas de promoção, difusão, expansão e manutenção da língua em setores distintos nos quais já apresentam alguma relação e/ou interesse no português, bem como em outros, em que não há presença do português, mas nos quais se busca divulgá-la afim de conquistar novos falantes e espaços (Albuquerque, 2022, p. 33).

O mesmo autor chama à atenção também para algumas características e polissemia do termo (Albuquerque, 2022), visto que, para o linguista, deve ter-se cuidado para não haver confusão com a elaboração de uma norma supranacional ou mesmo de um português internacional, bem como a retoma do debate indo na contramão da maioria das publicações atuais, pois aconselha certa cautela em relação à internacionalização, ao pluricentrismo e, ainda, no papel das descrições das variedades do português e seus respetivos usos no ensino de português como língua estrangeira (Albuquerque & Mulinacci, 2024).

A respeito da lusofonia, o termo ainda permanece polêmico, sendo reconhecido como uma miragem, utopia, estado de espírito, neocolonialismo, entre outros². Com isso, para não adentrarmos e nos alongarmos em tal celeuma, sobre a relação da lusofonia com a internacionalização, adotamos aqui as propostas de Grayley (2014) e Severo e Leviski (2019). Grayley enfatiza os objetivos e práticas que estão em sintonia em ambos os conceitos:

Não obstante a identificação prática que fazemos entre lusofonia e internacionalização dos países de língua portuguesa, no sentido de que a lusofonia é um motivo e uma força tendentes à internacionaliza-

² Para um resumo completo do debate existente sobre os diferentes conceitos de lusofonia nos mais variados autores, conforme discutido por Eduardo Lourenço, Gilberto Freyre, Carlos Alberto Faraco, Ivo Castro, Mia Couto, entre outros, remetemos à tese de Grayley (2014), na qual a autora, além de sintetizar o debate, de acordo com o que já informamos, ainda traz um estudo notável sobre a relação de internacionalização da língua portuguesa com a lusofonia. Não nos dedicamos a uma extensa discussão sobre o tema, visto que fugiria do escopo deste texto, que tem como objetivo a reflexão sobre o papel da China na internacionalização do português.

ção, não deixamos de reconhecer que esta é uma das palavras mais delicadas dentro do debate sobre a internacionalização. (Grayley, 2014, p. 99)

Já em Severo e Leviski (2019), as autoras apresentam uma visão sobre a internacionalização da língua portuguesa, a qual levada em consideração os seus aspetos políticos (incluídos os mais diversificados tipos de políticas), discursivos e práticos, está preocupada com a difusão do português, e a lusofonia, da mesma maneira que a internacionalização. Conforme a postura de Grayley (2014), apresenta elementos em comum, como o contato com diversas áreas do saber e o foco na propagação da língua portuguesa. Assim, nas palavras das autoras:

(...) Propomos que o processo de internacionalização da língua portuguesa está em diálogo com a ideia – colonial e contemporânea – de lusofonia, entendida como um dispositivo (Foucault, 2015) que integra elementos linguísticos, culturais, identitários e econômicos com efeitos simbólicos e políticos específicos no universo de circulação e oficialização da língua portuguesa. Propomos que a lusofonia contemporânea, empenhada na propagação e celebração acrítica da língua portuguesa no mundo, ressoa práticas e discursos coloniais que utilizaram a língua portuguesa como instrumento de dominação através da cristianização, da escolarização, da política de assimilação e da escravização (...) (Severo & Leviski, 2019, p. 2).

Vale reiterar que definições, como as de Grayley (2014) e Severo e Leviski (2019), focam aspetos político-ideológicos e enfatizam o lado pernicioso das ações e dos agentes do processo de internacionalização. Contudo, não podemos nos limitar a tais posicionamentos, visto que, assim, ocorreríamos em erro ao limitarmos-nos a apenas uma visão ou mostrar somente um lado. Desta maneira, é possível apontar uma série de exemplos e referências que abordam a internacionalização, seja do português, seja de outras línguas, sob diferentes ângulos. Entre estes exemplos, mencionamos aqui a posição de autores como De Swaan (2001), que destaca que a expansão da língua do colonizador pode ser uma mais-valia para as nações que surgiram em contextos pós-coloniais durante o século XX; Wright (2004), que afirma que a internacionalização da língua inglesa ocorreu quase de uma maneira natural, seguindo as tendências da expansão anglófona pelo mundo (primeiro do Reino Unido, posteriormente dos Estados Unidos); ou Filipe (2005), que afirma que a colonização e, de maneira similar, a internacionalização do português foi “mais na base oficial dos afetos e com uma política baseada no mito do “Portugal do Minho a Timor”” (Filipe, 2005, p. 24). Após essa exposição prévia a respeito da internacionalização e da lusofonia, vale a pena mencionar que ainda há muito que precisa ser feito para a promoção e a difusão da língua portuguesa, visto que a maioria dos seus principais atores e agentes apresentam uma série de problemas e falhas nos seus respetivos papéis.

Desta forma, os principais atores são as instituições internacionais responsáveis pela língua portuguesa, a saber a CPLP, os governos dos países lusófonos

(Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste), bem como demais organizações que podem exercer alguma função significativa, como universidades, editoras, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), entre outras.

Contudo, a CPLP, que podemos afirmar como o principal agente, ao menos a nível teórico, não apresenta projetos claros, tampouco as suas ações, pois não cumpre muito do que expõe nos planos de ação anteriores e, da mesma maneira, tem desempenhos insuficientes no que se propõe a fazer, alegando a falta de recursos à ausência de pagamentos e do cumprimento de outras obrigações por parte de seus Estados-membros. Ademais, os planos de ação da CPLP permanecem ambíguos, contraditórios e inalcançáveis. Outro problema encontrado é a falta de pesquisas tanto em relação à atuação da CPLP, quanto aos problemas contidos nos seus planos de ação, o que faz com que o debate científico a respeito da CPLP e a sua atuação na internacionalização da língua portuguesa ainda permanece ínfimo³.

Outrossim, os Estados-membros da CPLP não vêm cumprindo certas obrigações, tampouco demonstram interesse em uma ampla política e/ou ações para a internacionalização do português, sendo que tal protagonismo, como é previsto, fica a cargo apenas de Portugal e Brasil. Porém, ambos os países apresentam altos e baixos em suas ações e projetos para a internacionalização do português, visto que a promoção e a difusão da língua portuguesa não parecem ser prioridade nas políticas oficiais, ficando relegadas a segundo plano, submetidas às flutuações e mudanças económicas, financeiras e políticas. Caso haja situações favoráveis os governos investem, caso não ocorram, observa-se um descaso em relação à internacionalização da língua portuguesa. Os demais países de língua portuguesa, como os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, na maioria das vezes, solicitam auxílios e cooperações de Portugal e Brasil, sendo que apenas raramente realizam alguma ação ou projeto para ajudar outros países da CPLP e para a internacionalização do português.

Todavia, nem tudo se limita a pontos negativos. Há também pontos positivos para se destacar aqui em relação às contribuições do Brasil e dos PALOP para a promoção da língua portuguesa. Por exemplo, em Oliveira (2013), Mendes (2019) e Albuquerque (2020), os autores chamam atenção para fatores como o crescimento económico e populacional do Brasil e de alguns países do PALOP, como Angola e Moçambique, o que poderá influenciar de maneira significativa o futuro da língua portuguesa e a sua expansão seja dentro do espaço da CPLP, seja no

³ Em Delfino, Boganika e Albuquerque (2023), um dos poucos estudos sobre este tema, há uma análise do Plano de Ação de Praia, datado de 2021 (CPLP, 2021). No texto, os autores criticam características como ausência de responsáveis para a implementação das ações previstas e a falta de informação especializada e/ou pormenorizada.

mundo. Desta maneira, estima-se que tal desenvolvimento continuará, o que proporcionará o deslocamento de investimentos e outros tipos de capitais estrangeiros para os países da CPLP, e possibilitará a ampliação da diplomacia tradicional e da diplomacia cultural (com o uso do poder suave para conquistar o público, ex.: novelas e músicas brasileiras, o futebol, o carnaval, turismo ecológico etc.). Esses fatores são alguns casos e estimativas das contribuições futuras dos demais países lusófonos para a manutenção da promoção e da difusão da língua portuguesa.

Além desses fatores, Albuquerque e Ramos (2021) listam as principais características da língua portuguesa que a mantém entre as principais línguas do mundo em diferentes parâmetros: o português está entre as línguas mais faladas do mundo, entre a 6º e a 9º, a depender do levantamento; Brasil e Portugal apresentam comunidades estrangeiras e de imigrantes com números significativos por todo o mundo; o PIB da CPLP está no 10º lugar na economia global; a língua portuguesa está entre as línguas com o maior número de falantes com presença na internet, entre a 4ª e 5ª posição; e o português é a 7ª língua mais cotada no barômetro Calvet (Reto, 2012).

Finalmente, conforme Jatobá (2020) enfatizou em sua investigação e que discutiremos na próxima secção, a maioria dos estudos existentes a respeito da internacionalização da língua portuguesa, relacionando-a com a sua promoção e difusão, preocupa-se somente com os aspetos económicos, tecendo breves comentários a questões políticas e diplomáticas, enquanto as demais áreas ainda permanecem pouco estudadas ou sequer foram alvos de pesquisas. Isso faz com que estudos específicos sobre a internacionalização do português sejam importantes e trazem consigo contribuições significativas, quando não se limitam a retomar ou repetir os mesmos objetos já abordados. Por estes e outros motivos é que decidimos abordar aqui a questão chinesa, principalmente a China continental, para não nos limitarmos à situação de Macau e apenas reiterar o que já foi feito anteriormente.

3. A China e a internacionalização do português: Macau e o continente

A chegada dos portugueses na Ásia data do século XVI. Porém, devido a uma série de fatores, como o sistema de colonização/dominação baseado somente em feitorias, conflitos com a presença e interesse de outros países europeus, juntamente com os embates com a população local, as longas distâncias e períodos de deslocamentos entre os países asiáticos, entre outros, fizeram com que a língua portuguesa não se mantivesse no continente.

É possível observar a presença linguística somente na Região Administrativa Especial de Macau e Timor-Leste, os quais apresentam o português como língua oficial. Há, ainda, alguns resquícios linguístico-culturais de comunidades crioulas, como na Marrocos, Malásia, Índia e Sri Lanka, bem como escassos elementos

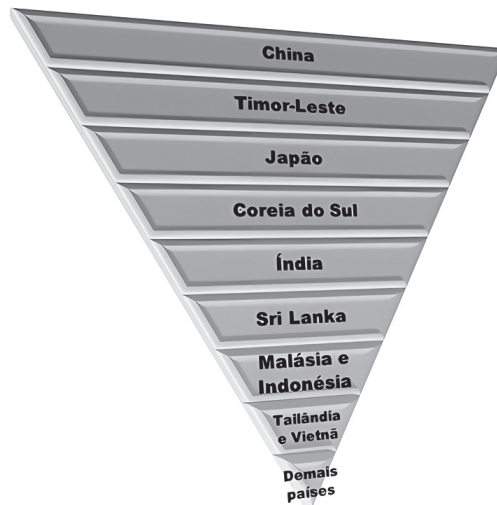
culturais em comunidades isoladas, em países como Myanmar e Indonésia. Ademais, o Japão se destaca pela sua relação com o Brasil, apresentando migrações e comunidades nipo-brasileiras significativas para ambos os países.

Desta maneira, nesta seção, discutiremos o papel da China na internacionalização do português, começando por abordar o estudo de Albuquerque (2024), no qual o autor analisa a internacionalização do português na Ásia; depois, apontaremos a posição estratégica de Macau neste cenário; e, finalmente, apresentaremos nosso posicionamento, com base nos dados existentes em diferentes setores, sobre a importância da China continental nesse processo.

3.1 A internacionalização do português na Ásia

Em Albuquerque (2024), o autor apresenta uma proposta introdutória sobre como avaliar a internacionalização da língua portuguesa, discutindo diferentes casos do português no continente asiático. Para o presente trabalho, interessa-nos a classificação existente, na forma de uma pirâmide invertida, na qual a China assume a primeira posição como o país mais importante da Ásia no processo de internacionalização do português (fig. 1), bem como breves informações que justificam a posição de destaque desse país:

Figura 1. Os países asiáticos e a internacionalização do português



(Fonte: Albuquerque, 2024, p. 103, adaptado)

O linguista explica que tal figura foi organizada “com base nos seguintes parâmetros: tamanho da população; espaço geográfico; número de falantes; influência e/ou poder político-económico diante da comunidade internacional; situação do

ensino de PLE; laços culturais; situação das trocas comerciais; relações diplomáticas.” (Albuquerque, 2024, p. 104). Outrossim, o autor aponta as seguintes características que justificam a sua escolha de posicionar a China como o principal país para a internacionalização do português:

Relações com o Brasil desde a Guerra Fria (político, diplomática, ideológica, econômica e educacional); relações com Portugal desde a época colonial (diplomacia retomada na década de 1990, acordos diplomáticos e econômicos); Macau mantém o português como língua oficial e como língua ensinada/ procurada em escolas, cursos e universidades (Teixeira e Silva; Lima-Hernandes, 2014); O Fórum de Macau tem-se mostrado como um bloco econômico de destaque entre Macau e os países da CPLP, permitindo e atuando como um mediador de trocas comerciais e todo tipo de relações entre a CPLP e a China; a China é o maior parceiro econômico do Brasil e da CPLP (RETO, 2012), bem como é a segunda maior potência econômica da atualidade. (Albuquerque, 2024, pp. 104-105).

Assim, de acordo com o que foi apresentado anteriormente, compartilhamos da ideia da China e Timor-Leste como os principais países agentes da internacionalização da língua portuguesa na Ásia, bem como com os breves argumentos de natureza política, ideológica, diplomática e comercial. Porém, chamamos atenção para a necessidade do desenvolvimento deles e, da mesma maneira, para a existência de outros argumentos importantes não mencionados pelo autor. Por conseguinte, fazemos isso adiante, ao discutirmos a China continental, mas antes de o fazer, tecemos uma breve análise a respeito do status significativo de Macau.

3.2 Região Administrativa Especial de Macau

Atualmente, muito se tem discutido, em diversas publicações, sobre o fato de Macau se mostrar como uma “porta” (ou uma “ponte”) entre o Oriente e o Ocidente, ou entre a língua portuguesa e a China (ou até mesmo o continente asiático). Ademais, discorreu-se em demasia a respeito das características histórico-culturais da presença portuguesa em Macau. Com isso, não repetiremos as mesmas informações de trabalhos anteriores, mas, visando trazer uma contribuição significativa, abordaremos outros temas ainda não estudados adequadamente, principalmente a questão da expansão da língua portuguesa em Macau e a criação do Fórum de Macau.

A expansão da língua portuguesa na China, especialmente em Macau, foi registrada a partir de 2005, conforme atestado por vários autores, entre eles Teixeira e Silva e Lima-Hernandes (2014), André (2017), Gonçalves (2019), Yan (2019), Jatobá (2020) e Pires (2022). Na China continental, observou-se um *boom* (também reconhecido como uma “erupção vulcânica” por alguns autores) nos números de universidades e cursos de língua portuguesa, de professores chineses e estrangeiros, de estudantes universitários e a procura pela língua portuguesa, de materiais didáticos, traduções, pesquisas e demais publicações, e da taxa de emprega-

bilidade dos egressos dos cursos de português. De maneira semelhante, Macau observou não apenas o crescimento desses números no âmbito universitário, linguístico e educacional, mas também de outros setores socioeconômicos, destacando-se o turismo, os casinos, outros setores que necessitam de mão de obra de base (ou não qualificada), imigração de países asiáticos vizinhos e da China continental, e um centro de referência de língua portuguesa para a China e para Ásia, visto que o deslocamento para o Brasil ou Portugal, muitas vezes, é dispendioso para chineses e cidadãos de outros países asiáticos.

O Fórum de Macau, conhecido oficialmente pelo seu nome *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)*, é uma plataforma que partiu de uma iniciativa do governo chinês, no ano de 2003, tendo, entre seus principais objetivos, o fortalecimento das relações econômicas, comerciais, culturais e linguísticas entre a China e os países de língua portuguesa, estando também integrada à iniciativa *Uma Faixa, Uma Rota* (一帶一路, *yīdài yīlù*). Alguns autores, como Pinto (2005), Fernandes (2008) e Cardoso (2021), chamam atenção para características notáveis do Fórum de Macau que servem como estratégias para dar continuidade às políticas e relações diplomáticas do passado⁴, principalmente nas relações China-Portugal e China-Brasil; manter um protagonismo nas trocas comerciais, culturais e linguísticas com os países da CPLP; o interesse em investimentos nos países africanos; a verificação da importância da língua portuguesa para a China em nível nacional e internacional. Ademais, Marrocos (2024) aponta as relações entre a língua portuguesa, a lusofonia, a China e o Fórum de Macau, enfatizando a difusão do português por meio do fortalecimento das trocas comerciais entre os países.

Na prática, trata-se de transformar Macau em um centro de promoção e difusão da língua portuguesa e, conseqüentemente, todos os benefícios educacionais, culturais, diplomáticos, comerciais e econômicos de tal difusão. Assim, o Fórum de Macau possui reuniões ocasionais, geralmente a cada três ou quatro anos, para traçar planos, projetos e ações futuras, entre eles, mobilidade acadêmica entre a China e os países da CPLP; formação em/ sobre língua portuguesa de talentos,

⁴ Machado (2023) elenca três principais fatores para o interesse da China em Portugal, sendo eles a diplomacia antiga existente e o processo de transição pacífica de Macau para a China, os números e a relevância da língua portuguesa no mundo, tendo Portugal como um centro difusor da língua, e o prestígio de Portugal no cenário asiático. Aqui se revelam posturas e atitudes românticas, idealistas, tradicionais e preconceituosas em relação à língua, aos seus falantes, ao seu ensino e ao seu uso, visto que Portugal é encarado como único centro linguístico e cultural, bem como foco de elementos corretos, bons, belos, ricos etc., quando comparado aos demais países lusófonos, os quais são avaliados popularmente como opostos a esses elementos. Tais afirmações são feitas com base na experiência e observação do presente autor em salas de aula de instituições universitárias chinesas. Porém, são necessários estudos específicos, particularmente na área de atitudes linguísticas, para verificar se o que foi afirmado é válido e se sustenta com rigor científico.

tradutores, professores e investigadores chineses; aumento de cursos, centros e demais instituições chinesas com ofertas e formação em língua portuguesa. No âmbito dos demais setores, podemos afirmar que, além do prestígio, já mencionado, de Portugal, a China tem interesse e realizou uma série de investimentos no país, sendo um dos seus maiores parceiros e apoio para a expansão chinesa para o mercado europeu; em relação ao Brasil, há uma parceria política, ideológica e diplomática, bem como trocas comerciais e parcerias nos setores de investimentos, finanças, agricultura e energia, ainda, deve-se salientar a importância do Brasil devido à sua presença no bloco económico dos BRICS, junto com a China; na África, a China investe em “trocas comerciais, nos investimentos em infraestruturas, na construção civil e na exploração do petróleo”, visando “a exploração dos recursos naturais, obtenção de mão de obra barata e abertura de mercados” (Machado, 2023, p. 62); em Timor-Leste, há investimentos em diversos setores para o aprimoramento da infraestrutura básica do país. Todavia, há um último tópico digno de nota que se opõe à visão otimista, apresentada anteriormente. Trata-se da previsão de manter “um país, dois sistemas” até 2049, ou seja, de acordo com a lei local, há a possibilidade de Macau deixar de ser capitalista, mudando todo o seu sistema económico, o que poderia trazer resultados significativos em outras áreas (podendo ser benefícios ou malefícios), entre elas, na educação e no ensino. Isso faz com que parte dos profissionais, professores, estudantes e outros interessados na língua portuguesa se preocupem e vejam o desenvolvimento futuro do português com certa cautela.

Finalmente, conforme Jatobá (2020), o autor chega a conclusões significativas ao afirmar que:

(...) apesar de não haver estudos específicos sobre o valor da língua portuguesa na China, assumimos que os melhores indicadores que temos são, do ponto de vista económico, o aumento das trocas comerciais entre a China e os PLP e, do ponto de vista económico e cultural, o crescimento dos cursos superiores de língua portuguesa na China e a alta taxa de empregabilidade para recém-formados nesses cursos. É também fato haver um défice em estudos não apenas da língua portuguesa, mas também de muitas das “línguas menos comuns” em crescimento na China. (Jatobá, 2020, p. 100).

Desta maneira, é possível observar que ainda faltam investigações específicas sobre o papel que as diferentes áreas podem oferecer para a internacionalização da língua portuguesa e, da mesma maneira, do papel da China neste processo. Ademais, percebe-se que as publicações, de acordo com o que foi afirmado na seção anterior, permanecem limitadas aos aspetos económicos, ora mencionando alguns comentários a respeito de política e da diplomacia, não sendo contempladas outras áreas do saber, seja nos estudos teóricos e gerais da internacionalização da língua portuguesa, seja para o caso particular da China.

3.3 *China Continental*

Na subsecção anterior, em (3.2), apontamos os dados mais gerais sobre a China continental e Macau para conduzirmos a nossa análise e interpretação até aqui. Com isso, retomamos alguns dados já comentados, bem como fornecemos outros novos para a nossa discussão, sendo que, em nossa análise, listamos os aspetos positivos e negativos da presença do português na China para alcançarmos nossas conclusões e resultados.

Conforme Jatobá (2020) afirma e reiteramos no decorrer deste texto, o foco das pesquisas sobre as relações entre a China e os países da CPLP é nas trocas comerciais de mercadorias, havendo uma carência de investigações com outros enfoques ou abordagens, mas os poucos estudos específicos existentes mostram que a investigação em outras áreas, bem como nas duas direções (as vantagens da China para os países lusófonos e vice-versa), podem oferecer resultados importantes para um melhor conhecimento da internacionalização do português.

Um primeiro tópico que precisa ser melhor abordado é a pesquisa nas mais diversas áreas, bem como o uso de aportes teóricos e métodos inovadores. Neste caso, podemos mencionar uma referência importante, que é a de Fernandes (2013), no qual o autor aponta a demanda energética da China e sua aproximação aos países da CPLP, que se dá em nível diplomático e linguístico, visando também a troca comercial no campo energético, principalmente do petróleo. Em outras palavras, até mesmo quando se aborda a questão das trocas comerciais, é possível conduzir estudos empíricos para perceber, na prática, o que está acontecendo e, da mesma maneira, realizar investigações com diferentes métodos e/ou interdisciplinares para se obterem contribuições valiosas nas mais variadas áreas.

Uma segunda área de pesquisa está relacionada com a empregabilidade dos egressos de cursos de graduação de português na China. As pesquisas feitas até o momento, como de Ye (2012), Li (2014), Pereira (2014), Sun (2018) e Jatobá (2020), contemplando os estudantes de diferentes províncias, entre elas: Pequim, Dalian, Nanquim, Xi'an e Guangdong, mostram números promissores. Devido à demanda nos mais variados setores (iniciativa privada, servidores públicos, jornalismo, finanças etc.) e ao baixo número de profissionais capacitados, as taxas de empregabilidade nos diferentes locais mencionados variam entre 72% a 100% para os alunos recém-formados, o que representa dados altos e positivos *per se* e, da mesma maneira, quando comparados com outras línguas estrangeiras, chamadas de “línguas estrangeiras menos comuns” no âmbito oficial chinês.

Um terceiro setor é o impacto das políticas internas e externas da China. Primeiramente, é possível citar o interesse nos diferentes blocos económicos e parcerias internacionais, destacando-se o BRICS (com a presença do Brasil e da China), o ASEAN (a futura adesão de Timor-Leste), o Mercosul e os blocos económicos

africanos. Ainda, a China também tem interesse e poderá beneficiar-se com a língua portuguesa por meio do uso desta em diversas entidades e organizações internacionais (ex. SADC, CEDEAO, CEEAC, UNASUL, OEA, OEI), bem como a possibilidade de sua expansão vindoura para outras entidades semelhantes, como a ONU. Digno de nota são duas ações do governo chinês: (a) a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, que busca a adesão de vários países pelo mundo; porém tem um foco maior no comércio, tecnologia e nos diferentes tipos de mobilidade entre os países membros; demonstra, contudo, um interesse nas línguas estrangeiras e possui uma ligação com a política de formação de talentos (Wen, 2014, Fu & Wu, 2018); (b) e o programa de formação de talentos em línguas menos comuns, que visa fomentar o desenvolvimento dessas línguas nos mais variados setores no país, entre eles a contratação de profissionais estrangeiros, a produção de materiais e publicações científicas, a formação inicial e continuada de profissionais chineses, particularmente sobre a formação de talentos em língua portuguesa há os trabalhos de Li (2012, 2018).

Ademais, de acordo com estudos já mencionados anteriormente, a língua portuguesa apresenta um crescimento vertiginoso na China nos últimos anos, consistindo nos seguintes números atuais (Pires, 2022):

- 56 IES (Instituições de Ensino Superior);
 - 51 na China continental e 5 em Macau;
- 6370 alunos;
 - 4401 matriculados em licenciaturas, 1748 em cursos livres e 221 em cursos de pós-graduação;
- 304 professores;
 - (34 brasileiros, 67 portugueses e 203 chineses).

Assim, observamos que houve crescimento nos diferentes setores, sendo eles o número de universidades, de cursos de graduação e pós-graduação, da procura e de estudantes matriculados, e de professores nativos e não nativos.

Contudo, nos últimos anos, a situação das línguas estrangeiras menos comuns na China também está passando por certos problemas, os quais podemos chamar de pontos negativos a serem observados, além da ausência de uma política linguística explícita e específica, conforme salientado por Jatobá (2020). Entre esses pontos negativos, são possíveis mencionar o que chamamos de volatilidade política chinesa, a qual consiste nas constantes mudanças políticas estratégicas feitas pelo governo chinês, semestral ou anualmente, o que ocasionalmente causa impactos significativos na demanda por profissionais, cursos e estudantes de língua portuguesa. Um caso notável, recentemente, que pode ser mencionado como

exemplo, são os investimentos oficiais em tecnologias de IA, juntamente aos discursos das autoridades chinesas, que vêm desencorajando o estudo das línguas estrangeiras menos comuns, justificando que estas serão facilmente substituídas e/ou dominadas pelas IA, não sendo mais necessários gastos com capital financeiro, humano etc. Apesar do absurdo de tal postura, a nosso ver, isto vem causando um resultado negativo a partir do ano passado, em 2024, pelo fato de os discursos oficiais serem endossados pelos gestores, profissionais, professores e demais classes sociais, o que está levando ao fechamento de cursos de graduação de português, bem como à redução da procura e do número de alunos nas universidades em algumas províncias, como na faixa de Pequim, Tianjin e Hebei, localizada na região centro-leste da China. Em contrapartida, vale mencionar que nas províncias do Norte, como em Jilin; do Oeste, como em Sichuan; ou do Sul, como na região da grande baía, englobando Guangdong, Shenzhen, Hong Kong e Macau. Há uma alta e contínua demanda para a língua portuguesa em diferentes áreas e setores. Todavia, acreditamos que, para termos mais dados, são necessárias pesquisas com os egressos dos últimos anos e a respeito da empregabilidade dos recentes graduados para um melhor conhecimento e informações mais concretas e objetivas sobre esses temas, visto que a última publicação é de Sun (2018). Um outro exemplo digno de nota que pode causar um impacto negativo na promoção e difusão do português na China, é a criação de demanda artificial, feita pelo governo e empresários chineses para a língua chinesa, sendo que esta estratégia consiste na recusa por parte dos cidadãos chineses do uso de qualquer língua estrangeira em todo tipo de interação ou negociação, exigindo que a outra parte, a qual se mostra mais interessada, aprenda chinês ou, ao menos, que contrate um cidadão chinês falante de LE. Isto serve para aumentar, de maneira artificial, a demanda para a aprendizagem da língua chinesa, bem como para a contratação de profissionais chineses.

Desta maneira, mesmo com os números altos e positivos, junto ao crescimento e desenvolvimento do português na China, o que faz com que esta nação seja um parceiro e um elemento importante para a lusofonia e a internacionalização da língua portuguesa, procuramos trazer também os diferentes lados do complexo cenário político, linguístico, económico, educacional, ideológico etc., que se relacionam com as línguas no mundo para que possamos ter uma visão realista sobre a situação do português na China atualmente e para os próximos anos, bem como suas perspectivas, as quais devemos ter certa cautela, de acordo com os pontos negativos apontados. Por fim, um outro ponto que sempre devemos ter em mente quando analisarmos o caso da China é o princípio “um país, dois sistemas”, no qual manterá o sistema capitalista em Macau por cinquenta anos, ou seja, até 2049, de acordo com a Lei Básica de Macau. Assim, não saberemos até lá o que poderá acontecer e, da mesma maneira, o que será feito após este período e como

as mudanças pós-2049 afetarão a língua portuguesa na China continental e em Macau. Todavia, estamos certos de que a posse de resultados efetivos e concretos, somente o tempo poderá nos trazer.

4. Conclusões

No presente texto discutimos diferentes visões sobre a internacionalização do português, da lusofonia e das relações existentes entre esses dois conceitos. Demonstramos que a China se destaca como o principal país na Ásia para internacionalização do português, tendo um protagonismo na difusão e promoção do português dentro desse país, continente e até para o mundo, visto que é uma nação proeminente em diversas áreas e em variadas relações com os países da CPLP, principalmente nas trocas comerciais e diplomacia.

Listamos uma série de características e dados nos quais procuramos expor no nosso posicionamento de que, além de ter um papel de destaque, a China não se limita a Macau quando falamos da língua portuguesa, visto a expansão, o desenvolvimento e os números do ensino de língua portuguesa na China continental. Chamamos atenção, porém, de que há alguns aspetos negativos e preocupações em relação à continuação desse crescimento, bem como da manutenção desse interesse e de altos números para o português, o que faz com que a nossa visão seja positiva, mas com cautela.

Finalmente, pretendemos, ainda, que as lacunas e limitações tanto apontadas neste trabalho, quanto as existentes em nosso texto, possibilitem o interesse em investigações futuras, visto que devido à complexidade dos temas relacionados e às dimensões da China e das relações existentes no bloco da CPLP há uma série de coisas a serem feitas e ainda devemos construir muita coisa para que alcancemos mais conhecimentos para os tempos que estão por vir.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, D. (2020). O ensino de Português Língua Estrangeira como diplomacia cultural: atividades de cultura brasileira. *Signum*, 23(1), 133-150.
- Albuquerque, D. (2022). A internacionalização da língua portuguesa. O que é? Por quê? Para quem? Como? *Revista de Estudos de Português Língua Internacional*, 2(2), 31-52.
- Albuquerque, D. (2024). Uma tentativa de aferir o grau de internacionalização: a experiência do português na Ásia. In J. Evaristo, D. Albuquerque, & M. Delfino (Orgs.), *Cenários do Português no mundo – políticas linguísticas e internacionalização* (pp. 97-110). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Albuquerque, D., & Mulinacci, R. (2024). A importância de não ser “pluricêntrico”: teoria e práxis da (desejada) internacionalização do português. *Revista Letras Raras*, 13(3). <https://doi.org/10.5281/zenodo.12752753>.

- Albuquerque, D.; Ramos, R. (2021). O ensino da língua portuguesa no mundo: aspetos geopolíticos, demográficos e económicos. In D. Albuquerque, & R. Ramos (Eds.), *O ensino de português língua não materna: pesquisas e práticas bem-sucedidas* (pp. 6-26). Catu: Editora Bordô Grená.
- André, C. A. (2017). O Português na China: um caso de sucesso. *Administração*, 3, 197-202.
- Cardoso, C. S. (2021). *Jogos de guanxi: A plataforma Macau na diplomacia cultural portuguesa (2009-2019)*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa).
- Castro Neto, F. (2013). *História do futuro: Diagnóstico e perspectivas de políticas públicas para o ensino/aprendizagem de PLE-PL2 no Brasil do século XXI*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília).
- CPLP. (2010). *Plano de ação de Brasília*. Brasília-DF. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/plano-de-acao-de-brasilia-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa/3542#>.
- CPLP. (2021). *Plano de ação de Praia*. Luanda. Disponível em: https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2ffiler%2f1_CPLP%2fXIII-CCEG%2fPR15_Plano+de+Acao+da+Praia_2021.pdf.
- Delfino, M., Boganika, L., & Albuquerque, D. (2023). Descriptive Analysis of the Action Plan of Praia (2021) of CPLP. *Matraga*, 30, 19-30.
- De Swaan, A. (2001). *Words of the World*. Cambridge: Polity Press.
- Esperança, J. P. (2009). *Uma abordagem eclética do valor da língua: o uso global do Português*. Lisboa: ISCTE/Instituto Camões.
- Fernandes, M. S. (2008). *Confluência de interesses*. Lisboa: CCCM – Instituto Diplomático.
- Fernandes, C. I. P. (2013). *China Hoje – Necessidades Energéticas e Relações Internacionais: As Relações com os Países de Língua Portuguesa*. (Tese de doutorado, Universidade Nova de Lisboa).
- Filipe, M. (2005). *Promoção da língua portuguesa no mundo: hipótese de modelo estratégico*. (Tese de doutorado, Universidade Aberta).
- Filipe, M. (2009). *Internacionalização da Língua Portuguesa: uma perspetiva sobre o Global*. Universidade Aberta, Departamento de Humanidades. Lisboa.
- Fu, M. R. & Wu, A. P. (2018). “一带一路”建设的语言人才需求及高职院校应对方略 [A demanda por talentos de línguas na construção do “Cinturão e Rota” e as faculdades vocacionais superiores]. *中国职业技术教育 [Educação Técnica e Vocacional Chinesa]*, 20, 5-11.
- Gonçalves, L. (2019). Breve perfil de docentes a lecionar na China Continental. In Q. Yan, & F. D. Albuquerque (Org.), *O ensino do português na China: parâmetros e perspectivas* (pp.329-352). Natal: EdUFRN.
- Grayley, M. V. (2014). *A “internacionalização” do português e as novas relações de poder entre os países de língua portuguesa*. (Tese de doutorado, Universidade Aberta).
- Jatobá, J. R. (2020). *Política e planeamento linguístico na China: promoção e ensino da Língua Portuguesa*. (Tese de doutorado, Universidade de Macau).
- Li, D. H. (2014). *Análise do mercado de trabalho para profissionais de PLE na China Continental*. (Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong).
- Li, C. S. (2012). 新中国葡语人才与国家外交战略 [Formação de talentos em língua portuguesa após a fundação da República Popular da China e a estratégia diplomática nacional]. In R. H.

- Zhao (Ed.), 国家战略视角下的外语与外语政策 [As línguas estrangeiras sob uma perspetiva da estratégia nacional] (pp. 67-75). Pequim: Peking University Press.
- Li, C. S. (2018). 中国（澳门）高等院校葡语人才培养的现状与特征 [A situação atual e características da formação de talentos em língua portuguesa nas escolas e universidades da China (Macau)]. In X. M. Gu, Z. J. Lin, L. G. Zhi, Z. Wei & W. H. Liu (Eds.), 中国与葡语国家经贸合作发展报告 (2017-2018) [Relatório de evolução da cooperação econômica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa (2017-2018)]. Pequim: Social Sciences Academic Press.
- Machado, C. M. P. (2023). *O mundo lusófono na política de cooperação da China*. (Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona).
- Marrocos, T. A. (2024). Macau e sua Importância para as Relações Econômicas Entre os Países de Língua Portuguesa: As Consequências da Declaração Conjunta Luso-Chinesa. *Caderno Virtual*, 1(61), 1-36.
- Mendes, E. (2019). A promoção do português como língua global no século XXI – um cenário a partir do Brasil. *Revista Linha D'Água*, 32(2), 37-64.
- Moutinho, R.; Almeida Filho, J. C. P. (2015). The role of language teachers as cultural diplomats. *Multicultural Education Review*, 7(1-2), 85-98.
- Nye, J. (1990). Soft Power. *Foreign Policy*, 80, 153-171.
- Oliveira, G. M. (2013). Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em linguística aplicada*, 52, 409-433.
- Pereira, R. I. M. (2014). *Aprender português em Dalian: expectativas de empregabilidade*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro).
- Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Coimbra: Almedina.
- Pires, M. D. J. (2022). Português na China: os números do ensino superior. *Revista Thema*, 21(3), 602-614.
- Reto, L. (Coord.). (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto Editores, Ltda.
- Reis, C., Laborinho, A. P., Leiria, I., Filipe, M., & Pinheiro, F. (2010). *A internacionalização da língua portuguesa. Para uma política articulada de promoção e difusão*. Lisboa: GEPE.
- Severo, C. G., & Leviski, C. E. (2019). Internacionalização da língua portuguesa: assimetrias, heterogeneidade e poder. *Organon*, 34(66). <https://doi.org/10.22456/2238-8915.90747>.
- Sun, G. M. (2018). *Estudantes universitários chineses de Português Língua Estrangeira: Percursos de estudo, escolhas e desafios no mercado de trabalho*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa).
- Teixeira e Silva, R.; Lima-Hernandes, M. C. (2014). Políticas linguísticas e língua portuguesa em Macau, China: à guisa de introdução. *Signótica*, 26, 61-76.
- Wen, Q. F. (2014). 亟待制定“一带一路”小语种人才培养战略规划 [Desenvolvimento urgente de “Uma Faixa, Uma Rota” – planejamento estratégico de formação de talentos de idiomas minoritários]. China: Ministério da Educação da China (MOE).
- Wright, S. (2004). *Language Policy and Language Planning, From Nationalism to Globalisation*. Londres: Palgrave Macmillan.

- Yan, Q. (2019). O desenvolvimento do ensino de Português na China: história, situação atual e novas tendências. In Q. Yan, & F. D. Albuquerque (Org.), *O ensino do português na China: parâmetros e perspectivas* (pp. 24-52). Natal: EdUFRN.
- Ye, Z. L. (2012). O que fazer para que o ensino de português na BFSU atenda melhor às necessidades do mercado de trabalho? Com base nos dados estatísticos sobre a saída profissional dos nossos licenciados na última década. In W. H. Choi & H. L. Zhao (Eds.), *Actas do 1º Fórum Internacional de Ensino de Língua Portuguesa na China* (pp. 192-198). Macau/Pequim: Instituto Politécnico de Macau.

Data de receção: 16/10/2025

Data de aprovação: 10/2/2026

Assessing forest cover and CO₂ emissions in portuguese-speaking countries and China: a comparative remote sensing approach

Isaú Alfredo B. Quissindo

José Eduardo dos Santos University, Angola
University of Trier, Germany

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.131-148>

Abstract

This study provides an integrated comparative assessment of forest cover dynamics and CO₂ emissions across Portuguese-speaking countries and China from 2001 to 2024, using satellite-based datasets derived from Hansen's Global Forest Change and Global Forest Watch. The analysis combines Landsat-derived forest metrics with CO₂ emission estimates to characterise temporal trends and spatial heterogeneity in forest change processes. Results show pronounced geographical contrasts: Brazil and China together account for nearly 99% of the total aboveground carbon stocks and more than 80% of CO₂ emissions linked to forest cover loss. Brazil's emissions stem mainly from continued deforestation and degradation in tropical biomes, while China's extensive reforestation and afforestation efforts have partially offset earlier losses. In sub-Saharan Africa, Angola and Mozambique exhibit moderate but persistent forest decline, driven by agricultural expansion, charcoal production, and recurrent fire disturbance. Conversely, smaller island nations such as São Tomé and Príncipe, Cape Verde, and Timor-Leste display negligible forest loss, reflecting stable land-use patterns but limited forest area. Portugal represents an intermediate case, where wildfire-driven losses dominate. Overall, these patterns demonstrate that large tropical and subtropical countries play a disproportionate role in regional and global forest-carbon balances. Strengthening land-use governance, promoting sustainable forest management, and expanding reforestation programmes are critical to maintaining carbon sequestration capacity and mitigating climate-related risks across Lusophone and Asian contexts. The findings underscore the importance of harmonised monitoring systems and policy coordination to achieve long-term forest sustainability and emission reduction goals.

Keywords: Forest Dynamics, Time Series, Carbon Sequestration, Lusophony, Landsat collection.

Resumo

Este estudo apresenta uma avaliação comparativa e integrada da dinâmica da cobertura florestal e das emissões de CO₂ nos países de expressão portuguesa e na China, no período de 2001 a 2024, utilizando dados de satélite provenientes dos conjuntos Global Forest Change de Hansen e Global Forest Watch. A análise combina métricas florestais derivadas de imagens Landsat com estimativas de emissões de CO₂, de modo a caracterizar as tendências temporais e a heterogeneidade espacial dos processos de alteração florestal. Os resultados revelam contrastes geográficos marcantes: o Brasil e a China concentram juntos cerca de 99% do total de carbono acima do solo e mais de 80% das emissões de CO₂ associadas à perda de cobertura florestal. As emissões do Brasil resultam principalmente da continuidade da desflorestação e degradação nos biomas tropicais, enquanto os programas de reflorestamento e florestação da China têm compensado parcialmente as perdas anteriores. Na África Subariana, Angola e Moçambique apresentam um declínio florestal moderado, mas per-

sistente, impulsionado pela expansão agrícola, produção de carvão vegetal e ocorrência frequente de incêndios. Por outro lado, pequenos Estados insulares como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor-Leste registam perdas florestais praticamente insignificantes, refletindo padrões de uso da terra estáveis, embora com áreas florestais limitadas. Portugal situa-se num nível intermédio, onde as perdas são maioritariamente provocadas por incêndios florestais. De forma geral, estes padrões demonstram que os grandes países tropicais e subtropicais desempenham um papel desproporcional no equilíbrio florestal e de carbono, tanto a nível regional como global. O reforço da governação do uso da terra, a promoção da gestão florestal sustentável e a expansão dos programas de reflorestamento são fundamentais para manter a capacidade de sequestro de carbono e mitigar os riscos associados às mudanças climáticas nos contextos lusófono e asiático. Os resultados reforçam a importância de sistemas de monitorização harmonizados e de uma coordenação política eficaz para alcançar a sustentabilidade florestal e a redução de emissões a longo prazo.

Palavras-chave: Dinâmica Florestal, Séries Temporais, Sequestro de Carbono, Lusofonia, Coleção Landsat.

1. Introduction

Forests are a critical component of the global carbon cycle, serving as essential sinks that absorb and store atmospheric carbon dioxide (CO₂) in biomass and soil, mitigating approximately 25 % of anthropogenic carbon emissions (Mo et al., 2023). However, pressures such as deforestation, forest degradation, and climate-induced extreme events can turn forests from carbon sinks into net CO₂ sources. Beyond carbon storage, forests also sustain biodiversity and ecosystem functioning: changes in forest cover affect habitat connectivity, ecological resilience, and species diversity, linking carbon dynamics closely with biodiversity outcomes (Basso et al., 2023; Ahmad et al., 2022; Baccini et al., 2012). Integrated assessments of forest change are therefore essential to address the combined climate and ecological challenges facing forested regions worldwide.

Robust and continuous monitoring of forest cover and its temporal dynamics has become a scientific and policy imperative, particularly for supporting the formulation, verification, and implementation of climate policies and mitigation targets, such as those set by the Paris (Calders et al., 2020). Remote Sensing (RS) has emerged as an indispensable tool in this regard: data from optical satellites, radar systems, and LiDAR have revolutionised our ability to map and analyse forest carbon across local to global scales (Liang et al., 2025).

Applying these methods to specific geographic contexts (such as China and Portuguese-speaking countries) offers a unique opportunity to explore contrasting land-use trajectories, conservation strategies, and institutional frameworks. In this study, Lusophony is not treated merely as a linguistic grouping, but as a set of countries linked by shared historical legacies, governance traditions, and cooperation frameworks, including environmental and climate-related initiatives within the Community of Portuguese Language Countries (CPLP). These shared institutional and policy contexts coexist with marked ecological, socioeconomic,

and developmental heterogeneity. China, for example, has implemented large-scale reforestation programmes, contributing to an estimated annual net carbon sink of approximately 0.22 Pg C/yr, equivalent to 11.5–14.9 % of its fossil fuel and industrial emissions (Cai et al., 2025). Conversely, Portuguese-speaking countries exhibit rich ecosystem diversity (from the Amazon and African tropical forests to European temperate woodlands) alongside varying socioeconomic conditions and forest management practices. This combination of common historical-political ties and diverse ecological realities provides a valuable basis for comparative analysis of forest dynamics and associated carbon emissions.

Furthermore, the global scientific community is developing new space-based platforms, such as the ESA's Biomass mission equipped with P-band synthetic aperture radar to produce detailed three-dimensional maps of forest biomass in remote tropical regions, enabling more reliable estimates of stored carbon and its temporal fluxes (Liang et al., 2025; Mo et al., 2023; Calders et al., 2020).

The integration of multi-source geospatial data and open-access analytical tools ensures methodological transparency, scalability, and reproducibility in this study. By leveraging harmonised datasets such as Hansen Global Forest Change (GFC) v1.12 dataset and Global Forest Watch (GFW)'s CO₂ emissions models, combined with the cloud-based computational capacity of Google Earth Engine (GEE) and Python-based analytics in Google Colab (GC) pro, this approach enables the generation of consistent, high-resolution insights across contrasting geographical contexts. Such integration not only enhances the precision of forest change detection and emission estimation but also facilitates the exploration of spatial heterogeneity and temporal dynamics within and between regions. Ultimately, this data-driven and reproducible framework provides a scientifically rigorous foundation for cross-national comparison, supporting the development of targeted strategies for sustainable forest management and climate change mitigation in Portuguese-speaking countries and China.

The convergence of these technological advances with statistical and process-based models (integrating field data, forest inventories, and remote observations) constitutes the most promising path towards quantifying, comparing, and understanding forest carbon dynamics across diverse regional realities. This study therefore aims to investigate and contrast the trajectories of forest cover and CO₂ emissions in China and Portuguese-speaking countries, providing robust insights for mitigation and conservation policies tailored to regional specificities.

This study aims to provide an integrated comparative assessment of forest cover dynamics and CO₂ emissions in Portuguese-speaking countries and China, using remote-sensing-derived metrics, with a view to informing climate policies and mitigation strategies adapted to regional specificities.

The specific objectives are: (i) To evaluate the spatial and temporal variation of forest cover in Portuguese-speaking countries and China from 2001 to 2024 using Landsat-derived Global Forest Change data (Hansen et al., 2013); (ii) To quantify CO₂ emissions associated with changes in forest cover, identifying association between deforestation, forest degradation, and land-use dynamics; (iii) To compare patterns and trends of forest change and CO₂ emissions between Portuguese-speaking countries and China, highlighting similarities, differences, and potential socio-economic and environmental explanatory factors.

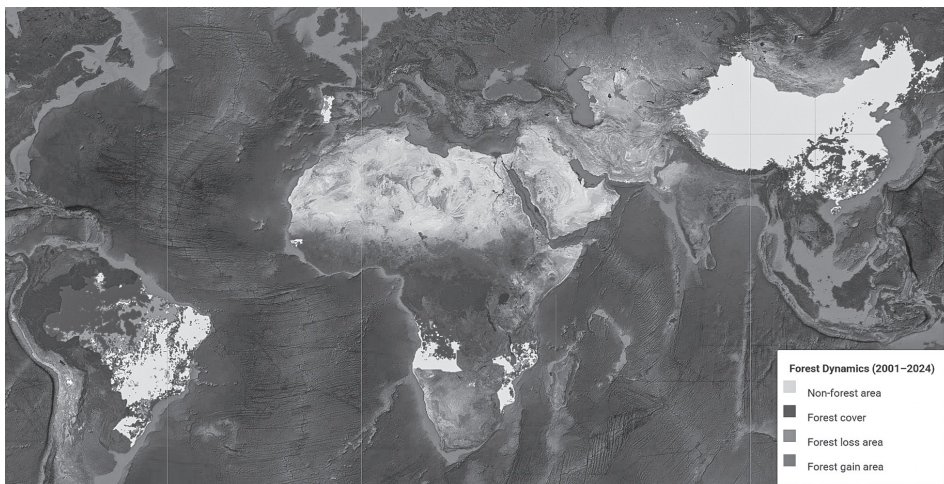
2. Materials and Methods

2.1. Study area

The study area encompasses all countries where Portuguese is the official language, collectively known as the Lusophone world, which extends across four continents: Africa, South America, Europe, and Asia (Figure 1). Each of these nations presents unique ecological characteristics, particularly in terms of forest types, which are deeply shaped by their climatic conditions, biogeographical settings, and anthropogenic influences.

In this session, Figure 1 illustrates only the geographic context; the interpretation of forest dynamics is presented in the Results section.

Figure 1. Forest dynamics from 2001 to 2024 in the study area.



In Africa, **Angola** is dominated by Miombo woodlands, which are among the most extensive tropical dry forests in the region, interspersed with savannas and gallery forests, and are of critical importance for biodiversity and carbon storage (Frost, 1996; Chidumayo & Gumbo, 2010). **Mozambique** shares similar

ecological features, with extensive Miombo woodlands, coastal mangroves, and evergreen forests in highland regions. **Guinea-Bissau**, although smaller in area, holds mangrove ecosystems along its coastal zones, as well as dry forests and savanna woodlands. **Cape Verde**, an archipelago with semi-arid conditions, has limited natural forests, but reforestation efforts have expanded areas of dry tropical woodlands and exotic plantations (Duarte & Romeiras, 2009). **São Tomé and Príncipe**, on the other hand, is characterised by lush tropical rainforests, cloud forests, and mangroves, reflecting its humid equatorial climate and high levels of endemism (Jones, Burlison & Tye, 1991).

In South America, **Brazil** is ecologically the most diverse Lusophone country, comprising the Amazon rainforest (largest tropical rainforest in the world) alongside the Cerrado savannas, the Atlantic Forest, the Caatinga dry forests, and the Pantanal wetlands (Myers et al., 2000; Ferreira et al., 2020). These ecosystems represent a global hotspot of biodiversity and play a central role in regulating regional and global climate systems.

In Europe, **Portugal** is characterised by Mediterranean forests, woodlands, and scrublands, particularly cork oak (*Quercus suber*) and holm oak (*Quercus rotundifolia*) montados, as well as pine and eucalyptus plantations, which have expanded significantly in the past decades (Costa et al., 2011).

In Asia, **Timor-Leste** is home to tropical moist deciduous and evergreen forests, monsoon forests, and coastal mangroves, though these ecosystems have experienced pressures from shifting cultivation and deforestation (Trainor, 2007).

In Asia, **China** stands out for its vast ecological diversity, ranging from boreal forests in the northeast to subtropical evergreen broadleaf forests in the south, as well as extensive temperate deciduous and mixed forests across central regions (Song & Zhang, 2019). These ecosystems have been subject to intense anthropogenic pressures, including deforestation and land-use change, but also to large-scale reforestation and afforestation initiatives such as the “Grain for Green” programme, which have significantly altered forest cover and carbon dynamics in recent decades (Fang et al., 2018). Within this context, **Macau**, a Special Administrative Region with historical Portuguese influence, presents a subtropical monsoon climate and highly urbanised landscape, where natural forest cover is limited to small patches of secondary vegetation and coastal green spaces (Zhang et al., 2021). Despite its small size, Macau serves as an important cultural and geopolitical bridge between China and the Lusophone world, making its inclusion in this comparative analysis particularly relevant.

Together, these countries form a network of forest ecosystems that span a wide range of biomes, from humid tropical rainforests to semi-arid woodlands and Mediterranean systems. This ecological diversity reflects the global reach of

Lusophone countries and highlights their importance for biodiversity conservation, carbon sequestration, and socio-ecological resilience.

2.2. Data and methodology

Forest cover and CO₂ emissions data were primarily obtained from GFW, which incorporates the widely adopted Hansen GFC v1.12 dataset (Hansen et al., 2013). This dataset provides global, wall-to-wall information at 30 m spatial resolution, derived from multi-temporal Landsat imagery. It delivers annual metrics of forest extent, loss, and gain, thereby enabling robust monitoring of spatio-temporal changes. The GFW platform applies consistent algorithms across countries, ensuring methodological comparability and harmonisation in cross-country analyses.

To reinforce the robustness of the results, EarthMap (Food and Agriculture Organization of the United Nations/Google) was employed as a complementary tool for interactive visualisation and validation of forest change patterns. EarthMap integrates multiple global datasets (e.g., biomass, land cover, climate indicators) at varying spatial resolutions, which facilitates contextual interpretation of deforestation drivers and enhances transparency of forest monitoring efforts.

In terms of RS processing, forest cover mapping and temporal analysis were conducted using GEE, a cloud-based geospatial processing platform designed for large-scale Earth observation analytics. The Hansen GFC v1.12 dataset (2000–2024) was accessed via GEE, allowing systematic processing of dataset using GC Pro. The methodology included: (i) Annual forest cover assessment: Derivation of forest extent per country, expressed in hectares and as a percentage of total land area; (ii) Forest loss and gain dynamics: Calculation of annual deforestation and regeneration rates, including cumulative trends over the 2001–2024 period; (iii) Spatial pattern analysis: Mapping of hotspots of deforestation and reforestation at subnational scales, enabling the identification of geographically concentrated processes.

Associated CO₂ emissions were quantified using GFW's emissions dataset, which couples remotely sensed forest loss with biomass carbon density estimates. Emissions calculations are based on IPCC Tier 1 methodologies, drawing on globally consistent datasets of aboveground biomass stocks and carbon fraction conversion factors. For each country, forest loss events were translated into CO₂ emissions, expressed in absolute terms (MtCO₂/year) and normalised by forest area (tCO₂/ha/year). This normalisation facilitated direct comparison across countries of vastly different sizes, from small island states such as São Tomé and Príncipe to continental-scale Brazil and China.

To systematically contrast forest cover dynamics and CO₂ emissions between Portuguese-speaking countries and China, a multi-dimensional comparative framework was developed: (i) Temporal trend analysis (2001–2024): Country-level time series were generated for forest extent, annual forest loss, forest gain, and CO₂ emissions. Trend lines were smoothed using rolling averages to highlight structural changes rather than short-term fluctuations; (ii) Cross-country comparative assessment: Indicators of forest loss rates and CO₂ emissions intensity were compared across the Lusophone group and China. Both absolute and relative values were analysed to account for differences in land area and forest baselines; (iii) Explanatory factor integration: Socio-economic and environmental variables (e.g., population growth, Gross domestic product per capita, agricultural expansion, logging concessions, and protected area coverage) were qualitatively integrated through literature review and ancillary datasets, enabling interpretation of the observed divergences.

2.3. Data analysis and visualisation

The processed data were exported from GEE and GFW and further analysed in GC pro (Python environment), ensuring open-source reproducibility and transparent workflows. The analysis pipeline included: (i) Data wrangling: Tabular processing with *Pandas* to structure multi-country time series; (ii) Spatial analysis: Use of *GeoPandas* and *Shapely* for country-level overlays and aggregation of spatial units; (iii) Statistical analysis: Application of descriptive statistics and correlation tests to explore association between forest cover change and CO₂ emissions; (iv) Visualisation: Generation of comparative line charts, bar graphs, and geospatial heatmaps using *Matplotlib* and *Seaborn*. Visual outputs emphasised temporal dynamics, cross-country differences, and emission hotspots.

The methodological workflow therefore combined high-resolution RS data, cloud-based geospatial analysis, and reproducible open-source data science practices to deliver a robust comparative assessment of forest cover change and CO₂ emissions in Portuguese-speaking countries and China.

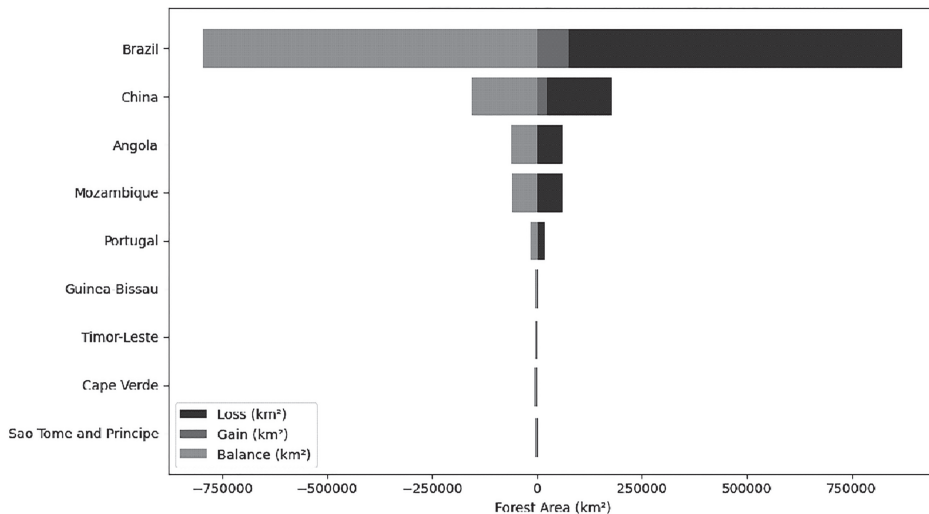
3. Results

3.1. Spatial and temporal variation of forest cover in Portuguese-speaking countries and China

The assessment of forest cover dynamics between 2001 and 2024 among Portuguese-speaking countries and China, using Hansen's Landsat dataset, highlights a strong spatial imbalance in forest change patterns. Brazil alone accounts for nearly 82% of total forest loss and about 96% of total forest gain

across all assessed countries, confirming its central role in global forest carbon dynamics. China follows with approximately 17% of total forest loss and 3% of forest gain, reflecting its large-scale reforestation programmes that partially offset continued deforestation in some regions. In contrast, Angola and Mozambique represent around 7% of total forest loss combined, both showing clear signs of land-use expansion and fire-related degradation. See figure 2.

Figure 2. Forest Cover Dynamics (2001–2024) in Portuguese-speaking Countries and China.



On the other end of the spectrum, small island nations such as São Tomé and Príncipe and Cabo Verde, along with Timor-Leste, contribute less than 0.01% of the overall changes. Their small territorial size and limited forest area explain these minimal variations. Portugal presents a moderate case, with forest losses around 2% of the total, largely associated with wildfires and changes in plantation management.

Overall, these proportions confirm that large tropical and subtropical countries (particularly Brazil, China, Angola, and Mozambique) dominate the regional forest carbon balance, while smaller Lusophone nations show negligible impact on global forest cover trends

3.2. CO₂ emissions related to forest cover changes

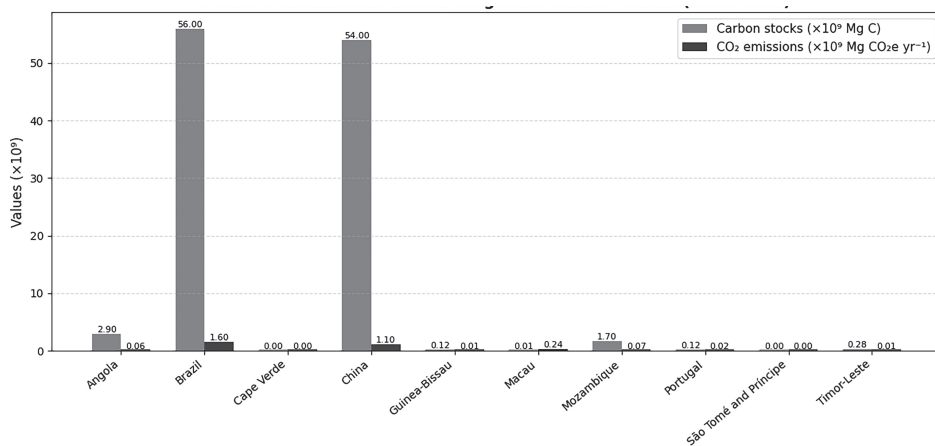
The comparative analysis reveals significant disparities in forest carbon dynamics among Portuguese-speaking countries and China between 2001 and 2024. Brazil clearly stands out as the dominant contributor, possessing by far the largest aboveground carbon stock (exceeding 50×10^9 Mg C) as well as the highest

gross CO₂ emissions related to forest cover loss, with annual values approaching 1.6×10^9 Mg CO₂e. These figures reflect Brazil’s vast forest area, particularly the Amazon biome, which plays a pivotal role in the global carbon cycle but also faces persistent deforestation pressures. See figure 3.

China follows as the second-largest country in terms of both carbon stocks and CO₂ emissions. Although its total carbon stock is comparable to Brazil’s, the emissions are slightly lower, suggesting a more effective implementation of large-scale reforestation and forest management programmes in recent years.

Among African Lusophone countries, Angola and Mozambique display similar patterns, with substantial carbon stocks (around $2\text{--}3 \times 10^9$ Mg C) and moderate annual CO₂ emissions (approximately 6×10^7 Mg CO₂e yr⁻¹). These levels indicate that both nations maintain considerable forest resources, mainly within Miombo woodlands, but are also experiencing measurable losses linked to agricultural expansion, charcoal production, and fire activity.

Figure 3. Forest CO₂ Emissions and Aboveground Carbon Stocks (2001–2024) in Lusophone countries.



Portugal and Timor-Leste occupy an intermediate position. Their carbon stocks are lower compared with tropical countries, yet both exhibit non-negligible emissions due to forest fires and land-use changes. In contrast, smaller island nations—such as São Tomé and Príncipe, Cape Verde, and Guinea-Bissau—hold limited forested areas, resulting in relatively low carbon stocks (below 0.2×10^9 Mg C) and negligible CO₂ emissions.

Macau’s values are distinctively high relative to its small geographic size, which is likely a result of dataset generalisation or inclusion within the broader Pearl River Delta region of southern China.

Building on this, the comparative summary of forest carbon and CO₂ fluxes (2001-2024), in table 1, reinforces the disproportionate role of large tropical and subtropical nations in the global carbon cycle.

Table 1. Comparative data of Forest Carbon and CO₂ Fluxes (2001–2024) in Lusophone countries.

Country	Aboveground Carbon Stocks 2000 (Mg C)	% of Total Carbon Stock	Gross CO ₂ Emissions (Mg CO ₂ e yr ⁻¹)	% of Total Emissions
Angola	2.9×10^9	2.63 %	5.9×10^7	2.49 %
Brazil	5.6×10^{10}	50.86 %	1.6×10^9	67.53 %
Cape Verde	1.0×10^6	0.00 %	2.0×10^5	0.01 %
China	5.4×10^{10}	49.06 %	1.1×10^9	46.44 %
Guinea-Bissau	1.2×10^8	0.11 %	5.0×10^6	0.21 %
Macau	1.0×10^7	0.01 %	2.4×10^8	10.13 %
Mozambique	1.7×10^9	1.54 %	6.7×10^7	2.83 %
Portugal	1.2×10^8	0.11 %	1.7×10^7	0.72 %
São Tomé and Príncipe	1.7×10^6	0.00 %	2.0×10^3	0.00 %
Timor-Leste	2.8×10^8	0.25 %	6.0×10^6	0.25 %

Brazil and China together account for nearly 99% of the total aboveground carbon stocks among the countries assessed, and for over 80% of total CO₂ emissions related to forest cover change. This dominance illustrates the dual nature of their forest systems, acting simultaneously as immense carbon reservoirs and major emission sources when disturbed. Angola and Mozambique show intermediate contributions, reflecting ongoing land-use transitions such as agricultural expansion and charcoal production that continue to release stored carbon. Meanwhile, smaller island states like São Tomé and Príncipe or Cabo Verde contribute marginally to total emissions yet retain locally significant carbon densities, underscoring the importance of conserving their remaining forest fragments. The table therefore captures the contrasting scales of forest-carbon dynamics across Lusophone and partner countries, where the interplay between forest extent, land-use pressure, and emission intensity defines each nation's position in the global mitigation landscape.

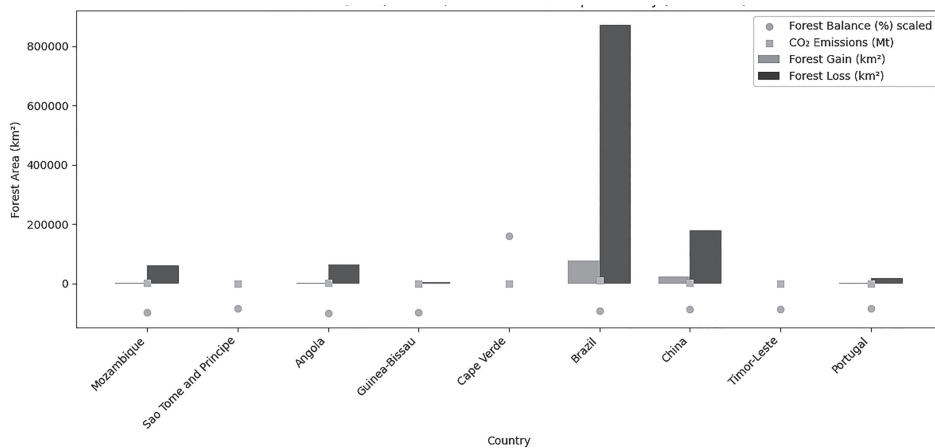
3.3. Patterns and trends of forest change and CO₂ emissions

China, although experiencing significant forest losses (~17% of the total), demonstrates extensive reforestation and afforestation programmes that partially

offset its emissions, illustrating a transition towards a net forest recovery trend. In sub-Saharan Africa, Angola and Mozambique contribute together nearly 7% of total forest loss, driven by fuelwood extraction, slash-and-burn agriculture, and recurring wildfires, which collectively release hundreds of millions of tonnes of CO₂ into the atmosphere.

In contrast, small island nations such as Cape Verde, São Tomé and Príncipe, and Timor-Leste show negligible forest change (<0.01% of total), yet their stable carbon profiles highlight the ecological value of their limited but resilient forest ecosystems. Portugal, with moderate forest losses (~2% of total), reflects a Mediterranean dynamic where frequent wildfires and changes in plantation management contribute to localised CO₂ emissions.

Figure 4. Patterns and Trends of Forest Change and CO₂ Emissions (2001–2024) in Lusophone countries.



Overall, these findings indicate that tropical and subtropical countries dominate the carbon fluxes of the Lusophone and Asian regions, underscoring the urgent need for integrated forest governance, reforestation incentives, and emission monitoring systems. Strengthening these mechanisms is essential to balance carbon storage and release, ensuring long-term climate stability and forest resilience in the face of socio-economic pressures and global climate change.

4. Discussion

4.1. Spatial and temporal variation of forest cover

The spatial and temporal analysis of forest cover reveals distinct regional trajectories in forest dynamics, reflecting the interplay between biophysical conditions, socio-economic development, and governance frameworks. Landsat-

derived GFC provides a consistent and long-term perspective that allows for the quantification of both forest loss and gain, shedding light on broader land-use transitions and carbon cycle implications.

Brazil dominates the overall forest dynamics, accounting for the majority of both forest loss and gain within the group. Despite substantial reforestation and natural regeneration in parts of the Amazon and the Atlantic Forest, the net balance remains negative, consistent with findings by Harris et al. (2021), who reported that Brazil contributed over one-third of global CO₂ emissions from forest loss between 2001 and 2019. These emissions are closely linked to agricultural expansion, pasture establishment, and periodic fire events, which collectively undermine carbon storage capacity.

China, in contrast, presents a more complex pattern characterised by simultaneous gains and losses. Large-scale afforestation and reforestation initiatives under the “Grain for Green” and “Three-North Shelterbelt” programmes have expanded forest area significantly, offsetting earlier degradation (Liu et al., 2023). However, pressures from urbanisation, infrastructure, and timber harvesting still contribute to forest loss in specific provinces, indicating that forest transitions remain uneven across space and time.

In sub-Saharan Africa, Angola and Mozambique show moderate but increasing forest loss, primarily associated with smallholder agriculture, charcoal production, and fire disturbance. These patterns align with the trends reported by Grace et al. (2014), who found that tropical dry forests and woodlands are shifting from being net carbon sinks to net carbon sources due to anthropogenic pressures and recurring drought stress. Although some regrowth is evident, it is insufficient to compensate for widespread clearing.

Smaller Lusophone countries, such as Guinea-Bissau, São Tomé and Príncipe, Cape Verde, and Timor-Leste, display much lower rates of change. Their limited land area, lower population density, and subsistence-based economies help stabilise forest cover, though localised degradation may occur due to shifting cultivation or fuelwood extraction. In Portugal, a different dynamic emerges: periodic forest loss results from extensive wildfires, plantation cycles, and changes in forest management practices typical of Mediterranean environments (San-Miguel-Ayanz et al., 2020).

The results demonstrate that tropical and subtropical nations play a decisive role in shaping the global forest balance. Their large forested areas and active land-use frontiers drive both carbon sequestration and emission dynamics. By contrast, smaller nations contribute minimally to global forest cover change but can serve as valuable case studies for sustainable forest management at smaller scales.

The observed trends emphasise that while reforestation and restoration efforts can partially offset forest losses, the persistence of deforestation, fire, and agricultural expansion continues to undermine long-term forest stability. Strengthening land-use governance, promoting sustainable agricultural systems, and integrating carbon monitoring frameworks are therefore essential to ensuring that forest resources contribute effectively to climate change mitigation.

4.2. CO₂ emissions and forest cover changes

The comparative results reveal a strong association between aboveground forest carbon stocks and CO₂ emissions from forest cover changes across countries in study. This pattern reinforces evidence that deforestation and forest degradation are major global drivers of carbon emissions and climate forcing (Harris et al., 2021; Hansen et al., 2013; Tyukavina et al., 2022).

Deforestation, land conversion, and wildfires are among the key processes responsible for tree-cover loss and the release of stored biomass carbon (Toleva et al., 2025). Countries with large forest carbon reservoirs (such as Brazil, China, and Angola) also record higher gross emissions, reflecting the direct link between the scale of forest resources and potential carbon losses. As Baccini et al. (2012) and Houghton et al. (2012) demonstrated, when extensive, carbon-rich forests are disturbed or cleared, the stored carbon is released rapidly into the atmosphere.

Recent studies suggest that tropical forests are increasingly shifting from carbon sinks to carbon sources due to escalating disturbance pressures (Qian et al., 2025). This reinforces the need for stronger forest governance, as even small losses in high-carbon ecosystems can undermine national mitigation targets. In Brazil, for example, large emissions persist despite declining deforestation rates, simply because of the vast biomass stock involved (Basso et al., 2023). Similarly, in Angola and Mozambique, moderate to high carbon stocks coincide with measurable emissions linked to agricultural expansion, charcoal production, and shifting cultivation. São Tomé and Príncipe exhibits much lower total emissions, yet their high carbon density underscores the disproportionate value of conserving remaining forest fragments.

China provides a distinctive case: while historical deforestation contributed to large legacy emissions, recent large-scale afforestation programmes have partially offset losses (Harris et al., 2021). Nevertheless, as Smith et al. (2016) note, the persistence of emissions even in reforested regions reflects the difficulty of restoring the original carbon equilibrium once mature forests are lost.

Overall, the analysis shows that high carbon stocks alone do not ensure low emissions; the net carbon outcome depends on the balance between forest retention, disturbance, and regrowth. As Scheinkman (2024) and Le Quéré

et al. (2018) emphasize, economic and policy instruments (carbon pricing, REDD+ mechanisms, and sustainable land-use zoning) can effectively promote conservation and regeneration in regions under high forest pressure.

These findings confirm that protecting forest carbon stocks and limiting forest loss are both essential for climate mitigation. Even forests with large carbon reservoirs can become net emitters if disturbances increase, highlighting the need for strong policies, monitoring, and incentives to maintain the global forest carbon balance.

4.3. Forest change patterns/trends and CO₂ emissions

The patterns of forest change and CO₂ emissions reveal marked regional disparities, reflecting differences in land-use dynamics and governance. Brazil is the main contributor to forest loss and carbon emissions in the group, accounting for over 80% of total forest loss and nearly 8.7 billion tonnes of CO₂ in study period. As Harris et al. (2021) show, deforestation in tropical biomes (particularly the Amazon) remains the largest single source of land-use-related CO₂ emissions, primarily driven by agricultural expansion and pasture conversion.

China, despite significant forest losses, shows a contrasting trend through widespread reforestation and afforestation. Liu et al. (2023) note that large-scale tree-planting initiatives have converted several provinces into emerging carbon sinks, partially offsetting historical degradation. Nevertheless, ongoing urban expansion and plantation turnover continue to produce substantial emissions, highlighting the challenge of balancing economic growth with carbon neutrality goals.

In sub-Saharan Africa, Angola and Mozambique exhibit intermediate forest loss and related emissions, primarily driven by shifting cultivation, fuelwood extraction, and fire disturbance, which erode carbon stocks and forest resilience. Grace et al. (2014) showed that such land-use pressures are increasingly converting formerly stable African tropical woodlands from carbon sinks into net CO₂ sources, consistent with the patterns observed here.

Conversely, smaller island nations (São Tomé and Príncipe, Cape Verde, and Timor-Leste) show minimal forest change and low emissions, reflecting their limited land area and relatively stable vegetation. Portugal, though outside the tropics, generates moderate emissions, primarily from recurring wildfires and plantation dynamics characteristic of Mediterranean ecosystems.

Overall, these results support the consensus that tropical and subtropical regions disproportionately influence global carbon cycling. Strengthening forest protection, promoting community-based reforestation, and implementing

transparent emission monitoring are essential for advancing carbon neutrality and climate resilience across the study countries.

4.4. Methodological limitations of this study

While this study provides a comprehensive assessment of forest cover dynamics and CO₂ emissions across study countries, several methodological limitations warrant consideration. First, the use of IPCC Tier-1 emission factors introduces inherent uncertainty, as these default values may not capture region-specific variations in forest carbon density and emission characteristics. Second, the spatial generalisation of datasets affects accuracy in small or complex regions, notably Macau, where emissions and carbon stocks may be overestimated due to aggregation within broader administrative units. Third, the analysis does not distinguish between natural and planted forests, limiting the ability to assess differences in carbon sequestration potential and ecological function across forest types. Finally, the study relies on aggregated national data, which constrains interpretation at finer spatial scales and may obscure sub-national variability, degradation dynamics, and specific land-use transitions (Ahmad et al., 2022).

These limitations highlight avenues for future research. The development of higher-tier, regionally tailored emission factors would reduce uncertainty in carbon estimates. The use of higher-resolution spatial datasets (e.g., Sentinel-2 at 10 m) could improve accuracy in small or complex regions such as Macau. Including additional normalized indicators, such as emissions per remaining forest area, would enhance comparability across countries, particularly for smaller nations like São Tomé and Príncipe, Cape Verde, and Timor-Leste, which currently appear marginal in aggregated analyses. Finally, quantitative integration of socio-economic and management drivers (land-use policies, agricultural expansion, and fire regimes) would provide a more precise understanding of their influence on forest-carbon dynamics. Addressing these aspects in future studies will strengthen carbon flux assessments and support more effective forest management and climate mitigation strategies.

5. Conclusion

Between 2001 and 2024, forest cover in Portuguese-speaking countries and China showed clear spatial contrasts. Brazil and China dominated both forest loss and gain, reflecting their vast forest areas and differing land-use trajectories, while Angola and Mozambique experienced notable deforestation, and smaller island nations remained largely stable.

Brazil and China were responsible for over 80% of total CO₂ emissions linked to forest loss, highlighting their central role in global carbon dynamics. African

Lusophone countries contributed moderate emissions from Miombo degradation, whereas island states showed negligible impacts.

Contrasting trends reveal that China is progressing toward net forest recovery through reforestation, while Brazil, Angola, and Mozambique continue to face significant deforestation pressures.

Recommendation: Strengthen integrated forest governance, REDD+ implementation, and community-based reforestation (particularly in Angola, Mozambique, and Brazil) to reduce emissions and enhance carbon resilience.

References

- Ahmad, S., Aslam, M., & Khan, M. A. (2022). Forest cover change and its implications for carbon emissions in Pakistan. *Environmental Monitoring and Assessment*, 194(3), Artigo 189. <https://doi.org/10.1007/s10661-022-09835-1>
- Baccini, A., Goetz, S. J., Walker, W. S., Laporte, N. T., Sun, M., Sulla-Menashe, D., Hackler, J., & Houghton, R. A. (2012). Estimated carbon dioxide emissions from tropical deforestation improved by carbon-density maps. *Nature Climate Change*, 2(3), 182–185. <https://doi.org/10.1038/nclimate1354>
- Basso, L. S., Silva, C. A., Anderson, L. O., & Aragão, L. E. O. C. (2023). Tropical forest carbon balance and deforestation dynamics in Brazil. *Global Change Biology*, 29(4), 1032–1048. <https://doi.org/10.1111/gcb.16528>
- Cai, Y., Zhu, P., Li, X., Liu, X., Chen, Y., Shen, Q., Han, J., & Zhuang, H. (2025). Dynamics of China's forest carbon storage: The first 30 m annual aboveground biomass mapping from 1985 to 2023. *Earth System Science Data Discussions*, 2025, 1–34. <https://doi.org/10.5194/essd-2024-490> [Nota: DOI adicionado para completar a referência de discussão].
- Calders, K., Jonckheere, I., Nightingale, J., & Vastaranta, M. (2020). Remote sensing technology applications in forestry and REDD+. *Forests*, 11(2), Artigo 188. <https://doi.org/10.3390/f11020188>
- Chidumayo, E. N., & Gumbo, D. J. (2010). *The dry forests and woodlands of Africa: Managing for products and services*. Earthscan.
- Costa, A., Pereira, H., & Madeira, M. (2011). Analysis of spatial patterns of oak decline in cork oak woodlands in Mediterranean Portugal. *Annals of Forest Science*, 67(2), Artigo 204. <https://doi.org/10.1051/forest/2009100>
- Duarte, M. C., & Romeiras, M. M. (2009). Cape Verde Islands. In T. W. Gillespie & D. Clague (Eds.), *Encyclopedia of islands* (pp. 143–148). University of California Press.
- Fang, J., Guo, Z., Hu, H., Kato, T., Muraoka, H., & Son, Y. (2018). Forest biomass carbon sinks in East Asia, with special reference to the relative contributions of forest expansion and forest growth. *Global Change Biology*, 24(1), 184–196. <https://doi.org/10.1111/gcb.13801>
- Ferreira, J., Aragão, L. E. O. C., Barlow, J., Barreto, P., Berenguer, E., Bustamante, M., Gardner, T. A., Lees, A. C., Lima, A., Louzada, J., Pardini, R., Parry, L., Peres, C. A., Pompeu, P. S., Tabarelli, M., & Zuanon, J. (2020). The Brazilian Amazon: A globally unique biome in need of transformative change. *Trends in Ecology & Evolution*, 35(7), 599–601. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2020.04.001>

- Frost, P. (1996). The ecology of Miombo woodlands. In B. Campbell (Ed.), *The Miombo in transition: Woodlands and welfare in Africa* (pp. 11–57). CIFOR.
- Grace, J., Mitchard, E., & Gloor, M. (2014). Perturbations in the carbon budget of the tropics. *Global Change Biology*, 20(10), 3238–3255. <https://doi.org/10.1111/gcb.12660>
- Hansen, M. C., Potapov, P. V., Moore, R., Hancher, M., Turubanova, S. A., Tyukavina, A., Thau, D., Stehman, S. V., Goetz, S. J., Loveland, T. R., Kommareddy, A., Egorov, A., Chini, L., Justice, C. O., & Townshend, J. R. G. (2013). High-resolution global maps of 21st-century forest cover change. *Science*, 342(6160), 850–853. <https://doi.org/10.1126/science.1244693>
- Harris, N. L., Gibbs, D. A., Baccini, A., Birdsey, R. A., de Bruin, S., Farina, M., Fatoyinbo, L., Hansen, M. C., Houghton, R. A., Potapov, P. V., Suarez, D. R., Roman-Cuesta, R. M., Saatchi, S. S., Slayback, D., Tyukavina, A., & Walker, W. S. (2021). Global maps of twenty-first century forest carbon fluxes. *Nature Climate Change*, 11(3), 234–240. <https://doi.org/10.1038/s41558-020-00976-6>
- Houghton, R. A., House, J. I., Pongratz, J., van der Werf, G. R., DeFries, R. S., Hansen, M. C., Le Quéré, C., & Ramankutty, N. (2012). Carbon emissions from land use and land-cover change. *Biogeosciences*, 9(12), 5125–5142. <https://doi.org/10.5194/bg-9-5125-2012>
- Jones, P., Burlison, J. P., & Tye, A. (1991). *Conservation of the forests of São Tomé and Príncipe*. IUCN.
- Le Quéré, C., Andrew, R. M., Friedlingstein, P., Sitch, S., Pongratz, J., Manning, A. C., Korsbakken, J. I., Peters, G. P., Canadell, J. G., Jackson, R. B., Boden, T. A., Tans, P. P., Andrews, O. D., Arora, V. K., Bakker, D. C. E., Barbero, M., Becker, M., Betts, R. A., Bopp, L., ... Zhu, D. (2018). Global carbon budget 2018. *Earth System Science Data*, 10(4), 2141–2194. <https://doi.org/10.5194/essd-10-2141-2018>
- Liang, X., Yu, S., Meng, B., Wang, X., Yang, C., Shi, C., & Ding, J. (2025). Multi-source remote sensing and GIS for forest carbon monitoring toward carbon neutrality. *Forests*, 16(6), Artigo 971.
- Liu, Z., Yu, G., & Fang, J. (2023). Assessing the effects of China's afforestation policies on carbon sequestration. *Environmental Research Letters*, 18(5), Artigo 054021. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/acc9c4>
- Mo, L., Zohner, C. M., Reich, P. B., Liang, J., De Miguel, S., Nabuurs, G. J., Renner, S. S., van den Hoogen, J., Araza, A., Herold, M., Crowther, T. W., & Ortiz-Malavasi, E. (2023). Integrated global assessment of the natural forest carbon potential. *Nature*, 624(7990), 92–101. <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06723-z>
- Myers, N., Mittermeier, R. A., Mittermeier, C. G., da Fonseca, G. A. B., & Kent, J. (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403(6772), 853–858. <https://doi.org/10.1038/35002501>
- Qian, H., Wang, S., Zhu, Z., & Liu, Y. (2025). Global shifts in forest carbon sinks and sources under increasing disturbance pressure. *Nature Sustainability*, 8, 142–150. <https://doi.org/10.1038/s41893-024-01380-9>
- San-Miguel-Ayanz, J., Durrant, T., Boca, R., Libertà, G., Branco, A., & Schulte, E. (2020). *Forest fires in Europe, Middle East and North Africa 2020*. Publications Office of the European Union.
- Scheinkman, J. A. (2024). Carbon prices, reforestation incentives, and land-use transitions. *Journal of Environmental Economics and Management*, 126, Artigo 102875. <https://doi.org/10.1016/j.jeem.2024.102875>

- Smith, P., Davis, S. J., Creutzig, F., Fuss, S., Minx, J., Gabrielle, B., Kato, E., Jackson, R. B., Cowie, A., Kriegler, E., van Vuuren, D. P., Rogelj, J., Ciais, P., Milne, J., Canadell, J. G., McCollum, D., Peters, G., & Hubacek, K. (2016). Biophysical and economic limits to negative CO₂ emissions. *Nature Climate Change*, 6(1), 42–50. <https://doi.org/10.1038/nclimate2870>
- Song, X. P., & Zhang, Y. (2019). Impacts of afforestation and reforestation on land use and land cover in China during 2000–2015. *Journal of Environmental Management*, 245, 109–120. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2019.05.053>
- Toleva, M., Harris, N. L., & Tyukavina, A. (2025). Drivers of tree-cover loss and associated carbon emissions across the tropics. *Global Environmental Change*, 83, Artigo 102874. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2025.102874>
- Trainor, C. R. (2007). *Birds of Timor-Leste*. Dove Publications.
- Tyukavina, A., Hansen, M. C., Potapov, P. V., Parker, D., & Stehman, S. V. (2022). Global trends in forest loss dynamics and carbon impacts from 2001 to 2020. *Nature*, 609(7927), 520–526. <https://doi.org/10.1038/s41586-022-05071-7>
- Zhang, Q., Li, J., & Wong, M. S. (2021). Urban vegetation dynamics and ecosystem service assessment in a high-density city: A case study of Macau. *Urban Forestry & Urban Greening*, 63, Artigo 127190. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2021.127190>

Data de receção: 29/10/2025

Data de aprovação: 16/2/2026

Zeitgeist da cooperação sino-moçambicana em saúde

Edgar Manuel Cambaza

Universidade Aberta ISCED (UnISCED), Moçambique

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.149-171>

Resumo

A China é o segundo maior parceiro de cooperação de Moçambique, tendo apoiado a independência e sido o primeiro a reconhecer o país. Apesar do vínculo histórico, persistem críticas: a cooperação é pouco transparente, baseada em projetos e nem sempre alinhada às prioridades nacionais. Na saúde, isso agrava o risco de descoordenação. Este artigo analisa criticamente a cooperação sino-moçambicana em saúde, procurando responder à seguinte pergunta: em que medida e de que forma tal cooperação contribui para o Sistema Nacional de Saúde moçambicano e quais desafios estruturais a condicionam? Para tal, realizou-se uma revisão de literatura com análise temática no ATLAS.ti. A relação evoluiu da solidariedade socialista para uma parceria baseada na confiança e em benefícios mútuos. Principais frentes: missões médicas bienais, construção de infraestruturas, formação e capacitação, doação de equipamentos e medicamentos e fomento à investigação. Persistem desafios: barreiras linguísticas, baixa transparência, incerteza quanto à sustentabilidade, fraca participação moçambicana na planificação, iniciativas isoladas e pouca valorização de soluções locais. O modelo tende a manter-se; é percebido como menos condicionado do que o ocidental. Recomenda-se um mecanismo robusto de monitoria e integração com os planos nacionais.

Palavras-chave: Moçambique; China; Cooperação; Saúde

Abstract

China is Mozambique's second-largest cooperation partner, having supported the country's independence and been the first to recognize it. Despite this historical bond, criticisms persist: cooperation is insufficiently transparent, project-based, and not always aligned with national priorities. In health, this heightens the risk of discoordination. This article critically examines Sino-Mozambican health cooperation. It addresses the research question: to what extent and through which mechanisms does such cooperation contribute to Mozambique's National Health System, and what structural challenges constrain its outcomes? A literature review and thematic analysis were conducted using ATLAS.ti. The relationship evolved from socialist solidarity to a partnership built on trust and mutual benefits. Main areas of focus include biennial medical missions, infrastructure construction, training and capacity building, equipment and medicine donations, and research support. Persistent challenges include language barriers, limited transparency, uncertain sustainability, weak participation by Mozambicans in planning, fragmented initiatives, and a limited appreciation of local solutions. The model is likely to persist and is perceived as less conditional than Western aid. A robust mechanism for monitoring and integration with national plans is recommended.

Keywords: Mozambique; China; Cooperation; Health

1. Introdução

A cooperação internacional em saúde consiste em esforços conjuntos entre países ou organizações em prol da saúde global (Wang & Sun, 2014). A China tem-se mostrado como uma parceira fundamental para os países africanos (ICAP,

2025), incluindo na área da saúde e contribuindo para a resposta à escassez de profissionais e aos défices estruturais, tendo em conta que o continente representa 24% da carga global de doenças (Afriyie *et al.*, 2025). A cooperação iniciou-se em 1963, quando a China enviou a sua primeira equipa médica para a Argélia, com fins humanitários, políticos e geoestratégicos, em prol da expansão da ideologia socialista (Wang & Sun, 2014). No mesmo ano, enviou 20 mil médicos para 51 países africanos (Wang & Sun, 2014). Com o tempo, a parceria foi-se tornando mais abrangente e focada na economia e no comércio, sobretudo a partir de 1978 (Liu *et al.*, 2014).

Li (2011) e Liu *et al.* (2014) indicaram o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), estabelecido em 2000, como a principal plataforma e estrutura para a cooperação estratégica entre a China e os países africanos, incluindo, na área da saúde, por meio do qual foram estabelecidos compromissos de ajuda e de investimento. Os autores destacaram as principais formas de assistência chinesa, como o envio de equipas médicas, a construção e a reabilitação de infraestruturas, como hospitais e clínicas, entre outras, a doação de medicamentos e equipamentos, a formação de profissionais de saúde africanos e o financiamento de programas de controlo da malária.

A China adota uma abordagem de interferência mínima nos assuntos internos dos países africanos, com parcerias e benefícios mútuos, combinando ajuda com investimentos (de Bruyn, 2014; Killeen *et al.*, 2018). Esta postura difere das condições e políticas, ou económicas, frequentemente impostas por doadores ocidentais (Afriyie *et al.*, 2025; Eisenman & Kurlantzick, 2006). Tem-se verificado uma transição do envio de equipas médicas para um maior investimento no âmbito do Engajamento Chinês em Saúde Pública (CPHE) em África, o que tem contribuído significativamente para o combate à malária e tornado a China um ator-chave na diplomacia global da saúde (Gao & Xu, 2023; Liu *et al.*, 2014). Entretanto, a abordagem deste país tem suscitado questões sobre a transparência dos relatórios de fluxos financeiros e as distintas definições de assistência ao desenvolvimento (Odhiambo *et al.*, 2023).

Por considerar a China um aliado importante e um doador vital (Eisenman & Kurlantzick, 2006), Moçambique tem procurado ativamente o seu investimento e a sua cooperação para o desenvolvimento (Ilhéu, 2011). De facto, a China é, desde 2008, o segundo maior investidor em Moçambique, depois da África do Sul, gerando um número significativo de empregos e contribuindo para o crescimento económico do país (Mabucanhane, 2015). Os princípios orientadores da parceria estratégica entre os dois países são os benefícios mútuos e a solidariedade (Killeen *et al.*, 2018).

Estando a saúde e o bem-estar entre os objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e considerando a proximidade do prazo definido, torna-se importante avaliar o nível de cumprimento em Moçambique, ou, pelo menos, o esforço empreendido nessa direcção. A China, como um dos parceiros externos mais influentes, surge como um caso relevante para analisar até que ponto o seu contributo para o Sistema Nacional de Saúde (SNS) está a produzir efeitos concretos, num contexto marcado por alegações de falta de transparência, coordenação e sustentabilidade.

Apesar do volume significativo de literatura sobre a cooperação chinesa em África, a dimensão específica da cooperação sino-moçambicana na área da saúde permanece pouco sistematizada e raramente analisada de forma integrada. Este artigo procura preencher essa lacuna, oferecendo uma análise que combina uma leitura histórica e institucional com uma síntese temática das principais áreas de contribuição e dos desafios estruturais associados. A análise incide sobre o período 2000–2025, que coincide com a introdução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a subsequente transição para os ODS e a expansão da saúde global como domínio estratégico da diplomacia chinesa, o que justifica a pertinência desta delimitação temporal. Deste modo, o artigo tem por objetivo analisar criticamente o modelo de cooperação sino-moçambicana em saúde, identificando as suas áreas de contribuição, os mecanismos institucionais e as limitações estruturais. A questão orientadora é: em que medida e por meio de quais mecanismos esta cooperação tem contribuído para o SNS moçambicano, e quais desafios condicionam os seus resultados?

2. Metodologia de pesquisa

2.1. Desenho do estudo

Realizou-se uma análise exploratória, do tipo *scoping review*, centrada em fontes académicas e institucionais sobre a colaboração entre a China e Moçambique na área da saúde, com abordagem temática. O objetivo principal foi mapear o desenvolvimento, os meios e os resultados alcançados em áreas como saúde pública, força de trabalho, instalações e recursos financeiros.

Utilizaram-se bases de dados e plataformas de acesso livre, como o Google Académico (www.scholar.google.com) e o Scilit (www.scilit.net), para artigos revisados por pares, bem como para consultar documentos não convencionais e materiais oficiais, como relatórios governamentais e de organizações internacionais. Sempre que possível, deu-se preferência ao acesso aberto.

Combinou-se vocabulário em português e inglês, usando operadores booleanos:

- Cooperação AND China AND Moçambique AND saúde;
- Cooperation AND China AND Mozambique AND health;

Foram também testados termos específicos (*FOCAC*, “equipas médicas chinesas”, “malária”, “infra-estruturas de saúde”, “financiamento”, “diplomacia da saúde”) e os respectivos equivalentes em inglês. O horizonte temporal privilegiou publicações de 2000–2025, admitindo fontes anteriores quando relevantes e semi-nais.

Para a selecção dos documentos, os critérios de inclusão foram (i) a pertinência directa à cooperação China–Moçambique em saúde, (ii) o facto de serem artigos com revisão por pares, capítulos académicos, relatórios técnicos oficiais, (iii) a existência do texto integral acessível, (iv) a escrita em português ou inglês; e excluíram-se peças jornalísticas sem base técnica, opiniões não fundamentadas, duplicados e estudos sem relação substantiva com a saúde. A selecção foi feita por meio da triagem de títulos e resumos, seguida da leitura integral dos documentos elegíveis.

Encontraram-se 449 documentos (412 em bases de dados académicas e 37 noutras origens). Após a eliminação de 89 repetições, analisaram-se 360 resumos e títulos, dos quais 248 foram descartados por não serem relevantes. Avaliaram-se na íntegra 112 textos e retiraram-se 74 por falta de foco em Moçambique ou na saúde, por serem opiniões ou por não estarem totalmente acessíveis. A análise final reuniu 38 documentos: 25 artigos revistos, 7 relatórios oficiais e 6 materiais académicos menos formais. A Tabela 1 apresenta os 12 documentos mais relevantes para a presente análise. A lista de referências foi sendo atualizada ao longo da redacção, conforme a necessidade de detalhar temas ou de aprofundar a análise.

Tabela 1. Principais documentos analisados sobre a cooperação entre a China e Moçambique no âmbito da saúde.

Referência	Tipo	Relevância para o tópico
Afriyie <i>et al.</i> (2025)	Scoping review	Perfil das equipas médicas chinesas em África
de Bruyn (2014)	Relatório de investigação	Panorama detalhado do sector saúde e papel da China (com Brasil, Índia, África do Sul)
de Bruyn (2018)	Artigo científico	Análise directa das abordagens dos poderes emergentes (incluindo a China) na cooperação em saúde em Moçambique
de Bruyn (2019)	Tese académica	Síntese aprofundada das abordagens chinesas em Moçambique; evidência histórica e institucional
Dolan <i>et al.</i> (2023)	Artigo científico	Expõe componentes “ocultos” do financiamento chinês

Referência	Tipo	Relevância para o tópico
Gao e Xu (2023)	Artigo científico	60 anos de ajuda chinesa em saúde em África; coloca Moçambique no contexto continental
Governo de Moçambique (2019)	Documento de política pública	Enquadra necessidades de financiamento e papel de parceiros
Micah <i>et al.</i> (2019)	Artigo científico	Analisa a assistência chinesa em saúde (2007–2017)
MISAU (2022)	Plano estratégico governamental	Define prioridades do SNS e integração de ajuda externa
Wang e Sun (2014)	Artigo científico	Leitura crítica da assistência chinesa sob governação global
William & Mary (2017)	Dataset/Relatório	Evidência de fluxos e projectos oficiais chineses (incl. saúde)
Xia <i>et al.</i> (2014)	Artigo científico	Iniciativas sino-africanas no controlo/eliminação da malária

Os textos completos foram inseridos no Atlas.ti Scientific Software (2020). Utilizou-se a codificação combinando a análise prévia definida no protocolo com a identificação de novos temas que surgiam durante a leitura. Procedeu-se ao agrupamento de códigos (*code families*) e de memos analíticos para consolidar padrões e contradições. Por fim, realizaram-se a compilação e a síntese das constatações em cada documento, de acordo com os códigos, num texto coerente.

3. Enquadramento teórico

3.1. Teorias explicativas do modelo de cooperação China-Moçambique

A literatura tem mobilizado diversos quadros teóricos para analisar a cooperação chinesa em África, incluindo o realismo, o construtivismo, o quadro analítico de influência de Cox e a retórica da Cooperação Sul-Sul (CSS) (de Bruyn, 2014, 2018; Ilhéu, 2011; Killeen *et al.*, 2018). Estas abordagens permitem identificar diferentes dimensões do fenómeno: o realismo destaca a procura de ganhos estratégicos, poder e interesses materiais (Killeen *et al.*, 2018; Odhiambo *et al.*, 2023); o construtivismo enfatiza normas, identidades e narrativas de solidariedade e benefício mútuo (Afriyie *et al.*, 2025; de Bruyn, 2014; SAIIA, 2009); o quadro de Cox articula capacidades materiais, ideias e instituições (de Bruyn, 2018). A CSS funciona sobretudo como uma categoria discursiva que legitima um modelo de cooperação não condicionado e mais próximo do contexto africano (Afriyie *et al.*, 2025; Ilhéu, 2011).

Embora úteis como estado da arte, estas abordagens não captam plenamente a evolução recente da política externa chinesa na saúde global. Como argumentam

Santiago e Duarte (2025), a China tem operado um processo de ajustamento de papel, por meio do qual procura reposicionar-se como um provedor reformista de bens públicos sanitários, comportamento evidente no lançamento da Health Silk Road (HSR) – o quarto corredor da Belt and Road Initiative – que institucionaliza a cooperação médica chinesa no plano multilateral. A HSR combina elementos materiais (equipamentos, infraestruturas, missões médicas e formação), normativos (solidariedade e CSS) e institucionais (participação em organismos multilaterais), o que a aproxima de uma modalidade de diplomacia da saúde. Esta lente permite reinterpretar o caso moçambicano.

A Cooperação Sul-Sul explica a ressonância discursiva da parceria, sobretudo na ênfase na não-interferência e na ausência de condicionalidades (Afriyie *et al.*, 2025; Ilhéu, 2011; SAIIA, 2009). O realismo ilumina os interesses estratégicos da China e a sua crescente presença económica e institucional (Killeen *et al.*, 2018; Odhiambo *et al.*, 2023). O construtivismo clarifica como estas práticas produzem identidades e expectativas de parceria (de Bruyn, 2014). No entanto, é a HSR, enquanto instrumento diplomático, que articula estas dimensões num enquadramento coerente, demonstrando que a China opera como um actor reformista e acomodacionista, sem visar substituir a OMS ou o SNS moçambicano, mas complementá-los (Santiago & Duarte, 2025). Deste modo, a lógica analítica adotada neste artigo assenta na diplomacia da saúde enquanto expressão de ajuste de papéis. Esta abordagem permite superar a oposição binária entre altruísmo e oportunismo e situar a cooperação sino-moçambicana no contexto mais amplo da transformação da China como actor emergente na saúde global.

3.2. Sobre o potencial impacto do modelo de cooperação à luz da visão multidimensional

Uma visão mais aprofundada do modelo de cooperação permite: (i) desvendar as motivações subjacentes da China e os impactos reais e multifacetados em Moçambique (Odhiambo *et al.*, 2023), considerando os factores que podem promover iniciativas mútuas e benéficas de desenvolvimento na área da saúde (Xia *et al.*, 2014); (ii) contribuir para o esclarecimento sobre o melhor uso da cooperação internacional para a gestão da saúde global, a clara distinção entre as abordagens chinesa e ocidental e a profundidade da influência das potências emergentes na assistência sanitária (de Bruyn, 2018; Xia *et al.*, 2014); (iii) avaliar a eficácia e sustentabilidade dos projectos de cooperação chinesa perante a alegada falta de transparência (de Bruyn, 2018; Odhiambo *et al.*, 2023), cooperação limitada com os demais doadores (de Bruyn, 2014) e o défice da capacidade moçambicana de absorver e gerir a ajuda (Anthony, 2015); e (iv) informar políticas e práticas futu-

ras de modo a orientar Moçambique na maximização dos benefícios da ajuda chinesa (Afriyie *et al.*, 2025; de Bruyn, 2014).

Do ponto de vista da diplomacia da saúde baseada em *soft power*, a cooperação sanitária sino-moçambicana constitui um mecanismo de projecção de influência num domínio menos sensível da política externa, no qual a reputação e a confiança desempenham um papel central. A construção de hospitais, o envio de missões médicas e a formação de quadros reforçam a narrativa chinesa de uma parceria pragmática e não intrusiva, hoje enquadrada institucionalmente pela Health Silk Road como corredor da Belt and Road dedicado à saúde (Santiago & Duarte, 2025). A opção por este tipo de actuação permite à China reforçar o seu perfil internacional sem desafiar directamente as normas existentes da governação global da saúde.

4. Contexto histórico da cooperação sino-moçambicana na saúde

Antes de abordar o caso moçambicano, importa enquadrar brevemente a cooperação chinesa em saúde no continente africano. Desde a década de 1960, a China tem utilizado o envio de equipas médicas, a construção de infra-estruturas hospitalares, a doação de medicamentos e a formação de quadros como principais instrumentos da sua presença sanitária em África, inicialmente de forma marcadamente bilateral e muitas vezes ligada à solidariedade política pós-independência (Fuchs & Rudyak, 2019; Wang & Bateman, 2018). Ao longo do tempo, esta cooperação passou de intervenções pontuais, orientadas para o controlo de doenças específicas e para a resposta a emergências – como a malária, a schistosomíase e surtos como o Ébola – para um esforço mais sistemático de reforço de sistemas de saúde e de criação de capacidades institucionais nos países parceiros (Micah *et al.*, 2019; The State Council Information Office, 2021).

Santiago e Duarte (2025) mostram que, no século XXI, estes esforços se reconfiguram no contexto da Health Silk Road (HSR), quarto corredor da Belt and Road Initiative (BRI). A HSR traduz um movimento de ajuste de papel da China enquanto *global health provider*, combinando assistência bilateral com uma inserção mais activa em mecanismos multilaterais de governação em saúde. No plano africano, isso materializa-se na expansão de infra-estruturas (hospitais, centros de controlo de doenças), na consolidação de programas de formação e na intensificação da diplomacia de vacinas e equipamentos médicos, sobretudo durante e após a pandemia de COVID-19 (CIDCA, 2018; Tang *et al.*, 2017; Wang Yi, 2022; Zeng *et al.*, 2023). Assim, a cooperação chinesa em saúde em África deixa de ser apenas uma expressão de solidariedade ideológica ou de Cooperação Sul-Sul e passa a ser também um instrumento de multilateralismo com características chinesas e de projecção de *soft power* (Santiago & Duarte, 2025).

Pode-se dizer que a evolução histórica da cooperação entre a China e Moçambique, incluindo a área da saúde, tenha sido moldada pelas transformações socio-políticas e económicas, bem como pelas prioridades de ambos os países. Cambaza (2023) detalhou as transformações políticas em Moçambique. De acordo com a fonte, o país teve a independência em 1975, o regime de orientação marxista-leninista (1975-1989) e a transição para a economia de mercado até ao fim do milénio (1989-2000). Xiao (2024) detalha as transformações sociopolíticas na China, sendo mais relevante para a presente reflexão o facto de o país ter emergido de uma economia muito restritiva (antes de 1978) para se tornar uma potência global. Para ambos os países, mesmo que cada um tenha adotado estratégias diferentes, aplicam-se as fases mais recentes, que correspondem ao alinhamento das políticas com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM, 2000-2015) e com os ODS (2015-actualidade). Deve-se considerar que, a meio destas fases, eventos como a guerra civil de Moçambique (1977-1993), calamidades naturais e pandemias, como a COVID-19, potencialmente afectaram as ações de cooperação sino-moçambicana no âmbito da saúde.

China apoiou a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) na luta pela independência, que viria a ser proclamada a 25 de Junho de 1975 (Mabucanhane, 2015). No mesmo dia, a China foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com Moçambique (de Bruyn, 2014; Mabucanhane, 2015). A saúde tornou-se um dos sectores críticos de cooperação porque, com a partida de grande parte dos médicos do regime colonial, Moçambique ficou com menos de cem médicos, levando o país a nacionalizar as infraestruturas de saúde e adotar a filosofia dos Cuidados Primários de Saúde (CPS), no projecto descrito como “utopia sanitária” (Antonielli, 2025).

Alila Antonielli (2025) descreveu o *Zeitgeist* da saúde pós-independência em Moçambique. De acordo com a autora, diante da escassez de profissionais de saúde, o Governo de Moçambique emitiu um decreto para simplificar o reconhecimento de diplomas obtidos no exterior, excluindo Portugal, e encorajou estudantes moçambicanos a permanecerem no país, mesmo os de ascendência europeia ou indiana. A autora acrescenta que a China chegou a cooperar com Moçambique por solidariedade e compromisso militante, juntamente com outros países como a Bulgária, Cuba, Guiné-Conacri, Tanzânia, Zâmbia e Itália. Mabucanhane (2015) acrescenta que a cooperação sino-moçambicana se estendia além da saúde, tendo a China contribuído para a criação de grandes machambas estatais em Moamba, província de Maputo, em 1977. Já nessa altura, a China misturava ajuda com investimentos (de Bruyn, 2014).

Houve tensões e entraves significativos na cooperação logo após a independência. Antonielli (2025) mencionou que, em 1976, o Presidente Samora Machel

suspeitou da competência e da legitimidade de alguns cooperantes, acreditando que pudessem ser espiões ou mercenários. Três anos mais tarde, alegou que o Ocidente promovia campanhas anticomunistas contra médicos de países socialistas, acusando-os de incompetência e de desconhecimento das doenças tropicais. Os desafios de cooperação foram exacerbados pela guerra civil que se iniciou em 1977, frustrando o projecto de “utopia médica” nos fins da década de 1980 e motivando a introdução do Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). Tal programa foi uma resposta às imposições das instituições de Bretton Woods, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Caetano & da Silva, 2024). Pode-se deduzir que este tenha sido um período de difícil cooperação, mesmo com a China e com outros países de orientação marxista-leninista. Além disso, a reabilitação económica e social foi, a certa medida, o abandono da orientação socialista e a transição de Moçambique para uma economia de mercado, contextualizada em mudanças globais na mesma direcção, como o colapso da União Soviética e a queda simbólica do Muro de Berlim (Cuna, 2025). Moçambique não rompeu necessariamente os laços de cooperação com países socialistas, mas a ideologia marxista-leninista já não poderia ser tomada como base para as suas relações de solidariedade.

Face à nova realidade, Moçambique apostou numa postura de prudência e compromisso, procurando normalizar relações com a China, com outras nações e com organizações financeiras internacionais (Mabucanhane, 2015; SAIIA, 2009). Em 1988, o Ministro chinês Qian Qichen dos Negócios Estrangeiros visitou Moçambique e assinou um pacote de ajuda avaliado em 12 milhões de dólares americanos (Mabucanhane, 2015). China, por seu lado, manteve os seus princípios de ajuda sem interferência em África (Killeen *et al.*, 2018), o que Moçambique aproveitou para diversificar e contrabalançar as relações com os parceiros ocidentais (Caetano & da Silva, 2024).

A viragem do milénio foi caracterizada pela introdução dos ODM, o que estimulou, em Moçambique, a elaboração do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) (Castel-Branco, 2012). Embora não estejam diretamente ligadas à saúde, a China fez doações significativas a Moçambique. Em 2004, durante uma visita do Presidente Chissano a Pequim, a China cedeu 3,6 milhões de dólares americanos e, no ano seguinte, a China ajudou a aliviar a dívida externa de Moçambique em 7,5 milhões de dólares no âmbito da FOCAC, comprometendo-se depois a pagar mais, o que totalizou 95 milhões de dólares em perdão de dívidas (William & Mary, 2017).

No que respeita, particularmente, à saúde, de Bruyn (2014) mencionou campanhas específicas, como a “Acção Brilho”, por meio da qual médicos especialistas chineses realizaram cerca de 300 operações de catarata no Hospital Central de

Maputo (HCM) em setembro de 2011. O autor também mencionou o estabelecimento de centros de controlo da malária, em particular um inicialmente planificado para a área de Infulene, mas depois instalado em Polana Caniço. Um aspecto que se notou nestas e em outras iniciativas da China é a redução da burocracia nos processos.

5. Principais áreas de contribuição

5.1. Missões médicas

As missões médicas chinesas (EMC) em Moçambique constituem um dos pilares mais antigos de cooperação sino-moçambicana, contribuindo significativamente para o setor da saúde no país. A primeira equipa médica foi enviada em 1976 (William & Mary, 2017), respondendo directamente à já mencionada falta de médicos após a independência (Antonielli, 2025). Desde então, a China tem estado a enviar, de forma bienal, equipas médicas para Moçambique (Mabucanhane, 2015; William & Mary, 2017). Até 2013, já tinham sido enviadas 17 equipas, totalizando 279 membros (William & Mary, 2017), pelo que, em 2023, o número já tinha ascendido a 25 equipas médicas (Xinhua, 2025). A província chinesa de Sichuan tem sido responsável pelo envio destas equipas, na lógica de um emparelhamento que a China estabelece entre cada uma das suas províncias e um país africano no âmbito destas missões (de Bruyn, 2018).

Cada equipa é geralmente composta por 12 a 14 médicos especialistas em áreas diversas (William & Mary, 2017). Além destes, as equipas incluem um líder, um tradutor e um cozinheiro (de Bruyn, 2019). Inicialmente, estas equipas operavam em várias províncias (Antonielli, 2025) e frequentemente em áreas rurais com cobertura de saúde insuficiente (Afriyie *et al.*, 2025), mas, ao longo do tempo, passaram para a Cidade de Maputo, especialmente para o Hospital Central de Maputo e o Hospital Geral de Mavalane (William & Mary, 2017). Em termos de atividades, as equipas prestam vários serviços médicos, incluindo cuidados clínicos e cirurgias (de Bruyn, 2019; William & Mary, 2017). Além da medicina convencional, alguns dedicam-se à acupuntura e a outras práticas tradicionais chinesas (Li, 2011).

5.2. Infraestruturas de saúde

A China tem desempenhado um papel notável na expansão e modernização da rede hospitalar moçambicana, por meio da construção de novas unidades e da reabilitação de outras já existentes. Estes projectos têm sido descritos como *turnkey operations* (operações chave-na-mão), em que empresas chinesas são res-

ponsáveis pela edificação completa das instalações para a posterior transferência às autoridades locais (de Bruyn, 2019).

No caso do já mencionado Centro de Controlo da Malária em Maputo, a China assistiu na instalação e na renovação do Hospital Psiquiátrico de Infulene (AllAfrica, 2009; William & Mary, 2017). O projecto incluiu a renovação dos laboratórios e das salas de formação do hospital (de Bruyn, 2019; William & Mary, 2017). Mesmo que a intenção fosse criar uma base nacional para atividades laboratoriais, clínicas, de investigação, de intercâmbio tecnológico e de formação de pessoal (William & Mary, 2017), a implementação não foi direta e a assistência chinesa foi incorporada em diferentes instalações do Instituto Nacional de Saúde (INS) moçambicano (de Bruyn, 2019). A colocação final na Polana Caniço, em vez de Infulene, resultou de uma discussão entre o Governo moçambicano e a contraparte chinesa (AllAfrica, 2009).

Segundo William & Mary (2017), durante a 4ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, em 2013, a China ofereceu um subsídio de 23 milhões de dólares americanos para a construção de uma enfermaria pediátrica no Hospital Central da Beira. Os autores acrescentam que, para a construção de 4000 m², 168 camas e um centro de emergência infantil, o Ministério de Negócios Estrangeiros de Moçambique e o equivalente do Comércio da China assinaram o acordo. O projecto foi realizado com sucesso e o bloco pediátrico, com serviços de urgência, laboratório, radiografia, unidade de cuidados intensivos e de malnutrição, foi inaugurado em 2017 (MozParks, 2017; SOICO, 2017). Além da instalação do hospital, a China disponibilizou uma linha de crédito adicional de 23 milhões de dólares para apoiar a residência de 12 médicos chineses (William & Mary, 2017).

Em Abril de 2025, Moçambique e a China assinaram um acordo de cooperação para a construção, no Hospital Central de Maputo, de um Centro Cirúrgico Nacional de última geração, de cerca de 20.300 m², para reforçar os serviços médicos especializados e o acesso a cuidados de qualidade no país (Xinhua, 2025).

5.3. Formação e capacitação de recursos humanos

A China tem-se focado no desenvolvimento de recursos humanos e de organização como aspectos centrais das suas abordagens de capacitação (Killeen *et al.*, 2018). As modalidades de cooperação incluem a oferta de cursos de curta e de longa duração, bem como visitas de estudo (de Bruyn, 2014).

As equipas médicas chinesas, entre os objectivos, devem trabalhar lado a lado com os profissionais moçambicanos para capacitá-los em cuidados de saúde (Ilhéu, 2011; Killeen *et al.*, 2018). Além disso, o Hospital West China, da Universidade de Sichuan, doou um sistema inteligente de treino e avaliação de laparoscopia ao

Hospital Central de Maputo, com o objectivo de melhorar a qualidade dos cuidados e dos serviços de saúde (Xinhua, 2023).

Outras ações de capacitação têm sido realizadas por meio do investimento em sistemas educativos (Ilhéu, 2011). Centenas de estudantes moçambicanos receberam bolsas de estudo para cursar o ensino superior na China (Ilhéu, 2011; Robinson, 2011). A China também envia professores para países africanos (Ilhéu, 2011) e promove intercâmbios acadêmicos e educacionais (Caetano & da Silva, 2024), visando contribuir para o desenvolvimento de competências de alto nível (Xia *et al.*, 2014).

5.4. Doação de equipamentos e medicamentos

5.4.1. Equipamento

As iniciativas do FOCAC incluem doações de equipamentos e medicamentos (de Bruyn, 2014), que a China geralmente entrega em espécie e diretamente, evitando transferências de dinheiro diretas aos beneficiários (Killeen *et al.*, 2018; Mícah *et al.*, 2019). Em 2010, registou-se um compromisso de doações de equipamento médico no valor de 9,3 milhões de dólares americanos para cinco países, incluindo Moçambique (de Bruyn, 2019). Um dos principais focos de provisão de material e equipamento médicos é o combate à malária (Odhiambo *et al.*, 2023).

Em 2013, o Hospital Central de Maputo recebeu da China equipamento médico avaliado em 1,6 milhões de dólares americanos, especificamente para a secção de estomatologia (William & Mary, 2017). Note-se que as já mencionadas, para o mesmo hospital, a instalação do sistema inteligente de laparoscopia e do Centro Cirúrgico Nacional de última geração também se enquadram como iniciativas de doação de equipamentos.

Outras unidades de saúde que receberam equipamento do Governo chinês incluem: (i) o Hospital Militar de Maputo em 2012 (de Bruyn, 2014); (ii) em Angoché, uma nova unidade de refrigeração para a morgue, uma unidade de maternidade melhorada, um bloco operatório e uma ambulância, no âmbito de um financiamento de 3 milhões de dólares para projectos sociais (William & Mary, 2017); (iii) o Centro de Prevenção e Tratamento da Malária em Maputo recebeu equipamento no âmbito da sua renovação e do seu estabelecimento (William & Mary, 2017).

5.4.2. Medicamentos

A China fornece medicamentos gratuitamente a Moçambique (Jansson & Kiala, 2009) como modalidade importante da cooperação na saúde (de Bruyn, 2014). As doações em espécie, geralmente medicamentos, constituem uma forma

de financiamento externo que beneficia o SNS (Governo de Moçambique, 2019; MISAU, 2022).

Em 2006, a embaixada chinesa comprometeu-se a doar a Moçambique medicamentos no valor de 700 mil dólares americanos entre 2008 e 2010, reiterando a oferta após o término desse período (de Bruyn, 2014). De acordo com Li (2011), os principais medicamentos que a China desenvolve e fornece aos países africanos são antimaláricos, pelo que líderes chineses oferecem frequentemente a dihidroartemisinina (Cotecxin), recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como presente de Estado em visitas ao continente africano, e o medicamento é designado como obrigatório para as equipas médicas chinesas. O autor acrescenta que as empresas farmacêuticas chinesas também doam artemisinina a países africanos.

Nesta lógica, o Governo chinês comprometeu-se em fornecer instalações e medicamentos gratuitamente (William & Mary, 2017) e, em 2009, aquando da inauguração do centro de prevenção e tratamento da malária em Maputo, a Embaixada da China assinou com o Ministério da Saúde Moçambicano (MISAU) o termo de entrega do edifício e uma doação de medicamentos contra a malária avaliada em 300 mil dólares (AllAfrica, 2009). Ainda no âmbito do combate à malária, a China também fornece substancialmente redes mosquiteiras impregnadas com inseticidas de longa duração (Dolan *et al.*, 2023).

Fora do âmbito da malária, Hill e Nhamirre (2021) mencionaram que, em 2021, Moçambique recebeu 200 mil doses da vacina VeroCell contra a COVID-19, destinadas a profissionais de saúde, por meio de uma doação da Sinopharm, empresa estatal chinesa. De acordo com os autores, esta doação foi crucial porque a Covax, que seria enviada pela OMS a países africanos, sofreu um atraso na distribuição. Além deste caso, a China tem fornecido vacinas e produtos de prevenção de epidemias no âmbito da sua estratégia de saúde global (Gao & Xu, 2023).

5.5. Projectos de investigação e cooperação científica

A pesquisa baseada na *Artemisia annua*, laureada com o prémio Nobel da Medicina e Fisiologia (Su & Miller, 2015), é um de vários exemplos demonstrativos da vasta experiência do país na eliminação da malária, sendo a China um dos maiores produtores de tratamentos e diagnósticos para a doença, o que reforça o seu potencial de contribuição para a investigação em Moçambique (Odhiambo *et al.*, 2023). Os centros de controlo da malária foram estabelecidos para funcionar como base nacional de formação para atividades laboratoriais, clínicas e de investigação e para auxiliar no desenvolvimento de estratégias antimaláricas (de Bruyn, 2014). Por esta razão, a assistência neste âmbito foi prestada diretamente ao INS, instituição moçambicana de referência na investigação em saúde. Assim,

as atividades devem alinhar-se com planos estratégicos baseados em evidências, encorajando a investigação e o desenvolvimento de produtos, alguns dos quais baseados em medicamentos tradicionais (Xia *et al.*, 2014).

De facto, o Governo moçambicano manifestou interesse em colaborar com a China no aproveitamento dos conhecimentos em medicina tradicional (de Bruyn, 2014), o que poderá ser explorado em futuras parcerias (de Bruyn, 2018). O Plano Estratégico do Setor da Saúde (PESS) de Moçambique prevê a priorização e o desenvolvimento na área da medicina tradicional, particularmente nas componentes etnobotânica e fitoquímica, bem como nos ensaios biológicos e clínicos (MISAU, 2022). A China, por seu lado, mostra alinhamento com esta iniciativa por meio do New-Era Shennong Herbal Project, que visa à cooperação com países africanos para descobrir recursos vegetais de valor medicinal e explorar métodos de tratamento baseados na medicina tradicional (FMPRC, 2024).

Existem mais iniciativas, diretas ou indiretas, de cooperação em saúde dignas de menção. Por exemplo, a China apoia o projeto China-Africa Joint Research Centre e coopera em diversas áreas, incluindo a saúde pública (FMPRC, 2024; Xia *et al.*, 2014). Além disso, entre 2010 e 2012, 66 investigadores africanos tiveram a oportunidade de fazer o pós-doutoramento na China, tendo sido doado equipamento de investigação a 24 deles, que regressaram aos seus países de origem (Xia *et al.*, 2014). Outras iniciativas, já mencionadas, incluem a instalação de laboratórios e a oferta de equipamento para investigação.

6. Desafios

Em termos de impacto, a China tem sido uma apoiante histórica de Moçambique desde a luta de libertação nacional (Mabucanhane, 2015), mas ela não vincula a sua assistência ao desenvolvimento a estruturas de avaliação que medem o desempenho do país em termos de governança, transparência, direitos humanos e democracia (SAIIA, 2009). Logo, há dificuldade em quantificar o impacto do apoio chinês à saúde em Moçambique, mesmo considerando os níveis concretos de investimento apresentados nas secções anteriores. Pode ser que o impacto da cooperação chinesa para a saúde beneficiária de indicadores academicamente mais satisfatórios, como indica Bambo e Schor (2022), mas para os objectivos de governação, Moçambique e outros países africanos recebem com apreço o apoio infraestrutural, em equipamento, medicamentos, financeiro, na formação dos recursos humanos, no próprio alívio das dívidas externas e em muitas outras modalidades, que significam progresso em direção aos ODS.

A Tabela 2 apresenta os principais desafios da cooperação sino-moçambicana no âmbito da saúde. A barreira linguística, oral e escrita, amplifica as já existentes limitações técnicas dos profissionais moçambicanos para assimilar o equipamento

e os conhecimentos, assim como dos instrutores chineses, em última instância resultando em gargalos de operação e manutenção. Xia *et al.* (2014) e Odhiambo *et al.* (2023), por exemplo, mencionaram que os centros de controlo da malária funcionaram melhor quando o treinamento foi *on-site*. As limitações de comunicação não são exclusivas de Moçambique, pelo que têm sido reportadas em vários países da África Subsaariana (Daly *et al.*, 2020; Tambo *et al.*, 2016).

A abordagem de cooperação da China, focada em projetos específicos, traz resultados imediatos e perceptíveis. No entanto, ela também apresenta algumas limitações ao consolidar as contribuições realizadas e integrá-las plenamente aos planos nacionais de planificação, monitoria e avaliação (SAIIA, 2009). A falta de transparência e a política de não-interferência poderão enfraquecer a governança (Kopiński *et al.*, 2011), apoiar elites sem, de facto, beneficiar a população (Taylor, 2007) e, em última instância, permitir que um país tome decisões que não respondam devidamente aos interesses da própria China (Hess & Aidoo, 2010).

Tabela 2. Desafios à cooperação China-Moçambique com implicações para o setor da saúde.

Desafio	Descrição	Implicações para a saúde	Referências
Idioma	Barreiras linguísticas entre técnicos chineses e moçambicanos; Sinalização apenas em inglês e em chinês.	Dificulta a formação, o uso de equipamentos e a transferência de conhecimento.	Chichava e Fingermann (2015) Gao e Xu (2023) Qinfangzi e Jingcheng (2024)
Transparência	Relatórios financeiros pouco claros; Fraca coordenação com outros doadores.	Prejudica a integração dos projectos no sistema SNS.	Chichava (2008) Odhiambo <i>et al.</i> (2023) Robinson (2011) SAIIA (2009)
Sustentabilidade	Tecnologia pouco transferida; Equipamentos, por vezes, sem uso devido à falta de treino adequado.	Risco de dependência externa e de baixa durabilidade das infraestruturas.	Caetano e da Silva (2024) Chichava e Fingermann (2015) Gao e Xu (2023) Odhiambo <i>et al.</i> (2023)
Apropriação local	Fraca participação moçambicana na gestão; Conflitos institucionais internos.	Limita a autonomia e enfraquece a capacidade local.	Chichava e Fingermann (2015) Mabucanhane (2015) SAIIA (2009) Xia <i>et al.</i> (2014)
Modelo de cooperação	Foco em projectos pontuais (<i>project-based</i>), em vez de estratégias estruturais.	Impacto imediato, mas pouca sustentabilidade a longo prazo.	de Bruyn (2014) Chichava e Fingermann (2015) Wethal (2017)

Desafio	Descrição	Implicações para a saúde	Referências
Adequação dos insumos	Predomínio de insumos chineses; Menor valorização de variedades ou de soluções locais.	Risco de baixa adoção ou de custos elevados se os insumos não forem adaptados ao contexto.	Bambo e Schor (2022) Chemane (2019)

Em termos de sustentabilidade, as obras chave na mão frequentemente se transformam em “elefantes brancos”, isto é, são construídas rapidamente, mas a falta de planeamento para manutenção, capacitação técnica e peças para a reposição (geralmente de mercas chinesas e não padronizadas) acaba subutilizadas ou por se deteriorarem (Brautigam, 2011). Este aspeto é agravado pela fraca participação moçambicana na gestão e na contratação da mão-de-obra chinesa, em detrimento da local (Cezne & Wethal, 2022; Wethal, 2018a, 2018b). Além de criar dependência externa, deve-se esperar que obrigue Moçambique a desviar o seu orçamento de saúde para a manutenção de estruturas não adequadamente integradas no SNS.

O predomínio dos insumos chineses nas iniciativas de cooperação, geralmente padronizados independentemente do contexto, pode resultar em certas incompatibilidades. As realidades dos países africanos com os quais o governo chinês coopera podem ser muito diferentes entre si, com a China, ou até mesmo distintas dentro de um mesmo país. O que funciona num local pode não ser eficaz em outro. Por exemplo, é necessário ter em conta a estabilidade ou mesmo o acesso à eletricidade, as capacidades técnicas dos recursos humanos, equipamentos ou outros recursos já existentes que poderiam reduzir custos, a temperatura do local ou fatores culturais, que não devem ser subestimados (Xia *et al.*, 2014).

Os desafios da cooperação entre a China e Moçambique na área da saúde requerem algumas adaptações para garantir que a parceria seja mais sustentável a médio prazo. A verdade é que a China tem uma posição de negociação mais vantajosa, pois Moçambique é apenas um dos muitos mercados no continente africano e, devido ao status da China como potência global. Embora o Governo moçambicano não consiga mudar significativamente os termos da cooperação, ainda tem a possibilidade de alinhar os seus planos de desenvolvimento interno às iniciativas de todos os seus parceiros, incluindo a China, o que pode trazer mais coerência e benefícios ao país.

8. Perspectivas

As perspetivas para a cooperação sino-moçambicana no âmbito da saúde, a médio e longo prazo, são promissoras, tendo em conta a confiança existente e a

vontade política de ambas as partes de construir a Parceria de Cooperação Estratégica Global (PCEG), estabelecida em 2016 (Gustava, 2024). Visando aprofundar as sinergias entre os dois países e oferecendo um quadro legal para uma relação mais ampla e mutuamente benéfica, o *zeitgeist* atual indica que a cooperação estratégica bilateral se intensifique nas próximas duas décadas. A nível de Moçambique, espera-se que a parceria contribua para a concretização da Estratégia de Financiamento do Setor da Saúde (EFSS) 2025-2034 (Governo de Moçambique, 2019).

A FOCAC continuará a orientar a cooperação de acordo com o Plano de Ação de Pequim (2025-2027) e outros documentos orientadores, mantendo os princípios de confiança mútua, benefício, assistência e compreensão (Tambo *et al.*, 2016). A China continuará a enviar equipas médicas para Moçambique, a dar suporte a um novo Centro de Intercâmbio e Cooperação para a Prevenção de Pandemias entre a China e os Países de Língua Portuguesa em Macau, a promover o intercâmbio no âmbito da medicina tradicional (Gustava, 2024), a investir nas iniciativas de pesquisa conjunta (Odhiambo *et al.*, 2023) e a contribuir para o fortalecimento de instituições, com mais recursos direcionados ao desenvolvimento económico, social e cultural. Moçambique manterá o acesso da China ao seu mercado interno e acolherá os investimentos da China em saúde e outras áreas prioritárias.

9. Conclusão

O presente artigo procurou responder à seguinte questão: em que medida e por meio de quais mecanismos a cooperação sino-moçambicana em saúde tem contribuído para o SNS moçambicano e quais desafios a condicionam?

Em primeiro lugar, conclui-se que a cooperação com a China consolidou-se como um modelo distintivo, marcado por menor condicionalidade política formal e por elevado grau de confiança do Governo moçambicano. Este vínculo assenta num legado histórico que inclui o apoio à luta de libertação, a continuidade das relações após a independência, a ausência de ruptura quando Moçambique transitou para a economia de mercado e a percepção de que a China oferece “resultados palpáveis” em infra-estrutura e formação.

Em segundo lugar, a análise mostra que a China exerce *soft power* na saúde, tornando-se parte integrante do SNS por meio de missões médicas contínuas, formação de quadros em universidades e instituições técnico-profissionais chinesas e moçambicanas, construção de unidades sanitárias, fornecimento de equipamentos e medicamentos, bem como pela redução relativa da burocracia nos processos. Estes mecanismos reforçam a presença chinesa no quotidiano do sistema, ainda que o impacto global permaneça subavaliado e pouco documentado de forma sistemática.

Em terceiro lugar, a literatura e o percurso histórico sugerem que, no caso moçambicano, a China assume, de facto, o papel de “doador tradicional”. Os primeiros parceiros estruturantes no pós-independência foram, em larga medida, países de orientação socialista, ligados por uma solidariedade ideológica que precede a lógica estritamente económica. Rotular a China apenas como “novo doador” obscurece esta continuidade histórica e dificulta a compreensão dos equilíbrios de poder e de lealdade no interior do sector da saúde.

Em quarto lugar, verifica-se que o modelo actual apresenta benefícios e fragilidades. Entre os benefícios contam-se o alívio de carências imediatas de recursos humanos e materiais e a introdução de capacidades tecnológicas específicas. Entre as fragilidades, destacam-se a dependência prolongada de missões externas, as lacunas na integração das iniciativas chinesas nos instrumentos nacionais de planificação do SNS e a ausência de avaliações robustas de custo-benefício e de sustentabilidade a longo prazo, num contexto em que a Health Silk Road reposiciona a China como actor central na governação global da saúde.

É improvável que o modelo de cooperação se altere de forma substantiva a curto e médio prazo, mas torna-se essencial compreendê-lo e avaliá-lo com maior rigor. O Governo moçambicano deve esforçar-se por sistematizar e documentar as contribuições chinesas, articulando-as com planos e estratégias nacionais e com iniciativas apoiadas por outros parceiros. Deve, igualmente, reforçar a formação de capital humano local – em Moçambique, na China ou noutros contextos – para garantir a utilização adequada, a manutenção e a apropriação das infra-estruturas e equipamentos doados, reduzindo a dependência de técnicos estrangeiros.

Futuras investigações deverão consistir de: (1) estudos empíricos que quantifiquem o impacto da cooperação chinesa em indicadores específicos do SNS (acesso, qualidade, equidade, sustentabilidade financeira); (2) análises comparativas entre Moçambique e outros países africanos ou da CPLP no quadro da Health Silk Road, para identificar padrões de “modelo chinês” em saúde; (3) investigações qualitativas sobre as percepções de profissionais de saúde e utentes moçambicanos em relação aos projectos chineses; e (4) trabalhos que aprofundem a articulação entre a cooperação sino-moçambicana e a governação multilateral da saúde, incluindo o papel da OMS e de outros fóruns onde a China procura ajustar o seu papel de *global health provider*. Esses caminhos de investigação podem ajudar a esclarecer se a actual trajetória permanece reformista e complementar ou se evolui para formas mais assertivas de reconfiguração da ordem sanitária internacional a partir do contexto moçambicano.

Referências bibliográficas

- Afriyie, E. K., Ankomah, S. E., Li, D., Guo, Y., Liang, H., Wu, D., & Xu, D. (2025). The role of Chinese medical teams in bridging healthcare gaps in Africa: a scoping review. *Glob Health Res Policy*, 10(1), 23. <https://doi.org/10.1186/s41256-025-00420-2>
- AllAfrica. (2009). *Mozambique: malaria treatment centre inaugurated*. AllAfrica Global Media. Retrieved 6 September 2025 from <https://allafrica.com/stories/200911270296.html>
- Anthony, R. (2015). China and Mozambique: From Comrades to Capitalists. *Politikon*, 42(3), 431-432. <https://doi.org/10.1080/02589346.2015.1105386>
- Antonielli, A. B. (2025). Medical cooperantes in Mozambique, adapting and contributing to a socialist primary health care 1970–1985. *European Journal for the History of Medicine and Health*, 82(1), 163-200. <https://doi.org/10.1163/26667711-bja10057>
- Atlas.ti Scientific Software. (2020). *What is ATLAS.ti?* ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH. Retrieved 24 March 2020 from <https://atlasti.com/product/what-is-atlas-ti/>
- Bambo, T. F., & Schor, A. (2022). Cooperação chinesa para o desenvolvimento: o caso de Moçambique. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, 47(255), 159-185. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p159-185>
- Brautigam, D. (2011). *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*. OUP Oxford. <https://books.google.co.mz/books?id=X2g2rEMSdIYC>
- Caetano, I. A., & da Silva, H. N. (2024). Contextualização da África e do novo Sul Global: a presença chinesa em Moçambique e seus impactos econômicos e políticos. *Revista Percurso*, 16(1), 119-134. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/71314>
- Cambaza, E. (2023). Mozambique: country profile. *Encyclopedia*, 3(1), 143-167. <https://doi.org/10.3390/encyclopedia3010011>
- Castel-Branco, C. N. (2012). PARP 2011-2014: contradições, tensões e dilemas. *Desafios para Moçambique*, 495, 105-115.
- Cezne, E., & Wethal, U. (2022). Reading Mozambique's mega-project developmentalism through the workplace: evidence from Chinese and Brazilian investments. *African Affairs*, 121(484), 343-370. <https://doi.org/10.1093/afraf/adac019>
- Chemane, V. A. (2019). Parceria Moçambique-China: cruzamento de estratégias seeking em contexto de globalização financeira (um olhar aos resultados do período 2001-2016). *Conjuntura Austral*, 10(49). <https://doi.org/10.22456/2178-8839.87743>
- Chichava, S. (2008). Mozambique and China: from politics to business. *Institute of Social and Economic Studies Discussion Paper*(5), 3. https://www.iese.ac.mz/~ieseamcz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/geral/artigos_cientificos_imprensa/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf
- Chichava, S., & Fingermann, N. N. (2015). A Cooperação Sul-Sul do Brasil e da Chinano setor agrícola: uma análise comparada em Moçambique: CITTAU e ProALIMENTOS. *Meridiano* 47, 16(152), 37. https://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2016/SC_Sul-Sul.pdf
- Cuna, L. F. (2025). *A Cooperação bilateral entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã entre 1979-1990* [Monograph, Universidade Eduardo Mondlane]. Maputo, Moçambique. <http://monografias.uem.mz/handle/123456789/4388>
- Daly, G., Kaufman, J., Lin, S., Gao, L., Reyes, M., Matem, S., & El-Sadr, W. (2020). Challenges and opportunities in China's health aid to Africa: findings from qualitative interviews in Tanzania and Malawi. *Global Health*, 16(1), 71. <https://doi.org/10.1186/s12992-020-00577-0>

- de Bruyn, T. (2014). *Brazil, India, China and South Africa in the Health Sector in Mozambique* (Vol. 14). HIVA – Research Institute for Work and Society, KU Leuven. https://www.researchgate.net/publication/261702971_Brazil_India_China_and_South_Africa_in_the_Health_Sector_in_Mozambique
- de Bruyn, T. (2018). Varying presence, diverging approaches: the influence of the emerging powers on health cooperation in Mozambique. *Cadernos de Estudos Africanos*(36). <https://doi.org/10.4000/cea.3015>
- de Bruyn, T. (2019). *Challenging Development Cooperation? The South-South Development Cooperation Partnership: The approaches of Brazil, India and the PR China with Malawi and Mozambique* [Doctoral Dissertation, KU Leuven]. Leuven, Belgium. <https://lirias.kuleuven.be/retrieve/6a3aa7d1-ac19-4ee6-911d-cd88cac38a8c>
- Dolan, C. B., Malik, A. A., Zhang, S., Mao, W., McDade, K. K., Svoboda, E., & Odhiambo, J. N. (2023). Chinese health funding in Africa: The untold story. *PLOS Global Public Health*, 3(6), e0001637. <https://doi.org/10.1371/journal.pgph.0001637>
- Eisenman, J., & Kurlantzick, J. (2006). China's Africa strategy. *Current History*, 105(691), 219-224. <http://archive.niza.nl/docs/200610171513091728.pdf>
- FMPRC. (2024). *Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2025-2027)*. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China (FMPRC). Retrieved 9 September 2025 from https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202409/t20240905_11485719.html?utm
- Gao, L., & Xu, J. (2023). Public health engagement: new opportunities and challenges in 60 years of China's health aid to Africa. *BMJ Glob Health*, 8(8). <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2023-012302>
- Governo de Moçambique. (2019). *Documento Orientador Estratégico: Financiamento do Sector Saúde 2020-30*. Maputo, Mozambique: Governo de Moçambique, Retrieved from <https://p4h.world/app/uploads/2023/02/Strategic20guidance20document20on20Health20Sector20Financing202020-203020in20Mozambique.x80726.pdf>
- Gustava, M. (2024). Prospects for Mozambique-China partnership in the context of the current global environment. In H. H. Wang & M. L. Miao (Eds.), *The Future of China's Development and Globalization: Views from Ambassadors to China* (pp. 139-147). Springer Nature Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-99-7512-9_18
- Hess, S., & Aidoo, R. (2010). Beyond the rhetoric: noninterference in China's African policy. *African and Asian Studies*, 9(3), 356-383. <https://doi.org/10.1163/156921010x516003>
- Hill, M., & Nhamirre, B. (2021). *Mozambique receives first vaccines from China after Covax delay*. Bloomberg L. P. Retrieved 8 September 2025 from <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-02-24/mozambique-receives-first-vaccines-from-china-after-covax-delay>
- ICAP. (2025). *China health aid to africa: achievements, challenges, and opportunities*. Columbia Mailman School of Public Health. Retrieved 1 September 2025 from https://icap.columbia.edu/cpt_projects/china-health-aid-to-africa-achievements-challenges-and-opportunities/
- Ilhéu, F. (2011). The role of China in the Portuguese speaking African countries: The case of Mozambique (Part II). *Economia Global e Gestão*, 16, 41-59. http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442011000100004&nrm=iso
- Jansson, J., & Kiala, C. (2009). *Patterns of Chinese Investment, Aid and Trade in Mozambique*. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/ccs_mozambique_briefing_paper__october_2009.pdf

- Killeen, O. J., Davis, A., Tucker, J. D., & Mason Meier, B. (2018). Chinese global health diplomacy in Africa: opportunities and challenges. *Glob Health Gov*, 12(2), 4-29. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30956750>
- Kopiński, D., Polus, A., & Taylor, I. (2011). Contextualising Chinese engagement in Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, 29(2), 129-136. <https://doi.org/10.1080/02589001.2011.555189>
- Li, A. (2011). *Chinese Medical Cooperation in Africa: With Special Emphasis on the Medical Teams and Anti-malaria Campaign*. Nordiska Afrikainstitutet. <https://books.google.co.mz/books?id=NbuiuAAACAAJ>
- Liu, P., Guo, Y., Qian, X., Tang, S., Li, Z., & Chen, L. (2014). China's distinctive engagement in global health. *The Lancet*, 384(9945), 793-804. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)60725-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)60725-X)
- Mabucanhane, N. L. (2015). A nova era de cooperação Moçambique – China: debates, dilemas, realidades e perspectivas de políticas institucionais. *Espaço e Economia*(7). <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2025>
- Micah, A. E., Zhao, Y., Chen, C. S., Zlavog, B. S., Tsakalos, G., Chapin, A., Gloyd, S., Jonas, J., Lee, P. H., Liu, S., Ng, M. T. A., Phillips, M. R., Rubagotti, E., Tang, K., Tang, S., Younis, M., Zhang, Y., Murray, C. J. L., & Dieleman, J. L. (2019). Tracking development assistance for health from China, 2007-2017. *BMJ Glob Health*, 4(5), e001513. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2019-001513>
- MISAU. (2022). *Plano Estratégico do Sector da Saúde (PESS 2014-2019), Extensão 2020-2024*. Maputo, Mozambique: MISAU Retrieved from <https://biblioteca.unisced.edu.mz/handle/123456789/3412>
- MozParks. (2017). *Watch: hospital in central Mozambique gets paediatric block with support from China*. Retrieved 6 September 2025 from https://clubofmozambique.com/news/watch-hospital-in-central-mozambique-gets-paediatric-block-with-support-from-china/?utm_source=chatgpt.com
- Odhiambo, J. N., Dolan, C., Malik, A. A., & Tavel, A. (2023). China's hidden role in malaria control and elimination in Africa. *BMJ Glob Health*, 8(12). <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2023-013349>
- Qinfangzi, L., & Jingcheng, L. (2024). Connectivity and challenges: analyzing the China-Mozambique partnership in the Global South. *Russia in the Global World*, 30(4), 7-24. [https://russiaglobal.spbstu.ru/userfiles/files/1_-Lyu-Tsinfantszi%2C-Li-Tszinchen-7-24\(2\).pdf](https://russiaglobal.spbstu.ru/userfiles/files/1_-Lyu-Tsinfantszi%2C-Li-Tszinchen-7-24(2).pdf)
- Robinson, D. (2011). *The political economy of China in Africa: the case of Mozambique* Africa 2011: 34th AFSAAP Conference, Adelaide, Australia. <https://afsaap.org.au/assets/Robinson.pdf>
- SAIIA. (2009). *China in Mozambique: A Cautious Approach Country Case Study* (Vol. 23). South African Institute of International Affairs (SAIIA). <https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2009/02/Occasional-Paper-23.pdf>
- SOICO. (2017). *Hospital Central da Beira conta com novo bloco pediátrico*. Grupo SOICO. Retrieved 6 September 2025 from https://opais.co.mz/hospital-central-da-beira-counta-com-novo-bloco-pediatrico/?utm_source=chatgpt.com
- Su, X.-Z., & Miller, L. H. (2015). The discovery of artemisinin and the Nobel Prize in Physiology or Medicine. *Science China Life Sciences*, 58(11), 1175-1179. <https://doi.org/10.1007/s11427-015-4948-7>
- Tambo, E., Ugwu, C. E., Guan, Y., Wei, D., Xiao, N., & Xiao-Nong, Z. (2016). China-Africa health development initiatives: benefits and implications for shaping innovative and evidence-informed

- national health policies and programs in Sub-saharan African countries. *Int J MCH AIDS*, 5(2), 119-133. <https://doi.org/10.21106/ijma.100>
- Taylor, I. (2007). Sino-African relations and the problem of human rights. *African Affairs*, 107(426), 63-87. <https://doi.org/10.1093/afraf/adm056>
- Wang, X., & Sun, T. (2014). China's engagement in global health governance: a critical analysis of China's assistance to the health sector of Africa. *J Glob Health*, 4(1), 010301. <https://doi.org/10.7189/jogh.04.010301>
- Wethal, U. (2017). Passive hosts or demanding stakeholders? understanding Mozambique's negotiating power in the face of China. *Forum for Development Studies*, 44(3), 493-516. <https://doi.org/10.1080/08039410.2017.1317660>
- Wethal, U. (2018a). Beyond the China factor: challenges to backward linkages in the Mozambican construction sector. *The Journal of Modern African Studies*, 56(2), 325-351. <https://doi.org/10.1017/S0022278X18000150>
- Wethal, U. (2018b). *When China Builds Africa. Linking Construction Projects and Economic Development in Mozambique* [University of Oslo]. Oslo, Norway.
- William & Mary. (2017). *AidData's Global Chinese Official Finance Dataset – Mozambique 2000-14* https://university.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/GlobalChineseFinanceDataset_Mozambique.pdf
- Xia, Z. G., Wang, R. B., Wang, D. Q., Feng, J., Zheng, Q., Deng, C. S., Abdulla, S., Guan, Y. Y., Ding, W., Yao, J. W., Qian, Y. J., Bosman, A., Newman, R. D., Ernest, T., O'Leary, M., & Xiao, N. (2014). China–Africa cooperation initiatives in malaria control and elimination. *Adv Parasitol*, 86, 319-337. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-800869-0.00012-3>
- Xiao, B. (2024). Revolution, reform and the rise of China: a political and social transformation. *Social Transformations in Chinese Societies*. <https://doi.org/10.1108/stics-08-2024-0012>
- Xinhua. (2023). *Chinese hospital donates self-developed laparoscopy training system to Mozambique*. Xinhuanet. Retrieved 7 September 2025 from <https://english.news.cn/africa/20230323/806e-2c27acc24d999325f7debc7e2619/c.html>
- Xinhua. (2025). *China-funded surgical center to be built at Mozambique's largest hospital*. China.org.cn. Retrieved 6 September 2025 from http://www.china.org.cn/world/Off_the_Wire/2025-04/18/content_117831053.htm
- Afriyie, E. K., Ankomah, S. E., Li, D., Guo, Y., Liang, H., Wu, D., & Xu, D. (2025). The role of Chinese medical teams in bridging healthcare gaps in Africa: a scoping review. *Glob Health Res Policy*, 10(1), 23. <https://doi.org/10.1186/s41256-025-00420-2>
- CIDCA. (2018). *Chinese aid contributes to West Africa's fight against Ebola*. China International Development Cooperation Agency. Retrieved 12 January 2026 from http://en.cidca.gov.cn/2018-08/03/c_263164.htm
- de Bruyn, T. (2014). *Brazil, India, China and South Africa in the Health Sector in Mozambique* (Vol. 14). HIVA – Research Institute for Work and Society, KU Leuven. https://www.researchgate.net/publication/261702971_Brazil_India_China_and_South_Africa_in_the_Health_Sector_in_Mozambique

- de Bruyn, T. (2018). Varying presence, diverging approaches: the influence of the emerging powers on health cooperation in Mozambique. *Cadernos de Estudos Africanos*(36). <https://doi.org/10.4000/cea.3015>
- Fuchs, A., & Rudyak, M. (2019). 23. The motives of China's foreign aid. In K. Zeng (Ed.), *Handbook on the international political economy of China* (pp. 392). Edward Elgar Publishing Limited. <https://doi.org/10.4337/9781786435064>
- Ilhéu, F. (2011). The role of China in the Portuguese speaking African countries: The case of Mozambique (Part II). *Economia Global e Gestão*, 16, 41-59. http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442011000100004&nrm=iso
- Killeen, O. J., Davis, A., Tucker, J. D., & Mason Meier, B. (2018). Chinese global health diplomacy in Africa: opportunities and challenges. *Glob Health Gov*, 12(2), 4-29. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30956750>
- Micah, A. E., Chen, C. S., Zlavog, B. S., Hashimi, G., Chapin, A., & Dieleman, J. L. (2019). Trends and drivers of government health spending in sub-Saharan Africa, 1995-2015. *BMJ Glob Health*, 4(1), e001159. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2018-001159>
- Odhiambo, J. N., Dolan, C., Malik, A. A., & Tavel, A. (2023). China's hidden role in malaria control and elimination in Africa. *BMJ Glob Health*, 8(12). <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2023-013349>
- SAIIA. (2009). *China in Mozambique: A Cautious Approach Country Case Study* (Vol. 23). South African Institute of International Affairs (SAIIA). <https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2009/02/Occasional-Paper-23.pdf>
- Santiago, A. R., & Duarte, P. A. B. (2025). The health silk road in China's governance and multilateralism: towards a role adjustment. *Global Security: Health, Science and Policy*, 10(1). <https://doi.org/10.1080/23779497.2025.2486936>
- Tang, K., Li, Z., Li, W., & Chen, L. (2017). China's Silk Road and global health. *Lancet*, 390(10112), 2595-2601. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)32898-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)32898-2)
- The State Council Information Office. (2021). *Full text: China's international development cooperation in the new era*. Retrieved 12 January 2026 from http://english.scio.gov.cn/m/whitepapers/2021-01/10/content_77099782_7.htm
- Wang, L., & Bateman, J. (2018). *China's medical aid in Africa: China is doing more than building roads in Africa. It's also curing patients*. The Diplomat Media Inc. Retrieved 12 January 2026 from <https://thediplomat.com/2018/03/chinas-medical-aid-in-africa/>
- Wang Yi, H. E. (2022). *Making every effort for peace and development and shouldering the responsibility for solidarity and progress*. National Immigration Administration. Retrieved 12 January 2026 from https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjzbzd/202405/t20240527_11312264.html
- Zeng, W., Ding, M., & Liu, H. (2023). China's health silk road construction during the COVID-19 pandemic. *Glob Public Health*, 18(1), 2185799. <https://doi.org/10.1080/17441692.2023.2185799>

Data de receção: 19/10/2025

Data de aprovação: 17/1/2026

Research note: multi-layered chinese engagement and the “patchwork” of autonomy in Timor-Leste

Takayasu Goto

ISCTE – University Institute of Lisboa, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.173-190>

Abstract¹

Timor-Leste, the first new nation of the 21st century, faces a paradox. Although it achieved diplomatic milestones, joining The Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) in 2025 and the World Trade Organization (WTO) in 2024, the government is facing a critical domestic crisis: the “resource curse” of dwindling revenues (Scheiner, 2022). Desperate for survival, the nation-state has adopted a pragmatic strategy of securing support from various international actors.

This paper discusses China’s growing presence in this strategy, examining it not merely as a geopolitical alignment but as a multi-layered process. Timor-Leste actively engages with China’s “Global Initiatives” triad, utilizing infrastructure projects under the Global Development Initiative (GDI) and aligning with the broader narratives of the Global Civilization (GCI) and Security Initiatives (GSI). This approach is explicitly endorsed by President Ramos-Horta in the 2024 Joint Statement between China and Timor-Leste (Ministry of Foreign Affairs People’s Republic of China, 2024).

This research note argues that Timor-Leste’s diplomacy transcends strategic “hedging” (Cheng-Chwee, 2008), by providing an overview of strategic infrastructure projects, such as Tasi Mane; soft power instruments, ranging from medical teams to education; and the economic impact of Chinese migrants. Instead, the author posits that it is a state-building “patchwork”: a desperate yet pragmatic accumulation of external support designed to maintain autonomy amidst great power competition.

1. A Layered History of Independence in Timor-Leste

The Democratic Republic of Timor-Leste is in the midst of a grand experiment in state-building. Its history is carved by overlapping memories of foreign domination and intervention: approximately 400 years of Portuguese colonization, a military occupation by Japan during World War II (1942–1945), and a 24-year occupation by Indonesia starting in 1975. In 1999, through an UN-supervised referendum, the Timorese people overwhelmingly chose independence. However, withdrawing Indonesian military forces and pro-Indonesia paramilitary (or militia) systematically burned and destroyed around 70% of buildings in major

¹ This research note is based on fieldwork primarily conducted in Dili, Timor-Leste. The author conducted the research while serving as a visiting researcher at the Department of International Relations in the Faculty of Social Sciences at the National University of Timor-Leste (UNTL) from July to December 2025. The research was funded by the FCT-CCCM Scholarship (PRT/BD/154528/2022). This account draws on the author’s personal field notes and integrates their observations with the perspectives shared by various local citizens and international residents during their interactions in Timor-Leste.

cities, including the capital, Dili. Basic life infrastructures such as electricity, telecommunications, and water systems were obliterated, and administrative functions ceased entirely. Timor-Leste’s independence began from “Ground Zero”(Nevins, 2002) . A chaotic array of actors such as Japan, Australia, the United States, and the United Kingdom and the United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET), and countless NGOs – intervened immediately to maintain security and apply emergency measures to basic infrastructure (Cummins & Boavida dos Santos, 2024; Nevins, 2002). Today, the sight of various flags from donor countries and partners flying over public facilities and infrastructure project sites visually narrates the reality that Timor-Leste is supported by international cooperation and aid.

1.1. The Changing Social Landscape: China by the Numbers

By 2025, nearly a quarter-century after independence, the social landscape of Timor-Leste has undergone a new transformation; “visualization” of China’s presence. To support this transformation of the Timor-Leste, Mica Laurentina Barreto Soares (Soares, 2021, 2023) examines the arrival of new Chinese immigrants (Xin Yimin), primarily from Fujian Province, China, to Timor-Leste after its independence. Soares illustrates the resulting economic and social landscape, as well as the social dynamics of their relations with the Timorese Chinese² (also known as Chinese Timorese), who are part of the overseas Chinese community in Timor-Leste. Maubere Lorosae da Silva Horta (Loro Horta), the current Ambassador of Timor-Leste to China, estimated the number of Chinese residents to be approximately 4,000 in his 2012 study. He described them as the second-largest foreign group after Indonesians, who were estimated to be between 10,000 and 12,000 (Horta, 2012). However, more than a decade later, the demographics observed by Horta have shifted dramatically. Current estimates suggest that the number of Chinese migrants has surpassed 20,000³ (Embassy of China in Timor-Leste, 2024), rivaling or exceeding the Indonesian population.

Most of the Chinese immigrants recently coming into Timor-Leste are not familiar with the languages that Timorese people generally use, such as Tetum, Indonesian, English, or Portuguese⁴. Some Chinese immigrants study Tetum after

² Some members of the ethnic Chinese community in Timor-Leste feel questionable with the term ‘Chinese Timorese.’ This is because the word order suggests that their Chinese identity takes precedence over their identity as Timorese. Out of respect for their sentiments, this paper will refer to them as ‘Timorese Chinese.’

³ The exact number of Chinese residents in Timor-Leste is unclear. The 2022 Population and Housing Census, conducted by the National Institute of Statistics (INETL), lacks data on the number of registered Chinese citizens in Timor-Leste.

⁴ The official languages of Timor-Leste are Tetum and Portuguese, while the working languages are Indonesian and English.

their arrival. In addition, the author also observed Timorese people working for Chinese employers using simple Mandarin Chinese for communication. Such a scene was also observed in the immigration office in Dili; many Chinese migrants hire an agent to help with their VISA application, because they need someone to help the communication. There are Timorese Chinese (or Chinese Timorese) merchants who have been running businesses since the Portuguese Timor time. There are multiple origins based on the generation, but currently, Hakka is a dominant group in Timor-Leste (Berlie, 2016; Huber, 2021). Chinese characters overflow on signboards across Dili, and their businesses have permeated every corner of civic life. Prime Minister Xanana Gusmão dismissed concerns regarding over-dependence on China, instead emphasizing the necessity of improving the local business culture in an interview with CNA (2025, 02:18). Meanwhile, Kathleen Goncalves, Vice-President of the Chamber of Commerce and Industry and President of the Associação Comercial da Comunidade Chinesa Timor Oan (ACCCTO), described the influx of Chinese enterprises as a “tsunami,” underscoring the severe challenges faced by local businesses (CNA, 2025).

However, as Loro Horta observed in the 2010s, Timor-Leste remains economically dependent on imports from ASEAN, with Indonesia playing a dominant role. According to the World Trade Organization (WTO), Indonesia accounted for approximately 33.5% (around US\$300 million) of Timor-Leste’s total imports in 2023, surpassing China, which ranked second with 14.3% (WTO, 2023). Debates about foreign influence often focus on the influx of Chinese migrants because of their commercial visibility. However, an understanding of the nation’s logistics structure reveals a different reality.

2. Infrastructure Development and the New International Development Order

2.1. From Symbolic Aid to Pragmatic Mega-Projects

The structure of international engagement in Timor-Leste has long been explained by a dichotomy. The UN, Australia, and Portugal oversee soft aspects, such as governance, democratization, and institution-building (Bovensiepen & Nygaard-Christensen, 2018). The notion that Timor-Leste is moving towards modernity is shared by the Portuguese Creole elites in the region, as well as those groups.(Castro Seixas et al., 2023). On the other hands, China and other Asian nations pursue “hard infrastructure construction” and commercial interests (Bovensiepen & Nygaard-Christensen, 2018). However, China’s engagement has taken on a strategic nature that does not fit into this simple binary split. China was one of the first countries to recognize Timor-Leste’s statehood, immediately after its declaration of independence in 2002. Its initial support was highly political;

Beijing adopted a strategy of constructing and donating key facilities that would serve as symbols of the new nation. Representative examples include the Ministry of Foreign Affairs building in 2008, the Presidential Palace in 2009, and the Ministry of Defense and Timor-Leste's Armed Force (F-FDTL) Headquarters (Government of Timor-Leste, 2012; Ministry of Commerce of the People's Republic of China (MOFCOM), 2024; Sahin, 2014). The fact that the central functions of the state are physically supported by Chinese-built infrastructure has the effect of reminding the Timorese government of China's political presence.

2.2. The Recirculation of Development Funds and the Global Development Initiative

Following this gift-giving phase, China's engagement shifted to larger-scale economic projects. According to the analysis by Rajalingam et al. (2025), between 2010 and 2016, the Timorese government spent over \$1 billion on large infrastructure projects, valued at over \$10 million each; approximately 80% of this amount was paid to Chinese companies. More recently, *Hoje Macau* (2023) reported on statistics from the National Procurement Commission (CNA) covering the period from 2011 to February 2023 which were released during an infrastructure development seminar held in Dili. The data reveals that domestic Timorese companies secured 2,351 contracts totaling approximately US\$2.124 billion. Among foreign entities, China (approximately US\$714.6 million) and Indonesia (approximately US\$499 million) were the dominant players. Notably, China's contract count was relatively modest at 44, compared to Indonesia's 72. This indicates that China received a greater number of large-scale projects, resulting in a higher total value.

An essential auxiliary line for understanding this phenomenon is the Global Development Initiative (GDI) pointed out by Watanabe (Watanabe, 2025). GDI was proposed by the Chinese government in 2021. It is a strategic framework designed to confer legitimacy on China-led development assistance by linking it with the UN's Sustainable Development Goals (SDGs), while dodging international criticism regarding the "Debt-trap diplomacy" coined by Chellaney (Chellaney, 2017), associated with the Belt and Road Initiative (BRI) – such as the case of Hambantota Port in Sri Lanka.

The GDI targets Small Island Developing States (SIDS), like Timor-Leste and Solomon Islands, emphasizing a softer and more comprehensive "development of the global human rights" (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2022). When President José Ramos-Horta visited China from July 28 to 31, 2024, meeting with President Xi Jinping, Ramos-Horta explicitly stated his respect for the GDI, not just bilateral cooperations (Ministry of Foreign Affairs People's

Republic of China, 2024). This suggests that Timor-Leste is being incorporated into a movement that is forming a new international order, bundled with China's Global Civilization Initiative (GCI), which aims to foster shared understanding, and the Global Security Initiative (GSI), which focuses on safeguarding stability.

3. The Political Economy of Tasi Mane Development

3.1. The Tasi Mane Project (TMP) as a National Century Plan

The Timorese government positions the development of the oil and gas industrial base in the southern coastal region – known as the Tasi Mane Project (TMP) – as the central pillar for supporting future national finances. In the “Strategic Development Plan 2011–2030” approved by Parliament in 2011, infrastructure development was listed as a top priority (Government of Timor-Leste, 2011; Timor Gap, n.d.). At the core of this plan is the TMP, a massive industrial cluster initiative led by the TMP Unit, a subsidiary of the national oil company TIMOR GAP, under the mandate of the Ministry of Petroleum and Minerals. Specifically, the plan involves developing three hubs in the south – Suai, Betano, and Beaco – to establish supply bases, refineries, petrochemical complexes, Liquefied Natural Gas (LNG) plants (Timor Gap, n.d.). This supports the efforts of a discussion of “decentralization (Rosario & Novaria, 2025)” away from Dili.

This plan goes beyond mere industrial promotion. It includes the intention of national remodeling, akin to relocating the capital, to disperse economic activity and population concentrated in the capital, Dili, and to achieve balanced development of the national territory (Government of Timor-Leste, 2013).

3.2. The Overwhelming Advantage of Chinese Enterprises: The Suai Highway Case

Chinese state-owned enterprise groups undertake multiple physical construction of government-funded projects. The presence of Chinese State-Owned Enterprises (SOEs) in Timor-Leste has risen rapidly (Huang, 2024).

As of 2024, there are approximately 20 large and medium-sized Chinese state-owned enterprises registered in the country (MOFCOM, 2024). A symbolic case is the construction of the highway connecting Suai and Beaco. In July 2013, the first section (approx. 30 km) of the southern coastal highway was put up for international tender. In early 2015, a consortium consisting of China Overseas Engineering Group Co., Ltd. (COVEC) and China Railway First Group Co., Ltd. (CRIG) won the bid (MOFCOM, 2024). The section officially opened on November 17, 2018, decisively marking the establishment of “Chinese infrastructure” in Timor-Leste.

Additionally, the Tibar Bay Port project, the country's first international container terminal, was awarded to the French Bolloré Group as a Public Private Project (PPP), but the actual Engineering, Procurement, and Construction (EPC) was handled by China Harbour Engineering Company (CHEC). The port officially began operations on November 30, 2022, significantly improving the country's logistics capacity (Ministry of Commerce of the People's Republic of China (MOFCOM), 2024). Furthermore, Loro Horta, the Ambassador of Timor-Leste to China, contributed to the magazine, *Macao* by stating that the expansion project at Dili Airport and the laying of submarine fiber-optic cables are underway and Chinese companies are bidding for parts of the projects (Horta, 2024).

The reason why government leaders like President Ramos-Horta support Chinese companies is clear. In a 2025 interview with China Global Television Network, Ramos-Horta praised Chinese companies for their exceptional quality, low cost, punctuality, and risk tolerance during the country's electrification. He specifically noted, "Only China could do it." However, he emphasized that these projects were funded by the national budget of Timor-Leste. For Timor-Leste, where the infrastructure deficit is a bottleneck for economic growth, this immediacy is attractive (CGTN, 2025).

4. Greater Sunrise and the Geopolitical Dilemma

4.1. The Resource Cliff and the "Race Against Time"

Timor-Leste's economy is vulnerable due to its revenue structure, as it has relied heavily on its Petroleum Fund since independence (Scheiner, 2021). While the government has used these savings to finance power grids and road infrastructure, investments in human capital, specifically education and health, have been less (Scheiner, 2021). However, this advantage was not permanent. The Bayu-Undan field ceased production permanently in June 2025 (Autoridade Nacional do Petróleo, 2025). According to the data estimates presented by the World Bank in 2024, the nominal GDP per capita of Timor-Leste is estimated to be approximately 1,300 U.S. dollars (World Bank, 2024), indicating a relatively low-income level by regional standards. According to Stefania Dia, ADB (Asia Development Bank) Country Director for Timor-Leste, Timor-Leste's recent and projected growth is underpinned by domestic demand and public spending, and its sustainability hinges on continued strategic public investment (ADB, 2025). Yet the Petroleum Fund, which finances most of this investment, could be depleted in the early to mid-2030s if no new revenue sources emerge (IMF, 2025). The main hope of avoiding this "resource cliff" lies in developing the Greater Sunrise (GS) gas field in the Timor Sea, and the government increasingly frames the situation as a "race against time" to get the GS development on track before the Fund runs out.

4.2. The Battle over Development Concepts: TLNG vs. Darwin

The biggest point of contention in the GS development has been the pipeline route for transporting the extracted gas. The Timorese government refuses to yield on the “Timor-based LNG Concept (TLNG Concept),” which involves landing the gas in the southern Tasi Mane region to produce and export Liquefied Natural Gas (LNG) domestically (Lusa, 2025; O’Connor, 2025). On the other hand, the project operator, Australia’s Woodside Energy, has long argued that laying a pipeline to Darwin, Australia, where existing infrastructure is in place, makes more economic sense (O’Connor, 2025). This long-deadlocked conflict began to move in November 2025, when the Ministry of Petroleum and Mineral Resources of Timor-Leste (MPRM) and Woodside signed a cooperation agreement to advance specific studies of the “TLNG Concept”(Casey, 2025). A final decision on the development location is expected by mid-2026, with operations predicted to start between 2032 and 2035 if all goes well (Government of Timor-Leste, 2025).

4.3. The Realism of the “China Card”

Under these complex circumstances, President Ramos-Horta is deploying skillful diplomacy. Dure the GS negotiations, Ramos-Horta has repeatedly alluded to the potential for investment from China to shake up Australia and existing partners. This is often interpreted as playing the “China Card”(Cardoso, 2023). Its effect has been proven. In the past, regarding a submarine optical cable project, the Australian government offered significant financial support to counter the entry of Chinese companies (such as Huawei). Australia is intensifying its intervention in Timor-Leste, Solomon Islands, and Papua New Guinea, wary of Chinese companies controlling the “nervous system” of national telecommunications (Remeikis, 2018). However, from Timor-Leste’s perspective, this is not so much an active playing of a card as it is a survival strategy taking advantage of Australia’s security concerns. The “Comprehensive Strategic Partnership” agreement signed by Prime Minister Xanana Gusmão and President Xi Jinping in Hangzhou, China, on September 23, 2023, included “strengthening high-level military exchanges” in its 10th item (Xinhua, 2023a, 2023b), which (Fundasaun Mahein, 2023) provoked Australia. Yet, President Ramos-Horta dismissed this as if it is Australia’s overreaction. For Ramos-Horta, China and Australia remain one of the friendly nations (Needham, 2023). Loro Horta, the Ambassador of Timor-Leste to China and son of Ramos Horta, also emphasized this in an interview with *People’s Daily Online* in January 2026. Loro Horta refuted the “China threat theory” and praised the GDI (Zhang et al., 2026). Right before the roadmap for ASEAN accession on 18th Oct in 2025, Ramos-Horta stated in an interview with *The Asahi Shimbun* that the militarization of the South China Sea is unnecessary (Kono, 2025).

Ramos-Horta was awarded the Nobel Peace Prize in 1996 alongside Bishop Carlos Filipe Ximenes Belo. Consequently, for Ramos-Horta, the adherence to international law – specifically the respect for the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) in the context of the South China Sea disputes – remains importance. Fundasaun Mahein, a Dili-based security sector monitoring NGO, argues that despite Australia’s security anxieties regarding the 2023 China-Timor-Leste Comprehensive Strategic Partnership, Timor-Leste’s perspective remains focused on omnidirectional diplomacy which is maintaining “friends with all” (Fundasaun Mahein, 2023).

4.5. The Diplomatic Triumph: “Parseria Foun ba Era Foun” (New Partnership for a New Era)

The effectiveness of Timor-Leste’s omnidirectional diplomacy was decisively proven on January 28, 2026. During Australian Prime Minister Anthony Albanese’s visit to Dili, the two nations signed the “Parseria Foun ba Era Foun” (New Partnership for a New Era) (Government of Timor-Leste, 2026). This agreement marks a turning point in the GS negotiations. Australia officially acknowledged Timor-Leste’s commitment to onshore processing (the TLNG concept) and pledged to contribute at least one-third of its upstream revenue from the project to Timor-Leste’s Infrastructure Fund (Tatoli, 2026). The partnership also includes enhanced cooperation in policing and cybersecurity (Dougherty, 2026), signaling Australia’s determination to counterbalance China’s GSI influence in the security sector in Timor-Leste. For Timor-Leste, this outcome vindicates its “patchwork”. By leveraging Chinese engagement, Timor-Leste extracted significant concessions from Australia regarding the Tasi Mane project and security guarantees. However, the fact that Timorese national leaders praise China’s GDI, GSI, and GCI simultaneously suggests that this outcome is not strategic but rather an attempt at omnidirectionality.

5. Grassroots China: The Digital Economic Zone and the Rift Between New and Old Migrants

5.1. Historical Fault Lines: From Kuomintang Roots to New Migrants

When discussing Chinese society in Timor-Leste, historical fault lines cannot be ignored. While it is the new Chinese migrants, who flowed in after independence in 2002, that currently create the modern landscape of Dili, a foundation of Timorese Chinese from the Portuguese colonial era exists beneath the surface. During the Portuguese Timor era (after the Japan surrendered during the WW2), there were 18 Chinese primary schools and a middle school across the country supported by

the Kuomintang (KMT), providing quality education to the children of overseas Chinese (Kammen & Chen, 2019). These schools were all closed, except for the one in Dili (which also closed in 1976) with a departure of the pro-Taiwan Chinese in the 1970s (Berlie, 2016). During the Indonesian occupation from 1975, many Timorese Chinese escaped to Australia, and many of them were killed in Timor-Leste by the Indonesian military (Berlie, 2016). Timorese Chinese have been basing themselves in districts like Colmera, Audian, Lecidere, and Bidau area in Dili. They are characterized by a transnational lifestyle, moving between Australia and Timor-Leste (Chew & Huang, 2014). In contrast, the new Chinese migrants who have arrived since the 2000s have roots mainly from Fujian (Soares, 2021), migrating alone or with families in search of economic opportunities. They form a new network based on digital technology, distinct from the traditional community.

5.2. The WeChat Economy and the “Involution” of the Market

“WeChat”, China’s social media platform (so called a super-app), supports the economic activities of new migrants. While Facebook and WhatsApp are generally common in Timor-Leste (Melt Water & We Are Social, 2024), WeChat remains the primary infrastructure within the Chinese community. Fernandes et al. (2022) defined Chinese migrants in Timor-Leste during the pandemic as “entrepreneurs with flexible adaptability.” Indeed, they utilize WeChat’s “Official Accounts” and the 24-hour viewable “Moments” to develop surprisingly intricate micro-businesses. These activities range from Chinese food delivery orders and 24-hour taxi arrangements to the buying and selling of fresh fish and meat, all completed within the app. Especially noteworthy is the coordination with rural areas. For instance, in the Manatuto region east of Dili, Chinese businessman cultivate vegetables and fruits jointly with local farmers and have built a supply chain to sell them directly to Chinese customers in Dili via WeChat. However, a sense of stagnation is drifting through this closed market. The term “Neijuan” (Involution), meaning excessive competition, is frequently exchanged on Timor-Leste’s social media (Zhang & Ji, 2023), especially on WeChat. “Involution” essentially signifies a state of fruitless and excessive competition. Zhang and Ji (2023) argue that in the face of such grueling social pressures, contemporary Chinese youth utilize hashtags to target those they perceive as their exploiters – namely “the older generation” and “capitalists” – thereby facilitating the formation of an inward-looking group cohesion. In the context of Timor-Leste, since the purchasing power of the Timorese people remains low, affordable stores and retail shops have proliferated, creating a structure where profit is difficult to generate.

As a result, the market is increasingly consolidating around large-scale supermarkets with significant capital, such as “Mei Mart.” This retailer offers an

extensive range of both imported and locally produced goods. Notably, Chinese products – ranging from seasonings to over-the-counter medicines – are sold at prices comparable to those in mainland China. Mei Mart maintains particularly competitive pricing for products and snacks sourced from Fujian Province. This cost efficiency is likely bolstered by the logistical advantage of Aero Dili, Timor-Leste’s national flag carrier, which operates direct flights to Xiamen, in Fujian.

At the same time, Timor-Leste’s many consumer goods continue to flow from Surabaya, Indonesia. This maritime trade route from Surabaya to Dili remains one of the backbones of the nation’s supply chain. According to Japan International Cooperation Agency (JICA)’s report (2024), as of 2023, Indonesia’s Meratus Line handles half of Timor-Leste’s maritime imports, demonstrating the country’s strong reliance on Surabaya Port as its primary logistics hub. Following the transition to Tibar Bay Port in November 2022, however, some shipping companies withdrew due to increased cargo handling costs (JICA, 2024, p2-75).

6. Social Development Assistance: Medical and Educational Practices as GDI

6.1. Continuity and Specificity of Medical Support

The Chinese government’s exercise of “soft power” can be seen also in the healthcare sector, which impacts citizens’ lives. China collaborates with multilateral partners, such as the United Nations World Food Program (WFP), by providing support through the Global Development and South-South Cooperation Fund (GDSSCF). For example, food assistance provided in collaboration with the World Food Program (WFP) reaches over 30 countries with 40 projects (WFP, 2024), including Timor-Leste.

Bilateral aid includes the ongoing dispatch of medical teams since 2004. These teams operate on a two-year rotation basis, and the 11th team was welcomed in 2025. To date, over 100 Chinese medical specialists have served at Dili’s Guido Valadares National Hospital (Embassy of China in Timor-Leste, 2025). They support core hospital functions, including cardiology, urology, obstetrics and gynecology, general surgery, orthopedics, radiology, intensive care, anesthesiology, and rehabilitation, through their clinical departments, which span a wide range. They also provide acupuncture, a distinctive Chinese medical technique that combines Western and traditional medicine to address the diverse needs of the local population (Zheng et al., 2021). Additionally, China’s naval hospital ship, the Peace Ark, has visited countries in Asia, Africa, and South America since 2010 to provide medical services. It has visited Timor-Leste twice, in 2017 and 2023 (MOFCOM, 2024).

Furthermore, the GX Foundation, an international nonprofit organization based in Hong Kong, has been providing medical and humanitarian support in Timor-Leste. Their initiatives include installing high-capacity water purification systems in local universities, churches, and public spaces to improve community health (GX Foundation, 2024). The foundation has also spearheaded a large-scale dengue fever prevention project, distributing tons of medical supplies and prevention kits to mitigate public health risks (Government of Timor-Leste, 2024). The foundation's efforts extend beyond material aid to human capital development. They support medical students from the National University of Timor-Leste in undertaking internships in Hong Kong and Macau (Lusa, 2026). By integrating vector control with extensive health education and professional training, the foundation empowers local communities to take ownership of their public health safety (GX Foundation, 2025; Presidência da República Democrática de Timor-Leste, 2025). In this sense, China's support encompasses both GDI and GCI elements. GDI elements include medical and water infrastructure, while GCI elements are characterized by their integration into local society and commitment to youth and academic exchange.

6.2. The Struggle over Education and Language

In the field of education, China is strengthening its engagement under the banner of “human resource development.” To date, more than 2,500 Timorese civil servants and technicians have been invited to China for training in practical fields such as public administration, tourism, urban planning, trade, tropical disease control, infrastructure development, poverty reduction, fisheries, and hydropower (MOFCOM, 2024). Additionally, approximately 160 students have obtained degrees from Chinese universities through the Chinese government scholarship quotas (MOFCOM, 2024). In 2023, the Confucius Classroom⁵ has been established at the Institute of Business (IOB) in Dili, serving as a hub for Chinese language education (Institute of Business (IOB), 2023). Meanwhile, moves to rebuild the “Chinese School” that once existed are becoming concrete. Currently, centered around the ACCCTO, construction of a school is underway utilizing the site of the former Dili Chinese School, which is now the grounds of the “Bairro Formosa National Primary School”, formally it was called *Chun Fá Hok Tong Su Pó Sá* (Soares, 2021, 482-483). Local residents still call this primary school “Eskola China (or Xina),” retaining the historical memory in the place name (Tatoli, 2023a, 2023b).

⁵ The Confucius Classroom is under the Confucius Institute's management.

Language competition is also fierce. Among young people, demand for English and Indonesian remains high for obtaining scholarships, and Australia, the US, the UK, New Zealand, the Philippines, and Malaysia remain popular study destinations alongside China. In addition, the Ministry of Education, Youth and Sports of Timor-Leste and the Ministry of Education and Science of Portugal are implementing initiatives such as the Centres for Learning and School Training (CAFE) project, extending to regions outside Dili, to strengthen Portuguese language education and ensure the quality of instruction in the language (AFP, 2023). While demand for Chinese language is high, it remains one of the choices, and the Timorese people possess the insight to weigh multiple languages and study destinations.

7. Conclusion: National Autonomy as a Patchwork

7.1. The Vulnerability of the Patchwork

As Timor-Leste becomes fully integrated into the international community through the ASEAN and the WTO, its relationship with China is entering a new phase of scrutiny. The United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) warned in their report in Septer 2025 that cybercrime and offshore gambling organizations are infiltrating the Timor-Leste’s Special Administrative Region of Oecusse Ambeno (RAEOA) enclave (UNODC, 2025), underscoring the risks of this “patchwork” strategy. The influx of relocated networks, such as Philippine Offshore Gaming Operators (POGOs) (Marcos et al., 2026), has forced Dili to comply with ASEAN’s digital and economic frameworks (The Macao News, 2025), and engage in joint enforcement leveraging China’s GSI framework.

However, this episode exposed the instability of Timor-Leste’s governance. The government’s abrupt policy reversal – legalizing online gaming in 2024 to secure revenue only to criminalize it immediately afterward – highlights the unpredictable nature of its policies. This turmoil is not merely administrative confusion, but rather a stark manifestation of the country’s survival-driven patchwork. Under pressure from existential threats, the government is caught between immediate economic needs and long-term international credibility, often forced to make sudden changes.

7.2. Conclusion: Survival Strategy via Patchwork

This field note is the reality of a desperate survival strategy waged by a small nation in the interstices between great powers. With the “resource curse” of Petroleum Fund depletion looming, Timor-Leste has no time to be choosy about donors. For a country without a credit rating, China’s infrastructure construction capability

(speed and price), Japan's technical investment, and institution-building support from Portugal, are important strategic partners in addition to Australia and the UN, which are foundational. Everyone's contribution is indispensable. The omni-directional diplomacy deployed by President Ramos-Horta occasionally invites Western caution as playing the "China Card," but this is an expression of defensive realism for national survival. The author argues that China's increased presence in Timor-Leste is the result of a "patchwork" pattern created because Timor-Leste has chosen to welcome all available funds, donations, and support from various nations in order to secure its survival. It is likely that Timor-Leste will continue to avoid fully incorporating into any specific group while maintaining this interesting yet fragile strategy. The autonomy and future of this young nation depend on maintaining this equilibrium.

Acknowledgment

I am grateful to the National University of Timor-Leste (UNTL) for hosting this research. I also sincerely appreciate the colleagues and friends who generously shared their insights and perspectives.

References

- AFP. (2023, March 15). *Timor-Leste: School education project with Portugal to be expanded*. Macau Business.Com.
- Asia Development Bank. (2025, September 30). *ADB Forecasts 3.8% Economic Growth for Timor-Leste in 2025*. Asia Development Bank.
- Autoridade Nacional do Petróleo (ANP). (2025, June 14). *Bayu-Undan cessation of production*. Autoridade Nacional Do Petróleo (ANP). <https://www.anp.tl/bayu-undan-cessation-of-production/>
- Berlie, J. A. (2016). Chinese in East Timor : Identity, society and economy. *HumaNetten*, 35(35), 37–49. <https://doi.org/10.15626/hn.20153503>
- Bovensiepen, J., & Nygaard-Christensen, M. (2018). Petroleum Planning as State Building in Timor-Leste. *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, 19(5), 412–431. <https://doi.org/10.1080/14442213.2018.1513060>
- Cardoso, J. da C. (2023, October 11). *Why Did Timor-Leste Sign a Comprehensive Strategic Partnership With China?* The Diplomat. <https://thediplomat.com/2023/10/what-did-timor-leste-sign-a-comprehensive-strategic-partnership-with-china/>
- Casey, J. (2025, November 26). *MPRM and Woodside sign agreement for Greater Sunrise*. LNG Industry. <https://www.lngindustry.com/liquid-natural-gas/26112025/mprm-and-woodside-sign-agreement-for-greater-sunrise/amp/>
- Castro Seixas, P., Canas Mendes, N., & Lobner, N. (2023). Is There an Endless Search for New (Overseas) Younger Brother(s)? Timor-Leste and Its Ecumenic Ambitions. In *The Paradox of ASEAN Centrality: Timor-Leste Betwixt and Between* (pp. 75–99). BRILL. https://doi.org/10.1163/9789004522923_006

- Chellaney, B. (2017, January 23). *China's Debt-Trap Diplomacy*. Project Syndicate. <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-one-belt-one-road-loans-debt-by-brahma-chellaney-2017-01>
- Cheng-Chwee, K. (2008). The Essence of Hedging: Malaysia and Singapore's Response to a Rising China. *Contemporary Southeast Asia: A Journal of International and Strategic Affairs*, 30(2), 159–185. <https://doi.org/10.1355/CS30-2A>
- Chew, D., & Huang, J. S. (2014). The Timorese Hakka in Australia: Community and the Internet [Research Note]. In W. Der Shu (Ed.), *Global Hakka Studies* (全球客家研究): 2 (May, pp. 301–336). College of Hakka Studies, National Chiao Tung University.
- China Global Television Network (CGTN). (2025, May 30). *Timor-Leste president: World would be much worse without China* [Broadcast]. CGTN.
- CNA. (2025, April 10). *It's difficult to compete with them: Residents in Timor Leste on China's growing presence* [Video] [Broadcast]. <https://www.youtube.com/watch?v=LhzW8zQSCvI>
- Cummins, D., & Boavida dos Santos, A. (2024). Lessons in Localisation: International Intervention in Timor-Leste from 1999-2023. In M. Quinn, M. Barreto-Soares, R. L. Williams, C. Fernandes, Z. Pereira, L.-A. Blanchard, K. Tsuchiya, G. Neves, L.-L. Chen, H. Loney, & M. Leach (Eds.), *New Research On Timor-Leste Proceedings of The 2023 Timor-Leste Studies Association Conference* (Vol. 1, pp. 17–22). Timor-Leste Studies Association and Swinburne University of Technology.
- Dougherty, R. (2026, January 30). *Prime Minister Anthony Albanese recently travelled to Dili in Timor-Leste for an official visit from 28 to 29 January to meet with His Excellency President Dr José Ramos-Horta and His Excellency Prime Minister Kay Rala Xanana Gusmão*. Cyberdaily. Au. <https://www.cyberdaily.au/government/13158-cyber-security-a-key-part-of-new-australia-timor-leste-partnership>
- Embassy of China in Timor-Leste. (2024, February 9). 中国驻东帝汶大使馆举办“温暖迎春，共庆中国年”新春招待会 [Embassy of the People's Republic of China in the Democratic Republic of Timor-Leste hosts “Warm Welcome to Spring, Celebrating Chinese New Year” Reception]. Embassy of China in Timor-Leste. https://tl.china-embassy.gov.cn/chn/sgdt/202402/t20240209_11244721.htm
- Embassy of China in Timor-Leste. (2025, October 16). *Ambassador Wang Wenli Attends the Welcoming and Farewell Ceremony of the Chinese Medical Team to Timor-Leste*. Embassy of China in Timor-Leste. https://tl.china-embassy.gov.cn/eng/xwtd/202510/t20251016_11734786.htm
- Fellbrich, J. (2025). Regional development implications of the Belt and Road Initiative – a case study of Darwin. *Regional Studies, Regional Science*, 12(1), 895–908. <https://doi.org/10.1080/21681376.2025.2578943>
- Fernandes, A., Prabawa, T. S., & Therik, W. M. A. (2022). The Livelihood of Chinese Migrants in Timor-Leste. *Social Sciences*, 11(4). <https://doi.org/10.3390/socsci11040157>
- Fundasaun Mahein. (2023). *The China-Timor-Leste Strategic Partnership and Growing International Competition: Opportunities and Risks*. <https://www.fundasaunmahein.org/2023/10/19/the-china-timor-leste-strategic-partnership-and-growing-international-competition-opportunities-and-risks/>
- Government of Timor-Leste. (2011). *Timor-Leste Strategic Plan 2011-2030*.

- Government of Timor-Leste. (2012, April 4). *Government inaugurates building of the Ministry of Defense and Security and the F-FDTL Headquarters*. Government of Timor-Leste. <https://timor-leste.gov.tl/?p=6784&lang=en>
- Government of Timor-Leste. (2013). International Conference on Administrative Decentralization and Local Government. *Government of Timor-Leste*. <https://timor-leste.gov.tl/?p=8404&lang=en#:~:text=Kay%20Rala%20Xanana%20Gusm%C3%A3o%20also,officials%2C%20students%20and%20civil%20society>.
- Government of Timor-Leste. (2024, January 23). *Chinese NGO offers 10 tons of dengue protection equipment*. Government of Timor-Leste. <https://timor-leste.gov.tl/?p=35821&lang=en&n=1>
- Government of Timor-Leste. (2025, November 25). *New Era of Cooperation Dawns for Greater Sunrise*. Government of Timor-Leste. <https://timor-leste.gov.tl/?p=46200&lang=en>
- Government of Timor-Leste. (2026, January 28). *Timor-Leste and Australia establish New Partnership for a New Era*. Government of Timor-Leste. <https://timor-leste.gov.tl/?p=47105&lang=en&n=1>
- GX Foudation. (2025, February 19). *Launch of the “Timor-Leste Youth Development Programme.”* GX Foundation. <https://gxfoundation.hk/en/news/detail/launch-of-the-timor-leste-youth-development-programme#:~:text=Launch%20of%20the%20%E2%80%9CTimor%2DLeste%20Youth%20Development%20Programme%E2%80%9D,and%20conducted%20on%2Dsite%20inspections>.
- GX Foundation. (2024, October 31). *“Direct Potable Water Project” launched in Timor-Leste*. GX Foundation. <https://gxfoundation.hk/en/news/detail/direct-potable-water-project-launched-in-timor-leste>
- Horta, M. L. da S. (2024, October 28). *How Chinese investment is shaping Timor-Leste’s future*. Macao. <https://macaomagazine.net/chinese-investment-timor-leste/>
- Horta, M. L. S. D. S. (2012). *China’s Relations with Portuguese-speaking Countries A Growing but Unnoticed Relation [Master’s thesis, Naval Postgraduate School]*. <https://hdl.handle.net/10945/17351>
- Huang, J. (2024, November 5). *What drives China’s economic engagement in Timor-Leste?* Think China.
- Huber, J. (2021). At the Periphery of Nanyang: The Hakka Community of Timor-Leste. In *Sinophone Southeast Asia* (pp. 52–90). BRILL. https://doi.org/10.1163/9789004473263_004
- Institute of Business (IOB). (2023, September 12). *The Institute of Business held an Opening Ceremony for Chinese Language Class at IOB Plaza Hall*. IOB News. IOB News
- Japan International Cooperation Agency (JICA). (2024). *The Project on Strategic Port Development Master Plan in Timor-Leste (Final Report)*.
- Kammen, D., & Chen, J. (2019). *Cina Timor: Baba, Hakka, and Cantonese in the Making of Timor-Leste*. Yale University Southeast Asia Studies [Yale Southeast Asia Monograph Series 67].
- Kono, K. (2025, October 18). 独立23年、ついにASEAN加盟 東ティモール大統領インタビュー [23 years after independence, finally joining ASEAN: Interview with Timor-Leste President]. The Asahi Shimbun. <https://www.asahi.com/articles/ASTBK3FLFTBKUHBI01JM.html>
- Lusa. (2025, November 24). *Timor-Leste: Greater Sunrise gas must be processed in-country*. Lusa. <https://www.lusa.pt/lusanews/article/2025-11-24/46084077/timor-leste-greater-sunrise-gas-must-be-processed-in-country>

- Lusa. (2026, February 8). *ONG ajuda médicos de Timor-Leste a realizarem internatos em Hong Kong e Macau*. Lusa. <https://www.lusa.pt/lusofonia/article/2026-02-08/46513989/ong-ajuda-m%C3%A9dicos-de-timor-leste-a-realizarem-internatos-em-hong-kong-e-macau>
- Marcos, E. E., Nogalo, R. M., Gunayan, F. M., Monday, K. J., & Apercho, M. D. (2026). Demystifying Ambiguity: A Forensic Discourse Analysis of Senate Bill No. 2868 or The Anti-Pogo Act. *International Journal of Linguistics and Translation Studies*, 7(1), 55–71. <https://doi.org/10.36892/ijlts.v7i1.602>
- Melt Water, & We Are Social. (2024). *Digital 2024: TIMOR-LESTE*. <https://datareportal.com/reports/digital-2024-timor-leste>
- Ministry of Commerce of the People’s Republic of China (MOFCOM). (2024). 对外投资合作国别（地区）指南：东帝汶 2024年版 [Guide for Foreign Investment and Cooperation: Country (Region) Guide for Timor-Leste (2024 Edition)]. <https://mo.zos.esurfingcloud.com/yga-chinapl/pdf/6/10/xdxkfjbbh2r3t9jm27c2.pdf>
- Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. (2022, February 28). *Upholding Equity and Justice to Promote Sound Development of the Global Human Rights Cause*. Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjzb-zhd/202405/t20240527_11312251.html
- Ministry of Foreign Affairs People’s Republic of China. (2024, July 29). *Joint Statement between the People’s Republic of China and the Democratic Republic of Timor-Leste on Strengthening Comprehensive Strategic Partnership*. Ministry of Foreign Affairs People’s Republic of China. https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202407/t20240730_11462823.html
- Needham, K. (2023, September 29). *Timor president says China military cooperation “never discussed.”* Reuters. <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/timor-president-says-china-military-cooperation-never-discussed-2023-09-29/>
- Nevins, J. (2002). The Making of “Ground Zero” in East Timor in 1999: An Analysis of International Complicity in Indonesia’s Crimes. *Asian Survey*, 42(4), 623–641. <https://doi.org/10.1525/as.2002.42.4.623>
- O’Connor, A. (2025, November 28). *‘Greater Sunrise gas must be processed in Timor-Leste’: Gusmão*. The Macao News. <https://macaonews.org/news/lusofonia/timor-greater-sunrise-gas-processing/>
- Presidência da República Democrática de Timor-Leste. (2025, April 30). *President Ramos-Horta and GX Foundation Chair Leung Chun-Ying Strengthen Health and Education Partnership in Timor-Leste*. Presidência Da República Democrática de Timor-Leste. <https://presidenciarepublica.tl/president-ramos-horta-and-gx-foundation-chair-leung-chun-ying-strengthen-health-and-education-partnership-in-timor-leste/>
- Rajalingam, G., Denney, L., & Soares, A. (2025). *Local impacts of foreign interests in Timor-Leste*. <https://www.xcept-research.org/publication/local-impacts-of-foreign-interests-in-timor-leste/>
- Remeikis, A. (2018, June 13). Australia supplants China to build undersea cable for Solomon Islands. *The Guardian*.
- Rosario, A. M. Do, & Novaria, R. (2025). Analysis of the Implementation of Administrative Decentralization in Dili, Timor Leste. *Journal of Social Interactions and Humanities*, 4(1), 355–370. <https://doi.org/10.55927/jsih.v4i1.21>

- Sahin, S. B. (2014). Timor-Leste's Foreign Policy: Securing State Identity in the Post-Independence Period. *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 33(2), 3–25. <https://doi.org/10.1177/186810341403300201>
- Scheiner, C. (2021). Timor-Leste economic survey: The end of petroleum income. *Asia and the Pacific Policy Studies*, 8(2), 253–279. <https://doi.org/10.1002/app5.333>
- Scheiner, C. (2022). The Resource Curse in Timor-Leste. *Estudios de Asia y África*, 477–518. <https://doi.org/10.24201/ea.v57i3.2785>
- Soares, L. 'Mica' B. (2021a). Overseas Chinese, Soft Power and China's People-to-People Diplomacy in Timor-Leste. In *The China Alternative* (pp. 473–498). ANU Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1h45mkn.20>
- Soares, L. 'Mica' B. (2021b). Overseas Chinese, Soft Power and China's People-to-People Diplomacy in Timor-Leste. In *The China Alternative* (pp. 473–498). ANU Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1h45mkn.20>
- Soares, L. 'Mica' B. (2023). Economic Diversity In Contemporary Timor-Leste. In K. Silva, L. Palmer, & T. Cunha (Eds.), *Economic diversity In contemporary Timor-Leste* (11). Leiden University Press. <https://doi.org/10.24415/9789087283957>
- Tatoli. (2023a, January 22). *ACCCTO pledges to support economic development in Timor-Leste*. Tatoli. <https://en.tatoli.tl/2023/01/22/acccto-pledges-to-support-economic-development-in-timor-leste/09/#:~:text=ACCCTO%20pledges%20to%20support%20economic,the%20people%2C%E2%80%9D%20she%20said.>
- Tatoli. (2023b, March 9). *ACCCTO preparadu rekonstrui edifisiu eskola andár ida iha eis eskola Xina*. Tatoli.
- Tatoli. (2026, January 28). *Dili and Canberra accelerate talks on Greater Sunrise Development*. Tatoli. <https://en.tatoli.tl/2026/01/28/albaneses-dili-visit-reinforces-push-for-greater-sunrise-development/16/#:~:text=According%20to%20the%20declaration%2C%20Australia,with%20the%20Maritime%20Boundary%20Treaty.>
- The Macao News. (2025, October 3). *Timor-Leste abruptly shuts down online gambling*. The Macao News. <https://macaonews.org/news/lusofonia/timor-leste-online-gambling-2/#:~:text=The%20move%20comes%20in%20the,for%20this%20type%20of%20activity.>
- Timor Gap, E. P. (n.d.). *South Coast Project*. Timor Gap, E.P. Retrieved February 9, 2026, from <https://www.timorgap.com/our-business/south-coast-project/>
- United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). (2025). *Strategic infiltration of vulnerable jurisdictions through criminal foreign direct investments*.
- Watanabe, S. (2025). Global Development Initiative: China's New Approach to the International Order. *East Asian Studies: China and Its Neighboring Region*. [https://doi.org/10.30402/EAS.202506_56\(1\).0002](https://doi.org/10.30402/EAS.202506_56(1).0002)
- World Bank. (2024). *GDP per capita (current US\$) – Timor-Leste*. The World Bank Group. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=TL>
- World Food Programme (WFP). (2024). *Annual Country Report 2023 – China*. https://www.wfp.org/operations/annual-country-report?operation_id=CN02&year=2023
- World Trade Organization. (2023). *Member Profile: Timor-Leste*. WTO Tariff & Trade Data. https://www.wto.org/english/info_e/copyrights_permissions_e.htm

- Xinhua. (2023a, September 23). *China, Timor-Leste elevate ties to comprehensive strategic partnership*. The State Council of the People's Republic of China. https://english.www.gov.cn/news/202309/23/content_WS650eb3a8c6d0868f4e8dfb24.html
- Xinhua. (2023b, September 23). *Full Text: Joint Statement between the People's Republic of China and the Democratic Republic of Timor-Leste on Establishing Comprehensive Strategic Partnership*. The State Council of the People's Republic of China. https://english.www.gov.cn/news/202309/23/content_WS650eced8c6d0868f4e8dfb32.html
- Zhang, R., Peng, Y., Cui, Y., & Zhao, M. (2026, January 30). *Ambassador of Timor-Leste hails China's commitment to create a more equitable global landscape*. People's Daily Online.
- Zhang, Y., & Ji, T. (2023). Youth are united online to fight against involution: a study of group cohesion on Weibo. *Frontiers in Psychology, 14*. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1014331>
- Zheng, X., Lyu, L., Lu, H., Hu, Y., & Chan, G. (2021). The internationalization of TCM towards Portuguese-speaking countries. *Chinese Medicine, 16*(1), 81. <https://doi.org/10.1186/s13020-021-00491-6>

Data de receção: 2/2/2026

Data de aprovação: 26/2/2026

AUTORES – BIOGRAFIAS

Bernardo Gonçalves Arnaud

Investigador interdisciplinar e estratega com Mestrado em Leadership in Sustainable Finance pela Frankfurt School of Finance & Management (Alemanha). A sua dissertação centrou-se na adoção de biofertilizantes através de mecanismos de financiamento de carbono para o desenvolvimento agrícola no Brasil. O seu trabalho académico articula biotecnologia agrícola, finanças sustentáveis e mercados de carbono, com ênfase em fungos micorrízicos, auditoria de carbono no solo e economia da agricultura regenerativa. Possui especializações em Bioinsumos e Proteção de Plantas (ESALQ/USP), Ciência do Solo e Nutrição de Plantas (FEALQ), Estudos sobre a China Contemporânea e Direito Empresarial. Atualmente, frequenta formações em Química e Engenharia de Processos Químicos. É professor convidado e coordenador de curso na PUC Minas e professor visitante na FIA Business School. (bzao2008@gmail.com/ <https://orcid.org/0009-0000-1906-0407>)

Davi Albuquerque

Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Associado na Escola de Estudos Estrangeiros da Universidade Nankai. Realizou pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenador da Comissão para as Línguas Ameaçadas da Associação Brasileira de Linguística (2022-2023). Integra os grupos de investigação NELIM (UFG), GEPLÉ (UnB) e GEPLI (UERJ). (albuquerque07@gmail.com/ <https://orcid.org/0000-0002-1941-6925>)

Edgar Manuel Cambaza

Doutorado em Sustentabilidade de Biosistemas pela Hokkaido University (Japão), Mestre em Ciências dos Alimentos pela The University of Western Australia (Austrália), Mestre em Administração de Negócios pela University of the People e licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Atualmente é Diretor de Pesquisa e Extensão da UnISCED. Publicou mais de 120 trabalhos científicos, sobretudo na área da Saúde Pública. É membro do Comité Interinstitucional de Bioética para Saúde de Sofala e bolseiro do Global Program for AgriScience Frontiers da Hokkaido University. (ecambaza@isced.ac.mz/ <https://orcid.org/0000-0002-0592-7812>)

Francisco José Leandro

Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa (2010) e habilitado pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (2022). Desenvolveu investigação pós-doutoral sobre monopólios estatais na China no âmbito da iniciativa One Belt, One Road. Foi distinguido com o Academic Research Grant do Institute of European Studies in Macau (2014, 2017, 2020). Desempenhou funções de coordenação académica na Universidade de São José (Macau) e foi Subdiretor do Instituto de Investigação sobre os Países de Língua Portuguesa da City University of Macau (2018-2023). Atualmente é Professor Associado com Agregação em Relações Internacionais na Universidade de Macau. (fleandro@um.edu.mo/ <https://orcid.org/0000-0002-1443-5828>)

Isaú Alfredo B. Quissindo

Docente Assistente na Faculdade de Ciências Agrárias da José Eduardo dos Santos University (Angola) e doutorando no Department of Environmental Remote Sensing and Geoinformatics da University of Trier (Alemanha). A sua investigação centra-se em sistemas de informação geográfica e deteção remota aplicados à monitorização e gestão de recursos naturais, incluindo deep learning para imagens de satélite, mapeamento florestal, avaliação de incêndios e agricultura de precisão. (isau.quissindo@gmail.com/ <https://orcid.org/0000-0001-6371-114X>)

Luís Manuel Brás Bernardino

Coronel do Exército Português (Reserva), com mais de 37 anos de serviço e experiência internacional em missões das Nações Unidas, União Europeia e NATO. Mestre em Estratégia e Doutoramento em Relações Internacionais pelo ISCSP-UL. Especialista em Segurança e Defesa em África, particularmente Angola e CPLP. Autor de 15 obras e mais de 100 artigos científicos. Atualmente é Professor Auxiliar no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa e Presidente do Observatório dos Ecossistemas e Infraestruturas Digitais. (lbernardino@autonoma.pt/ <https://orcid.org/0000-0002-3858-0261>)

Nathaly Xavier Schutz

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Investigadora associada no GECAP-UFSM e no OBSERVARE-UAL, integrando ainda a Rede AFRICANET. (nathalyschutz@unipampa.edu.br/ <https://orcid.org/0000-0002-8041-7206>)

Pedro Anjos

Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais, e licenciado na mesma área pela Universidade da Beira Interior. Desempenha funções de colaborador na Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), onde presta apoio editorial à Revista Internacional para a Língua Portuguesa (RILP) e às obras comemorativas dos Encontros Anuais da Associação. Paralelamente, colabora na gestão do Programa Mobilidade AULP. Os seus interesses de investigação centram-se nas dinâmicas políticas, económicas e diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, bem como nas relações entre a China e os Países de Língua Portuguesa. (pedroanjos.aulp@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-1223-3736>)

Takayasu Goto

Doutorando no ISCTE-IUL, investigando a identidade cultural da juventude chinesa étnica em Timor-Leste. Foi Visiting Researcher na National University of Timor-Leste (2025). Anteriormente desempenhou funções em diplomacia pública na Embaixada do Japão na Malásia e na Missão do Japão junto da ASEAN, em Jacarta. Mestre em Relações Internacionais pela Waseda University (Japão) e bolseiro FCT-CCCM. (takayasu_goto@iscte-iul.pt/ <https://orcid.org/0009-0009-1923-3633>)

Thaysa Cunha

Thaysa Cunha é economista com formação interdisciplinar. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde desenvolveu sua monografia sobre o novo padrão de consumo das famílias brasileiras. Em 2023, concluiu o mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela mesma universidade, com uma dissertação sobre os megaprojetos chineses em Moçambique. Atualmente, é doutoranda em Estudos Internacionais no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, com foco nas relações econômicas e diplomáticas entre China e Moçambique. Possui publicações em revistas científicas sobre megaprojetos, desenvolvimento e relações econômicas sino-moçambicanas, além de participar de conferências internacionais, especialmente na área de Estudos Asiáticos. (thaysacunha@outlook.com/ <https://orcid.org/0009-0009-1923-3633>)

Yichao Li

Doutora pelo Instituto de Investigação sobre os Países de Língua Portuguesa da City University of Macau (2021). Mestre em Direito Civil Comparado (em chinês) pela Universidade de Macau (2018). Foi investigadora de pós-doutoramento no Centre for International Studies (CEI), ISCTE-IUL (2021-2022). Desde 2023, é investigadora assistente no Institute of African Studies da Zhejiang Normal University. É membro do OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa. (liyichao@zjnu.edu.cn/ <https://orcid.org/0000-0001-8588-1043>)

